

REVISTA **PRAIAVERMELHA**

Revista de Serviço Social
Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social

Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

A *Revista Praia Vermelha* é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), cujo objetivo é construir um instrumento de interlocução com outros centros de pesquisa do Serviço Social e áreas afins, colocando em debate as questões atuais, particularmente aquelas relacionadas à “Questão Social” na sociedade brasileira.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITOR

Carlos Antonio Levi da Conceição

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Débora Foguel

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL – ESS DIRETORA

Profª Drª Mavi Pacheco

VICE-DIRETOR

Prof. Dr. Marcelo Braz

COORDENADORA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

Profª Drª Sara Granemann

COORDENADOR DE PÓS-GRADUAÇÃO LATU SENSU

Prof. Dr. Luís Acosta

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Mailing Adress

UFRJ – Escola de Serviço Social

Programa de Pós-Graduação

Av. Pasteur, 250 – fundos

CEP: 22290-240

Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 3873-5386

(21) 3873-5385

E-mail: praiavermelha@ess.ufrj.br

Página internet: <http://web.intranet.ess.ufrj.br/ejomal/index.php/praiavermalha/index>

PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

Solicita-se permuta / Exchange desired

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta revista poderá ser copiada ou transmitida sem a permissão dos editores. As posições expressas em artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.



REVISTA
PRAIAVERMELHA

ISSN 1414-9184

COMISSÃO EDITORIAL

Carlos Nelson Coutinho

Escola de Serviço Social/UFRJ

José Maria Gomez

Escola de Serviço Social/UFRJ

José Paulo Netto

Escola de Serviço Social/UFRJ

Myriam Lins de Barros

Escola de Serviço Social/UFRJ

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Alcina Maria de Castro Martins (ISMT, Coimbra-Portugal)

Ana Elizabete Mota (UFPE-PE)

Antonia Jesuíta de Lima (UFPI-PI)

Berenice Couto (PUC-RS)

Casimiro Balsa (CESNOVA/UNL-Portugal)

Cibele Rizeck (USP-SP)

Cleusa dos Santos (UFRJ-RJ)

Consuelo Quiroga (PUC-MG)

Denise Bomtempo Birche de Carvalho (UNB-DF)

Edésio Fernandes (University College London - Inglaterra)

Elizete Menegat (UFJF-MG)

Helena Hirata (GEDISST-GNRS-França)

Ivete Simionatto (UFSC-SC)

José Fernando Siqueira da Silva (Unesp-SP)

Júlio de Assis Simões (USP-SP)

Leilah Landim (UFRJ-RJ)

Liliane Capilé Charbel Novaes (UFMT-MT)

Marcelo Badaró (UFF-RJ)

Margarita Rosas (Universidad de La Plata-Argentina)

Maria Carmelita Yasbeck (PUC-SP)

Maria da Ozanira Silva e Silva (UFMA-MA)

Maria das Dores Campos Machado (UFRJ-RJ)

Maria Liduína de Oliveira e Silva (UNIFESP-SP)

Maria Lúcia Carvalho Silva (PUC-SP)

Maria Lucia Martinelli (PUC-SP)

Maria Lúcia Weneck Vianna (UFRJ-RJ)

Michael Lowy (EHESS-França)

Monica Dimartino (Universidad de La Republica de Uruguay-Uruguai)

Neli Aparecida de Mello (USP-SP)

Potyara Amazoneida Pereira (UnB-DF)

Ricardo Antunes (UNICAMP-SP)

Rogério Lustosa Bastos (UFRJ-RJ)

Salviana Pastor Santos Sousa (UFMA-MA)

Sérgio Adorno (USP-SP)

Sueli Bulhões da Silva (PUC-RJ)

Sulamit Ramon (London School of Economics-Inglaterra)

Valéria Forti (UERJ-RJ)

Vera da Silva Telles (USP-SP)

Vera Lúcia Gomes (UFPA-PA)

Vicente de Paula Faleiros (UnB-DF)

EDITORAS CIENTÍFICAS

Maria de Fatima Cabral Marques Gomes

Escola de Serviço Social/UFRJ

Yolanda Aparecida Demétrio Guerra

Escola de Serviço Social/UFRJ

EDITOR PARA WEB

Luis Acosta

ASSESSORIA TÉCNICA

Rodrigo Castelo

Rosemere Santos Maia

Rafael Castro

DESIGN GRÁFICO

Fábio Rapello Alencar

REVISÃO – PORTUGUÊS

Maria de Fátima B. Menezes Migliari

TRADUÇÃO E REVISÃO – INGLÊS

Maurício Miranda

REVISÃO

Juliano Carlos Bilda

Diagramação e capa: Krits Estúdio

Impressão e acabamento: Bartira

EDITORA OUTRAS EXPRESSÕES

Rua Abolição, 201 – Bela Vista

CEP 01319-010 – São Paulo-SP

Fones: (11) 3522-7516 / 4063-4189 / 3105-9500

Fax: (11) 3112-0941

livraria@expressaopopular.com.br

expressaopopular.com.br

editora.expressaopopular.com.br

Catálogo na fonte pela Biblioteca universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Serviço Social - V. 22, nº 2 (2011) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós Graduação, 2011.
Semestral

ISSN 1414-9184

1. Serviço Social – Periódicos. 2. Teoria Social – Periódicos. 3. Política – Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5
CDU 36 (05)

Publicação indexada em:

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em

Ciência e Tecnologia <<http://ccn.ibict.br>>

Base Minerva UFRJ

Revista On line – ISSN1984 669X

Sumário

Editorial	7
Proposta de concessão de emergência ao professor Carlos Nelson Coutinho	9
Parecer do Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro	15
Intervenção da direção da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na cerimônia de concessão do título de professor emérito a Carlos Nelson Coutinho	17
A trajetória de Astrojildo Pereira (1890-1965), fundador do PCB Marcos Del Roio	19
Notas de memória: as primeiras influências de Carlos Nelson Coutinho no marxismo brasileiro Ricardo Antunes	27
Carlos Nelson Coutinho e a polêmica criadora – considerações preliminares Sofia Manzano Milton Pinheiro	33
Vivemos tempos difíceis! Sérgio Lessa	41
Um marxista na batalha das ideias: Carlos Nelson Coutinho e os caminhos da revolução brasileira Victor Neves	49
Memórias do processo de renovação da Escola de Serviço Social da UFRJ e da contribuição de Carlos Nelson Coutinho Maria Helena Rauta Ramos	77
Intelectuais, luta política e hegemonia cultural Entrevista de Carlos Nelson Coutinho a Dênis de Moraes	87
A filosofia da práxis no Brasil Entrevista de Carlos Nelson Coutinho a Néstor Kohan	101
Resenha de <i>Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil</i> Cristina S. Bezerra	109
<i>Curriculum vitae</i> de Carlos Nelson Coutinho	113



EDITORIAL

O falecimento de Carlos Nelson Coutinho, aos 69 anos, ocorrido a 20 de setembro de 2012, comoveu a intelectualidade brasileira – seja pela estatura teórica e política do nosso companheiro de trabalho (Carlos Nelson esteve ao nosso lado, na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por um quarto de século), seja pelo cavalheirismo e generosidade com que sempre lidou com seus interlocutores (inclusive seus críticos mais acerbos). A comoção não se limitou ao Brasil: também na Europa Ocidental e na América Latina, a morte de Carlos Nelson repercutiu grandemente nos círculos da esquerda.

Este número de *Praia Vermelha* é dedicado à sua memória. Nele contribuem intelectuais que se relacionaram com Carlos Nelson, suas ideias e sua intervenção política. Aos textos de Ricardo Antunes, Milton Pinheiro e Sofia Manzano, Sérgio Lessa, Maria Helena Rauta Ramos e de Marcos Del Roio (tematizando o intelectual Astrojildo Pereira, por quem Carlos Nelson tinha especial apreço) agregam-se as entrevistas que ele concedeu a Dênis de Moraes e ao ensaísta argentino Néstor Kohan. Inclui-se aqui o trabalho de Victor Neves, que aponta sugestões para uma avaliação da sua obra e, ainda, a resenha de Cristina Bezerra sobre o volume coletivo que se publicou em homenagem ao “marxista convicto e confesso”, pouco depois de sua morte.

Ainda se insere neste número de *Praia Vermelha* os textos dedicados à concessão do título de Professor Emérito da ESS/UFRJ e um circunstanciado elenco da produção de Carlos Nelson, que certamente orientará os estudiosos de sua obra. *Praia Vermelha*, em sua origem, contou com o decisivo estímulo de Carlos Nelson. A evocação da sua figura ímpar, a que esta edição se dedica, não é um preito de saudade: a

sua presença, a sua solidariedade, a sua altivez e a força da sua inteligência notável estão vivas entre nós.

Praia Vermelha (RJ), junho de 2013.

José Paulo Netto / Marcelo Braz



Proposta de concessão de emergência ao prof. Carlos Nelson Coutinho¹

Introdução

O título de professor emérito deve ser concedido àqueles que obtêm, ao longo de toda a sua carreira acadêmica, notório e incontestável reconhecimento da comunidade universitária e da(s) área(s) de saber a que se vincula o indicado. Este é o caso do livre-docente Carlos Nelson Coutinho, professor titular da Escola de Serviço Social da UFRJ, nela atuante entre 1986 e 2012, quando se aposentou.

O legado do trabalho intelectual e acadêmico desenvolvido por Coutinho – pensador cuja intervenção nunca se limitou aos muros da universidade e cuja coragem cívica custou-lhe o exílio durante a ditadura instaurada em abril de 1964 – torna-o mais do que merecedor da honraria. O conjunto das atividades desenvolvidas por ele pode ser agrupado em quatro eixos, mostrando-se mais do que suficiente para credenciá-lo à emergência:

a) o seu papel de vanguarda na cultura brasileira, explicitado, entre outros níveis, no pioneirismo na introdução de grandes pensadores europeus no debate intelectual brasileiro;

b) a sua produção teórica no âmbito das ciências sociais e humanas no Brasil, na Europa (particularmente na Itália) e na América Latina (nomeadamente no México, Chile, Uruguai, Cuba e Argentina);

c) a sua participação na renovação, desenvolvimento e consolidação da área do Serviço Social no Brasil e na América Latina, através de significativa intervenção teórico-pedagógica que incidiu efetivamente na afirmação de

vários programas de pós-graduação no país e no continente;

d) o seu protagonismo no âmbito da Escola de Serviço Social da UFRJ onde, em 26 anos de atuação, tornou-se uma das principais referências acadêmicas, tanto no ensino à graduação como na pós-graduação (foram inúmeras as dissertações de mestrado e as teses de doutorado por ele orientadas, várias das quais tomaram, posteriormente, a forma de livros). Também foi relevante o seu papel em estruturas institucionais da UFRJ, entre as quais a editora da universidade, que dirigiu entre 2005 e 2011.

A) Pioneirismo na cultura brasileira

Os mais eminentes analistas da cultura brasileira (Antonio Candido, Alfredo Bosi, Nelson Werneck Sodré, Raymundo Faoro, Roberto Schwarz, Michael Löwy) reconhecem que coube a Coutinho a pioneira introdução, em nosso país, da obra de dois pensadores europeus que, no século XX, tornaram-se referências mundiais no debate teórico-filosófico – o húngaro György Lukács e o italiano Antonio Gramsci.

No caso do primeiro, os seus trabalhos se tornaram conhecidos no Brasil a partir dos anos 1960 graças à atividade de Coutinho (em colaboração com seu grande parceiro intelectual, Leandro Konder). Coutinho empenhou-se, desde aqueles anos, na difusão (por meio de traduções e da organização de antologias) e na problematização analítica do pensamento de Lukács. Em especial, Coutinho explorou criativamente as dimensões estéticas e filosóficas do

pensador húngaro, considerado o maior pensador marxista do século XX.

Quanto a Gramsci, ainda nos anos 1960 Coutinho dedicou-se, pioneiramente, a traduzi-lo; mas foi na difusão do seu pensamento, a partir dos anos 1980, que Coutinho tornou-se referência nacional incontestável – inclusive com a aplicação de suas categorias à análise da sociedade brasileira: recorde-se que é consensual, entre os pesquisadores da formação social brasileira, tributar a Coutinho o original recurso a categorias analíticas como *revolução passiva*, *nacional-popular* e *intelectual orgânico*. Cabe a ele, não por acaso, a responsabilidade pela edição brasileira, em dez volumes (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999/2005), das obras de Gramsci, num empreendimento que lhe valeu o reconhecimento internacional (atesta-o a sua designação para a vice-presidência da prestigiada International Gramsci Society).

O protagonismo de Coutinho no debate cultural brasileiro fez-se sentir, ademais de seus livros e das várias antologias de Lukács e de Gramsci que organizou (como organizador *solo* ou, no caso de Lukács, em trabalho conjunto com José Paulo Netto), pela sua intensíssima atividade como tradutor (mais de quarenta títulos vertidos ao português), que se estendeu da segunda metade dos anos 1960 à primeira década do presente século. Entre os muitos autores que traduziu, destaque-se (além de Lukács e Gramsci) Walter Benjamin, Norberto Bobbio, Agnes Heller, Henri Lefebvre e Adolfo Sánchez Vázquez; a magnitude do seu labor neste campo é emblematicamente expressa quando se examina a edição brasileira (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 12 volumes, 1983/1989) da monumental *História do marxismo*, organizada por Eric J. Hobsbawm: Coutinho traduziu mais de 50% do material nela contido.

Enfim, cumpre assinalar, no marco do citado protagonismo, a atividade de Coutinho como conferencista: ao longo dos últimos trinta anos, ministrou conferências no Brasil (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Bahia, Ceará), a convite de instituições de natureza acadêmica (por

exemplo, o Instituto de Altos Estudos/IEA, da Universidade de São Paulo/USP) ou de outra natureza (por exemplo, a Academia Brasileira de Letras/ABL). Igualmente, cabe sublinhar que esta atividade transcendeu os limites nacionais, dada a sua participação em eventos de porte em outros países da América Latina (como em Cuba, por exemplo, como membro de jûris da Casa de las Américas, ou no México, em seminário internacional promovido pela International Gramsci Society) e da Europa, especialmente na Itália (seja nas várias iniciativas dessa mesma sociedade científica ou de instituições universitárias).

B) Produção teórica nas ciências sociais e humanas no Brasil, na Europa e na América Latina – publicações principais

A produção bibliográfica de Carlos Nelson Coutinho, cujos primeiros textos remontam aos anos 1960, cobre uma ampla e diversificada elaboração. Nela, se registra uma obra que envolve livros, ensaios e artigos científicos, traduções, prefácios, introduções e apresentações de livros, material jornalístico etc., além da participação em inúmeros seminários e colóquios (acadêmicos ou não, uma vez que a intervenção de Coutinho extravasou os muros da academia, envolvendo inclusive o plano político-partidário). Embora o aspecto quantitativo não seja o mais importante, deve-se destacar que estamos diante de um volume expressivo e variado de trabalhos.

B.1) Livros

Os estudos de Coutinho publicados em livros abrangem temáticas relativas às ciências sociais e humanas. Mencionam-se, a seguir, os seus principais títulos.

Teoria e crítica literária:

- *Literatura e humanismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- *Realismo e Anti-realismo na literatura brasileira* (em coautoria). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

- *Lukács, Proust e Kafka*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Filosofia:

- *O estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972 (tradução ao castelhano: *El estructuralismo y la miseria de la razón*. México: Era, 1973).

Teoria política:

- *A democracia como valor universal*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- *Gramsci*. Porto Alegre: L&PM, 1981.
- *A dualidade de poderes*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- *Gramsci. Um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- *Contra a corrente*. São Paulo: Cortez, 2000.
- *Marxismo e política*. São Paulo: Cortez, 1996 (tradução ao castelhano: *Marxismo y política*. Santiago/Chile: LOM Editores, 2011).
- *Il pensiero político di Gramsci*. Milano (Itália): Unicopli, 2006.
- *De Rousseau a Gramsci*. S. Paulo: Boitempo, 2011.

Análise da cultura brasileira:

- *Cultura e sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

B.2) Capítulos de livros

Dentre a numerosa contribuição de Coutinho a volumes de autoria coletiva, cabe destaque a:

- “Gramsci in Brasile”, in: Hobsbawm, E. J. *Gramsci in Europa e in America*. Roma-Bari: Laterza, 1995.
- “Lukács, a ontologia e a política”, in: Antunes, R., Rego, W. L. (orgs.). *Lukács: um Galileu no século XX*. São Paulo: Boitempo, 1996.
- “Grandeza e limites do Manifesto do Partido Comunista”, in: Reis Filho, A. et al., *O Manifesto Comunista 150 anos depois*.

São Paulo/Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo/Contraponto, 1998.

- “Democracia e socialismo in Gramsci”, in: Baratta, G., Liguori, G. (orgs.). *Gramsci da um secolo all’altro*. Roma: Riuniti, 1999.
- “O conceito de política nos *Cadernos do cárcere*”, in: Coutinho, C. N., Teixeira, A. P. (orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- “La era neoliberal y la hegemonía de la pequeña política”, in: Drago, C., Moulian, T., Vidal, P. (comp.). *Marxismo en el siglo XXI*. Santiago/Chile: LOM Editores, 2011. (Fazem parte desta contribuição os vários verbetes que elaborou para o grandioso *Dizionario Gramsciano (1926-1937)*, 918 páginas aos cuidados de G. Liguori e P. Voza, editado por Carocci Editore (Roma, 2009).

B.3) Organização de antologias

Das várias antologias organizadas por Coutinho, merecem destaque especial as que dedicou a Lukács e a Gramsci, exatamente os autores do século XX que mais influíram no seu trabalho intelectual:

- *Marxismo e teoria da literatura* (antologia de textos de G. Lukács). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- *O jovem Marx e outros escritos de filosofia* (antologia de textos de G. Lukács; em colaboração com José Paulo Netto). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- *Socialismo e democratização* (antologia de textos de G. Lukács; em colaboração com José Paulo Netto). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- *Arte e sociedade* (antologia de textos de G. Lukács; em colaboração com José Paulo Netto). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- *O leitor de Gramsci* (antologia de textos de A. Gramsci). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

B.4) Ensaios publicados em periódicos de ciências humanas e sociais

A longa listagem de ensaios (cerca de 50 títulos) que Coutinho publicou ao largo de mais de quatro décadas de contínuo trabalho intelectual é aqui dispensável; basta enunciar, dos anos 1960 aos 2010, os principais veículos de que se valeu para indicar as suas credibilidade e ressonância:

- *Estudos sociais* (Rio de Janeiro)
- *Revista Civilização Brasileira* (Rio de Janeiro)
- *Études brésiliennes* (Bruxelas/Paris)
- *Escrita* (São Paulo)
- *Temas de ciências humanas* (São Paulo)
- *Encontros com a Civilização Brasileira* (Rio de Janeiro)
- *Teoria & Debate* (São Paulo)
- *Crítica marxista* (Roma)
- *Praia Vermelha* (Rio de Janeiro)
- *Serviço Social & Sociedade* (São Paulo)

Intervenção na área do Serviço Social

Como se constata pelo exame da sua bibliografia, acima citada apenas nos seus títulos principais, a intervenção intelectual de Coutinho espraia-se pelos domínios da crítica cultural e teórica, em especial no âmbito da teoria política e da análise da cultura brasileira, a partir de sólido embasamento filosófico (afinal, pela sua formação acadêmica original, ele vem da área da Filosofia). A partir dos anos 1980, sua obra foi ganhando o estatuto de referencial de que hoje desfruta nos debates das ciências sociais e humanas na Universidade brasileira.

Sua relação com o Serviço Social teve início em 1986, quando, na condição de livre docente, ingressou no magistério da Escola de Serviço Social (ESS) da UFRJ como professor titular. Desde então, Coutinho passou a influir consideravelmente na produção de conhecimento desta área específica, através não só da sua produção bibliográfica já mencionada, mas ainda da sua intervenção como docente da Escola (a que se fará referência em seguida) e do

seu sistemático envolvimento com o debate especificamente profissional.

Tal envolvimento patenteia-se no seu protagonismo, desde o final da década de 1980, nos principais fóruns do debate acadêmico da categoria profissional dos Assistentes Sociais – foi conferencista em muitos dos Encontros Nacionais de Pesquisadores do Serviço Social (Enpess) e em várias das convenções nacionais da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss). Por outra parte, como docente de unidade acadêmica de Serviço Social, participou de eventos interinstitucionais de colaboração entre cursos de pós-graduação, no país (intervenção em eventos promovidos pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e na Universidade Federal de Pernambuco) e no exterior (intervenção em eventos promovidos pelo Departamento de Serviço Social da Universidad de la República, de Montevideu, e pela Faculdade de Serviço Social da Universidad Nacional de La Plata, de La Plata).

Suas publicações em periódicos da área de Serviço Social (nomeadamente na tradicional revista *Serviço Social & Sociedade* e em *Praia Vermelha*, anteriormente citadas, bem como em *Libertas*, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora) incidiram fortemente no debate profissional. É consensual entre os pesquisadores da área que foi a intervenção de Coutinho que introduziu (ou retificou, quando objeto de contrafações) na literatura profissional brasileira as categorias de *sociedade civil*, *intelectual orgânico* e *pluralismo metodológico*, hoje amplamente empregadas.

Intervenção na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro

A intervenção de Carlos Nelson Coutinho desborda amplamente os limites da Escola de Serviço Social e mesmo a própria UFRJ, e foi decisiva em nossa unidade acadêmica, a partir de sua inserção em nosso corpo docente, no ano de 1986.

Em primeiro lugar, cumpre enfatizar que Coutinho desempenhou um papel central na

refundação, desenvolvimento e consolidação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da ESS/UFRJ. Aqui, ao lado de outros docentes (José Paulo Netto, Marilda Villela Yamamoto, Nobuco Kameyama, Jean-Robert Weissaupt, José María Gómez) que tiveram expressiva atuação neste processo, e sob a direção das professoras Maria Helena Rauta Ramos e Maria Inês Souza Bravo, Coutinho foi a principal liderança teórico-acadêmica além dos assistentes sociais no processo de renovação do Projeto de Mestrado em fins da década de 1980 e da criação e desenvolvimento do Doutorado em Serviço Social, em 1994. Este processo tornou a ESS/UFRJ – na esteira do processo de renovação da profissão no Brasil – um dos pilares dos avanços profissionais e acadêmicos da área no país, alçando-a à condição de agência nacional e internacional de formação de docentes e pesquisadores brasileiros e latino-americanos.

Além de ser um dos responsáveis pela reformulação do Mestrado e da criação do Doutorado, Coutinho foi o mais eminente professor do Programa de Pós-Graduação, assumindo disciplinas obrigatórias e eletivas e trabalhando como orientador de dezenas de dissertações e teses, muitas das quais publicadas (como livros ou artigos em periódicos especializados), ajudando a reforçar a massa crítica teórica da área. Lecionou também na graduação, presidiu e/ou compôs inúmeras bancas de concursos públicos para provimento de cargos docentes e esteve presente, de 1987 a 2010, em praticamente todas as bancas dos exames de seleção para ingresso no mestrado e no doutorado. Foi ainda um suporte imprescindível na execução de convênios, mediante os quais o nosso Programa de Pós-Graduação colaborou com a formação de mestres e doutores de outras instituições acadêmicas, como com a Universidade Federal de Pernambuco e a Universidad de la República/Montevidéu.

Em segundo lugar, no que decorre diretamente do anterior e tem a ver com a significativa ampliação da produção teórica da ESS/UFRJ, Coutinho contribuiu decisivamente para tornar a Escola um dos principais centros de formação e irradiação de ideias voltadas para

o debate profissional. Boa parte dos novos autores da área de Serviço Social teve a sua formação fortemente influenciada por Coutinho e estão hoje atuando em cursos das principais universidades brasileiras: na própria UFRJ, na Uerj, na UFF, na UnB, na UFPE, na UFop, na UFJF, entre outras. Também mestres e doutores estrangeiros que aqui se pós-graduaram (argentinos, uruguaios, chilenos, colombianos e africanos – de Moçambique e de Cabo Verde) usufruíram do privilégio de tê-lo como professor. Este papel formativo de Coutinho consolidou a ESS/UFRJ entre as faculdades mais qualificadas do Brasil, tanto no que diz respeito à titulação do seu corpo docente quanto no que se refere à produção teórica realizada – e é de mencionar que a nossa unidade acadêmica se destaca na formação de profissionais de excelência e na formação de nível pós-graduado, cujo Programa obteve a nota 6 na mais recente avaliação da Capes.

Em terceiro lugar, Coutinho, presente em sala de aula durante todos os anos em que esteve na ESS/UFRJ, estimulou vigorosamente a formação de grupos de pesquisa, tendo sido um dos criadores, em 1990, do Núcleo de Estudos e Pesquisas Marxistas (Nepem).

Conclusão

A concessão da emergência a Carlos Nelson Coutinho não é tão somente o reconhecimento da obra de um dos mais influentes pensadores brasileiros do último terço do século XX e da primeira década do século XXI, reconhecido como tal no Brasil e no exterior. Nem o é, apenas, de uma brilhante trajetória acadêmica. É também um modo de mantê-lo organicamente vinculado à nossa universidade, permitindo que ele continue a ministrar cursos e a orientar dissertações e teses em nossa unidade de ensino.

Notas

- ¹ Esta proposta foi apresentada à congregação da ESS-UFRJ pelo professor José María Gómez, sendo aprovada por unanimidade.



Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Comissão de Ensino e Títulos

PARECER

A Escola de Serviço Social encaminhou proposta de concessão do título honorífico de Professor Emérito ao professor titular aposentado Carlos Nelson Coutinho (processo 023309/12-95). Apoiada na Resolução 01/94 do Consuni e fundamentada em densa e extensa apresentação dos méritos acadêmicos do docente, a proposta poderia, sem dúvida, ter se originado de qualquer das unidades que, na UFRJ, compõem o chamado campo das humanidades. Pois, além de inquestionáveis, tais méritos, como bem acentua o documento levado pelo prof. titular José Maria Gómez à congregação da Escola de Serviço Social, ultrapassam os muros da Universidade.

Professor titular da Escola de Serviço Social desde 1986, quando ingressou na UFRJ na condição de livre docente, Carlos Nelson Coutinho é um pensador, filósofo por formação e cientista social por atuação, cujas atividades consagram não só seu papel de vanguarda no debate intelectual brasileiro, como sua presença é notória na produção teórica no Brasil, na América Latina – com obras publicadas no México, Uruguai, Cuba e na Argentina – e mesmo na Europa (particularmente na Itália).

Desnecessário seria, aqui, arrolar os feitos do professor Carlos Nelson. Seu *Curriculum Vitae* é de domínio público, consta do processo ora em análise e, pela quantidade de itens que contém, sua transcrição transbordaria em demasia os limites de um *parecer*.

Mas cabe destacar que, além dos mais de dez livros que escreveu, das dezenas de ensaios que

elaborou, das muitas antologias que organizou, dos inúmeros seminários de que participou, das incontáveis conferências que proferiu, além, enfim, do protagonismo que exerceu no mundo acadêmico em geral, Carlos Nelson foi, e é, um professor. Um professor da UFRJ, que sempre cumpriu as funções demandadas, desde a sala de aula à responsabilização por tarefas como a Editora da UFRJ, que dirigiu entre 2005 e 2011. Um professor cuja intervenção na Escola mostrou-se decisiva. Trabalhando em equipe com outros docentes, revelou liderança no processo de renovação da pós-graduação, orientou teses e dissertações, assumiu disciplinas obrigatórias na graduação, contribuindo, assim, para consolidar a ESS/UFRJ entre as faculdades mais qualificadas do Brasil e para garantir ao Programa de Pós-Graduação dessa unidade a nota 6 na última avaliação da Capes.

A proposta de concessão do título de Professor Emérito a Carlos Nelson Coutinho chega à Comissão de Ensino e Títulos do Conselho Universitário após aprovação por unanimidade (e aclamação) na Congregação da Escola de Serviço Social e no Conselho de Coordenação do Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Meu parecer, tendo em vista tanto o cumprimento das normas para concessão de títulos honoríficos da UFRJ quanto a excelência do pleito, é favorável à concessão do mesmo. Sugiro, ademais, que o título solicitado seja concedido por aclamação do plenário.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 2012.

Prof. Dra. Maria Lúcia
Teixeira Werneck Vianna
(Relatora)



Intervenção da direção da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro na cerimônia de concessão do título de professor emérito ao Professor Carlos Nelson Coutinho¹

Magnífico reitor da UFRJ – prof. Carlos Levi –, decano do CFCH – prof. Marcelo Correa –, nosso mestre e proponente da emergência – prof. José María Gómez –, prezados pró-reitores, conselheiros do Consuni, demais autoridades acadêmicas, docentes, discentes e técnico-administrativos; companheiros do serviço social brasileiro – aqui representado por meio de suas entidades, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, o Conselho Federal de Serviço Social e o Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro –, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, camaradas e companheiros de partidos políticos, nosso querido professor emérito, prof. Carlos Nelson Coutinho, a quem, carinhosamente, chamamos de Carlito.

Em junho de 2011, neste auditório, por ocasião da concessão da emergência ao prof. José Paulo Netto, tive oportunidade de expressar, representando todo Conselho Diretor e toda a comunidade da ESS, o quanto a concessão deste título honorífico, uma das maiores honrarias existentes no meio acadêmico, representava mais do que o reconhecimento por parte da UFRJ dos inegáveis méritos pessoais do docente; correspondia também o prestígio intelectual do Serviço Social brasileiro, uma conquista de monta numa área marcada em seu passado recente por uma visível debilidade teórica.

Esta segunda solenidade deixa-nos duplamente honrados. Todavia sua ocorrência neste mesmo cenário, um ano depois, não tem nada

de casual. Ela é, antes, fruto da iniciativa que tivemos (Conselho Diretor e ESS) para que Carlos Nelson Coutinho recebesse o título de Professor Emérito na tarde de hoje!

E não há nenhum artifício nesta iniciativa, afinal Carlito é reconhecido dentro e fora do país como um dos mais influentes pensadores brasileiros do final do século XX e princípio do XXI. Por reunir tantas e tão vastas qualidades – dentre elas, um brilhantismo intelectual, revelado desde cedo, quando ainda meninote, aos 16 anos, aluno da Universidade da Bahia, publicou dois artigos indicadores da clara opção pelos dois campos de trabalho aos quais haveria de se dedicar, ao longo da sua vida: “O processo das contradições e a revolução brasileira” e “Problemática atual da dialética”; uma atitude de vanguarda ao introduzir na cultura brasileira dois pensadores europeus que se tornaram clássicos do debate teórico-filosófico do século XX, György Lukács e Antonio Gramsci. Ainda, o legado de uma obra que tem o selo claro de uma intervenção política na defesa do socialismo e na renovação do marxismo – é que a profa. Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna, em seu Parecer apresentado à Comissão de Ensino e Títulos do Conselho Universitário, afirmou que a proposição da sua emergência poderia ter sido obra de qualquer das unidades acadêmicas que na UFRJ compõem o campo das ciências humanas.

Carlos Nelson Coutinho, tal como José Paulo Netto – companheiro de trabalho, de

jornada política e amigo de longa data – é, indubitavelmente, um dos melhores produtos do que Carlos Nelson denominou a “década longa dos anos 60”, conjuntura que, aberta em 1956, no XX Congresso do PC da URSS e terminada em meado dos anos 70, favoreceu – em meio às agitações de estudantes e trabalhadores em 1968, o terceiro-mundismo, o eurocomunismo, a Primavera de Praga – os melhores anos de florescimento e renovação do marxismo.

A ESS da UFRJ teve a sorte de acolher estes dois intelectuais na segunda metade dos anos 80. Ambos – de modo distinto, mas complementar – se constituíram em liderança teórico-acadêmica no processo de renovação do nosso Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – a refundação do Projeto de Mestrado em fins da década de 1980 e a criação do curso de Doutorado em 1994 – o que tornou nossa unidade acadêmica – na esteira da renovação da profissão no Brasil – um dos pilares dos avanços profissionais e acadêmicos da área no país.

Na verdade, tal sorte é também produto de uma iniciativa mais antiga que remonta ao ano de 1986, orquestrada pelas professoras Maria Helena de Rauta Ramos e Maria Inês de Souza Bravo que, à frente da direção da ESS na segunda metade dos anos 1980, se empenharam de forma consciente e estratégica em trazer para a Escola toda uma geração de intelectuais – destaque para as professoras Marilda Villela Yamamoto e Nobuco Kameyama, e os professores José María Gómez e Jean Robert Weissaupt – que juntamente à nossa dupla de eméritos (Carlito e José Paulo) alçaram a ESS/UFRJ à condição de agência nacional e internacional de formação de docentes e pesquisadores da área.

A elas agradecemos porque possibilitaram que Carlito chegasse até nós. E a ele, Carlos Nelson Coutinho, agradecemos o prazer de sua convivência e a sorte de beber em sua sabedoria.

Nota

¹ Fez esta intervenção, em nome do Conselho Diretor da ESS-UFRJ, a sua diretora, professora Mavi Rodrigues.

ARTIGO

A trajetória de Astrojildo Pereira (1890-1965), fundador do PCB

Marcos Del Roio*

RESUMO: Este artigo pretende mostrar a trajetória de Astrojildo Pereira como intelectual orgânico da classe operária brasileira no desempenho de funções diferentes. Astrojildo Pereira começou como gráfico e jornalista do movimento operário para depois se colocar como o principal fundador do PCB e dirigente político. Afastado dessa posição continuou a defender as posições do PCB, mas passou depois a atuar mais como crítico e organizador da cultura. Nesse papel atuou também como formador de novas gerações de intelectuais dentre os quais pode se destacar o nome de Carlos Nelson Coutinho, um dos introdutores das obras de Lukács e Gramsci no debate político e cultural no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Astrojildo Pereira; intelectuais; organização da cultura.

Astrojildo Pereira Duarte Silva nasceu em 8 de outubro de 1890, no distrito de Rio dos Índios, município de Rio Bonito, estado do Rio de Janeiro, Brasil. Em 1908, já em Niterói, para onde a família havia se transferido, abandonou os estudos formais ainda na terceira série ginasial, a fim de trabalhar como operário gráfico no Rio de Janeiro, sendo também admitido como servidor no Ministério da Agricultura. Já alimentava marcada paixão pela literatura e pela crítica política e social, tendo-se apresentado anonimamente ao velório do escritor Machado de Assis, importante literato brasileiro que lhe serviu sempre de inspiração. No decorrer da vida assinou seus trabalhos como Astrojildo Pereira e usou vários pseudônimos, tais como Basílio Torresão, Aurelino Corvo, Pedro Sambê, Tristão, Alex Pavel, Astper e Américo Ledo.

Em 1910 envolveu-se na campanha presidencial de Ruy Barbosa, jurista e diplomata de renome que defendia as liberdades liberais; mas a derrota para o general Hermes da Fonseca e a violenta reação do Estado frente à rebelião dos marinheiros, ocorrida no Rio de Janeiro naquele mesmo ano, fizeram florescer em Astrojildo Pereira forte descrédito pela religião e pelo estado de coisas existente no país. No ano seguinte, tomou a decisão de transferir-se para Paris, mas as dificuldades encontradas obrigaram-no ao rápido retorno, ainda que com a mala carregada de livros. Os seus pendores pelo ideário do anarquismo, que se apresentavam desde 1909, estavam agora consolidados e Astrojildo Pereira se colocava com decisão no campo das lutas sociais proletárias que se travavam no Rio de Janeiro, a capital da República brasileira.

Já militante do Centro de Resistência Operária de Niterói, em 1911 inicia a sua colaboração com a imprensa anarquista. Surgia então um intelectual estreitamente vinculado a uma classe operária em formação, de perfil artesanal ou manufatureiro, dentro de um meio social, como o brasileiro, no qual predominavam condições feudais.

Na sua militância anarquista, Astrojildo Pereira contribuiu na organização do II Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1913,

que teve entre suas decisões a reativação do periódico *A Voz do Trabalhador*. O movimento anarcossindicalista dedicou-se a denunciar o militarismo e a própria guerra imperialista de 1914, principalmente pelas páginas dos jornais *A Barricada* e *O Clarim*. Em 1915, Astrojildo Pereira participou ativamente na publicação de uma revista teórica, de nome *A Vida*. Nessa fase, a revista cultural e literária *ABC* também recebeu a contribuição de Astrojildo Pereira.

O início da guerra gerou acesa controvérsia no movimento operário, promovendo divergências sobre se postar contrariamente ou apoiá-la. Tanto o anarcossindicalismo quanto o reformismo social se ressentiram dessa efervescência, que atingiu os meios operários e pequeno-burgueses. Astrojildo Pereira se manteve firme na postura contrária à guerra imperialista e a COB – Central Operária Brasileira – organizou um Congresso da Paz em outubro de 1915. A carestia e o aumento do poder de contratação do trabalho, associados aos riscos do ingresso do Brasil na guerra ao lado da aliança anglo-francesa, reativaram o movimento operário e deram início à sua constituição efetiva como classe, nas condições de um capitalismo dependente e periférico, ainda em formação.

Entre 1917 e 1920, o Brasil também foi cenário da rebelião universal do trabalho que passou praticamente todo lugar onde as relações sociais capitalistas de produção tivessem sido inoculadas. O movimento começou em São Paulo em fevereiro de 1917 e logo se espalhou por outros estados, inclusive o Rio de Janeiro. Nesse ano, Astrojildo Pereira assumiu a direção do jornal *O Debate*, no qual colaborou o escritor Lima Barreto. Destaca-se nesse periódico, no mês de julho, um artigo de Astrojildo Pereira observando a dualidade de poderes presente na cena política da Rússia.

Em 1918 escreveu um panfleto em defesa da Revolução Russa, de título *A Revolução Russa e a imprensa*, usando o pseudônimo de Alex Pavel. Nesse mesmo ano ocorreu uma greve nos transportes dirigida por Astrojildo Pereira e outros, que foi reprimida com violência e estimulou, no mês de outubro, os preparativos

para desencadear uma insurreição popular no Rio de Janeiro, mas que acabou com a prisão dos conspiradores. Dentro de uma perspectiva jacobinista participaram anarcossindicalistas, socialistas e militares de baixa patente, inspirados pelos acontecimentos da Rússia.

Entre 1919 e 1921 ocorre a mudança ideológica de Astrojildo Pereira, em estreita conexão com o processo de crise estratégica do movimento operário e de concomitante fundação do Partido Comunista. A fundação da IC – Internacional Comunista – em março de 1919 repercutiu de imediato no Brasil, com o intento de se fundar o Partido Comunista. O problema da organização e do partido político emergia da própria dinâmica do movimento operário, mas o influxo da Revolução Russa mostrou-se decisivo. Em agosto do mesmo ano, Astrojildo Pereira passou a dirigir o jornal *Spartacus*, que sobreviveu até janeiro de 1920. As divergências sobre o andamento do movimento e da própria Revolução Russa tornaram ineficazes os primeiros esforços para a fundação do PCB, mesmo porque ainda predominava a concepção anarcossindicalista entre as principais lideranças operárias.

Um último esforço para se preservar a unidade do movimento foi realizado em abril, no III Congresso da COB. O diário *Voz do Povo*, dirigido por Astrojildo Pereira, seria a expressão desse empenho em fazer da COB uma organização mais centralizada, o que ao fim se mostrou inexequível, pois a cisão no seio do grupo dirigente do movimento operário brasileiro daquela fase estava bastante avançada. A derrota das greves, que fechavam o ciclo iniciado em 1917, agravava a crise, mas os resultados do II Congresso Mundial da IC, com seu esforço de delimitação do campo ideológico do movimento comunista, acentuaram o debate nas hostes do grupo dirigente do movimento operário brasileiro, permitindo que sedimentasse o caldo de uma vertente que percebia a necessidade da fundação de um partido operário e do apoio militante à Revolução Russa. Pelas páginas de *A Vanguarda*, Astrojildo Pereira insistiu na defesa da unidade do movimento e na maior

centralização organizativa, tomando como exemplo o sindicalismo combativo dos EUA de então. É possível que já estivesse convencido da necessidade de um partido, mas não queria promover uma cisão que fosse demasiadamente minoritária e pouco convicta.

Logo depois da realização do III Congresso Mundial da IC, em julho de 1921, Astrojildo Pereira decidiu empenhar-se na segunda fundação do Partido Comunista. Organizou o Grupo Comunista do Rio de Janeiro, em 7 de novembro de 1921, e passou a contatar e a estimular a formação de outros grupos congêneres em diversas outras localidades do país. Em janeiro de 1922, como iniciativa de Astrojildo Pereira, aparece a revista *Movimento Comunista*, como órgão dos grupos comunistas do Brasil, que indicava a necessidade da construção do partido operário, mas também da unidade sindical. Essa revista foi publicada até junho de 1923, contando sempre com textos de Astrojildo Pereira.

O congresso de fundação do PCB realizou-se em Niterói/RJ entre 23 e 25 de março de 1922, na casa de uma tia de Astrojildo Pereira. O congresso decidiu indicar um representante do Rio Grande do Sul, Abílio de Nequete, como secretário, por conta da proximidade com Uruguai e Argentina, onde os comunistas estavam mais bem organizados e contavam com alguma assistência da IC. A desistência desta tarefa por parte de Abílio de Nequete levou a que Astrojildo Pereira assumisse a função correta para quem concebera e organizara não só a fundação do partido comunista, mas uma vertente teórica e ideológica que vinha para durar na história da luta da classe operária brasileira.

No decorrer dos anos 1920, em torno de Astrojildo Pereira, Octavio Brandão, Paulo de Lacerda e outros, formou-se um novo grupo dirigente do movimento operário. O empenho foi o de firmar o novo agrupamento, para o que havia a necessidade de uma mutação ideológica que girava em torno da assimilação do marxismo e do vínculo com a Revolução Russa, mas também do esforço para se preservar a unidade do movimento operário numa conjuntura de derrota e refluxo. Em 1924, Astrojildo Pereira

foi para Moscou a fim de participar no V Congresso Mundial da IC e tentar filiar o PCB a essa organização. O adiamento do congresso, por conta da morte de Lenin, antecipou o seu retorno, mas o PCB foi aceito como membro depois do fracasso do primeiro intento feito no IV Congresso, de 1922.

O PCB procurava se fortalecer no sindicalismo, mas, ao mesmo tempo, começava a conceber a ideia de se aliar à juventude militar rebelada. A ideia de uma frente única proletária aos poucos se ampliou para a visão de uma possível aliança com tais militares, que representariam as demandas democráticas da pequena burguesia. Em 1927, Astrojildo Pereira foi enviado à Bolívia com a missão de se reunir com Luiz Carlos Prestes e propor a aliança política, tendo deixado livros e folhetos com o comandante da “coluna invicta”. Essa iniciativa fazia parte da estratégia que o PCB desenvolvia de formação de um Bloco Operário, mais tarde chamado de Bloco Operário Camponês. Foi precisamente em torno desta proposta organizativa que amadureceu uma teoria da revolução centrada nos interesses históricos da classe operária, inspirada na realidade nacional e no instrumental do marxismo difundido pela IC.

Astrojildo Pereira (e Octavio Brandão) conceberam um processo revolucionário em amadurecimento no Brasil, cuja estratégia seria concentrar forças contra a dominação oligárquica – o chamado Estado agrário – por meio de uma aliança da classe operária, apoiada pelo campesinato, com as camadas médias urbanas, representadas pela juventude militar rebelada. A avaliação da correlação de forças indicava que as camadas médias assumiriam o poder, mas se dividiriam, abrindo uma fase de disputa entre o proletariado e a burguesia pela condução do processo. A vitória do proletariado levaria o Brasil pra alguma forma de democracia revolucionária, mas a vitória burguesa implicaria um rearranjo com as camadas agrárias e a um regime de força antipopular. De todo modo, tratava-se de uma revolução democrática e burguesa, já que o objetivo era consequimento das liberdades políticas e do desenvolvimento

das forças produtivas. Os artigos de Astrojildo Pereira publicados no periódico da IC na América Latina, *La Correspondencia Sudamericana*, sintetizam essa visão geral. Em meados de 1929, o balanço que pode ser feito é que Astrojildo Pereira havia conseguido congregar um grupo dirigente no PCB em condições de colocar a jovem classe operária brasileira como protagonista na desagregação da dominação oligárquica.

Na segunda metade de 1929, quando a crise política no Brasil se aguçava, o PCB, como de resto o conjunto da IC, foi vítima de uma intervenção induzida pelo grupo de Stalin, que se apossara da direção do Partido Comunista Russo e da própria IC. Astrojildo Pereira fora para Moscou em julho para participar da X reunião plenária do Comitê Executivo da IC, para o qual fora eleito no VI Congresso Mundial da IC realizado no ano anterior, quando testemunhou a guinada na orientação política do movimento comunista. Em novembro, ainda em Moscou, participou de uma reunião com todos os sul-americanos ali presentes para reafirmar a nova orientação de acordo com a conjuntura continental. A mudança imposta indicava um estreitamento na política de alianças imediatas, com a exclusão da burguesia e parcela da pequena burguesia, e também uma mudança de foco, pois o inimigo principal passava a ser o imperialismo e não o Estado agrário, assim como se deveria dar mais peso ao campesinato. Ademais, a composição proletária da direção deveria também ser realçada.

Enquanto isso, a imposição da nova linha já estava ocorrendo entre os partidos do continente (e do mundo). Essa intervenção debilitou e dividiu o grupo dirigente que Astrojildo Pereira havia conformado. Em maio de 1930, liderou a delegação brasileira na reunião ampliada do *bureau* sul-americano da IC em Buenos Aires. A delegação brasileira se dividiu e foi acuada pelas críticas. No retorno, foram feitas várias modificações na direção, mas em novembro do mesmo ano, em decorrência da visita de um enviado da IC – Mikhail Borodin –, Astrojildo Pereira foi afastado da direção: o grupo dirigente

que havia construído a teoria da revolução estava descartado.

Astrojildo Pereira foi enviado a São Paulo, onde tentou ainda participar da vida partidária. Contribuiu então nos jornais *O Tempo* e *Homem do Povo*, pelo que foi obrigado a fazer autocrítica humilhante. Seus esforços para continuar a militância comunista pareciam inúteis na medida em que era sempre responsabilizado pelos problemas que o partido enfrentava. Em São Paulo, aproximou-se de Inês Dias, filha do antigo anarcossindicalista, e agora comunista, Everardo Dias, com quem logo se casaria. Escreveu um certo texto crítico de nome “Manifesto da contrarrevolução”, que mirava o documento de lançamento da chamada Legião Revolucionária de São Paulo, redigido por Plínio Salgado, futuro líder integralista.

A partir de 1932, tendo o seu nome vulgarmente identificado com epíteto negativo de “astrojildismo”, seus esforços se mostraram inteiramente inúteis, de modo que, afastado de vez do PCB, voltou a se estabelecer em Rio Bonito. Ainda em 1935, no VII Congresso Mundial da IC, o “astrojildismo” permanecia sendo denunciado e execrado, associado com as concepções de Bukharin. Em dezembro de 1934, junto com inúmeros intelectuais e artistas, emprestou a sua assinatura à Comissão Jurídica Parlamentar de Inquérito voltada contra as atividades ilícitas do movimento integralista, o passo inicial para a formação da Aliança Nacional Libertadora, uma precursora experiência de frente popular.

Depois de muitas dificuldades com editoras, no fim de 1935, de forma quase clandestina, publicou seu primeiro livro com o título de *URSS, Itália, Brasil*, composto por textos escritos entre 1929 e 1934. Nesse livro aparece um Astrojildo Pereira crítico impiedoso do fascismo e seus assemelhados, um ardoroso defensor da URSS e, apesar de tudo, um seguidor da linha política do PCB no seu combate e denúncia contra o “bloco feudal-burguês”, explorador das massas operárias e camponesas. Depois da chamada revolução de 1930, que pôs abaixo o Estado liberal, Astrojildo Pereira interessou-se pela literatura de origem autoritária-conservadora, pois

já intuía que a revolução burguesa no Brasil passaria, na verdade e dado o vínculo de origem entre a burguesia e o latifúndio, por um caminho de restauração e reciclagem das classes dominantes, que assumiria aspectos de fascismo.

Com a derrota da experiência de frente popular nacional expressa na ANL – Aliança Nacional Libertadora, em 1934-1935, e o avanço da forma ditatorial do Estado, Astrojildo Pereira optou por se manter recluso e entregue aos estudos literários, particularmente sobre Machado de Assis e Lima Barreto. Um produto desses estudos veio a público em 1944, nos estertores do chamado Estado Novo e quando já se pensava a realização de um congresso de escritores, com o livro *Interpretações*. A partir de então a militância revolucionária de Astrojildo Pereira seria retomada em outros termos, menos como dirigente político e mais como crítico e organizador da cultura, uma diferente faceta do intelectual que escolheu vincular a sua vida aos destinos da classe operária e da cultura de um povo/nação em construção.

Participou muito ativamente no I Congresso dos Escritores Brasileiros, realizado em janeiro de 1945, como representante do estado do Rio de Janeiro. O livro *Interpretações* havia lhe angariado um justo reconhecimento. Esse congresso foi norteado pela perspectiva unitária da recusa da barbárie fascista e pela liberdade completa de criação cultural. Nesse momento, assim como outros intelectuais comunistas de porte, como Caio Prado Jr. e Heitor Ferreira Lima, Astrojildo Pereira defendia a candidatura de antemão posta pela UDN – União Democrática Nacional –, do Brigadeiro Eduardo Gomes, para suceder a Getúlio Vargas.

Quando o PCB foi legalizado, em maio de 1945, logo Astrojildo Pereira solicitou sua nova inscrição. Foi aceito com a condição que fizesse de maneira pública uma revisão de posição política e assumisse por completo a orientação partidária, que defendia a União Nacional pela democracia em estreita aliança com a base operária construída por Getúlio Vargas e, se possível, com esse personagem servindo de garantia para um regime de liberdades democráticas

seladas numa Constituição redigida por uma assembléia eleita para esse fim.

Em 1946, na III Conferência Nacional do PCB, Astrojildo Pereira foi indicado como membro suplente do Comitê Central da agremiação, foi candidato a vereador no Rio de Janeiro em 1947 (não eleito), mas passou principalmente a se responsabilizar pela ação especificamente cultural do partido com a fundação da revista *Literatura*, que possuía entre seus colaboradores representantes ilustres da intelectualidade nacional. A revista conseguiu publicar apenas seis números, após o que precisou encerrar atividades, em decorrência da queda do PCB na ilegalidade, um subproduto da reorganização das forças sociais conservadoras e do contexto de Guerra Fria que se iniciava. Adaptando-se ao contexto internacional, mais que ao nacional, o PCB redefiniu a sua orientação política e deu uma forte guinada à esquerda, que trouxe doses significativas de sectarismo ideológico. Uma das consequências foi a ruptura aberta entre os intelectuais de esquerda e os liberais, que antes estiveram juntos na aliança antifascista.

Astrojildo Pereira participou com disposição dessa fase escrevendo artigos na imprensa partidária, principalmente n' *A Classe Operária*, depois *Voz Operária*, mas também em *A Tribuna Popular*, e tantos outros órgãos de imprensa. Importante notar que a base teórica do marxismo de Astrojildo Pereira, assim como de muitos outros intelectuais militantes, era aquela difundida por meio das obras de Plekhanov e o exarado pela Internacional Comunista, por onde se explica determinado esquematismo. Sua capacidade reflexiva e disposição para se debruçar sobre a cultura nacional e popular, contudo, permitiram que incorporasse esse instrumental limitado como importante elemento de ação política e intelectual.

No IV Congresso do PCB, realizado em 1954, Astrojildo Pereira não foi reconduzido ao Comitê Central, nem mesmo na suplência. Parou de escrever por algum tempo e só voltou à atividade depois da crise gerada pelos resultados do XX Congresso do PCUS, de fevereiro de 1956. Reconheceu que também ele havia

sido em todos os últimos anos, um cultor da figura de Stalin. A partir de então a contribuição de Astrojildo Pereira na imprensa partidária passa a ser intensa. Escreveu no *Hoje*, *Notícias de Hoje* e na *Imprensa Popular*.

A consolidação de uma nova orientação política no PCB, definida na chamada “Declaração de março” (1958), representou uma adequação às posições exaradas pela URSS, mas, ao mesmo tempo, o reconhecimento da necessidade de um estudo mais aprofundado da realidade nacional, da sua particularidade enquanto desenvolvimento capitalista. O PCB passava a pregar a formação de uma frente nacional e democrática contra o domínio imperialista, e essa perspectiva de uma política que contemplasse amplas alianças sociais e políticas tinha que necessariamente oferecer reconhecimento ao tema da cultura e dos intelectuais, como forma de consolidar um conhecimento mais aprofundado do terreno nacional.

Assim, ninguém mais adequado para essa tarefa do que Astrojildo Pereira, homem culto, afável, modesto e competente para agregar intelectuais maduros e jovens, capaz de abrir olhos (e páginas) para temas e autores críticos e inovadores. Além de colaborar no semanário *Novos Rumos*, novo órgão do partido, foi convocado a fundar a revista *Estudos Sociais* e depois a dirigir a revista *Problemas da Paz e do Socialismo*, novo meio de difusão do movimento comunista internacional. Em 1959 veio a público o livro *Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos*, muito bem recebido pela crítica. No periódico *Novos Rumos*, Astrojildo Pereira se encarregou da coluna Livros Novos. Mas foi na revista *Estudos Sociais* que Astrojildo Pereira de alguma maneira recuperou o papel de organizador de um intelectual coletivo.

Desempenhou o papel de ponto de equilíbrio na direção da revista, na medida em que divergências apareciam sobre temas teóricos e sobre a conjuntura política do país. Com ele estiveram nomes como Nelson Werneck Sodrê, Mario Alves, Jacob Gorender, Ruy Facó, Alberto Passos Guimarães e outros intelectuais

importantes na vida cultural e política do marxismo brasileiro. A solução de Astrojildo Pereira diante das diferenças foi a de abrir mais espaço para a juventude intelectual que se formava num marxismo distanciado do stalinismo. Foi a brecha por onde penetraram textos de Lukács, por exemplo, e onde começavam a se destacar jovens com Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho, membros de uma nova geração de marxistas.

Ao longo de seis anos e 19 números da revista, porém, Astrojildo Pereira escreveu apenas dois artigos: um sobre Machado de Assis e outro sobre Silvério Fontes, o fundador do primeiro agrupamento socialista no Brasil, no enfurecer da crise do escravismo. Em 1962, no entanto, publicou o livro *A formação do PCB*, por conta dos 40 anos de vida do partido. Esse livro trazia indicações fundamentais para a pesquisa histórica que deveria ser já iniciada, segundo sugeria.

Em 1963, Astrojildo Pereira esteve na URSS para tratamento da saúde e nesse mesmo ano foi publicado o seu livro *Crítica Impura*. No ano seguinte aconteceu o golpe de Estado que pôs fim às esperanças que vinham se acumulando desde 1958. Derrotados o PCB e o conjunto das forças sociais e políticas que investiam de alguma maneira num futuro democrático para o país, tiveram que tentar se esquivar dos golpes dos instrumentos das classes proprietárias em defesa de seus privilégios. O semanário *Novos Rumos* foi fechado, assim como parou de circular a revista *Estudos Sociais*.

Debilidado pelos problemas de saúde e abalado pelo impacto da derrota, Astrojildo Pereira foi preso em outubro de 1964, acusado de haver convertido Luiz Carlos Prestes em comunista (!). Foi solto três meses depois, mas seus problemas de coronárias se agravaram e veio a falecer em 10 de novembro de 1965. Como se viu, foi o introdutor do marxismo no Brasil e fundador do partido comunista, além de crítico cultural de alto quilate, certamente desconsiderado ou ignorado pelas novas gerações, sendo esse apenas um sinal da fragmentação da cultura das classes subalternas e de sua falta de

direção política e intelectual. O nome de Astrojildo Pereira, certamente, deverá constar da história da classe operária brasileira e sul-americana, quando essa conseguir se levantar como base de uma nova civilização.

Marcos Del Roio

* Professor de ciência política da Unesp – FFC, editor da revista *Novos Rumos* (São Paulo) e autor de larga bibliografia.



ARTIGO

Notas de memória: as primeiras influências de Carlos Nelson Coutinho no marxismo brasileiro

Ricardo Antunes*

RESUMO: Este pequeno texto pretende recuperar algumas *notas de memória* acerca da trajetória intelectual e política de Carlos Nelson Coutinho, responsável por uma das mais criativas formulações dentro do marxismo brasileiro. Recordaremos algumas dimensões originais de seu pensamento de “juventude” que tiveram forte impacto nos marxistas brasileiros dos anos 1970/1980, dentre eles: 1) a fertilidade de sua crítica literária de inspiração lukacsiana; 2) a crítica ontológica ao estruturalismo; 3) o profícuo esforço na busca da *particularidade* do capitalismo no Brasil a partir do conceito de via prussiana; 4) a introdução do conceito de *capitalismo monopolista de Estado* no Brasil, reelaborado à condição brasileira marcada pela *dependência e subordinação*, dentre outros pontos de relevo à obra teórica e política de Carlos Nelson Coutinho.

PALAVRAS-CHAVE: marxismo e ontologia; capitalismo e via prussiana; marxismo e política.

I

Datam do início dos anos 1970 as minhas primeiras recordações de Carlos Nelson Coutinho. Se para outros tantos a datação pode ser diferente, para aqueles de minha geração seu nome começou a exercer influência certa quando iniciamos nossa luta contra a ditadura militar. Como tantos outros, eu buscava, então, no marxismo, tanto suas trilhas teóricas, quanto suas formas de organização e ação políticas, que ainda eram ou predominantemente clandestinas ou semiclandestinas.

Talvez por um traço geracional – eu era um adolescente em fins dos anos 1960 – passei ao largo da luta armada que marcou esse período, mas, na viragem da década, atuando inicialmente no movimento estudantil e posteriormente na oposição sindical, ingressei de “corpo e alma” nas lutas políticas contra a ditadura. A busca pelo marxismo, num momento de derrota da luta armada, aproximou-me (ainda que por poucos anos) do PCB.

O partido vivia um período difícil: uma brutal repressão ceifou parte de seu Comitê Central e assassinou vários de seus militantes. Lembrome como se fosse hoje do anúncio trágico das mortes, nos cárceres e porões da ditadura em São Paulo, de Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho. Do horripilante Armando Falcão, ministro da ditadura, anunciando as prisões e repressões (omitindo os assassinatos) nas gráficas e na direção do PCB (e também do PCdoB, quando parte de seu Comitê Central foi dizimado na Lapa). O PCB encontrava-se, também, muito dividido, com grupos heterogêneos tentando reconstruí-lo em vários estados. A nossa (pretendida) tarefa era árdua: reorganizar o partido, ajudando a dotar-lhe de densidade teórica e política, para que se separasse definitivamente da dogmática ainda forte em sua estrutura.

Foi neste contexto e circunstância que os textos de Guilherme Marques, cada vez que chegavam do exterior (publicados no jornal *Voz Operária* ou rodados em mimeógrafos clandestinos), eram bastante disputados. Sabíamos, então, que o pseudônimo era do jovem marxista

baiano Carlos Nelson Coutinho, radicado no Rio de Janeiro desde os anos 1960, mas fora do país durante seu exílio. Junto com seu amigo inseparável, Leandro Konder, Carlos Nelson oferecia sempre uma formulação criativa e frequentemente original: sua forte influência lukacsiana era profundamente inspiradora e *ponto de partida* para a reconstituição de um marxismo mais aproximado à concretude brasileira. Recuperava as linhagens iniciadas por Astrojildo Pereira, adensadas por Caio Prado Jr. (inspirador maior de nosso grupamento dentro do PCB), não sem incorporar e reconhecer também o importante legado de Nelson Werneck Sodré, todos presentes de algum modo nos textos de Carlos Nelson. Foi dentro desse espírito que, pouco tempo depois, um grupo de intelectuais (dentre eles, José Chasin, Gildo Marçal Brandão, Marco Aurélio Nogueira e em seguida Celso Frederico, em São Paulo, com apoio de Nelson Werneck Sodré, Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder e José Paulo Netto, no Rio de Janeiro), criou, em 1977, a revista *Temas de Ciências Humanas*.

Neste pequeno texto (que escrevo com sentimento dúplice: de enorme tristeza pela perda do amigo, alternada por uma lembrança comovente), não tenho outro objetivo senão recuperar algumas *notas de memória*, correndo o risco de cometer alguns embaralhamentos que a distância propicia, ao fazer a memória vacilar. Mas como a morte de Carlos Nelson nos atingiu de golpe, recorro aqui às lembranças, para tão somente indicar algumas pistas deixadas pelo marxista baiano, especialmente em sua produção de juventude. Nascido em 1943, nos anos 1970 – década que estamos recordando – Carlos Nelson completava o que Sartre sugestivamente denominou como *idade da razão*.¹

II

A *primeira lembrança* que tenho dos escritos de Carlos Nelson remete à literatura. Lukacsiano fino e criativo, nosso jovem marxista indicava caminhos experimentais para se compreender, por exemplo, a escritura de Graciliano

Ramos, Lima Barreto e Kafka. De Lima Barreto vinha a percepção da funda crítica social que plasmava sua escrita refinada; partindo da formulação de Lukács, situava Kafka no campo de um realismo *parcial*. Mas foi *para além* de seu velho mestre, transcendendo-o *lukacsianamente*.²

A *segunda lembrança* que recupero (e aqui não há nem mesmo uma hierarquia cronológica, que certamente seria lacunar e imprecisa) foi a descoberta que eu fiz de seu livro *O Estruturalismo e a miséria da razão* (Paz e Terra, 1972). A polêmica *áspera* com os estruturalismos (Lévi Strauss, Roland Barthes, Michel Foucault e especialmente Louis Althusser), no auge da vigência dessa última variante do materialismo que impactava a França (e se esparriava também pela USP), fez com que seu texto fosse devorado por aqueles que percebiam o derretimento da ontologia e o endurecimento das estruturas desprovidas de subjetividade. Claro que se trata de um livro *datado*, com altos e baixos, como o próprio autor tantas vezes recordou, em sua fase posterior; mas ele teve papel de destaque, ao caminhar pela *contramão*, na travagem da influência exacerbada do estruturalismo e no resgate do marxismo de matiz ontológica que se exercitava no Rio de Janeiro, sem rupturas entre o “jovem” e o “velho” Marx, em distinção à certas leituras de *O capital* que floresceram em outras plagas e que por vezes emaranhavam-se pelos (des)caminhos do estruturalismo.

A *terceira lembrança* da influência de Carlos Nelson deu-se pelo seu esforço criativo em buscar a apreensão da particularidade do nosso capitalismo, recusando o transplante da transição *clássica* vivenciada pela Inglaterra ou França. Ele foi buscar, novamente pela influência lukacsiana, mais similitudes na conformação do nosso capitalismo com a *via prussiana* do que com a *via clássica*. Neste esforço, do qual foi um dos pioneiros, Carlos Nelson pensou no solo social que permitia o florescimento de autores vitais de nossa literatura, como Lima Barreto, mas também nas trilhas que o nosso capitalismo percorrera, mais *prussiana* do que *clássica*.

Aqui Carlos Nelson encontrava, no interior do mesmo PCB, intelectuais marxistas como Luiz Werneck Vianna e José Chasin, de onde, cada um, ao seu modo, oferecia contribuições de relevo nesta analítica, no que foram seguidos por uma *segunda geração*, que abraçou e deu continuidade à mesma causa. Essa influência fora tão forte para Carlos Nelson que, no ano de 2000, quando realizei meu concurso para professor titular no IFCH/Unicamp – e tive a enorme felicidade de “reencontrá-lo” na banca examinadora – ele me perguntou se eu ainda caminhava por estas trilhas (ou as havia abandonado), uma vez que meu trabalho apresentado neste concurso – o livro *Os sentidos do trabalho* – tematizava a partir da contextualidade do capitalismo e do trabalho em alguns dos principais países capitalistas “avançados” e não fazia referência a este debate.

Minha resposta foi claramente positiva. E pude lembrar, no momento especial do reencontro, depois de tantos anos onde nossos caminhos teóricos e políticos nem sempre confluíam, a forte influência de seus escritos “de juventude” sobre minha formação, além da enorme felicidade que sua presença significava para mim. A partir de então, vale acrescentar, nossa relação intelectual tornou-se muito mais próxima e fraterna. Nossa correspondência tornou-se novamente frequente e cada vez mais amigável, interrompida somente pela sua morte brutal.

A *quarta lembrança* da influência de Carlos Nelson remete à introdução que ele ajudou a fazer no Brasil, do conceito de *capitalismo monopolista de Estado*, que creio – aqui é uma suposição, pois a lembrança pode ser falha – foi por ele absorvido especialmente a partir do marxista francês Paul Boccara. Seu texto militante – posteriormente republicado em artigos, um deles, sempre puxando pela memória, na revista *Ensaio* em sua primeira fase – chamava atenção para a importância dessa reflexão acerca do *capitalismo monopolista de Estado*.

Mas, o que na época mais chamou mais atenção foi que Carlos Nelson (é bom lembrar sempre sua parceria intelectual com Leandro Konder, outro marxista frequente nas

discussões no interior do PCB) adicionou ao *capitalismo monopolista de Estado* a sua condição de *dependência e subordinação*. Ele criava, assim, a possibilidade de se pensar essa categoria elaborada a partir da particularidade do capitalismo dos países europeus do pós-guerra, adicionando uma *particularidade* decisiva, dada pela condição de *subordinação estrutural ao imperialismo*. Assim, a categoria nova – *capitalismo monopolista de Estado dependente* – poderia ajudar a pensar a particularidade brasileira, caracterizada por uma industrialização forte, porém hiper tardia e subordinada ao capital externo e às burguesias forâneas.

III

Logo no início da década de 1980, ambos deixamos o PCB. Pouco antes de sair, Carlos Nelson aprofundou sua militância intelectual e política nas trilhas do eurocomunismo, sendo responsável por texto de forte impacto na esquerda brasileira, com o título sobejamente conhecido e não menos polêmico: “A democracia como valor universal” (1979).

A crise no interior do partido se aprofundava: a ruptura recente de Prestes exercera forte impacto, as dissensões se amplificaram significativamente e Carlos Nelson Coutinho, em 1982, deixava o partido ao qual tanto tempo contribuíra com sua militância intelectual e política. Nossos caminhos se distanciaram nesta década de 1980: embora ambos tenhamos ingressado no PT, nossas vertentes eram bastante diferentes. Para minha felicidade, em 1993, pudemos retomar nossa interlocução: Carlos Nelson participou de importante encontro internacional sobre a obra de Lukács, no IFCH/Unicamp, onde apresentou seu excelente texto *Lukács, a ontologia e a política*.³

O primeiro e principal introdutor de Lukács no Brasil (junto com Leandro Konder, José Chasin e José Paulo Netto), desde fins de 1970 já havia iniciado sua inflexão de Lukács rumo a Gramsci. Mas o fez sem nunca desconsiderar o primeiro mestre, reavaliando-o, como se poder-se constatar no artigo acima mencionado, no qual

apresenta tanto os pontos de conexão como os de distanciamento entre as duas ontologias materialistas mais excepcionais do século XX. Ele era o marxista brasileiro mais qualificado para apresentar estas duas formulações: conhecia como ninguém as obras de Lukács e Gramsci.

E foi à obra gramsciana que Carlos Nelson dedicou as suas últimas décadas. Sua contribuição ao conhecimento em profundidade da obra do filósofo sardo no Brasil é por todos conhecida e reconhecida: basta dizer que ele liderou o espetacular trabalho de tradução dos *Cadernos do Cárcere*. Escreveu também inúmeros artigos e livros sobre a obra de Gramsci, participando, uma vez mais, da renovação vigorosa do marxismo brasileiro, trabalho que lhe trouxe ressonância internacional.⁴

No ano de 2000, como mencionei anteriormente, tivemos a oportunidade de consolidar plenamente nossa retomada. O nosso reencontro intelectual e pessoal estava definitivamente selado, para minha enorme felicidade, que faço questão de externar publicamente uma vez mais. E, quem diria, fomos juntos à Brasília em 2004, para ajudar a fundar o Psol, já escolados pelos anos de PCB e de PT. Nosso reencontro foi, então, também político, como nos velhos tempos.

Penso, para concluir, que há um esboço do amplo leque de questões e temas que saíram da safra de Carlos Nelson, especialmente em sua *primeira fase* e sobre os quais os jovens marxistas de hoje, no Serviço Social e nas Ciências Sociais em geral, poderão se debruçar, estudar e investigar. Será a melhor homenagem ao amigo que se foi. E que ajudou a construir o melhor do marxismo brasileiro das últimas décadas.

Notas

- ¹ O excelente artigo de José Paulo Netto, “Breve nota sobre um marxista convicto e confesso”, no livro *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil* (In: Braz, M. (org.), São Paulo: Expressão Popular, 2012), oferece um inventário cuidadoso da vasta obra de Carlos Nelson e é, por

isso, ponto de partida imprescindível para qualquer pesquisa a ser realizada sobre ele. E o livro oferece, nos artigos que apresenta, vários elementos de relevo sobre a vida e obra de Carlos Nelson.

- ² Ver “Kafka: pressupostos históricos e reposição estética”, in: *Temas 2*. São Paulo: Ed. Grijalbo, 1977, p. 17. Sobre Lima Barreto e Graciliano Ramos, ver *Realismo e Anti-Realismo na Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974, onde, além de Carlos Nelson, já é visível a existência do “grupo lukacsiano radicado no Rio de Janeiro”, com Leandro Konder, José Paulo Netto e Sergio Henriques, dentre outros.
- ³ Publicado em *Lukács: um Galileu do século XX*, in: Antunes, R. e Rego, W. (orgs.), São Paul: Boitempo, 1996.
- ⁴ Basta mencionar aqui seu recente livro publicado no exterior: *Gramsci's political thought*. Leiden/Boston: Brill/HM Book Series, 2012.

Ricardo Antunes

- * Professor titular de sociologia do trabalho no IFCH – Unicamp e autor, entre outros livros, de *Os sentidos do trabalho*, (Boitempo, 12ª edição, 2010), *Adeus ao trabalho?* (Cortez, 15ª edição, 2010) e *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*, em coautoria com Ruy Braga (Boitempo, 2009). Coordena as coleções *Mundo do Trabalho* (Boitempo), *Trabalho e Emancipação* (Expressão Popular) e é pesquisador do CNPq.



ARTIGO

Carlos Nelson Coutinho e a polêmica criadora – considerações preliminares

Sofia Manzano*
Milton Pinheiro**

RESUMO: Carlos Nelson Coutinho foi um intelectual que durante toda a sua vida mesclou uma profunda erudição com uma participação política ativa e polêmica. Sempre no campo da esquerda comunista, esse intelectual, que foi membro do PCB, contribuiu para o pensamento marxista brasileiro, ao introduzir em nossa cultura política o pensamento de Gramsci e Lukács. Desde jovem, o seu apreço pela crítica literária permitiu que ele inovasse nesse campo ao incorporar autores como Kafka, ao rol dos autores realistas. Na esfera da teoria política desenvolveu uma inovadora e polêmica conceituação da democracia, que culminou, em seu último livro, com uma leitura inédita de Rousseau para além do contratualismo formal.

PALAVRAS-CHAVE: comunismo; crítica literária; democracia.

Para Sofia Rios Meira, nossa neta, que, ao nascer e crescer,
contribua para transformar o mundo em que vivemos.

Queremos, com esse pequeno texto, fazer uma saudação crítica à figura do intelectual marxista Carlos Nelson Coutinho. Trata-se, aqui, de chamar a atenção para sua principal característica, qual seja, dentro do campo do marxismo, a ousadia de criar polêmicas na perspectiva de sempre analisar e prospectar trilhas para que os revolucionários possam se colocar como protagonistas no cenário da luta de classes.

Para aqueles que estão permanentemente envoltos com a “pequena política” ou com a leitura aligeirada da teoria, Carlos Nelson Coutinho representa aquela figura que ou se toma como contraditório no debate teórico-político, ou se coloca como desafio a ser julgado, sem entrar nos meandros das suas formulações. Por sua posição “contra a corrente” e a defesa da democracia progressiva, ele se manteve sempre como, no mínimo, polêmico e “perigoso” para leitores que já sabiam a conclusão de suas leituras. Neste mundo hodierno, de edições em profusão (nunca se publicou tantos livros como agora) e pouquíssimos leitores, no máximo leitores de resenhas ou orelhas de livros, a confusão que Carlos Nelson provoca é perfeitamente justificada pela ignorância vicejante.

Para além de seu trabalho, amplamente conhecido, de ter trazido para nós Gramsci e Lukács; para além de suas inovadoras críticas literárias; para além de seu papel como militante do PCB, do PT e do PSOL, Carlos Nelson foi um intelectual original. Desde cedo esteve presente no cenário político brasileiro como militante; porém, as transformações de fundo na sociedade formaram um campo de preocupações que fizeram com que ele representasse o autêntico intelectual orgânico da classe trabalhadora.

O percurso histórico

O baiano Carlos Nelson era filho de uma família de liberais com tradição intelectual, cujo pai, o velho deputado da UDN, Natan Coutinho, tinha em sua biblioteca clássicos do marxismo. Ao ler o *Manifesto Comunista*, diz Carlos Nelson ter se tornado comunista. Iniciou

seus estudos e desde cedo marcou sua presença na *Revista Ângulos*, que era editada pelos estudantes de Direito da Universidade Federal da Bahia. Ali publicou dois artigos, nos números 16 e 17, em que tratava de temas extremamente complexos para um jovem de 17 anos: o primeiro texto, “O processo das contradições e a revolução brasileira” e o seguinte, “Problemática atual da dialética”. O primeiro artigo indaga o que haveria de científico no que já havia sido escrito sobre a pequena burguesia brasileira e a fração industrial da burguesia. O segundo questiona os estudos e formas “oficiais” com que se pensavam as categorias marxistas até então no país, trazendo à baila ideias de Lukács. Esses dois textos representaram uma inovação para os intelectuais de então, mesmo tendo sido escritos por um jovem de 17 anos. Após esses dois artigos, ainda à procura de um horizonte intelectual, Carlos Nelson escreveu um artigo sobre Sartre na revista *Estudos Sociais*.

A publicação desse artigo, nos relata Leandro Konder em suas *Memórias de um intelectual comunista*, gerou muita polêmica no interior do conselho da revista, da qual fazia parte. Além de relatar os duros debates e as possibilidades de críticas das bases à direção do PCB na época, Konder relata que recebeu do leitor Carlos Nelson, ainda residente na Bahia, esse artigo favorável à Sartre. Diante das oposições de parte do conselho – principalmente de Mario Alves e Jacob Gorender –, ele e Armênio Guedes criaram a seção “Problemas em debate” especialmente para a publicação desse artigo (Konder, 2008, p. 54).

Já nesse período de estudos iniciais, ainda na Bahia, Carlos Nelson torna-se militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB); todavia, com o golpe burgo-militar, muda-se para o Rio de Janeiro. Ali começa o período mais fértil da sua formação intelectual. Ao lado de seu interesse pela crítica literária, o jovem intelectual baiano desperta para a filosofia política, ao integrar o projeto da editora Civilização Brasileira de traduzir Antonio Gramsci pela primeira vez no Brasil e, como nos alerta Konder, antes mesmo dos franceses, ingleses e

norte-americanos. Carlos Nelson traduziu *Concepção dialética da história, Os intelectuais e a organização da cultura e Literatura e vida nacional*. Acreditamos que parte desse período o seu envolvimento intelectual e político com o pensador sardo, tornando-se um dos maiores especialistas em Gramsci no mundo, ao ponto de ter construído uma interpretação particular sobre esse pensador que pauta os debates teóricos em torno da sua obra. Para alguns, na crítica às formulações de Carlos Nelson, a sua interpretação de Gramsci se constitui a partir de um viés culturalista e reformista.

No entanto, o trabalho intelectual do jovem pensador é interrompido pela inflexão e truculência da ditadura burgo-militar que resolveu eliminar fisicamente aqueles que lutavam contra ela. Carlos Nelson, após diversos assassinatos de seus camaradas comunistas do PCB, é desterrado para o exílio. No exílio, passou pela Itália, Portugal e França. O contato com os acontecimentos produzidos pela esquerda comunista europeia e suas formulações, em especial do PCI, aproximou-o das concepções do chamado “eurocomunismo”. A partir daí, com base nessas novas formulações, a participação dele no debate interno do PCB vincula-se àqueles que expressam fortemente críticas ao posicionamento caudatário das ideias socialistas desenvolvidas e tornadas oficiais na União Soviética e no Leste Europeu.

Esse debate pela “renovação” do PCB ocorreu dentro da Assessoria do Comitê Central no exílio, da qual ele fazia parte. Sem entrarmos aqui no mérito das posições em litígio, ao retornar do exílio Carlos Nelson se afasta do partido, no início dos anos 1980. Um dos aspectos dessa contenda é o ensaio, hoje muito conhecido, “A democracia como valor universal”, publicado inicialmente, em 1978, na revista *Encontros com a Civilização Brasileira*.

Essa polêmica, passados mais de vinte anos, não foi devidamente esclarecida e, muitas vezes, os debates apaixonados em que se envolvem aqueles que, como Marx, não são apenas intelectuais, mas também militantes e dirigentes da esquerda revolucionária brasileira, deixam

passar despercebidas as contribuições inovadoras nas interpretações de Carlos Nelson. Mais adiante, ao tomarmos como objeto de análise seu último livro publicado em vida, *De Rousseau a Gramsci*, voltaremos a ela.

A crítica literária inovadora

Apesar de vários intelectuais brasileiros terem tido contato com os textos de György Lukács, Carlos Nelson Coutinho é considerado por Leandro Konder, seu amigo desde cedo, o primeiro “lukacsiano brasileiro”. A partir daí, aprofundou seus estudos sobre o filósofo húngaro tirando consequências interpretativas e inovadoras para sua investigação sobre a realidade brasileira. Ao lado desses estudos, Carlos Nelson desenvolveu um profundo interesse pela crítica literária, demonstrando seu descontentamento com as insuficiências que eram comuns tanto nas críticas conservadoras da ideologia dominante, como, por outro lado, na vulgata de cunho stalinista representada pela “oposição ideológica” que queria ser o realismo socialista do teórico Zhdanov.

Carlos Nelson parte para construir sua própria trajetória nesse campo da interpretação cultural. Além de seus estudos de crítica literária a respeito de Dostoievski, Lima Barreto, Graciliano Ramos, Jorge Semprún e Soljenitzin, seu livro *Lukács, Proust e Kafka* não só representa um avanço teórico na crítica literária em relação ao mestre húngaro – ao considerar Kafka um autor importante no realismo literário, ao contrário de Lukács –, mas também uma lição de crítica.

Sua análise crítica da obra de Kafka, colocando-o no campo da literatura realista, tem como pano de fundo as transformações sociais pelas quais passa o capitalismo do início do século XX. Daquele capitalismo concorrencial, em que o burguês liberal “empreendedor” forma o personagem típico (no sentido lukacsiano do termo) do romance realista, o século iniciante traz consigo a monopolização e a emergência das burocracias das grandes corporações e do Estado. Enquanto o personagem do romance

realista do século XIX capitula, conformado, resignado e de maneira trágica à impossibilidade objetiva de exercer sua individualidade diante das forças objetivas que formam o centro das contradições do romance realista desse período, no século dos monopólios a impossibilidade da realização do homem emancipado torna-se mais desesperadora, diante do gigantismo monopolista do Estado, das empresas e suas máquinas de propaganda.

Neste sentido, diz Carlos Nelson, em sua crítica à obra de Kafka:

Com a passagem do capitalismo liberal para o capitalismo dos monopólios, essa dialética entre causalidade e necessidade sofre alteração. Os espaços livres começam a desaparecer na esfera econômica. O tradicional empresário autônomo da era liberal (que ainda aparece no centro de um romance como *Os Buddenbrook* de Thomas Mann, publicado em 1900) é substituído pelas grandes organizações monopolistas dirigidas de modo impessoal e burocrático. O consumo, por sua vez, torna-se objeto de crescente ‘racionalização’, de regulamentação; o consumidor é cada vez mais manipulado, coagido a consumir aquilo que lhe é prescrito pelos monopólios. E, a partir da base econômica, o processo se generaliza à totalidade da vida social (Coutinho, 2005b, p. 129).

Assim, prossegue:

O problema que Kafka pretende evocar em sua obra pode ser assim resumido: em nosso tempo, nem mesmo o homem médio – ou seja, o homem desprovido de qualquer impulso no sentido de uma autofruição verdadeira humana da própria personalidade e muito distante de um ser inconformista (como eram Julian Sorel, Lucien de Rubempré, Raskolnikov ou mesmo o narrador da *Recherche*) – pode se julgar a salvo

daquela ‘força objetiva’ que, à sua falsa consciência, aparece como um destino fatal. O choque trágico com a realidade alienada não é mais o resultado de uma batalha na qual a iniciativa pertence ao indivíduo e que, por isso mesmo, atinge apenas algumas figuras excepcionais (ainda que típicas no sentido lukacsiano da expressão); Kafka nos mostra que uma tal situação pode ocorrer até mesmo ao mais oco e medíocre conformista (Coutinho, 2005b, p. 131).

Nestes poucos excertos, pode-se ter claras a erudição e a criatividade crítica de Carlos Nelson no sentido de ir além dos marcos estabelecidos pelo marxismo reinante até então, se contrapondo, de forma original, às formulações dominantes.

A crítica literária normalmente se torna inócua e, hoje, pela pobreza intelectual reinante, não passa de resenhas para vender livros, uma vez que, na melhor das hipóteses, fica restrita ao âmbito da alta cultura. Quando desempenhou, com louvor e nas trilhas abertas por Lukács, esse caminho, ou seja, da crítica da alta cultura, Carlos Nelson contribuiu de forma seminal. Mas esse não foi seu único percurso de trabalho crítico. Além de suas inovações acima afirmadas, dentro do campo do marxismo, a partir da contribuição e sob influência do pensamento de Gramsci, seu interesse passa a ser a investigação da cultura em sentido lato, como afirma José Paulo Netto, no posfácio da reedição do livro *Estruturalismo e a miséria da raça*. Assim sendo, torna-se central, para ele, o estudo e o debate sobre o papel dos intelectuais na organização da cultura, mas também, a cultura e a sociedade no Brasil.

Carlos Nelson e o debate sobre o Brasil

Além das duas trilhas intelectuais seguidas e aprofundadas por Carlos Nelson – a renovação da cultura marxista via Lukács e a renovação da política a partir de Gramsci – nosso autor participou dos debates sobre o Brasil levando em

consideração os escritos de Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes. Para efeito de opinião, nesse texto, utilizaremos os dois últimos.

Para Carlos Nelson, em Caio Prado Jr., apesar de ter dedicado grande parte de sua obra à história pretérita, o elemento central dos estudos do historiador marxista era a compreensão do Brasil contemporâneo. Ele encontra, ainda, uma profunda conexão entre *Formação do Brasil contemporâneo* e *A revolução brasileira*, analisando que “Caio Prado tem sempre em vista a investigação do presente como história, o que implica para ele, enquanto marxista, uma análise dialética da gênese e das perspectivas deste presente” (Coutinho, 2005a, p. 221).

Caio Prado, na interpretação de Carlos Nelson, identificou características peculiares no capitalismo brasileiro, chamado por ele de via “não-clássica”, estabelecendo com o historiador um debate rico sobre essa questão; todavia, corroborando a crítica feita a Caio Prado, de ter analisado o período da Colônia e do Império pela via da circulação, não utilizando (talvez por desconhecimento) o conceito de modo de produção para entender as relações sociais. Segundo Carlos Nelson, Prado Jr. toma uma sociedade mercantil como uma sociedade capitalista incompleta, o que não condiz com a perspectiva analítica marxista, ao tempo em que, também, não conhecia o conceito marxista de capitalismo de Estado. Porém, não deixa de sublinhar os méritos de Caio Prado em sua pesquisa sobre a sociedade brasileira, considerando o historiador comunista como um pioneiro na interpretação marxista da formação social brasileira. Uma das categorias construídas por Caio Prado, a de escravismo mercantil, para designar as relações sociais de produção no período colonial, é destacada por Carlos Nelson para demonstrar a qualidade desse autor.

No caso do debate que manteve com Florestan Fernandes, Carlos Nelson identificou no sociólogo brasileiro a construção daquilo que ele chama de “imagem do Brasil”. Nas suas próprias palavras, qualificando o autor, ele afirma:

Forçando um pouco os termos, poderemos dizer que tais ‘imagens’ contêm sempre uma articulação entre ciência e ‘ideologia’, ou entre ser e dever-ser, o que nos permite classificá-las – conforme sua perspectiva, seja conservadora ou revolucionária – como de direita ou de esquerda. Para darmos uns poucos exemplos, há ‘imagens do Brasil’ nas obras de Gilberto Freyre e Oliveira Vianna, que são de direita, ou nas de Caio Prado Jr. e de Nelson Werneck Sodré, que são de esquerda (Coutinho, 2005a, p. 245).

Compondo essa ‘imagem do Brasil’, o livro *A revolução burguesa no Brasil*, que é considerado uma obra-prima, trata-se de um “texto onde o marxismo é assumido explicitamente como ponto de vista metodológico” (Coutinho, 2005, p. 246). Assim como outros marxistas, Florestan Fernandes trata da questão da revolução burguesa, para Carlos Nelson, centrado em três aspectos: 1 - processos que conduziram à modernização capitalista; 2 - especificidade da revolução burguesa no Brasil que torna o capitalismo entre nós muito particular; e 3 - “tendências e caminhos” para superar essa formação social.

Ele encontra, nos estudos de Caio Prado e Florestan Fernandes, pontos de divergência com as formulações do principal operador político da época em que foram feitos, ou seja, o PCB. Qualificam como subproduto do VI Congresso da Internacional Comunista as formulações do Partido, deixando em aberto um grande debate.

Democracia, a vontade geral e a pós-modernidade

Como polêmico e original intelectual brasileiro, em seu último livro publicado em vida, *De Rousseau a Gramsci*, Carlos Nelson abre uma chave de interpretação do pensamento e da contribuição teórica de Rousseau para além dos enfoques tradicionais. Como inspirador

de grandes lideranças da Revolução Francesa, como Robespierre e Marat, mas também como tendo sido o causador do único atraso no passeio diário em toda a vida de Kant, pelo impacto que causou no metódico formulador da filosofia liberal moderna, Rousseau sempre foi, também, polêmico e incompreendido. Neste sentido, a chave interpretativa aberta por Carlos Nelson permite perceber porque o genebrino inspirou tanto liberais quanto revolucionários.

Carlos Nelson parte da análise do *Discurso sobre a desigualdade*, obra em que afirma a continuidade do pensamento contratualista de Rousseau. Neste sentido, ao considerar ainda a sociedade como resultado de um contrato, o genebrino estaria inscrito nos cânones do liberalismo clássico. No entanto, como afirma Carlos Nelson, e se pode ler desde as primeiras páginas do *Discurso sobre a desigualdade*, a preocupação e, diríamos até, o pessimismo rousseauiano, assentam-se no resultado que já é possível antever logo nos primórdios do capitalismo e da sociedade civil burguesa, qual seja, a desigualdade, a pobreza e a alienação.

(...) enquanto para Hobbes e Locke o resultado do contrato seria a criação de um governo que beneficia igualmente todos, assegurando o melhor espaço possível para o livre desenvolvimento dos indivíduos singulares, o contrato que Rousseau nos descreve, no *Discurso*, beneficia apenas uma parcela da sociedade, precisamente os ricos, os detentores de propriedade. Na medida em que a propriedade, no estado anterior do contrato, resultava apenas de uma usurpação, de ‘uma conquista pela força’ – estando longe, portanto, de ser um direito natural legitimado pelo trabalho, como supunha Locke (Coutinho, 2011, p. 28).

No entanto, ainda sobre a influência do *Discurso...* e da teoria do contrato, hodiernamente, há quem defenda que poderíamos aplainar ou amenizar essas desigualdades, como querem os liberais de esquerda, por meio de políticas

públicas no seio do Estado capitalista. Isso porque a teoria contratualista, ainda presente no *Discurso...* de Rousseau, parte do indivíduo portador de sua liberdade irrestrita no ‘estado de natureza’. Portanto, cabe ao Estado – acima e fora da sociedade civil – como guardião e zelador do contrato, atuar apenas sobre as situações em que os indivíduos livre e iguais na sociedade civil não conseguem chegar à uma situação de equilíbrio e que maximize o bem comum. O que, em outras palavras, significa dizer que o Estado deve apenas atuar nas falhas do livre mercado. Toda concepção contratualista não leva em consideração as questões da luta de classes, já que, para essa concepção, não existem classes.

Ao analisar o *Contrato Social*, obra posterior de Rousseau, Carlos Nelson Coutinho chama a atenção para uma mudança de fundo operada nas concepções do autor, a qual considera, neste trabalho, como uma sociedade não mais formada a partir de um contrato, senão a expressão de uma Vontade Geral. Assim, a legitimidade do Estado não é a legitimidade advogada pelos liberais, mas com um conteúdo específico. Nas palavras de Carlos Nelson, temos:

... o seu conceito [de Rousseau] de legitimidade – tal como o dos gregos e ao contrário do de Locke e dos liberais – refere-se ao conjunto da ordem social e não apenas ao seu nível especificamente político. A legitimidade proposta por Rousseau é uma legitimidade quanto aos conteúdos e não somente quanto aos procedimentos (Coutinho, 2011, p. 30).

Essa chave interpretativa se faz possível a partir da observação feita por Carlos Nelson de que, no *Contrato Social*, Rousseau coloca a questão não só da formação da sociedade, mas também da formação de um novo indivíduo:

Do ponto de vista dos fundamentos econômico-sociais, ele [Rousseau] propõe uma sociedade que elimine os principais inconvenientes da propriedade privada (a

polarização extrema entre riqueza e pobreza) e, desse modo, evite a conflitualidade e a desigualdade próprias da ‘sociedade civil’ burguesa. Do ponto de vista do indivíduo, propõe a construção de um tipo de homem que, colocando o *amour de soi* (temperado pelo *pitié*) acima do *amour-propre*, seja capaz de tornar-se efetivamente virtuoso, orientando-se não mais pelo egoísmo (pelo interesse privado), mas sim pela ‘vontade geral’ (pelo interesse comum) (Coutinho, 2011, p. 31).

A partir dessas compreensões, ousamos dizer que a “vontade geral” que estaria na base da democracia da sociedade emancipada está inscrita no mesmo sentido de Marx, quando este afirma que a classe operária é a única portadora do projeto emancipador humano, ou seja, é o trabalhador que tem em si a possibilidade de emancipar não só o trabalhador, mas toda a humanidade. Essa trilha investigativa aberta por Carlos Nelson apresenta instigantes desafios àqueles que pretendem “não só pensar o mundo, mas, sobretudo, transformá-lo”.

Por fim, mas não menos importante, queremos ressaltar, no mesmo sentido do posfácio citado anteriormente, escrito por José Paulo Netto, a importância da crítica empreendida por Carlos Nelson, ainda em 1972, ao estruturalismo, presente em seu livro de então, *Estruturalismo e a miséria da razão*.

Em tempos tão difíceis, tanto na política quanto no “embate das ideias”, não é demais ressaltar que, apesar das lacunas, este texto é fundamental para todos aqueles que, em nossos dias, enfrentam duramente a onda reacionária e irracionalista do pensamento pós-moderno. O obscurantismo, a mistificação e a derrota da razão, divulgados cotidianamente através das vulgatas de “intelectuais” midiáticos, já se encontram intelectualmente derrotados com os ataques empreendidos por Carlos Nelson no princípio dos anos 1970.

No entanto, também não podemos concordar com uma leitura do marxismo que o transforme numa epistemologia, abandonando

o componente ontológico do pensamento de Marx, e que apenas realce a sua cientificidade, não levando em consideração as questões filosóficas, culturais e a prática política.

Carlos Nelson, polêmico e instigador, sempre esteve na perspectiva da transformação, tanto na “batalha das ideias”, quanto na práxis política, independentemente do partido em que militava. Esse intelectual, polêmico e criativo, contribuiu em muito para o avanço da teoria. Mas gostaríamos de recuperar aqui uma situação lembrada por Milton Temer, no livro *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*, organizado por Marcelo Braz (2012), que deixa claro quem era Carlos Nelson Coutinho. A uma pergunta em um debate: “Professor, afinal, o senhor é socialista ou social-democrata?”, Carlos Nelson respondeu: “Antes de tudo, não estou aqui como professor. E, quanto ao questionamento, muito simples: não sou uma coisa, nem outra, camarada. Sou um comunista.”

Portanto, assim como para Gramsci, também para Carlos Nelson “vale a pena viver quando se é comunista.”

Referências bibliográficas

Braz, M. (org.). *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

Coutinho, C. N. *Cultura e sociedade no Brasil (ensaios sobre ideias e formas)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005a.

_____. *De Rousseau a Gramsci*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *O estruturalismo e a miséria da razão*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. *Intervenções – o marxismo na batalha das ideias*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Lukács, Proust e Kafka: literatura e sociedade no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005b.

KONDER, L. *Memórias de um intelectual comunista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Sofia Manzano

* Economista e professora universitária, diretora do Instituto Caio Prado Jr. (ICP) e autora do livro *Economia política para trabalhadores* (São Paulo: ICP, 2013).

Milton Pinheiro

** Professor de Ciência Política da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), editor da revista *Novos Temas* e autor, entre outros, de *A reflexão marxista sobre os impasses do mundo atual* (São Paulo: Outras Expressões, 2012).

ARTIGO

Vivemos tempos difíceis!

Sérgio Lessa*

RESUMO: O artigo discute os impasses teóricos e práticos, colocados para a geração de revolucionários, da qual fez parte Carlos Nelson Coutinho, pelas derrotas revolucionárias no século XX. Procura contextualizar tanto a tese da “democracia como valor universal” como também a trajetória da personalidade objeto do artigo.

PALAVRAS-CHAVE: ontologia; democracia; transição ao socialismo.

I

A última grande revolução foi a chinesa. Entre 1917 e 1949, por quase exatos 32 anos – 7 de novembro foi a tomada do poder pelos bolcheviques, 1º de dezembro foi a entrada do Exército Vermelho em Pequim – o mundo assistiu à maior de todas as ondas revolucionárias. Nenhum período de três décadas, no passado – sequer os 26 anos da grande Revolução Francesa, nela incluindo o período napoleônico e as repercussões internacionais que se seguiram à queda da Bastilha –, podem ser comparadas com o que a primeira metade do século XX vivenciou. O proletariado – mais exatamente, os trabalhadores (pois havia entre os revoltosos quase sempre mais assalariados não proletários, camponeses, pequeno-burgueses de todos os tipos, do que proletários na acepção marxiana do termo) contavam fazer desta a última luta, a que daria vida à Internacional, um planeta sem padrões.

O último eco dessa onda revolucionária possivelmente tenha sido a vitória dos vietnamitas contra os norte-americanos (1975). Irã e Nicarágua são episódios já isolados, locais. A Argentina de 2001, o norte da África e o Oriente Médio dos nossos dias talvez sejam antecedentes da próxima onda revolucionária que, novamente, talvez, esteja ao alcance de nossas mãos.

Desde 1949, lá se vão já sessenta e três anos. Estas seis décadas compõem o período contrarrevolucionário (no sentido de que o encaminhamento das contradições e conflitos é compatível com o capital) mais intenso e extenso de toda história da humanidade desde o fim da Revolução Francesa. Mais alguns anos e o maior período da história da humanidade sem uma grande revolução terá se estendido por toda uma geração. Os que hoje têm perto de 60 anos viveram os ventos das revoluções pelos livros e pela narrativa dos mais velhos. Os com menos de 140, hoje, sequer conheceram os “mais velhos”.

O peso da derrota, na luta de classes, não é o mesmo ao longo dos anos. Quando a derrota

é recente, a dor pode ser mais aguda, mas a esperança de que um novo levante revolucionário venha a recolocar a perspectiva comunista na ordem do dia tem lá um grande poder afetivo – e uma não menor capacidade mobilizadora da racionalidade.

Com o passar de muitas décadas sem revoluções, talvez a dor se torne menos aguda. Em compensação, a perspectiva de uma nova revolução vai se tornando cada vez mais distante. Para os revolucionários, por isso, o impacto da derrota se torna maior e mais profundo. Com o passar de muitos e muitos anos, a “normalidade” da vida burguesa começa a entrar na concepção de mundo, passa a ser integrante e interna ao modo pelo qual nos relacionamos com o mundo. A típica personalidade dos bons dirigentes políticos, aqueles com elevada sensibilidade para descobrir, no “compósito de múltiplas determinações”, o fio de Ariadne, é tipicamente a mais impactada por esta situação. A revolução se converte, nesses períodos históricos, em uma possibilidade teórica. No dia a dia, agimos como se ela jamais viesse a acontecer.

Para a minha geração, agora ao redor dos 60 anos, as condições para a sobrevivência dos revolucionários foram muito desfavoráveis. Somada ao fato de que por tantas décadas não tivemos revoluções, depois de tantas revoluções derrotadas, há ainda a circunstância de que foram se tornando evidentes muito tardiamente as razões profundas e últimas de tantos e tantos insucessos. Apenas depois de 1995, com a publicação do *Para além do capital*, de Mészáros, na Inglaterra, as causas fundamentais começaram a ganhar concretude histórica. Antes, as explicações não eram capazes de superar o horizonte mais parcial e, no sentido de não abarcar a totalidade, medíocre. O centro das explicações era ocupado, sempre, pelos erros cometidos *pelos outros* (dependendo da corrente política, pelos leninistas, ou pelos trotskistas, ou pelos maoístas, ou pelos albaneses, ou pelos stalinistas, e assim sucessivamente).

Claro, em todas as revoluções erros são cometidos. De uma perspectiva dada por um ponto no futuro, os erros evidenciam todas as suas

mazelas. Mas o fato de todas as revoluções, sem exceção, terem sido derrotadas – o resultado de todas elas, sem lugar a sequer *uma* exceção, ter sido uma integração ao mercado mundial, ao sistema do capital, de países antes tão atrasados que sequer de tal integração eram capazes – já era um indício importante de que algo a mais do que os erros particulares desta ou daquela corrente ou concepção revolucionária estava em ação: tratava-se de uma tendência histórica de fundo. Em poucas palavras, a derrota dos intentos revolucionários na primeira metade do século XX era tão inevitável quanto a própria eclosão das revoluções. O imperialismo gerava contradições que colocavam as revoluções na ordem do dia.

O capital, contudo, ainda possibilitava o desenvolvimento das forças produtivas em escala nacional, local, de países atrasados que rompessem, através de movimentos revolucionários, com os constrangimentos aos seus desenvolvimentos impostos pelas arcaicas relações de produção pré-capitalistas. A alternativa termidoriana era, ainda, uma possibilidade inscrita no real. Com a colaboração do stalinismo e da social-democracia, é verdade, as revoluções foram contidas nas fronteiras nacionais – mas o stalinismo e a social-democracia apenas puderam exercer esse papel de coveiros das revoluções porque o momento histórico o possibilitava. As forças da revolução, naquelas décadas, ainda podiam ser contidas por ideologias armadas de aparatos políticos e repressivos como o stalinismo e a social-democracia.

Uma vez contidas nas fronteiras nacionais, as revoluções, mais rápido do que lentamente, encontravam as suas vias termidorianas: sempre e necessariamente pela expropriação dos trabalhadores e o mais rápido desenvolvimento das forças produtivas. A expropriação dos trabalhadores não pode resultar em outra coisa que em capital – o capital é precisamente tal expropriação. Questão de (pouco) tempo para que as forças produtivas assim desenvolvidas amortecessem a pulsão revolucionária e integrassem o país no concerto das nações pela via do mercado. Da Rússia bolchevique à União

Soviética, desta à Rússia atual; da China vermelha à China atual; do Vietnam indomável ao Vietnam atual: *Monsieur le Capital* se tornou a conexão universal entre todos os países.

Antes que o início da crise estrutural do capital evidenciasse as causas mais profundas das derrotas das revoluções da primeira metade do século XX, talvez a mais consistente interpretação desse processo tenha sido a de Fernando Claudín, em sua obra-prima *A crise do movimento comunista* (cuja tradução por José Paulo Netto foi recentemente reeditada pela Expressão Popular).

Para que a interpretação de Claudín faça sentido, é preciso conceber que, não fossem os equívocos da Internacional Comunista, as revoluções, ao invés de derrotadas, poderiam, ao menos, ter iniciado a transição ao socialismo. A qualidade da investigação de Claudín, todavia, demonstra como, em cada momento decisivo de todas as revoluções, a alternativa nacional, burocratizante e castradora das potências revolucionárias, era a única viável. No longo prazo, tal alternativa significava a inviabilização da transição ao socialismo; no imediato, era a única possibilidade de sobrevivência do poder revolucionário.

Claudín não conseguiu tirar a conclusão que sua análise fortemente indicava, isto é, a impossibilidade histórica da abertura da transição ao socialismo entre os anos de 1917 e 1949. A crise estrutural do capital ainda não havia se iniciado e, por isso, essa conclusão ainda não era possível. A conclusão então possível o levou ao Psoe. Não porque se convertera em um reformista da II Internacional, mas porque, segundo ele, nesse campo as possibilidades de avançar a luta revolucionária seriam menos ruins que no campo do stalinismo. A ação da ala extrema esquerda da social-democracia, em episódios como os da Greve de 1936 na França, atraía sua admiração. Nada semelhante, segundo ele, poderia ser encontrado no monolitismo stalinista.

A conclusão última de Claudín demonstra o quanto a realidade se tornara, para ele, opaca. O que poderia fazê-lo superar os impasses teóricos de sua interpretação da trajetória da IC – a

imaturidade objetiva, histórica, das revoluções antes da abertura da crise estrutural do capital – não estava ainda ao seu alcance.

Com o início da crise estrutural do capital, em meados da década de 1970, o gênero humano adquiriu uma nova qualidade. Na prática e na teoria, ao mesmo tempo revogou a possibilidade termidoriana do horizonte da história e evidenciou as razões mais profundas das derrotas das revoluções passadas. Com o novo patamar da crise que se abriu nos anos de 1970, os períodos de expansão econômica que intermediavam as crises cíclicas não mais ocorrerão. O capital em crise estrutural necessita retirar cada átomo de mais-valia que conseguir de todos os cantos do planeta, a qualquer custo. Das privatizações ao trabalho doméstico, do tráfico de mulheres ao trabalho escravo¹, das guerras ao meio ambiente, nada tem escapado da sanha do capital. Não há mais espaço para que uma revolução, em qualquer país, possa resolver – mesmo e apenas em escala nacional – os problemas do desemprego, do desequilíbrio ecológico, da violência urbana, dos inúmeros “sem” (tetos, comida, terra, família, educação, assistência médica, segurança pessoal, empregos, saneamento urbano, transportes públicos etc. etc.). A via nacional de desenvolvimento das forças produtivas está inviabilizada e, com ela, as alternativas termidorianas.

Se, durante a maior onda revolucionária que a humanidade já conheceu, as derrotas eram inevitáveis e o capital não podia ser superado, hoje, as revoluções que vierem a acontecer não terão alternativa senão seguir seu curso completo até o seu mais profundo esgotamento – pela vitória revolucionária ou da contrarrevolução. Já não se pode mais contar com uma vitória dos revolucionários que seja canalizada para uma alternativa nacional (vale dizer, do capital) de desenvolvimento das forças produtivas.

Nisto reside, em parte, a grandeza de um pensador como Mészáros. Foi ele o primeiro a sistematizar em uma interpretação de mundo a totalidade do século XX: a tornar compreensíveis as derrotas e, ao fazê-lo, possibilitar que a análise dos erros não seja mais do que

a necessária análise dos equívocos. As razões mais profundas das derrotas passadas não residem neles, mas no fato de o capital ainda não haver entrado em sua crise estrutural. Os erros e as traições certamente existiram e não devemos deixar de tirar todas as lições que pudermos. O fato de não terem sido as causas mais profundas de tantas derrotas não diminui o peso histórico dos equívocos: as derrotas eram inevitáveis, o que poderia ter sido evitado foi a forma pela qual os revolucionários viveram as derrotas. A atitude predominante, a de fazer da necessidade, virtude – a tese do “socialismo real” é algo bem típico – não possibilitava que os revolucionários explicassem as derrotas a si e às massas trabalhadoras. Ao contrário. Ao invés de fazer ciência, passamos a fazer propaganda. A história, em poucas décadas, se tornou algo impenetrável para os comunistas: vivíamos de fantasias e crenças mais do que da compreensão científica do mundo. Na nossa relação com os trabalhadores, não levávamos uma interpretação científica (no sentido de Marx, não do positivismo) do mundo, mas um “falso socialmente necessário” (Lukács). Nossos “princípios políticos” passaram a dirigir nossa “ciência”. Zdanov suplantou a Marx.

A derrota não precisaria ter essa consequência. Radek, o maior dos panfletários russos, foi profético. Se a revolução fosse derrotada, disse ele, se levantaria como a Fênix de suas próprias cinzas. Se a revolução fosse enterrada pelos próprios revolucionários, contudo, gerações passariam até as novas revoluções. A conversão, pela propaganda e pela falsificação da história, das derrotas em vitórias, fez não apenas os revolucionários perderem o norte (algo, por si só, já muito grave), mas também desacreditarem o socialismo e o comunismo frente aos trabalhadores. As derrotas não eram evitáveis, mas elas não precisariam ter a consequência ideológica que tiveram. A burguesia colheu uma vitória muito maior do que a por ela planejada, porque contou também com a colaboração dos revolucionários. Se houve algo sobre o qual os burgueses mais reacionários, a social-democracia mais conservadora, trotskistas

e stalinistas mais radicais coincidiam era neste ponto: a URSS era o socialismo, o socialismo seria a ordem soviética. Fazer da necessidade, virtude; converter, pelo discurso falsificador, a derrota em vitória, é a parte de responsabilidade que cabe aos revolucionários na vitória da burguesia que já perdura por tantas décadas.

Carlos Nelson Coutinho faz parte dos mais velhos entre os mais velhos de nós: não teve a fortuna de ter a energia vital imprescindível para remover os alicerces de sua visão de mundo quando, na teoria, novos fundamentos se tornaram disponíveis. Compreender que as derrotas das revoluções entre 1917 e 1949 eram inevitáveis porque as condições materiais para a superação do capital ainda não estavam dadas, era algo que estava muito além do, para o meu amigo, possível. As derrotas só poderiam ser explicadas a partir dos antigos alicerces, dos erros e equívocos políticos. Carlos Nelson, como tantos, encontrou a sua explicação na esfera da ideologia: as “sociedades civis gelatinosas” do “oriental” e as concepções ideológicas centralistas, autoritárias, jacobinas ou blanquistas que o leninismo introduziu na III Internacional seriam as causas últimas das derrotas das melhores revoluções que a humanidade até hoje pôde empreender. Com a radicalidade teórica que lhe era peculiar, Carlos Nelson postulou a única correção revolucionária de rumo que tal concepção de mundo possibilita: contra as tendências autoritárias do comunismo enquanto movimento revolucionário mundial, a democracia como valor universal.

O equívoco era completo, pois o ponto de partida era ilusório. Não foram os “valores” da ideologia revolucionária as causas profundas dos “descaminhos”. O aspecto fundante não estava na esfera ideológica, mas em um atraso secular que pôde encontrar, em um capitalismo que ainda não conhecia sua crise estrutural, uma via nacional ao desenvolvimento de suas forças produtivas, tornando assim as tendências autoritárias, centralistas, termidorianas, para ser breve, a melhor e mais adequada expressão ideológica deste desenvolvimento nacional hiper tardio.

Carlos Nelson fez parte de uma geração que não pôde colher os frutos teóricos (pois as derrotas, sem deixarem de ser derrotas, também ensinam) das derrotas revolucionárias. Como alguma explicação é sempre imprescindível, a que foi capaz de elaborar foi portadora de uma radicalidade sem limites: contra o autoritarismo, os valores democráticos. A radicalidade é sempre admirável – essa uma qualidade excepcional de Carlos Nelson – mas não garante a veracidade de uma teoria.

Os que nasceram em meio à crise estrutural talvez possam vir a avaliar o impacto afetivo da perda do poder explicativo de uma concepção revolucionária se vierem a vivenciar um ascenso significativo das lutas de classe. Até lá, poderão talvez imaginar a sensação desesperadora e de solidão que imediatamente substituiu o sentido de coparticipação e responsabilidade coletiva que fornece um projeto revolucionário. Carlos Nelson era já dirigente formado e personalidade madura quando a evolução da URSS demonstrava de modo cada vez mais claro que, “daquela moita, não sairia coelho” (a expressão era dele). Essa constatação, sua concepção de mundo lhe possibilitava. Mas não o deixava ir muito além. Chegou a ver aspectos positivos (no sentido de evolução em direção ao socialismo) em Gorbachev, viu possibilidades no Psol. Tal como para Claudín e tantos outros, o mundo se tornara opaco para meu amigo e suas opções políticas eram, agora, inseguras e de curto prazo. Muitos, na mesma situação de Carlos Nelson, migraram para o campo do liberalismo, do PSDB ou do jornal *O Estado de São Paulo*. Carlos Nelson cavou um lugar na academia e resistiu, nesse terreno infértil, como pôde. E o fez bem: que a edição das obras de Gramsci não me deixe mentir.

II

Isto nos conduz a um segundo aspecto: o quanto de leninista tinha Carlos Nelson. Foi um indivíduo incorruptível. Para Lenin, o comunista deveria ser incorruptível como Robespierre – Ulianov nunca teve maior admiração

por Danton. Na avaliação da revolução bolchevique, é muito provável que Carlos Nelson se aproximasse mais de Kautsky do que de Lenin. Na luta política cotidiana, via alguns méritos em teses habermasianas e terminou se acercando de vários social-democratas, dos petistas do final do século ao Psol. Sua trajetória política não foi excepcional: muitos dos comunistas do passado fizeram a crítica da experiência revolucionária no mesmo horizonte de Carlos Nelson e terminaram em um campo mais propriamente petista/democrático do que comunista.

O excepcional de Carlos Nelson é que esta trajetória política não teve correspondência em uma decadência de sua individualidade, de sua conexão, enquanto indivíduo, com o gênero humano. Era preciso conhecer um pouco melhor Carlos Nelson para compreender o que, na minha experiência pessoal, era, no início, um paradoxo: como um intelectual que defendia os valores da democracia com tal radicalidade que chegava a negar o caráter de classe de tais valores podia se conceber e se apresentar publicamente como comunista?

Este foi um dos maiores sustos pessoais de minha parca convivência com Carlos Nelson: como poderia se conceber como comunista uma pessoa com suas posições políticas? Com sua interpretação do movimento revolucionário? Não poderia, eu garanti a mim mesmo, num primeiro momento. O engano foi se revelando ao conhecer melhor sua pessoa e perceber como cultivava e mantinha uma profunda, tanto ideológica quanto afetiva, identidade com o gênero humano e com a luta por uma sociedade sem exploração do homem pelo homem, sem classes sociais e sem patriarcalismo. Defendia que não seria possível superar o Estado e a política – uma consequência necessária da democracia ser um valor universal. Mas não tinha dúvidas quanto à necessidade de superarmos a propriedade privada, as classes sociais e o patriarcalismo.

Foi sobre este terreno que a radicalidade (levar tudo às últimas consequências do ponto de vista teórico) que lhe era peculiar alicerçou o imprescindível para evitar que passasse

pela decadência pessoal da maior parte de sua geração. Pois esta é uma das consequências mais tristes das derrotas: os períodos contrarrevolucionários são celeiros para a criação de covardes; são os cenários em que imperam os mediocres e os traidores. O quanto o movimento ascendente das massas contribui para despertar o que de melhor têm os indivíduos, o movimento de descenso e recuo favorece para que predomine nas individualidades o que elas têm de mais medíocre, humanamente pobre e desprezível. Robespierre para o ascenso e Fouché para o declínio – talvez seja uma “regra geral” dos processos de individuação em tempos como os nossos.

Pensemos na geração de petistas hoje a serviço do capital, muitos no poder. A degenerescência pessoal... Sobre isso nem é preciso se estender.

Há não muitos anos atrás (aos 60 anos, uma década não parece mais um tempo tão longo!), tive meu primeiro embate teórico sério com Carlos Nelson (infelizmente, só tivemos um depois desse, já não tão sério na forma ainda que talvez mais grave no conteúdo). Foi em Recife. Fomos todos de Alagoas a um seminário dado por Carlos Nelson sobre o problema da transição (se não me falha a memória, eram os anos em que o *Para além do capital* estava tendo as primeiras repercussões em nosso país). Foram dois ou três dias. Ao final, eu já não me aguentava. Com o meu peculiar pavio curto, a minha imensa capacidade de dizer o que não se deve e nas horas mais inapropriadas, minha expressão facial deveria ser tão translúcida que Carlos Nelson me provocou a intervir. Tinha decidido que não o faria. Tinha tomado a mais séria resolução da minha vida que ficaria calado. Sabia que minha intervenção seria tudo, menos equilibrada e sensata... Mas o Carlos Nelson, com sua generosidade e respeito para com os que dele divergem, cedeu a tribuna. Não resisti.

Não me lembro dos detalhes da minha fala, apenas do eixo: como seria possível tratar da transição ao comunismo, restringindo-se apenas à esfera da política e da subjetividade, sem

sequer mencionar o grave problema das forças produtivas, da transição do trabalho proletário ao trabalho associado? A questão, convenhamos, não era inteiramente descabida. Contudo, as expressões de horror da Cristina Paniago e das outras camaradas de Maceió indicavam que, no mínimo, na minha forma atabalhoada, enfurecida e raivosa, eu provavelmente deveria ter cometido gafes equivalentes a trazer a honra da progenitora de Carlos Nelson ao debate. Foi uma tragédia completa. Cercado por gramscianos, fui massacrado pelos quatro quadrantes. O de economicista foi o epíteto mais gentil com que fui agraciado. Não é difícil imaginar o que se sucedeu.

Carlos Nelson, sentado na mesa da qual dera o seminário, olhava-me com nítida compaixão. Ao fim, fez uma pequena intervenção reconhecendo que havia, de fato, diferenças entre “os lukacsianos”, gentilmente se colocando ao meu lado na admiração pelo filósofo húngaro. Foi esta a maneira que encontrou de se colocar ao meu lado, naquele momento, sem ter que recuar em suas posições ou ter que se aproximar das minhas.

Naquela mesma noite tivemos um dos famosos jantares no apartamento da Ana Elisabete Mota. Todos presentes, Carlos Nelson de um lado da mesa, eu do outro lado. Um clima meio pesado, naturalmente. Vinhos, boa comida, lá pelas tantas o debate da tarde entrou na conversa. Afundei na cadeira e queria um buraco no chão para escapar para o apartamento de baixo... qualquer coisa, menos outra rodada como a da tarde. Reuni todas as minhas forças, Cristina ficou terrivelmente séria, Gilmaísa Macedo e Norma Alcântara, na ponta da mesa, aguardavam o pior.

Carlos Nelson me salvou. Ana Elisabete observou como minhas impropriedades na tarde, fosse ela a conferencista, a teriam levado a me destruir e ela não entendia a postura tão *soft* de Carlos Nelson. Ele olhou sério para ela e soltou uma pérola, para mim inesquecível: “Mas, Bete, eu não queria destruir o Serginho!”

Esta cena, para mim, representa bem o caráter leninista-incorruptível da personalidade

de Carlos Nelson. Entre dois comunistas que divergem, não cabe o que é a regra na academia: os comunistas não se massacram, antes se ajudam. No terreno pantanoso (no sentido ideológico do termo) da academia, em que cada um luta contra todos por um lugar ao sol na burocracia (poucas coisas podem ser mais medíocres e pobres na existência de um indivíduo que as pugnas acadêmicas), Carlos Nelson não perdeu o norte. Entre os comunistas, nada havia a ser ganho da “destruição” de outro comunista, não importa qual a divergência. Nem é preciso comentar como uma individualidade deste naipe jamais tirou vantagens pecuniárias de qualquer tipo de suas posições políticas: nisto, Carlos Nelson era muito mais leninista do que milhares de auto-declarados leninistas.

Nosso segundo embate foi muito mais duro e, ao mesmo tempo, ameno. Eu já estava mais maduro e seguro. Conhecia Carlos Nelson há mais tempo. Já o admirava profundamente em meio a todas as nossas divergências, que pareciam crescer com o tempo (eram momentos em que ele ainda ensaiava uma síntese da *Teoria do Agir Comunicativo*, de Habermas, com a política em Gramsci e a ontologia lukacsiana, intento depois abandonado por ele, como anunciou no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em 2010). Fui convidado a expor minha investigação acerca da distinção entre o proletariado e os trabalhadores no Livro I de *O capital*, na Escola de Serviço Social da UFRJ e o Carlos Nelson e Andréa Teixeira passariam por lá para irmos jantar. Chegaram mais ou menos no meio da minha exposição e, em minutos, Carlos Nelson estava furioso! Indignou-se profundamente! Como seria possível falar do proletariado no Livro I sem considerar os Livros II e III? Que o proletariado fosse apenas a classe produtora do “conteúdo material da riqueza social”, excluindo dela mesmo os trabalhadores produtivos que não transformam a natureza em meios de produção e de subsistência, essa tese não passava de um absurdo completo para Carlos Nelson. Rapidamente a palestra desandou e se tornou um vívido pingue-pongue entre nós dois: nos

momentos mais quentes, sequer escutávamos por inteiro o que o outro dizia. Virou uma discussão de mesa de bar entre dois comunistas que se gostavam.

Lembro-me que, no meio daquele tumulto, por um instante, de cima do tablado do auditório do Serviço Social, olhei os presentes (não muitos). Com os olhos estatelados, estavam entre divertidos e horrorizados. Divertidos porque, na academia, assim como nas escolas de crianças e adolescentes, uma briga é sempre uma saudável quebra da embolorada rotina. Horrorizados, porque “aquilo não poderia acabar bem”. Eles nunca haviam presenciado nada semelhante. O que, para mim e Carlos Nelson, era o tratamento sem cerimônia entre dois comunistas que divergiam, na academia era um comportamento inaceitável e desrespeitoso. Imaginavam, com toda certeza, que eu e Carlos Nelson sairíamos dali não apenas inimigos para a vida, mas ainda nos desafiando para um duelo com peixeiras baianas!! Deveriam ter certeza: o jantar havia gorado!

O fato é que eu e Carlos Nelson, tensão de uma discussão desta ordem à parte, nos divertimos muito. Saímos abraçados para o jantar, ele se desculpando gentil e desnecessariamente por ter desandado minha exposição e eu lhe agradecendo por ter tornado única aquela palestra. Infelizmente, nunca seria dada a mim outra oportunidade como aquela, que permanecerá, para sempre, muito especial em minha vida.

Não pude dar um último abraço em Carlos Nelson. Sua decisão de se afastar de quase todos, eu não pude senão respeitar. Não quis vir para a homenagem que a Escola de Serviço Social lhe prestou: daria um escândalo molhado em lágrimas. As despedidas são muito duras para mim, as despedidas para sempre são insuportáveis. Restam as lembranças e lições, ambas entre as que mais prezo em minha vida.

Nota

¹ Segundo K. Bales (*Disposable People, new slavery in the global economy*. Berkeley: UCA Press, 1999), há hoje mais escravos

no mundo do que o total de africanos trazidos para a Europa e Américas durante todo o período escravista.

Sérgio Lessa

- * Professor da Universidade Federal de Alagoas, filósofo, ensaísta e autor, entre outros títulos, de *O mundo dos homens e Trabalho e proletariado*.

ARTIGO

Um marxista na batalha das ideias: Carlos Nelson Coutinho e os caminhos da revolução brasileira

Victor Neves de Souza*

RESUMO: O presente escrito traz a público os primeiros resultados e certas hipóteses de trabalho de uma pesquisa em andamento¹. Através dela, intitulada *Um marxista na batalha das ideias: o pensamento de Carlos Nelson Coutinho e os caminhos da revolução brasileira*, venho esquadrinhando dois campos intimamente interligados, esperando obter resultados em duas frentes: de um lado, na frente ainda pouco explorada do estudo aprofundado do *conjunto da obra de Carlos Nelson*, lançando luz sobre a contribuição teórica de um dos principais pensadores brasileiros do último quarto do século XX, cuja influência permanece viva e forte neste século; de outro lado, naquela constituída pelo esforço interpretativo do *evolver da realidade brasileira* pós-redemocratização, ciclo no qual sua figura, como destacado intelectual orgânico vinculado à classe trabalhadora, teve papel proeminente.

O objetivo central desta perquirição é, a partir da fundamentação e do teste da hipótese medular e das hipóteses auxiliares a serem apresentadas adiante, proceder a um *estudo crítico do pensamento de Carlos Nelson Coutinho*, com ênfase em seu pensamento político maduro. A investigação deve facultar lançar luz sobre sua trajetória individual e importância histórica enquanto intelectual revolucionário, coadjuvando, também, para a compreensão dos caminhos percorridos pela esquerda brasileira nas últimas três décadas.

PALAVRAS-CHAVE: Carlos Nelson Coutinho; revolução brasileira; papel do intelectual.

Não é impossível que um autor seja um grande homem; mas não será fazendo livros,
nem em versos nem em prosa, que ele se tornará tal.
Jean-Jacques Rousseau [Meu retrato]

À memória de Carlos Nelson Coutinho, militante-intelectual comunista

Introdução: problemas de fundo postos ao pensamento maduro de Carlos Nelson

a) O problema da revolução brasileira

O debate sobre a revolução é dos mais ricos no campo da esquerda, tendo-se constituído em controvérsia perene. O trabalho teórico e a atuação prática de Marx e Engels representam marco definitivo na superação de tendências golpistas, isolacionistas ou “iluministas” marcantes na atuação anterior de setores revolucionários, tendo alçado a polêmica central a outro patamar. A oscilação polar, desde então, costuma se dar entre *reforma social* e *revolução* como dois corolários possíveis – e não necessariamente incompatíveis – do pôr-se em luta da classe trabalhadora, do movimento operário.

O tema remonta, em sua vertente comunista², ao processo de constituição da classe trabalhadora enquanto *classe para si*, ou seja: enquanto sujeito histórico portador da emancipação humana como possibilidade, com projeto societário próprio e autônomo. Este processo encontra, no plano histórico-universal, três balizas fundamentais: a revolução europeia de 1848 (a “Primavera dos Povos”), quando a classe trabalhadora se antagoniza à burguesia e rompe-se definitivamente o “terceiro estado” feudal; a Comuna de Paris de 1871, quando pela primeira vez a classe trabalhadora toma o poder em suas mãos e inicia a implementação de um conjunto de medidas tendentes à emancipação humana; a Revolução de Outubro de 1917, a partir da qual a classe trabalhadora consegue efetivar, pela primeira vez na história, um Estado de transição socialista.

Neste ponto, é necessário lembrar que o processo de constituição da classe enquanto classe para si não é nem linear nem muito menos se desenrola unidirecionalmente: encontra culminações e depressões a depender do próprio evoluir das condições econômicas, políticas e sociais em cada formação nacional, bem como da capacidade de resistência e atuação da classe trabalhadora por meio de suas formas organizativas. Os marcos estabelecidos aqui assinalam,

portanto, níveis de culminação ou “pontos máximos de consciência”, o que não significa que a classe neles permaneça ou a eles retorne necessariamente³.

No Brasil, formação econômico-social de capitalismo retardatário, este processo está muito estreitamente relacionado ao próprio surgimento da classe trabalhadora no contexto de transição de formação colonial à formação propriamente capitalista⁴. Ele tem como balizas fundantes a eclosão do movimento operário organizado nas primeiras décadas do século XX – organizado num primeiro momento sob forte influência do anarcossindicalismo – e sua culminação na fundação do Partido Comunista-Seção Brasileira da Internacional Comunista (PC-SBIC, posteriormente PCB) em 1922.

Desde esta data, portanto, está posto o debate sobre a *revolução brasileira*, que se expressou – usualmente como sinônimo de “revolução democrático-burguesa no Brasil” – em vertentes diferenciadas. Introduzido pelo PCB “como projeto político a ser perseguido e referenciado nas formulações de Lenin e da Internacional Comunista de uma revolução democrático-burguesa, anti-imperialista e antilatifundiária” (Segatto, 2011), a questão ganhou vulto e abrangeu amplo e diversificado corpo de intelectuais nas décadas seguintes, tendo constituído eixo de grande relevo no debate intelectual brasileiro – desbordando largamente o âmbito restrito aos comunistas – pelo menos até meados dos anos 1960⁵.

Também aqui estão presentes no plano programático (ou seja, naquele momento da formulação teórico-prática mais imediatamente voltado à intervenção sobre a realidade), especialmente entre os comunistas, os polos “reformas” e “revolução”. Por outro lado, é incontornável, no plano da análise que subsidiará a intervenção política, a prospecção da especificidade da formação social brasileira, que frequentemente arrola os temas da situação “dependente” ou “periférica” do “sistema capitalista brasileiro” (Ianni, [1971] 2009) frente ao sistema capitalista mundial e da peculiaridade de nosso processo de transição ao

capitalismo – ou de nossa revolução burguesa –, que, de peculiaridade *histórica*, se cristaliza em um conjunto de características *estruturais* da formação social em questão, plasmando suas idiossincrasias em relação aos casos clássicos de desenvolvimento capitalista tanto histórica quanto estruturalmente.

Podemos, assim, afirmar que o conjunto de esforços teórico-práticos comprometidos com a apreensão do movimento e/ou com a realização da “revolução brasileira”, que envolve a análise concreta do objeto “formação econômico-social do Brasil” (em seu processo, e, portanto, em seu passado, em seu presente e em suas perspectivas de devir), engendrou a necessidade de localizar os elementos que constituiriam o que podemos chamar de *peculiaridade histórico-estrutural brasileira*, motivando um esforço, da parte de nossos teóricos da revolução, destinado a encontrar os elementos componentes de nossa “trajetória particular de desenvolvimento”. Isto, no caso dos comunistas, torna-se a busca pela apreensão do que há de característico em nosso *caminho (não clássico) para o capitalismo* como forma de mapear os passos necessários à construção de um possível *caminho (não clássico) para o socialismo*.

Isto posto, notamos que em diferentes momentos históricos – a serem tratados por mim como *ciclos históricos*, categoria a ser aclarada a seguir – é possível encontrar certas *composições* ou *configurações estratégicas* que pautam *todas* as demais posições sobre o assunto “revolução brasileira” em uma época dada e em certa formação social. Quer sejam favoráveis, quer sejam contrárias a estas configurações-chave, todas as demais posições são forçadas a se posicionar em relação a estas.

Tais configurações estratégicas se mostram como únicas e inescapáveis em cada ciclo, e partimos da hipótese de que isso está relacionado ao fato de que elas, em torno do objetivo da revolução (e no caso brasileiro, da revolução brasileira), são erigidas sobre *reflexos* mais ou menos fidedignos da realidade objetiva – *visões sociais de mundo*, *concepções de mundo* ou *interpretações unitárias e coerentes* da realidade

– a partir das quais conquistam posição dirigente face à classe trabalhadora, forçando assim, histórico-concretamente, a remissão. Faz-se necessário, neste ponto, explicitar melhor algumas das categorias com as quais tenho trabalhado até aqui.

Quanto às *visões sociais de mundo*: para Lucien Goldmann, *visões de mundo* são “a expressão psíquica da relação entre certos grupos humanos e seu meio social e natural”, sendo seu número necessariamente limitado em dado período histórico devido à sua pertinência necessária a um grupo. Indo de encontro à posição epistemológica deste autor⁶, mas me apropriando do que considero ser uma intuição fecunda sobre o assunto, remeto a categoria, a partir do Lukács da *Estética* ([1963] 1966, especialmente o capítulo 1), ao *reflexo* no pensamento das determinações ontologicamente postas tais como se apresentam na realidade externa ao sujeito que busca apreendê-la – ou seja, ao processo de passagem da existência das categorias de ontologicamente postas a reflexivamente reconstituídas. Quando o termo aparecer neste texto, é a esta tentativa de síntese que fará remissão.

Nas sociedades divididas em *classes* sociais, é a estes grupos que se vinculam mais diretamente as visões de mundo, representando o máximo de consciência possível *de cada classe* (Goldmann, 1979). Nas sociedades capitalistas só há duas classes sociais “puras” ou fundamentais, no sentido de que “sua existência e evolução baseiam-se exclusivamente no desenvolvimento do processo moderno de produção” (Lukács, [1923 [2006], p. 156): *burguesia* e *proletariado*. É, portanto, necessariamente a elas que se vinculam as visões sociais de mundo em disputa pela direção desta sociedade tomada enquanto totalidade⁷. Michael Löwy trata do mesmo objeto (e é a ele que devemos a precisão categorial no sentido de defini-las como visões *sociais* de mundo), enriquecendo-o com mais determinações⁸.

Combinando esta sua contribuição àquela de Antonio Gramsci⁹, podemos afirmar que as *visões sociais de mundo* (o marxista italiano diria: *concepções de mundo*) constituem-se

a partir de *interpretações unitárias e internamente coerentes da realidade objetiva* capazes de apreender determinações postas por ela, e a partir daí servir de base a programas eficazes de intervenção – o que significa que se podem, por um lado, apreender determinações fundamentais do real, podem também distorcer, ocultar e mistificar alguns de seus aspectos fundamentais, desde que isto não inviabilize sua eficácia (o que conduz ao problema da *ideologia*, cuja abordagem constituirá momento, ainda que acessório, da pesquisa, já que está indubitavelmente posto pela própria natureza do objeto da investigação).

Quanto aos *ciclos históricos*: a categoria de análise *ciclo histórico* representa uma precisão em relação à mera periodização, pois envolve a assimilação da possibilidade concreta de *recuperação* – em patamar superior – de certos níveis de consciência anteriormente atingidos. Por exemplo: no Brasil, podemos encarar o surgimento do Partido dos Trabalhadores na virada dos anos 1970 aos anos 1980 como uma *recuperação*¹⁰ em nível superior (na medida em que está atrelada ao *desenvolvimento* do próprio *processo histórico* de consolidação do capitalismo brasileiro) de certo grau de consciência da classe atingido em 1922, quando da fundação do PCB – independentemente de que posição no espectro político cada um destes partidos ocupe hoje.

Quanto às *configurações estratégicas*: a partir da contribuição, no campo militar, do general prussiano Carl von Clausewitz ([1832-37] 2008), é possível defini-las como a articulação no plano da teoria das diversas formas e momentos da luta ou do confronto entre as forças em presença aos objetivos finais perseguidos por cada uma delas. A estratégia revolucionária dos comunistas é, portanto, a articulação entre suas diversas frentes e modalidades de luta ao objetivo final da construção de uma sociedade sem classes, da sociedade humanamente emancipada. Neste sentido, devemos procurar esclarecer a diferença entre estratégia, programa e tática, sendo esta última a resultante das decisões referentes a cada momento do processo de

luta, ou seja, a cada um dos confrontos tomados em sua singularidade¹¹. Ainda: para conformar uma *estratégia revolucionária* no sentido da articulação referida a partir do ponto de vista da classe trabalhadora, é necessário partir da base material real em que se atua, *refletida* no plano do pensamento em uma *teoria social* que organiza a visão social de mundo unitária e coerente desta classe.

No Brasil é possível marcar dois daqueles ciclos históricos, a cada um correspondendo uma destas articulações estratégicas. Chame-mo-los pelos nomes do principal partido autônomo¹² da classe trabalhadora ao qual as configurações estratégicas em questão estiveram vinculadas: o “ciclo do PCB” – ao qual corresponde a *estratégia nacional-democrática* para a revolução brasileira; o “ciclo do PT” – ao qual corresponde a *estratégia democrático-popular*, tentativa de superação daquela mas que resultou, ao fim e ao cabo, muito mais num retorno a ela em outros termos ou numa continuação em outro patamar, numa espécie de *superação interrompida*¹³.

b) Democracia como caminho ou como meta? Do nacional-democrático ao democrático-popular

b.1) PCB e estratégia nacional-democrática

A fundação do PCB¹⁴, entre 25 e 27 de março de 1922, expressava, para além de um primeiro ponto culminante na conformação da consciência da classe trabalhadora brasileira enquanto classe para si, alterações profundas que ora ocorriam na formação econômico-social brasileira. Não por acaso, o partido foi fundado no mesmo ano da primeira revolta dos tenentes no Rio de Janeiro e da realização da marcante Semana de Arte Moderna em São Paulo, e no contexto da aprovação das primeiras leis trabalhistas no país¹⁵.

A industrialização, vinculada à expansão e consolidação da economia cafeeira primário-exportadora e encontrando impulso notável entre o início do século XX e a década de 1920, modernizava o país (notadamente o eixo Rio-São Paulo) e deslocava o polo dinâmico da

economia brasileira do campo para as cidades (Silva, [1976] 1986). Eclodiram, neste período, numerosas greves nos principais centros urbanos do país, que se por um lado marcam o crescimento numérico e o avanço na consciência da classe trabalhadora enquanto classe em si, por outro lado deixam claro o esgotamento das formas organizativas até então implementadas pelo proletariado sob direção do anarcossindicalismo (Mattos, 2009, cap. 2). Torna-se necessária uma nova forma de organização para a classe, capaz de expressar sua tomada de consciência e fazê-la avançar.

Sob o impacto da Revolução Russa, aproximam-se os grupos mais resolutos do proletariado, e de 1918 a 1922 há tentativas de organizar o primeiro partido comunista brasileiro. Deste modo, podemos dizer que o surgimento do PCB se dá, por um lado, como produto do crescente movimento operário no Brasil e das transformações nesta formação econômico-social (que figuram no quadro mais geral da realização da revolução burguesa brasileira), e, por outro, como reflexo da própria elevação no plano histórico-universal do nível de consciência da classe trabalhadora – com o fechamento, neste plano, do ciclo constituinte da consciência da classe trabalhadora enquanto classe para si com a Revolução de Outubro de 1917.

Assim sendo, o isolamento da Revolução Russa a partir da década de 1920, com o bloqueio do ascenso revolucionário na Alemanha e na Itália e a derrota do movimento comunista na China, também terá impactos sobre a constituição e a formulação estratégica do PCB através da Internacional Comunista. É nos marcos da preocupação com a “defesa do único Estado proletário então existente” e da consequente subordinação dos rumos dos movimentos operários nacionais às razões de Estado soviéticas (Mazzeo, 1999) que se articula o movimento comunista internacional¹⁶, e isto tem consequências importantes para as teorias da revolução e das tarefas revolucionárias nos países periféricos, bem como para as interpretações sobre as respectivas realidades nacionais.

É fundado sobre estas vigas que se consolida no PCB aquilo a que nos referimos como uma *estratégia nacional-democrática* para a revolução brasileira, marcada pela teoria da revolução por *etapas*¹⁷ – cujas bases podem ser rastreadas até o II Congresso do partido, ainda em 1925 (Koval, [1968] 1982, p. 184-196; Prestes, 1980 e 2012, p. 249-250). A esta estratégia está inextricavelmente ligada determinada interpretação do Brasil e de sua posição no sistema capitalista planetário enquanto país atrasado, “semifeudal” ou “semicolonial”, no qual subsistiriam relações sociais de tipo feudal na economia e na superestrutura política, condicionando a luta do proletariado a dirigir-se para a erradicação dos restos feudais, contra as relações pré-capitalistas de produção e no sentido de viabilizar o desenvolvimento capitalista do país – em uma palavra, de viabilizar a realização de *tarefas em atraso* de transição ao capitalismo. O desdobramento programático desta interpretação do Brasil supunha, para sua efetivação, a aliança com setores interessados na modernização e na generalização das relações sociais capitalistas no país, dentre os quais merece destaque suposta burguesia (industrial) nacional que teria interesses nacionalistas, anti-imperialistas e antilatifundiários¹⁸.

Esta estratégia e a interpretação do Brasil a ela relacionada são alvo, notadamente a partir da instauração do processo de “contrarrevolução preventiva” (Ianni, 1981) inaugurado pelo golpe empresarial-militar de 1964 e da dura derrota que ele representou para a esquerda brasileira – que, em parte devido a ilusões quanto a setores burgueses e militares “progressistas” e quanto a seu compromisso com a manutenção das “regras do jogo” da institucionalidade burguesa vigentes no período democrático, se encontrava inerte e incapaz de reagir quando veio o golpe (Morales, [1989] 2011; Prado Jr., [1966]; Prestes, 2012, p. 100-118) –, de muitas críticas por parte de organizações revolucionárias e de intelectuais comunistas, ligados ou não ao PCB, que passa então por marcante processo de cisões, expulsões e defecções (Prestes, 2012, p. 130-139; Ridenti, 2010; Sales, 2007).

Dentre estes intelectuais destacam-se, por sua capacidade de formular outra interpretação da formação social brasileira enquanto totalidade e, com isso, lançar as bases daquilo que viria a se constituir histórico-concretamente enquanto alternativa à configuração estratégica nacional-democrática, as figuras de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, e, já na virada dos anos 1970 para 1980, Carlos Nelson Coutinho. A inclusão deste intelectual no seleto rol de autores cuja contribuição é decisiva para a fundação da *configuração estratégica democrático-popular*, alternativa à nacional-democrática e ao mesmo tempo continuidade ou retorno a ela, é uma hipótese norteadora desta pesquisa – à qual conferi o estatuto de hipótese fundamental devido ao fato de que explica, em parte, a grande ponderação social que adquiriram o pensamento e a obra de Carlos Nelson ao longo dos anos 1980 e posteriormente.

b.2) PT e estratégia democrático-popular

No dia 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo, era fundado o Partido dos Trabalhadores (PT)¹⁹. Sua criação deve ser situada no contexto da “nova e ampla repolitização do povo” brasileiro (Ianni, 1981, p. 219), compondo parte do fenômeno de emergência das lutas sociais que encontrou “na retomada da luta sindical e operária um ponto de fusão de classe” (Iasi, 2006, p. 375). Tal processo tem, do ponto de vista político, sua gênese no processo de distensão iniciado no governo Geisel (1974-1979), que implicou no “revigoramento da arena eleitoral-partidária, na liberalização gradual da imprensa e na contenção dos órgãos de repressão”²⁰ (Meneguello, 1989, p. 23).

Esta distensão, por sua vez, assinala o ocaso do regime marcado pelo exercício *aberto* do padrão de dominação autocrático burguês, derrocada que parece ter marcado o fim de um ciclo mais largo e profundo: o encerramento da revolução burguesa no Brasil. De acordo com Ianni (1981), o golpe e a ditadura provavelmente marcaram “o que pode ser uma manifestação derradeira do tipo de predomínio que a burguesia nacional e imperialista tem conseguido

manter sobre o povo, (...) e, principalmente, operários e camponeses” (p. 203). Nesse sentido, a ditadura marcaria o ápice e, com ele, o ponto de virada, a conclusão, da “história da contrarrevolução burguesa no Brasil, no sentido da revolução de cima para baixo, revolução conservadora, ‘modernizante’ e reacionária, sem compromissos com o povo, os trabalhadores (...), um paradoxo – revolução sem revolução (...)” (p. 204).

Sendo assim, a ditadura empresarial-militar inaugurada pelo golpe de 1964 marca o fim da revolução burguesa no Brasil com a completude da transição brasileira ao capitalismo monopolista (em seu estágio “tardio”, como explorado por Mandel, 1982) e seu *aggiornamento*, marcados pela recuperação e pela consolidação em nível superior de características que já se afirmavam havia algumas décadas no processo de desenvolvimento capitalista brasileiro: florescimento/consolidação dos monopólios (estrangeiros e nacionais), cujo papel se torna decisivo na vida econômica, social, política e cultural brasileira; intervenção sistemática do Estado sobre a economia – organizada a partir de planejamento econômico estatal – e sobre as refrações da “questão social”; consolidação e generalização de relações sociais de capital, com sua expansão a todos os setores da vida social; universalização da relação mercantil e da dependência do mercado para garantia da produção e reprodução da vida, inclusive no campo²¹.

Nesse sentido poderíamos esperar, seguindo a linha de raciocínio informativa da teoria da revolução brasileira “em etapas”, que, com a “transição ao capitalismo” completada no plano interno e resolvidas as tarefas democráticas em atraso (mesmo que deixadas sem resolver, o que não deixa de ser uma resolução), estariam maduras as condições objetivas para a revolução socialista no Brasil, e que, portanto, a estratégia da esquerda brasileira tenderia a migrar da antiga estratégia democrático-nacional – superada, quando não a partir de seus próprios limites teórico-políticos, pelo movimento da

história – para uma estratégia que pusesse na ordem do dia a luta pelo socialismo²².

Entretanto, não foi o que ocorreu: à ditadura sucedeu-se uma manhã cinzenta, clara-escuro, onde seres se transformam em seus contrários e inaugura-se um novo padrão de dominação burguesa no Brasil, com o apoio ativo de setores da classe trabalhadora e, no mínimo, o consentimento passivo de outros. Isto que tem sido chamado por alguns analistas de “lulismo” (Singer, 2009) e tem sido considerado por outros como um caso, até então inédito na história brasileira, de “transformismo” em contexto de contrarreformas, determinado pelo *abandono* do “programa socialista que [o PT] defendera por tantos anos”²³ (Coutinho, 2006, p. 151) parece mais, para o autor desta pesquisa, a *realização* historicamente necessária de *possibilidades já contidas* em determinada configuração estratégica que foi se delineando ao longo da história do PT, e que, partindo de definição dada pelo próprio partido, chamo aqui de estratégia democrático-popular.

Assim como a configuração estratégica democrático-nacional não podia ser deduzida de nenhuma “fotografia” de *uma* resolução política ou de *um* momento da atuação do PCB, e sim da síntese entre o *conjunto de objetivações teóricas e práticas* postas por este partido ao longo de boa parte de sua história, também a configuração estratégica democrático-popular não pode ser apanhada a partir de um instante, de uma fotografia de um momento seu, como se a partir de uma resolução de um Encontro ou Congresso partidário fosse possível definir toda uma estratégia acabada antes mesmo das tentativas de implementação, correções, aprofundamento dos debates, testes a partir da intervenção sobre o real, respostas e adequações a partir daí etc.

Aqui também “a anatomia do homem é uma chave para a anatomia do macaco” (Marx, [1857-58] 2011, p. 58), o que não implica em nenhum tipo de “teleologismo”: significa apenas sustentar que é necessário identificar e circunscrever os pontos mais altos de desenvolvimento destas estratégias e analisar, a partir

daí, as diferentes possibilidades contidas em suas expressões, tais como se puseram historicamente, e as relações objetivamente derivadas destas virtualidades com os rumos que tais configurações efetivamente tomaram.

Explicitando, a posição que advoga que a vitória de Lula e os governos do PT a partir de 2003 representam a realização historicamente necessária de possibilidades contidas na estratégia democrático-popular, ela mesma parte da compreensão de que é a expressão mais aparente da combinação entre as duas determinações fundamentais – essenciais – seguintes: a) a sociedade brasileira estaria *imatura* para a transição socialista, seja por “fatores objetivos” (“transição incompleta ao capitalismo”, “incompletude da nação”, “capacidade de as classes dominantes manterem seu domínio através de mecanismos autocráticos herdados de nossa peculiaridade histórico-estrutural”), seja por “fatores subjetivos” (“inorgenicidade ou imaturidade da classe revolucionária” etc.), seja por combinações de ambos²⁴; b) isto levaria à imposição da adesão a uma estratégia baseada no *acúmulo de forças* nos marcos da sociedade capitalista sem o compromisso imediato com sua superação a não ser através de um longo, linear, progressivo movimento, o que conduziria a uma relação tensa entre continuidade da ordem e ruptura e à tendência a sua constrição pelos marcos da ordem burguesa. Chamo a atenção para o seguinte problema: *estes são os mesmos fundamentos da estratégia nacional-democrática e da interposição de “etapas” à luta pelo socialismo*, a que o PT se opôs publicamente desde cedo e cujos limites a estratégia democrático-popular teria pretendido superar.

Será parte necessária desta pesquisa, ainda a realizar, proceder à *explicitação crítica dos fundamentos* do caminho democrático-popular para a revolução brasileira e da interpretação do Brasil subjacente a ele, já que sem tal apreciação fica vedado perscrutar os alicerces *objetivos* que o pensamento político de Carlos Nelson Coutinho *refletia*, aos quais buscava dar resposta e contra os quais se enfrentava e se formava²⁵. Isto posto, é necessário apresentar os

pontos de referência a partir dos quais percorrer o caminho do exame da configuração estratégica democrático-popular a começar de certos marcos importantes em seu desenvolvimento – dos quais o mais evidente hoje é a chegada de Luís Inácio da Silva à presidência da República e os 10 anos do PT no governo federal.

Isto será feito partindo do acúmulo já alcançado em relação ao assunto por Iasi (2006 e 2012) rumo à confecção de um “inventário das estratégias da esquerda brasileira”, buscando apontar para a superação de impasses recorrentes ao longo do século passado²⁶. Os pontos centrais para a referida avaliação seriam: a) a estratégia democrático-popular petista, que surge com base na negação aparentemente implacável de elementos centrais da estratégia nacional-democrática do PCB (como a necessidade de uma etapa democrático-burguesa na revolução brasileira e de aliança com a “malfadada burguesia nacional”, como a chamou Caio Prado Jr.), que guarda com aquela outra importantes *elementos de continuidade*, principalmente com base na manutenção de seus principais fundamentos, a imaturidade da formação social brasileira para a revolução socialista e a dedução, a partir daí, da necessidade de acumulação de forças dentro da ordem para que se amadureçam as condições objetivas e subjetivas para a mesma; b) a lógica interna da configuração estratégica democrático-popular (e isto também é válido para a nacional-democrática), sua tensão permanente entre acúmulo de forças e ruptura, *tende a* constrangê-la nos marcos da ordem burguesa (isto não é um *a priori*, mas uma tendência com forte ponderação e que se demonstrou historicamente prevalecente); c) a estratégia do ciclo do PT está, portanto, plenamente desenvolvida no Brasil com a chegada de Lula à presidência – não é que não pudesse ter sido diferente, é que foi tal como foi, e isto precisamente *porque se fez* algo, e não porque se deixou de fazer; d) a estratégia democrático-popular, portanto, não foi abandonada, nem traída, nem rebaixada – ela *foi realizada* a partir de possibilidades contidas nela própria e desenvolvidas em certa direção começando das exigências do processo

histórico-concreto com o qual se defrontou; e) esta sua realização – e não seu “abandono” ou sua “incompletude” – passou pelo transformismo do PT e de boa parte das antigas direções dos movimentos sociais da classe trabalhadora; f) sua realização passou pela constituição do que Florestan Fernandes ([1975] 2006) chamou de uma “democracia de cooptação” no Brasil; g) neste contexto, uma *pequena burguesia política* (ou “representação política da pequena burguesia”, tal como definida em Marx, [1852] s.d., p. 226-227) passou a ser o operador político desta estratégia no Brasil, com seu velho caráter de “exigir instituições democrático-republicanas como meio, não de acabar com dois extremos, capital e trabalho assalariado, mas de enfraquecer seu antagonismo e transformá-lo em harmonia”, materializado no conteúdo da “transformação da sociedade por um processo democrático”, porém uma transformação no âmbito de seus próprios limites, dos limites que ela “não ultrapassa na vida”; h) por tudo isso, podemos dizer que vivemos hoje o movimento de encerramento (ou conclusão) de um ciclo histórico, o ciclo do PT.

Primeira aproximação ao objeto: apontamentos sobre o “marxista convicto e confesso”

a) *Primeira fase: crítico da cultura “fanaticamente lukacsiano”*

O dia 20 de setembro de 2012 amanheceu cinzento no Rio de Janeiro. Falecera naquela madrugada, após mais de meio século de comprometimento com o marxismo e a luta pelo socialismo, Carlos Nelson Coutinho – velado sob a bandeira vermelha com a foice e o martelo cruzados, que havia feito questão de ter consigo na despedida.

Carlos Nelson nasceu em Itabuna, no sul da Bahia, no dia 28 de junho de 1943 – o “glorioso ano da batalha de Stalingrado”²⁷. Seu pai era advogado e foi deputado estadual, pela UDN, por três legislaturas. Antes de o menino chegar à idade escolar, a família se mudou para

Salvador, onde Carlos Nelson realizou seus estudos até a obtenção do grau de Bacharel em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia em 1965. Formalmente, foi este o único título obtido por ele junto à universidade até a livre-docência em 1986, quando de sua aprovação em concurso público para professor titular da Escola de Serviço Social da UFRJ – posição a que pôde se candidatar graças à justificada atribuição de “notório saber” junto à instituição. Não completou, portanto, nenhum curso de pós-graduação, tendo tido formação essencialmente autodidata.

Na segunda metade dos anos 1950, com cerca de 15 anos (“uns 13 ou 14”, recordaria anos mais tarde), leu seu primeiro livro marxista, o *Manifesto Comunista*, de Marx e Engels. A leitura, indicada a ele por sua irmã Sônia Coutinho, mais velha, em exemplar obtido na biblioteca do pai (que “publicamente [...] não era de esquerda, mas dentro de casa [...] tinha uma posição mais aberta”), foi logo seguida pela da brochura de Engels, *Do socialismo utópico ao socialismo científico* (obtido também na “subversiva” biblioteca paterna), e pela decisão de “fazer política pela esquerda”, junto aos comunistas.

Sua opção por ser intelectual, portanto, esteve desde o início articulada a sua decisão de fazer política e a sua posição enquanto comunista. Anos depois, ao comentar este início de formação e estas primeiras decisões políticas e profissionais – que o marcariam para o resto da vida –, declararia que “nunca conseguiu distinguir entre ser comunista e ser intelectual”.

Em torno de 1959-1960 (no terceiro ano do que atualmente se chama “ensino médio”, à época “colegial”), ouviu falar em Gramsci pela primeira vez através de seu professor de História, Paulo Farias, marxista e militante do PCB. Adquiriu seu primeiro exemplar do marxista sardo – uma edição argentina de *El materialismo histórico y la filosofía de Benedetto Croce* – no Rio de Janeiro no ano de 1961, junto com seu primeiro exemplar de Lukács – edição francesa, *Histoire et conscience de classe*²⁸. Carlos Nelson teve, portanto, acesso a alguns dos

escritos carcerários de Gramsci cerca de cinco anos antes que a editora Civilização Brasileira, em iniciativa capitaneada pelo próprio Ênio Silveira, iniciasse as primeiras publicações de Gramsci no Brasil, entre 1966 e 1968²⁹ – treze anos após o início da publicação da edição temática italiana dos Cadernos por Togliatti.

Foi também em 1961 que ingressou na Faculdade de Direito da UFBA, não porque se interessasse pelo estudo do Direito, mas porque à época esta Faculdade era um local privilegiado para se fazer política³⁰. Neste momento, seu interesse teórico principal já se localizava no campo da filosofia, o que o levou a mudar de curso no ano seguinte a seu ingresso na universidade. Foi, ainda, neste mesmo ano que publicou seu primeiro artigo³¹. Por meio deste artigo, travou conhecimento com Leandro Konder (também comunista, então com 25 anos – sete anos mais velho, portanto), iniciando uma amizade e uma parceria política que cultivaria – e só faria aprofundar – pelo resto da vida.

A importância do ano de 1961 e, mais largamente, da primeira metade desta década, não pode ser tomada apenas do ponto de vista biográfico-individual. No plano da base material da produção e reprodução sociais da vida (*grosso modo*, da “economia”), o capitalismo vivia um apogeu que prenunciava a peroração da transição, através de crise que logo se mostraria em todo o vigor atingindo *todas* as dimensões da vida social em *todas* as formações econômico-sociais capitalistas centrais (pensemos em 1967-1968 no terreno ideopolítico-cultural, e em 1973-1974 no campo da economia), do período do *imperialismo clássico* para seu período *tardio* ou *maduro*³² (Mandel, 1982). Este momento de apogeu/crise se *reflete* nas consciências de modos diversos, tendo se expressado naquilo que Carlos Nelson caracterizou, parafraseando Hobsbawm, como “os longos anos 60”³³ (Coutinho, 2006, p. 67-69).

Como nos lembra o próprio Carlos Nelson, “com o aumento das lutas populares [no Brasil] no período que antecede o golpe de 1964, expande-se significativamente a influência da esquerda, em particular do Partido Comunista

Brasileiro (PCB), na vida política e cultural do país” (Coutinho, [1989] 2007, p. 282). Neste contexto, em que “o vento pré-revolucionário descompartmentava a consciência nacional e enchia os jornais de reforma agrária, agitação camponesa, movimento operário, nacionalização de empresas americanas”, a hegemonia conquistada pelos comunistas no campo da cultura produzia um país “irreconhecivelmente inteligente” (Schwarz, [1969] 2005, p. 21).

Esta hegemonia, diretamente relacionada à grande efervescência política do período, combinava-se ao impacto da revelação, poucos anos antes (em 1956, no XX Congresso do PCUS), dos chamados “crimes de Stalin”, que teve profundas repercussões sobre os Partidos Comunistas de todo o mundo, e, é claro, também sobre o PCB (Segatto, [1981] 1989, p. 87-88; Sales, 2007, p. 17). A partir da interação destas linhas de força principais, “o marxismo brasileiro iniciou um processo, embora ainda tímido, de abertura pluralista”, tendo sido obrigado a se diversificar, “a se abrir para o debate com outras correntes ideológicas”, como “condição necessária para que o PCB continuasse a exercer influência sobre uma esquerda que se expandia, sobretudo entre os intelectuais e os estudantes universitários” (Coutinho, [1989] 2007, p. 282).

Tal abertura vigeu pelo menos até o recrudescimento da ditadura empresarial-militar com a deflagração do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968. As mesmas condições objetivas que levaram a burguesia brasileira a se anteciper a qualquer possibilidade revolucionária, por meio do golpe em 1964, estiveram na base de uma importante floração cultural que não esteve restrita ao eixo Rio-São Paulo (mas que foi progressivamente absorvida por ele), atingindo em cheio os principais centros do Nordeste, como Salvador e Recife. A expressão maior deste desabrochar no campo da arte foi o movimento que ficou conhecido como tropicalismo e que, não por acaso, se articulou grandemente em torno da UFBA. O movimento, que tinha por princípio “misturar” caoticamente o moderno e o arcaico brasileiros³⁴, foi integrado por

gente do peso de José Carlos Capinam, Caetano Veloso, Gilberto Gil e Glauber Rocha – que, por sinal, se transferiram todos para o eixo Rio-São Paulo na mesma época em que Carlos Nelson – e alguns dos quais ele conhecia, como Caetano, de quem chegou a ficar amigo durante o curso de filosofia na UFBA.

O jovem Carlos Nelson, que já vinha construindo pontes com intelectuais e camaradas de partido no Rio de Janeiro desde 1960-1961, acabou se vendo instado a transferir-se para a cidade após o golpe de 1964, depois de responder a Inquérito Policial-Militar em Salvador³⁵. Transferiu-se definitivamente em 1965, iniciando aí seu trabalho sistemático como tradutor, trabalho no qual sua produção foi bastante significativa tendo atingido a marca de cerca de 70 livros traduzidos ao longo da vida³⁶. Quanto a isso, vale assinalar que em diversas destas traduções Carlos Nelson exerceu também outras funções, como a redação de prefácios e apresentações e a seleção de textos, cuja leitura também ajuda o pesquisador, hoje, a esquadriñar sua evolução intelectual – e que demonstram que, além de mero meio de vida, o ofício de tradutor era para Carlos Nelson também uma ponte para se formar, estudar mais profundamente muitas das obras que traduzia.

De 1965 até seu exílio na Europa em 1976 (dos 22 aos 33 anos, portanto), em um momento em que “a ação da censura, embora presente em toda parte, era mais intensa no campo da reflexão especificamente política do que naquele da filosofia ou da sociologia da cultura” (Coutinho, [1989] 2007, p. 285), amadureceu intelectual e politicamente participando ativamente da “batalha das ideias”, se pondo em interlocução com o que havia de mais vivo e pulsante no pensamento sobre a cultura no Brasil. Isto foi evidentemente favorecido – ou, até certo ponto, possibilitado – pelo fato de encontrar-se agora vivendo no Rio de Janeiro, em um dos dois principais centros das transformações econômico-sociais e culturais ocorridas no Brasil ao longo do século XX.

Foi neste íterim, também, que se engajou nas polêmicas então em curso na esquerda

brasileira, mais especificamente em seu partido, o PCB. Durante o período, munido de seus conhecimentos crescentes de um Gramsci ainda assimilado a partir de impostação eminentemente filosófica e cultural, do Lukács de *História e consciência de classe* – mas que será progressivamente suplantado por aquele de *A destruição da razão* e do *Realismo crítico hoje*³⁷ – e do Sartre da *Crítica da razão dialética*, o intelectual militante se lançou em uma “batalha cultural certamente antidogmática, mas ainda centrada substancialmente nos terrenos da filosofia, da estética e da sociologia da cultura” (Coutinho, [1989] 2007, p. 284). Criou-se neste momento aquilo a que Carlos Nelson se referiu diversas vezes como uma “divisão do trabalho” no interior do PCB, em cujos marcos

(...) os intelectuais comunistas podiam agir mais ou menos livremente no domínio da cultura, propondo uma renovação filosófica e estética do marxismo brasileiro, mas continuava a ser atribuição da direção do Partido a tarefa de dar a última palavra nas questões especificamente políticas. Disso resultava uma ambígua – e, a longo prazo, insustentável – coexistência entre “marxismo ocidental” na cultura e “marxismo-leninismo” na política (Coutinho, [1989] 2007, p. 284).

Este período (1965-1976), durante o qual Carlos Nelson escreveu seus dois primeiros livros (*Literatura e humanismo*, publicado em 1967, e *O estruturalismo e a miséria da razão*, publicado em 1972), deve ser considerado o *primeiro período* de sua atividade intelectual sistemática. Neste lapso temporal seu pensamento é profundamente vincado pela referida impostação filosófica e cultural, situando-se no campo da crítica cultural, e, em grande medida por isso mesmo, nitidamente marcado pela referência a Lukács – a ponto de este momento de sua trajetória ter sido definido posteriormente pelo próprio Carlos Nelson como seu período “*fanaticamente lukacsiano*” (Coutinho, 2006,

p. 179). A remissão a Lukács está longe de ser gratuita: a apropriação de Lukács por Carlos Nelson *marca*, no campo da filosofia, *sua interpretação do pensamento marxiano enquanto ontologia do ser social*, que ele não renega em nenhum momento e mantém até o fim da vida, buscando conjugá-la à contribuição de Gramsci enquanto *principal teórico marxista da política* tomada como esfera relativamente autônoma da vida social.

Mas a referência apenas a Lukács, se é fundamental para compreender o intelectual neste momento de sua produção, é insuficiente: neste entretempo lê marxistas diversos, muitos dos quais considerados “heterodoxos” pela linha oficial (aquela que Marcuse chamou de “o marxismo soviético”), como Walter Benjamin, Adam Schaff, Herbert Marcuse e Lucien Goldmann, desenvolvendo uma característica marcante de seu pensamento ao longo de toda a vida – qual seja, um *marxismo aberto* ao diferente e ao contraditório, comprometido com a pluralidade de posições e extremamente bem informado sobre as diferentes interpretações relacionadas aos problemas com os quais se enfrentava.

b) Segunda fase: intelectual orgânico e teórico da política

Já me referi ao primeiro contato de Carlos Nelson com Gramsci, a partir da indicação de seu professor no curso secundário. Pois bem: a *segunda fase* do intelectual comunista, que se caracteriza pela *mudança no foco de interesse* dos campos da filosofia e da crítica da cultura para o campo da *teoria política* e que se estende, *grosso modo*, da segunda metade dos 1970³⁸ ao fim de sua vida (por mais de 30 anos, portanto, e que por isso mesmo chamo de sua *fase madura*³⁹), foi fortemente marcada pela remissão ao marxista italiano. Isto se deve a um conjunto de razões – e não apenas a uma “escolha” –, que buscarei evidenciar, ainda por alto, neste item.

Antes, porém, é necessário reiterar a advertência: esta virada do interesse central da filosofia e da crítica da cultura para a teoria

política, bem como a adesão ao “eurocomunismo”⁴⁰ e à “democracia como valor universal” que exporei adiante, não podem ser encaradas apenas do ponto de vista biográfico-individual. Elas guardam relações mais profundas, *que ainda carecem da devida explicitação*, com fenômenos sociais e políticos abrangentes com os quais Carlos Nelson se encontrava bastante envolvido no período em que se dá esta passagem à sua “fase madura”.

Dentre estes enumerarei sumariamente os mais importantes, aos quais se deve estar atento ao longo da exposição a seguir: a) as polêmicas no movimento comunista internacional, já prenunciando a grande crise seguida pelo colapso das experiências socialistas; b) a disputa de rumos no PCB, que se aprofundou e encarniçou cada vez mais após a derrota de 1964 e que atingiu seu ponto culminante na virada dos anos 1970 à década seguinte – cujos desdobramentos levaram, por um lado, à defecção do secretário-geral Luiz Carlos Prestes, e por outro lado à derrota, no início da década, do “grupo renovador” do qual Carlos Nelson fazia parte, seguida por sua saída do partido⁴¹; c) o processo de “redemocratização” da sociedade brasileira em curso a partir de fins dos anos 1970 e durante o qual entraram em cena os germes que levaram ao surgimento do PT, partido ao qual Carlos Nelson viria a aderir no fim dos anos 1980. Isto posto, retomemos o fio da exposição biobibliográfica, tal como no item anterior.

Aqui, é importante lembrar que é possível localizar o início do giro de que estou tratando alguns anos antes do exílio: data de 1972 o artigo, assinado sob o pseudônimo Guilherme Marques, intitulado *Cultura e política no Brasil contemporâneo*, “seguramente redigido com vistas a influir na reelaboração da política cultural que resultaria do planejado, mas não efetivado, VII Congresso” do PCB (Netto, 2012, p. 64); data de 1972⁴², também, a elaboração do “antológico” artigo sobre o significado de Lima Barreto na literatura brasileira, em que Carlos Nelson avança em seu tratamento da política no Brasil (ainda mais que isso: avança no que se constituirá futuramente em *sua interpretação*

*da peculiaridade histórico-estrutural brasileira*⁴³) afirmando, pela primeira vez, “a tese segundo a qual a formação social brasileira se caracteriza pela sua constituição moderna enquanto resultante da ‘via prussiana’”⁴⁴ (*Idem*, p. 64).

A localização temporal destes dois textos pode indicar que Carlos Nelson, no início dos anos 1970, tem como uma de suas preocupações a superação daquela “tácita divisão do trabalho” entre os pensadores da cultura e os operadores da política no partido. Esta interpretação, que não pode ainda ser confirmada senão através do aprofundamento dos estudos, é coerente com o momento por que passava a esquerda brasileira em geral, e o PCB em particular, bem como com a “contaminação” da política pela cultura a partir dos eventos ocorridos em 1968/1969 ao redor do mundo.

No início de 1976 ficou claro para o comunista baiano que sua permanência no Brasil havia se tornado bastante perigosa. Como referido em nota na seção *b.2* da Introdução ao presente teto, aquela “distensão lenta, gradual e segura” iniciada no governo Geisel e arquitetada por Golbery do Couto e Silva para “redemocratizar” o ordenamento político brasileiro foi bastante seletiva, já que tinha como prerequisite a liquidação das principais organizações revolucionárias então atuantes no Brasil. Após a busca e aniquilação sistemáticas dos principais dirigentes dos movimentos sociais ligados aos comunistas e dos militantes das organizações que haviam optado pela luta armada com seu conseqüente desmantelamento, iniciou-se, já decorridos alguns anos da década de 1970, aquela que ficou conhecida como “Operação Radar”⁴⁵. Neste contexto, Carlos Nelson foi procurado pelo Exército, sua esposa começou a ser assediada e ele tomou a decisão, após a prisão seguida do assassinato (“suicidamento”) de Vladimir Herzog, de sair do país.

O destino escolhido foi a Itália, e seu “período italiano” de cerca de dois anos pode ser considerado um divisor de águas em sua trajetória intelectual e política. A escolha pelo país peninsular se deveu, imediatamente, a razões

de três ordens, todas intimamente relacionadas (Coutinho, 2006, p. 173): em primeiro lugar, sua admiração pelo Partido Comunista Italiano; em segundo lugar, seu domínio do italiano, superior ao domínio de outros idiomas estrangeiros; em terceiro lugar, sua admiração pela obra de Antonio Gramsci. Quanto à primeira razão, que de certo modo foi a praticamente determinante, passemos a palavra a Carlos Nelson:

Em dado momento, ficou impossível minha situação no Brasil. (...) Escolhi ir para a Itália exatamente porque meu grande modelo era o Partido Comunista Italiano. Para muitos comunistas, o grande modelo era o PCUS (...). Para mim, era o Partido Comunista Italiano. Minha grande dor não foi a queda do muro de Berlim ou o fim da URSS, mas o fim do Partido Comunista Italiano. (...) Minha ida para a Itália foi certamente um dos momentos mais importantes na minha formação política e intelectual. (...) Terminei, (...), a partir de minha experiência com o PCI, tornando-me “eurocomunista”. Tinha ainda alguns preconceitos “marxistas-leninistas” quando fui para a Itália. (...) Nunca fui pró-União Soviética, sempre tive uma forte dúvida em relação ao socialismo que lá era construído, mas ainda tinha meus preconceitos. (...) aprendi muito nessa minha estada na Itália. Meu ensaio ‘A democracia como valor universal’ não teria sido escrito se não fosse esse meu período italiano. (...) Eu diria que o período que passei na Itália foi meu doutorado. Aprendi muito, foi muito importante para minha formação política e intelectual (Coutinho, p. 173-175).

O trecho citado não apenas fundamenta a primeira razão de sua escolha pela Itália, como também permite antecipar tema que será explorado mais adequadamente ao longo da pesquisa, qual seja: a ligação de mão dupla entre, de

uma parte, a admiração pelo PCI combinada à adesão ao “eurocomunismo” como portador da via revolucionária adequada às “sociedades ocidentais” – a via democrática para o socialismo – e, de outra parte, a apropriação cada vez mais profunda e segura do legado teórico gramsciano⁴⁶. Ambas as dimensões tiveram óbvias – e nem tão óbvias – repercussões *no pensamento e na ação político-prática* de Carlos Nelson ao longo do restante de sua vida.

Durante o exílio, portanto, Carlos Nelson esteve na Itália durante 1976 e 1977, seguindo para estada de poucos meses em Lisboa e posteriormente para Paris – onde passou o ano de 1978⁴⁷ –, de onde rumou de volta para a Bahia, chegando no dia 23 de dezembro deste ano (Coutinho, 2006, p. 174): esteve, assim, entre um e dois anos na Itália, alguns meses em Portugal e cerca de um ano na França. Neste período, além de ter “feito seu doutorado” na Itália⁴⁸, Carlos Nelson esteve bastante envolvido em atividades políticas a partir de sua chegada a Paris.

Em decorrência das insuficientes condições de segurança para os dirigentes do PCB no Brasil e do espocar de ditaduras pelo restante da América Latina, muitos deles se viram forçados ao exílio em diferentes países europeus. Em 1975, quinze já se encontravam aí, e, considerando o número de prisões e assassinatos que haviam vitimado os outros, o centro dirigente do partido se encontrava, na prática, espalhado pela Europa (tanto do Leste como do Oeste). Com a anuência dos (poucos) membros que haviam permanecido em liberdade no Brasil, o Comitê Central (CC) foi formalmente transferido para o exterior, e começou a funcionar efetivamente já em janeiro de 1976 a partir de sua primeira reunião em Moscou⁴⁹ – onde o secretário-geral do partido já se encontrava desde 1971 (Prestes, 2012, p. 197).

Segundo Anita Prestes (2012, p. 197-234 e 2012a, p. 42), desde a primeira reunião do CC se estabeleceu polarização entre, de um lado, o secretário-geral Prestes, e, de outro, Armênio Guedes, membro muito ativo da direção, então residente em Paris e que viria a ser designado

responsável pelo setor de agitação e propaganda, e, portanto, pela confecção e distribuição do jornal do partido, *Voz Operária* (concebido em Paris e rodado, ao que parece, na Itália em gráfica do PCI e enviado clandestinamente ao Brasil). Enquanto Prestes vinha se distanciando teoricamente da linha aprovada no VI Congresso do Partido a partir de avaliação da insuficiência da estratégia nacional-democrática para a construção do projeto socialista (cf. nota na seção b.2), Guedes havia aderido às chamadas “teses eurocomunistas” e apostava na centralidade da “questão democrática”. Não será possível desenvolver os detalhes teóricos da polêmica neste espaço, bastando aqui assinalar que ambos os lados não tinham consigo muitos partidários no CC. Prestes contava com o apoio decidido de Anita e Gregório (e Marly?), Guedes contava com o apoio de Zuleika, e o restante do CC conciliava as posições e buscava se pautar pela linha aprovada no VI Congresso, constituindo aquilo a que Anita Prestes se refere, resgatando Lenin, como o “pântano”⁵⁰ presente na direção de toda organização revolucionária.

Pois bem: com este cenário como pano de fundo, Guedes propôs e aprovou no CC (em 1977?) a criação de uma Assessoria do Comitê Central a ser organizada por ele e sediada em Paris. Esta Assessoria viria a ser composta por intelectuais militantes do PCB residentes em países europeus (parte dos quais também engajados na redação do jornal), com a tarefa de ajudar na discussão dos problemas brasileiros, de “assessorar o trabalho do CC, contribuindo para a formulação da política do PCB e, em particular, para a elaboração das resoluções a serem discutidas e aprovadas pela direção” (Prestes, 2012, p. 204).

A partir daí, se formou em torno de Armênio Guedes um núcleo de intelectuais com certa homogeneidade de posicionamento – constituída a partir da identidade de seus participantes com as teses “eurocomunistas” ou “renovadoras” –, que participou ativamente da polêmica que se travava na direção do partido no exílio e teve em Guedes uma espécie de porta-voz

no Comitê Central do Partido (Netto, 2012, p. 64-68; Prestes, 2012, p. 203-234 e 2012a, p. 43-49). Carlos Nelson Coutinho compôs a Assessoria e escreveu regularmente para o *Voz Operária*, tendo papel destacado neste grupo cujos integrantes ficaram conhecidos como os “renovadores”⁵¹.

Há aqui algo que interessa diretamente a uma pesquisa que tem por objeto a evolução intelectual de Carlos Nelson, presente na lembrança de Netto (2012, p. 67) de que seu amigo “desempenha um protagonismo expressivo na vertente que se reivindicava como ‘renovadora’ do PCB” e na afirmação de que, salvo engano seu, foi “neste processo de luta interna, em Paris, que Carlos Nelson – *em estreita relação com os estudos que desenvolve à época* – assume a dimensão específica da política e a situa no centro da sua reflexão”.

Este é o ponto de retomarmos a enumeração feita nos primeiros parágrafos deste item: foi em decorrência (e, pode-se dizer, como culminação) deste envolvimento com o *debate interno do PCB*, que refletia a tensão entre posições que estavam em rota de colisão não só em seu interior, como no plano do próprio *movimento comunista internacional* (pensemos aí, apenas a título de exemplo, na relação PCI-PCUS), e com os olhos voltados para o *Brasil em processo de “abertura” ou “redemocratização”* – preocupado, portanto, em se posicionar e contribuir para que os comunistas tivessem uma linha política correta para a intervenção naquele momento em que forças sociais até então amordaçadas começavam a se movimentar e sacudir a sociedade brasileira – que Carlos Nelson escreveu o ensaio que se tornou verdadeiro divisor de águas na esquerda brasileira: “A democracia como valor universal”, publicado em março de 1979 na revista *Encontros com a Civilização Brasileira*.

Breve citação dá uma ideia do impacto que teve o artigo:

Ninguém, ao que eu saiba, contesta que foi Carlos Nelson aquele que colocou a discussão da relação democracia/

socialismo no coração da agenda da esquerda brasileira, com o ensaio ‘A democracia como valor universal’ (...). Publicado já na agonia do regime ditatorial (agonia que se prolongaria até 1985), quando as forças democráticas brasileiras experimentavam um movimento ascendente, e se estruturavam novos instrumentos de intervenção social e político-partidária, este ensaio tornou o nome de Carlos Nelson conhecido para muito além dos círculos do “mundo da cultura”. Imensa foi a sua repercussão política – e o autor ganhou a notoriedade que toda a sua intervenção cultural anterior não lhe havia granjeado. (...) na esquerda (...), desde então, a questão democrática ficou cravada de forma definitiva e não mais pôde ser eludida – e talvez resida aí o mérito substantivo que se deve atribuir ao texto tornado famoso (Netto, 2012, p. 71).

Outro aspecto que não pode ser subestimado é o da relação entre este ensaio e a *trajetória intelectual individual* de Carlos Nelson. Nesse sentido, comentador recente do assunto nos lembra que “o ensaio de 1979 exprime um ponto de chegada e de síntese de um autor que já era maduro teórica e politicamente, resultado do longo período basilar e estruturador de sua formação” (Braz, 2012, p. 239). Em outras palavras: se, por um lado, o momento histórico pelo qual passava a esquerda no Brasil demandava a explicitação deste debate, o apontando como necessidade histórica, por outro lado Carlos Nelson o pôde explicitar apenas porque era Carlos Nelson, um intelectual militante comunista munido dos recursos por ele reunidos ao longo de décadas de estudos e de seu envolvimento particular com a militância política – no qual não tem peso menor a experiência na Itália e o contato íntimo com o PCI e as teses “eurocomunistas”, a partir do qual retoma toda uma larga trajetória de debates sobre a importância (ou desimportância) da democracia

que já constituía parte do patrimônio histórico do PCB, repondo-os em outro patamar.

A seguinte avaliação geral do ensaio nos conduz ao ponto de apresentação das hipóteses que embasam a presente pesquisa:

Pretendendo superar, de uma só vez, o esgotamento da estratégia do PCB e os limites do ‘imediatismo voluntarista’ de uma ‘nova esquerda’ que surgia, [Carlos Nelson] indicava que a sociedade brasileira apresentava elementos de modernidade capitalista (monopolista) que exigiriam uma nova estratégia, a qual para além do momento imediato da transição democrática, deveria apontar para o socialismo. O caminho indicado por Carlos Nelson colocaria *o acento na democracia*, cujas mediações e elementos constituintes deveriam compor tanto o momento de construção do ‘bloco histórico’ hegemônico pelos trabalhadores, como forma de torná-los ‘classe dirigente’, quanto o próprio momento posterior de transição socialista, até constituir-se um dos fundamentos da futura sociedade comunista (Braz, 2012, p. 246).

“Neste ponto se interrompe o manuscrito”. É a partir daqui que aprofundarei os estudos sobre o pensamento de Carlos Nelson Coutinho, desenvolvendo os apontamentos esboçados anteriormente e fundamentando e testando as hipóteses a seguir⁵².

Hipóteses para teste

Analisando detalhadamente a evolução intelectual de Carlos Nelson Coutinho, com ênfase especial em sua constituição enquanto intelectual revolucionário, que, enquanto tal, formulou interpretação própria e original do Brasil contemporâneo que *se consolida*⁵³ a partir da publicação do ensaio “A democracia como valor universal” em 1979 (ou seja, com ênfase especial em seu “segundo momento”, ou no “Carlos Nelson maduro” teórico da política),

a pesquisa busca fundamentar e testar certas hipóteses provenientes de primeiras aproximações ao objeto – o pensamento de Carlos Nelson Coutinho.

Estas hipóteses se organizam em torno de um *eixo central* (*hipótese geral* ou fundamental da pesquisa): sua obra no campo da teoria política representaria, dando sequência àquelas de Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, o principal ponto de contato e articulação teórica entre o encerramento de um ciclo e a abertura de outro no debate estratégico da esquerda brasileira.

Articuladas a partir desta hipótese geral, enumerei e organizei as seguintes hipóteses auxiliares, a serem fundamentadas e testadas ao longo da pesquisa: a) é possível estabelecer, na obra do Carlos Nelson maduro, uma relação entre “conquista de hegemonia” e “construção de um novo contrato” *consensual* em direção à superação da ordem existente; b) a “plena realização” da democracia aparece como patamar necessário e incontornável no caminho para a construção do socialismo; c) no caso brasileiro, isto se relaciona à necessidade de resolução de “tarefas democráticas em atraso” ou não realizadas pela revolução burguesa devido a seu caráter “prussiano” ou “pelo alto”, ao “caráter elitista e autoritário que assinalou toda a evolução política, econômica e cultural do Brasil”, que deve ser superado pela alternativa da “renovação democrática” e pela constituição de uma “democracia de massas” ou do “modelo europeu” (contraposto ao norte-americano “liberal-corporativo” – bem entendido, ele se refere à Europa do *Welfare State*); d) ou seja, Carlos Nelson, mesmo considerando o Brasil um país capitalista desenvolvido, uma “sociedade ocidental”, *permanece preso à ideia das tarefas em atraso* devido a sua interpretação da peculiaridade histórico-estrutural da formação econômico-social brasileira; e) há em Carlos Nelson uma tensão entre ruptura e progressividade, que ele não resolve adequadamente nos marcos de seu próprio pensamento – e que, de certo modo, se expressa na autodefinição do autor como um “reformista revolucionário”; f) esta tensão *reflete* a disjuntiva que atravessou o

campo da esquerda no mundo todo ao longo do século XX, mas se aprofundou na segunda metade deste século e, no Brasil, especialmente na virada dos anos 1970 para 1980, materializada em termos esquemáticos na alternativa “reforma social ou revolução”; g) a tensão anterior se relaciona a outra, não resolvida em seu tratamento da própria categoria de democracia, que aparece por um lado como um “valor universal” cujos patamares já conquistados não admitem recuo (visão linear progressiva do problema da transição baseada em “acumulação de forças”), e por outro lado como uma forma de governo necessariamente correspondente a determinadas relações sociais de produção; h) a tensão anterior desdobra-se naquela entre “socialização do poder político” e “socialização da participação política” – tensão que parece “desaparecer” do campo de visão, mas *continua latente*, com o uso recorrente por parte do autor da expressão “socialização da política”; i) as tensões apontadas até aqui não são exclusividade sua, mas aparecem na abordagem do tema (não necessariamente nos mesmos termos) por diversos autores e partidos socialistas e comunistas ao longo do século XX; j) ambos os pontos de estiramento anteriores compõem em uma antinomia entre, por um lado, a importância que Carlos Nelson atribuía ao recolhimento pelos comunistas das conquistas civilizatórias possibilitadas pela afirmação de certos pontos-chave do ideário liberal (o pluralismo, por exemplo), e, por outro lado, a fundamentação deste ideário como pertinente a relações sociais de produção burguesas; k) há no pensamento maduro de Carlos Nelson, a partir de sua interlocução com Gramsci, uma leitura peculiar do Estado nas sociedades “ocidentais”, que o leva a sustentar com ênfase as possibilidades de conquista de espaços para a classe trabalhadora em seu interior; l) a base para isso é a noção de “Estado ampliado” e a decorrente diferenciação sociedade política (coerção, governo) x sociedade civil (consenso, mediação base-superestrutura/“sociedade econômica/sociedade política”), com o reforço do conteúdo de classe (burguês) em relação à primeira combinado ao esvaziamento deste em

relação à última, entendida como “campo da disputa pela hegemonia”; m) há no pensamento do Carlos Nelson maduro uma tensão entre “socialismo” e “comunismo” como objetivo final da luta da classe trabalhadora, o que se relaciona diretamente com as outras hipóteses levantadas até aqui e com a sugestão do autor de que não seria possível suprimir o Estado (e nem a política como esfera relativamente autônoma) nas sociedades pós-capitalistas devido ao grande nível de complexidade atingido pela vida social no capitalismo – caso em que o “Estado comunista” deveria ser o mais democrático possível, uma “democracia plena” (e aqui fica uma questão em aberto: faz sentido pensar em *um Estado sem classes?*); n) espécie de conclusão lógica das anteriores, as tensões e problemas encontrados no pensamento de Carlos Nelson sobre a política *refletem* tensões e problemas com os quais a esquerda, em diversos países, se enfrentava no mesmo momento em que este pensador concretizou a virada de seu principal foco de interesse para o campo da teoria política; o) decorrente da anterior, ambas as dimensões da subjetividade (individual e coletiva) *refletem*, por um lado, problemas postos a partir de determinações relacionadas às configurações estruturais do capitalismo – em seu estágio “tardio” ou “maduro” –, e, por outro lado, à situação “periférica”, “dependente” ou “peculiar” do Brasil no cenário do capitalismo globalizado, assim como certas possibilidades abertas e certos limites colocados à intervenção transformadora sobre a realidade social nestas condições.

Advertência à guisa de conclusão

A publicação do conteúdo ora exposto deriva de avaliação gentil dos organizadores desta edição da revista *Praia Vermelha*, de que sua apreciação seria do interesse dos leitores do número em que sai difundido, devido principalmente ao tema que aborda e à fecundidade de algumas das ideias nele contidas.

Tenha-se em conta, entretanto, que se trata da divulgação de pesquisa *em andamento*, e assim se o avalie – tanto no sentido de que todo

aquele que se sinta impelido a contribuir com a investigação se sinta à vontade para entrar em contato e trocar experiências, conhecimento e ideias, quanto naquele outro de que não se encarem os resultados aqui apresentados e as hipóteses aqui aduzidas como resultados definitivos da pesquisa, mas sim como *resultados parciais de um processo em andamento*.

Finalmente, faço minhas as palavras de um analista do texto sob a forma de projeto: a melhor forma de homenagear um intelectual do porte de Carlos Nelson é fazendo com ele o que ele fez com seus mestres – estudando seu pensamento *criticamente*. Espero que o resultado final destes estudos seja uma bela – e *crítica* – homenagem, à altura do mestre.

Referências bibliográficas

ARIAS, S. *A revista Estudos Sociais e a experiência de um “marxismo criador”*. Dissertação de mestrado. Campinas: [s.e.], 2003.

BERLINGUER, E. *Democracia, valor universal*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

BRAZ, M. “A democracia como valor universal”: um clássico da esquerda no Brasil”, in: Braz, Marcelo (org.). *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*, p. 237-285. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CARRILLO, S. “Eurocomunismo” y Estado. Barcelona: Editorial Crítica, 1977.

CLAUDÍN, F. *A crise do movimento comunista*. 2 vols. Barcelona: Ibérica, 1977.

CLAUSEWITZ, C. V. *Da Guerra*, in: BOGO, Ademar (org.). *Teoria da Organização Política*. v. 3, p. 79-124. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

COUTINHO, C. N. *Literatura e humanismo. Ensaios de crítica marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Expressão Popular, [1972] 2010.

_____. O significado de Lima Barreto na literatura brasileira, in: *Realismo e Anti-Realismo na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. *A democracia como valor universal. Notas sobre a questão democrática no Brasil*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

_____. *Gramsci*. Porto Alegre: L&PM, 1981.

_____. *A dualidade de poderes. Introdução à teoria marxista de Estado e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1989] 2007.

_____. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. Rio de Janeiro: DP&A, [1990] 2005.

_____. *Democracia e socialismo: questões de princípio & contexto brasileiro*. São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1992.

_____. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, [1994] 2008.

_____. *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, [2000] 2008.

_____. *Lukács, Proust e Kafka: literatura e sociedade no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. *Intervenções: o marxismo na batalha das ideias*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Entrevista à revista Caros Amigos, in: *Revista Caros Amigos*, n. 153. São Paulo: Casa Amarela, dezembro de 2009

_____. *De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

ELIAS, N. *Mozart, sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Zahar, [1991] 1995.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, [1975] 2006.

_____. *Brasil: em compasso de espera*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, [1981] 2011.

_____. O que é revolução, in: *Clássicos sobre a revolução brasileira*. São Paulo: Expressão Popular, [1981] 2003.

GIANNOTTI, V. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, [2007] 2009.

GOLDMANN, L. *Le dieu caché*. Paris: Gallimard, 1955.

_____. *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, [1978] 2010.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. v. 1 a 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HOBSBAWM, E. J. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002a.

_____. *A era do capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002b.

_____. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, [1936] 2007.

IANNI, O. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1968] 1971.

- _____. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, [1971] 2009.
- _____. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- IASI, M. L. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- _____. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- _____. Democracia de cooptação e apassivamento da classe trabalhadora, in: Salvador, Evi-lásio et al. (orgs.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012.
- KONDER, L. *O que é dialética*. Coleção Primeiros Passos, n. 23. São Paulo: Brasiliense, [1981] 2004.
- KOVAL, B. *História do proletariado brasileiro: 1857-1967*. São Paulo: Alfa-Ômega, [1968] 1982.
- LENIN, V. I. *A falência da II Internacional*. São Paulo: Kairós, [1915] 1979.
- _____. *Imperialismo: estágio supremo do capitalismo*. Coimbra: Centelha, [1917] 1974.
- LÖWY, M. *A teoria da revolução no jovem Marx*. São Paulo: Boitempo, [1970] 2012.
- _____. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- _____. *A evolução política de Lukács (1909-1929)*. São Paulo: Cortez, 1998.
- _____. *Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, [1923] 2003.
- _____. *Introdução a uma estética marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1957] 1978.
- _____. *Estética*. v. 1. Barcelona – México, DF: Grijalbo, [1963] 1966.
- LUXEMBURGO, R. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 1999.
- MANDEL, E. *Crítica do eurocomunismo*. Lisboa: Antídoto, 1978.
- _____. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARINI, R. M. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, [1969] 2012.
- MARX, K. *O dezoito Brumário de Luiz Bonaparte*, in: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*, v. 1. São Paulo: Alfa-Ômega, [1852] s.d.
- _____. *A guerra civil na França*, in: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*, v. 2. São Paulo: Alfa-Ômega, [1871] s.d.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. 5 vols. São Paulo: Nova Cultural, [1867-1894] 1988.
- _____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-58: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: EdUFRJ, [1857-58] 2011.
- MARX, K. e ENGELS, F.; prólogo de Netto, José Paulo. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Cortez, 1998.
- MATTOS, M. B. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

- MAZZEO, A. C. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. Marília: Unesp-Marília Publicações; São Paulo: Boitempo, 1999.
- MELLO, J. M. C. de. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MENEGUELLO, R. *PT: a formação de um partido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MORAES, D. de. *A esquerda e o golpe de 64*. São Paulo: Expressão Popular, [1989] 2011.
- NETTO, J. P. *Posfácio*, in: Coutinho, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- _____. *Breve nota sobre um marxista convicto e confesso*, in: BRAZ, Marcelo (org.) *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*, p. 51-83. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- PEDROSA, M. *Sobre o PT*. São Paulo: Ched, 1980.
- PONT, R. *Da crítica ao populismo à construção do PT*. Porto Alegre: Seriem, 1985.
- PRADO JR., C. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense, [1942] 2007.
- _____. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, [1966] 1987.
- PRESTES, A. L. *A que herança devem os comunistas renunciar?*, in: *Oitenta*, n. 4, p. 197-223. Porto Alegre: LP&M, 1980.
- _____. *Luiz Carlos Prestes: o combate por um partido revolucionário (1958-1990)*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- _____. *Entrevista com Anita Leocádia Prestes*, in: *Novos Temas: revista de debate e cultura marxista*, n. 7, p. 15-70. São Paulo: ICP, 2012a.
- RIDENTI, M. *O fantasma da revolução brasileira*. Editora Unesp, 2010.
- ROEDEL, H. *PCB: oitenta anos de luta*. Rio de Janeiro: Fundação Dinardo Reis, 2002.
- SALES, J. R. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.
- SARTRE, J. *Questions de méthode*. Paris: Gallimard, [1957] 1986.
- SEGATTO, J. A. *Breve história do PCB*. s.l.: Oficina de Livros, [1981] 1989.
- _____. *A revolução brasileira*, in: CUNHA, Paulo Ribeiro da e CABRAL, Fátima. *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*, p. 271-275. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, [1976] 1986.
- SINGER, A. “Raízes sociais e ideológicas do lulismo”, in: *Novos Estudos Cebrap*, n. 85. São Paulo: Cebrap, novembro de 2009.
- SODRÉ, N. W. *Introdução à revolução brasileira*. São Paulo: Ciências Humanas, [1958] 1978.
- _____. *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1962] 1979.
- _____. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graphia, [1990] 1997.
- TOGLIATTI, P. *Socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Muro, 1980.

Notas

- ¹ O texto é derivado de projeto de pesquisa da tese de doutorado defendida na Escola de

Serviço Social da UFRJ em maio de 2013. Agradeço aos membros da banca, professores Elaine Behring, Marcelo Braz e Rodrigo Castelo, pelas fecundas observações, algumas das quais incorporadas aqui. Este é o local também para agradecer aos professores José Paulo Netto – que gentilmente se dispôs a comentar o projeto em conversa à parte, devido à impossibilidade de comparecimento na data da defesa – e Mauro Luís Iasi – que me vem orientando neste esforço investigativo com muita seriedade, argúcia e disponibilidade. Por último, mas sem dúvida alguma não menos importante, sou profundamente grato ao professor Luís Carlos Scapi, sem o qual este projeto e os estudos aqui expressos simplesmente não existiriam. Se as indagações e sugestões apresentadas apenas serviram para enriquecer o presente trabalho, é claro que as insuficiências na composição final são de minha inteira responsabilidade.

- ² *Comunista* aqui não indica vinculação necessária aos Partidos Comunistas. Expressa, apenas, a posição que também foi a de Marx e Engels no *Manifesto Comunista* – e daí o nome que escolheram para o panfleto. Os autores reconheceram que no processo de constituição da classe trabalhadora enquanto classe para si *a fração mais resoluta da própria classe se reivindicou comunista*, em contraposição aos socialistas que ou não pertenciam ao movimento dos trabalhadores, ou representavam “seitas agonizantes”, ou preferiam “apoiar-se nas classes ‘cultas’” e, em decorrência, acabavam por não se comprometer com uma transformação radical da sociedade que fosse obra dos trabalhadores eles mesmos. Quanto a isso, cf. o prefácio de Engels de 1890 ao *Manifesto*, bem como Löwy, [1970] 2012, cap. 2. É neste mesmo registro que muitos militantes se reivindicam comunistas ainda que não militem nos PCs de seus países (alguns diriam: justamente por não estarem nos PCs, e sim à sua esquerda...), e que outros continuam se

reivindicando comunistas após sua ruptura com o PC – como foi o caso de Carlos Nelson a partir dos anos 1980.

- ³ Em relação aos temas *formação da consciência de classe e constituição da classe trabalhadora enquanto classe para si*, cf. Goldmann, 1955 e 1979; Gramsci, 2002, v. 1; Iasi, 2006 (especialmente cap. 1) e 2007; Lukács, [1923] 2003 (especialmente caps. 3 e 4); Luxemburgo, 1999. Quanto aos *marcos históricos* desta constituição, enumerados no parágrafo anterior, cf. Netto, *in*: Marx e Engels, 1998; Marx, [1871] s.d.; Hobsbawm, 2002a, caps. 6 (item II) e 16, 2002b, caps. 6 (item II) e 9 (p. 236-239) e 2003 (cap. 2).
- ⁴ Quanto à referida transição tenho recorrido mais diretamente a Gorender, [1978] 2010; Mello, 1982 – especialmente o capítulo 1; Prado Jr., [1942] 2007 e [1966] 1987; Silva, [1976] 1986. Quanto ao surgimento da classe trabalhadora brasileira neste contexto, as referências a partir das quais o texto foi elaborado são Giannotti, [2007] 2009; Koval, [1968] 1982; Mattos, 2009.
- ⁵ Alguns clássicos que se ocuparam do assunto são: Holanda, [1936] 2007; Prado Jr., [1966] 1987; Sodré, [1958] 1978, [1962] 1979, [1990] 1997; e, um pouco mais tardiamente, Marini [1969] 2012 e Fernandes [1975] 2006, [1981] 2011, entre outras obras suas posteriores a 1975. Segatto (2011) lembra ainda trabalhos de Guerreiro Ramos, Celso Furtado, Raymundo Faoro e Alberto Passos Guimarães, entre muitos outros que se dedicaram com maior ou menor intensidade ao problema entre os anos 1930 e 1960. Deve-se mencionar, também, a importância do Iseb na disseminação desta controvérsia.
- ⁶ A posição do autor quanto a este ponto é mais diretamente legatária do conceito weberiano de “consciência possível” assimilado em interlocução com o Lukács de

História e consciência de classe, posição que considero *superada* pela impositação ontológica que vai a pouco e pouco se afirmando na reflexão lukacsiana posterior aos anos 1930, até encontrar suas formulações definitivas na *Estética* (implicitamente) e na *Ontologia* (explicitamente), já nos anos 1960.

- ⁷ As outras classes não têm sua existência “fundada exclusivamente sobre sua situação no processo de produção capitalista”. Por isso, seu interesse de classe – e, consequentemente, sua visão de mundo – se orienta “somente em função de manifestações parciais da sociedade, e não da construção [e da disputa dos rumos] da sociedade como um todo” (Lukács, [1923] 2006, p. 157).
- ⁸ Cf. Löwy, 1987.
- ⁹ Cf. “Alguns pontos preliminares de referência” em *Apontamentos para uma introdução e um encaminhamento ao estudo da filosofia e da história da cultura*, in: Gramsci, [1931-32 (Caderno 11)] 2002, v. 1, p. 93-96.
- ¹⁰ Que fique claro: a categoria de recuperação nada tem a ver com um suposto “retorno” ao passado, que repetir-se-ia ciclicamente numa história reiterativa. Quanto a isso, um exemplo basta: não é pelo fato de as crises do capital serem *cíclicas* que elas se repetem umas iguais às outras.
- ¹¹ Será necessário, para avançar nesta diferenciação, recorrer aos estudos de György Lukács sobre a categoria da *particularidade*, reunidos em Lukács, [1957] 1978, especialmente capítulos 1-3.
- ¹² Estão obviamente excluídas formações partidárias alheias à classe, heterônomas, constituídas no sentido de a manipular, como é o caso do trabalhismo varguista materializado no PTB.
- ¹³ O termo “superação” encaminha à sua apropriação por certas vertentes da teoria social (legatária de Marx e Engels), tomado a partir da herança do pensamento hegeliano. Foge completamente aos propósitos desta exposição aprofundar o assunto, por isso remeto o leitor interessado a uma primeira aproximação sinótica e eficaz do problema em Konder, [1981] 2004, p. 26.
- ¹⁴ As referências ao PCB remetem a: Braz (org.), 2012; Ianni, [1968] 1971; Koval, [1968] 1982; Mazzeo, 1999; Roedel *et al.*, 2002; Segatto, [1981] 1989, salvo referências diretamente no texto.
- ¹⁵ A primeira lei trabalhista aprovada e implementada, que previa indenização por acidentes ocorridos no trabalho, data de 1919. A Lei Eloy Chaves, que inaugura um sistema de previdência social no Brasil, data de 1923.
- ¹⁶ A referência ao “movimento comunista internacional” restringe-se aqui ao conjunto de partidos mais diretamente ligados à III Internacional – excluídas, portanto, as correntes trotskistas e outras cisões que ocorrem desde a década de 1920 nas organizações comunistas.
- ¹⁷ Larga polêmica se estende quanto à força explicativa deste termo. Admito-o por ora para os propósitos expositivos, chamando à atenção do leitor o fato de que estas “etapas” são apenas a expressão formal de um fundamento que será discutido adiante – aliçerce este que pode perfeitamente subsistir independente deste seu desenvolvimento particular, como veremos.
- ¹⁸ Para a crítica demolidora (o que não é o mesmo que dizer “última” ou “inquestionável”) desta estratégia e de seus desdobramentos políticos, cf. Prado Jr., [1966] 1987. É evidente que uma configuração estratégica não surge acabada – ela só pode

ser apreendida em seu desenvolvimento, em seu movimento, como um *processo*. Não será possível rastrear aqui, em detalhes, a gênese e o evoluir da configuração estratégica democrático-nacional, mas cabe lembrar que em sua origem a estratégia do PCB implicava na aliança com setores burgueses brasileiros industrializantes associados ao imperialismo norte-americano contra as elites agrárias associadas ao imperialismo inglês, o que obviamente se foi modificando nos anos seguintes.

¹⁹ Este item foi escrito a partir das seguintes referências: Ianni, 1981; Iasi, 2006 e 2012; Meneguello, 1989; Pedrosa, 1980; Pont, 1985.

²⁰ Cabe lembrar aqui que esta “contenção dos órgãos de repressão” foi bastante seletiva e não se deu senão após a prisão e o assassinato de militantes e dirigentes históricos do PCdoB (lembro apenas o monstruoso episódio do Massacre da Lapa, em 1976) e do PCB que ainda se encontravam a salvo do regime – como foi o caso, nos anos de 1974 e 1975, de 11 (onze!) integrantes do Comitê Central, bem como, nos anos de 1975 e 1976, dos assassinatos (“suicidamentos”) de Vladimir Herzog e de Manuel Fiel Filho, respectivamente (cf. Roedel *et al.*, 2002, p. 60-67).

²¹ Todas as *seis características fundamentais* do capitalismo monopolista, tais como arroladas por Lenin ([1917] 1974), estão internalizadas na formação econômico-social brasileira a partir de então. Senão, vejamos: a) os fenômenos da concentração – acumulação de massas cada vez maiores de capital nas mãos dos grandes capitalistas – e da centralização – união de capitais já existentes – chegam a tal ponto que surgem os *monopólios*, e estes ganham importância decisiva na vida econômica, social, política e cultural dos países capitalistas, repondo a concorrência entre os capitalistas

em patamar superior; b) fusão – ou interpenetração, ou convalescência – do capital industrial ao capital bancário, gerando o *capital financeiro*; a partir daí, surgimento de uma *oligarquia financeira* estreitamente ligada ao Estado; c) a *exportação de capital*, para além da exportação de mercadorias, adquire enorme importância, constituindo traço típico do capitalismo monopolista; d) *partilha do mercado mundial* entre associações internacionais de capitalistas monopolistas; e) *divisão territorial do mundo inteiro* entre as potências (Estados) capitalistas é completada, o que constitui a dimensão política do fenômeno, cuja dimensão econômica foi apresentada no item anterior; f) *lucros de monopólio*, que por sua vez tendem a engendrar: f.1) combinados à separação entre propriedade e gestão do capital (cf. Marx, [1867-1894], 1988, Livro III, seções V a VII), a consolidação da burguesia como classe meramente parasitária (parasitismo), apagando de vez a ligação entre o burguês (“proprietário”) e o processo produtivo; f.2) combinados às necessidades de apaziguamento da classe trabalhadora, a formação de uma aristocracia operária, cujas condições superiores de vida a afastam objetivamente do restante da classe, resultando na cooptação de estratos dirigentes.

²² Anita Prestes sustenta de modo bastante convincente e largamente amparada em material documental e sólida argumentação que o então secretário-geral do PCB, Luiz Carlos Prestes, caminhou exatamente nesta direção. A partir de seu exílio em Moscou no início de 1971 e de estudos sistemáticos da obra de clássicos do marxismo, bem como de importantes estudiosos da realidade brasileira como Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, Prestes teria chegado à conclusão de que o capitalismo brasileiro estava maduro e já atingira a fase monopolista, passando individualmente à crítica da estratégia da revolução nacional e democrática e a advogar a atualidade da

revolução socialista no Brasil e a necessidade de uma estratégia socialista para o PCB – posição que não teria tornado pública por ser o secretário-geral de um partido centralizado em cujo Comitê Central esta linha interpretativa da realidade brasileira (com suas consequências políticas) era amplamente minoritária. Esta sua posição teria sido o pivô de divergências crescentes entre ele e a maioria deste organismo. Cf. Prestes, 2012 e 2012a.

²³ Esta ideia do “abandono” do programa socialista e democrático do PT como origem da derrocada deste partido como alternativa para a construção do socialismo é defendida hoje por muitos analistas – talvez a maioria dos que se ocupam do assunto – e foi defendida também por Carlos Nelson, estando presente em diversas passagens de sua obra. No livro citado neste parágrafo – o último em que falou sobre o assunto –, ela é enunciada cristalinamente em pelo menos mais duas passagens: nas p. 54 e 160.

²⁴ Quanto a condições objetivas x subjetivas para o desencadeamento de processos revolucionários, cf. Lenin, [1915] 1979, cap. II, parágrafos 4-5 (p. 27-28).

²⁵ Cf. a seção especificamente dedicada aos apontamentos biobibliográficos sobre Carlos Nelson, mais à frente.

²⁶ Cabe mencionar a pertinência do autor a grupo de estudos composto por cerca de 30 jovens militantes e intelectuais que têm buscado avançar em direção à concretização deste “inventário” no Rio de Janeiro, sem o qual o alcance deste trabalho certamente seria bastante mais restrito. Fica aqui o agradecimento a todos os componentes deste grupo nas figuras dos colegas mais próximos: Caio Martins, Fernando Prado, Isabel Mansur, Maria Malta, Stefano Motta. Parece que iniciativas semelhantes têm aparecido em outros estados, o que aponta para a relevância do tema.

²⁷ As informações pessoais acerca de Carlos Nelson e algumas inferências sobre sua trajetória intelectual foram, salvo referência em contrário, obtidas em entrevistas concedidas por ele a diferentes veículos de informação (Coutinho, 2006, p. 165-191, e 2009) e no capítulo escrito por José Paulo Netto para o livro sobre Carlos Nelson organizado por Marcelo Braz, *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil* (Netto, 2012).

²⁸ Estes exemplares foram adquiridos na livraria Leonardo da Vinci, que importava livros num momento em que o mercado editorial brasileiro era imensamente menos desenvolvido do que hoje e deixava muito a desejar em relação aos de outros países latino-americanos como a Argentina e o México.

²⁹ O jovem intelectual comunista participou deste importante esforço editorial como tradutor de três dos cinco volumes publicados: *Concepção dialética da história*, publicado em 1966 – para o qual também redigiu nota introdutória em parceria com Leandro Konder –; *Os intelectuais e a organização da cultura e Literatura e vida nacional*, ambos publicados em 1968 – para os quais também redigiu as “orelhas”. Cf. Coutinho, [1989] 2007, p. 279-305; 2011, p. 97-102, assim como a bibliografia de Gramsci disponível no site “Gramsci e o Brasil”, cujo endereço eletrônico é www.acesa.com/gramsci.

³⁰ “(...) dos 450 alunos que a Faculdade tinha então, a base do PCB tinha cerca de 50 pessoas, ou seja, mais de 10%. Isso para não falar na JUC (Juventude Universitária Católica), que devia ter os seus outros cinquenta, e nos grupos de direita, que também estavam mais ou menos organizados” (Coutinho, 2006, p. 167).

³¹ “Problemática atual da dialética”, na revista *Ângulos*, n. 17. Salvador, 1961.

- ³² Mandel localiza a conclusão desta transição anteriormente, no pós II Grande Guerra. Me parece, entretanto, que este ponto está mais próximo do *início* que do *fim*, e que esta passagem só se conclui (quando a nova forma se consolida e “estabiliza”) com a crise estrutural de fins dos anos 1960/início dos anos 1970.
- ³³ É importante notar que estas mudanças de fase do capitalismo enquanto modo de produção e reprodução global da vida não infirmam suas leis gerais – pelo contrário, as reafirmam (quanto a estas leis gerais, cf. *O capital*, livro I, cap. XXIII – Marx, [1867] 1988, v. 2, cap. XXIII). Elas continuam vigendo, repostas em patamar superior, e suas expressões podem ser aparentemente contrariadas por outras que são também manifestações suas. Quanto a esse fenômeno, tem validade geral o postulado lenineano formulado para uma situação particular: “O imperialismo surgiu como desenvolvimento e sequência direta das propriedades essenciais do capitalismo em geral. Simplesmente, o capitalismo só se transformou no imperialismo capitalista num dado momento, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando certas das características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se nos seus contrários, quando se formaram e se revelaram plenamente os traços de uma época de transição do capitalismo para um regime econômico e social superior” (Lenin, [1917] 1974, cap. VII, parágrafo 1, p. 117).
- ³⁴ Esta “mistura” correspondia, no plano do *reflexo artístico*, ao que efetivamente ocorria no real, na base material da vida social brasileira. Entretanto, era processada artisticamente de modo fortemente acrítico e encerrava atitude marcadamente laudatória da “modernização”, ou seja, da generalização das relações sociais capitalistas no Brasil – ainda que seus expoentes não identificassem, como ademais não identificam até hoje, “modernização” e “generalização de relações sociais capitalistas”. Não será possível desenvolver este aspecto das transformações no plano da cultura no presente projeto, mas considero desejável que ele seja abordado mais detidamente durante a pesquisa, a partir de artigos de Carlos Nelson sobre temas correlatos.
- ³⁵ Carlos Nelson contava uma anedota segundo a qual foi “acusado” de ser um “marxista convicto e confesso” pelo coronel que dirigia o IPM em Salvador. Acabou adotando o “título” com gosto, e o repetiu como boa definição de si mesmo em diversas ocasiões ao longo de toda a vida (Coutinho, 2006, p. 169).
- ³⁶ Logo antes da vinda para o Rio, ainda na Bahia, Carlos Nelson havia traduzido um primeiro livro, de Antonio Gramsci, cujo título brasileiro foi *Concepção dialética da história*. O volume foi publicado em 1966.
- ³⁷ Título no Brasil da brochura lukacsiana cuja tradução mais exata é *O significado presente do realismo crítico*.
- ³⁸ Netto (2012) localiza os germes deste deslizamento do foco do interesse de Carlos Nelson para o campo da política ainda em 1969, como decorrência das implicações do AI-5. Cf. no referido texto as p. 63-64. Considero que isto não infirma a localização temporal que proponho aqui, e que esta vai no mesmo espírito – e é devedora – daquela proposta no texto citado.
- ³⁹ No que também sigo indicação de José Paulo Netto no texto citado. Vale ressaltar que o adjetivo *maduro*, aqui, nada tem a ver com “idade madura”, e se relaciona apenas de maneira *mediada* com “maturidade intelectual”. Ele se refere, antes, ao Carlos Nelson que tem no âmago de sua atenção a reflexão sobre a política: aqui, “Carlos Nelson maduro” é permutável por “Carlos Nelson teórico da política”.

- ⁴⁰ Quanto ao chamado “eurocomunismo”, cf.: Berlinguer, 2009, Carrillo, 1977, Mandel, 1978, Togliatti, 1980.
- ⁴¹ Talvez seja possível encontrar relações precisas entre os resultados desta disputa, que se encerra no início dos anos 1980, e a liquidação do partido pela maioria de sua direção cerca de 10 anos depois, dando ensejo à fundação do PPS. Obviamente, não será possível desenvolver o tema nos marcos desta pesquisa, cabendo apenas lembrar aqui que uma minoria de dirigentes aguerridos e com expressivo histórico de militância na organização vem trabalhando desde então para resgatar o PCB, engajados já há mais de 20 anos em sua “reconstrução revolucionária”.
- ⁴² Netto, 2012, p. 61, afirma que a elaboração deste artigo teria ocorrido em 1973. Entretanto, o *copyright* que consta no livro em que ele foi publicado em 1974 (e que tem como um de seus detentores o próprio Netto) traz a data de 1972.
- ⁴³ Ou, conforme, Netto (2012, p. 76), sua “*interpretação do Brasil contemporâneo*” (italico no original).
- ⁴⁴ Netto nos lembra, ainda, que foi Carlos Nelson o primeiro estudioso a recorrer, com o devido rigor, a esta chave heurística para interpretar a formação sócio-histórica do Brasil.
- ⁴⁵ Infelizmente, no Brasil sob o democrático e participativo governo dos trabalhadores as informações sobre este tipo de operação continuam extremamente nebulosas, obscuras, truncadas, desconstruídas. O que se sabe com certeza é que foram desencadeadas operações repressivas dirigidas tanto contra as organizações da esquerda armada quanto contra os partidos comunistas de então – PCdoB, PCB e PCB (do qual se originaram os outros dois), sendo que este último havia optado pela resistência pacífica combinada à participação em movimentos que derrotassem a ditadura através da pressão organizada de massas –, que estas operações tinham por objetivo aniquilar a capacidade de organização e mobilização da classe trabalhadora da parte tanto dos primeiros quanto dos últimos, e que se utilizaram largamente de meios como a tortura, os assassinatos, os desaparecimentos e a corrupção. Segundo Milton Pinheiro, foram 39 militantes do PCB, partido em que Carlos Nelson então militava, assassinados ao longo da ditadura, além de centenas de torturados – cf. *Que luta é essa, que partido é este, que desperta tanto ódio de classe da burguesia?*, disponível em: <<http://www.pcb.org.br>>.
- ⁴⁶ Que viria a culminar na edição da quase totalidade da obra do revolucionário italiano no Brasil sob sua responsabilidade, bem como no unânime reconhecimento internacional de Carlos Nelson como um dos principais conhecedores/pesquisadores da obra gramsciana, materializado, por exemplo, na posição de membro do Comitê Coordenador da *International Gramsci Society* (do qual fizeram parte figuras como Eric Hobsbawm e Valentino Gerratana – o responsável pela importantíssima “edição crítica” dos *Cadernos do Cárcere*), bem como nos verbetes escritos para o *Dizionario Gramsciano* organizado por Guido Liguori e Pasquale Voza (oito no total, quatro dos quais estão publicados em português em Coutinho, 2011, p. 121-138).
- ⁴⁷ Será necessário confirmar/precisar algumas informações sobre este período. O recurso às entrevistas parece particularmente importante para aclarar aspectos referentes ao exílio.
- ⁴⁸ Carlos Nelson chegou a pensar em fazer um doutorado “de verdade” (academicamente reconhecido), mas descobriu que o título ainda não existia na Itália. Pensou, então, em fazer um doutorado em Paris sobre

Lukács, orientado pelo prof. Michael Löwy – projeto que não levou à frente devido aos rumores de que a Anistia poderia sair em janeiro de 1979, que o levou a retornar ao Brasil. A Anistia só viria meses depois, nos últimos dias de agosto.

⁴⁹ O CC foi composto no exterior pelos seguintes quadros: Luiz Carlos Prestes, Giocundo Dias (secretário-geral no Brasil na ausência de Prestes, “salvo do fogo” em condições extremamente difíceis pelo partido e levado para a Europa em maio de 1976, não tendo participado da primeira reunião), Armênio Guedes, Zuleika Alambert, José Salles, Severino Teodoro Mello, Dinarco Reis, Salomão Malina, Orestes Timbaúva, Luís Tenório de Lima, Agliberto Azevedo, Armando Ziller, Roberto Morena, Hércules Correa, Givaldo Siqueira, Almir Neves. Na primeira reunião do CC foram cooptados Anita Prestes, Gregório Bezerra e Marly Vianna. Posteriormente foram cooptados Lindolfo Silva e Regis Fratti (Prestes, 2012, p. 198).’

⁵⁰ “Praticamente não há partido político com luta interna que prescindia desse termo, que serve sempre para designar os elementos inconstantes que vacilam entre os que lutam”. Lenin, *apud* Prestes, 2012, p. 213.

⁵¹ A Assessoria do Comitê Central foi composta por: Armênio Guedes (responsável), Zuleika Alambert, Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Milton Temer, Aloísio Nunes Ferreira, Antônio Carlos Peixoto, Mauro Malin (então residentes em Paris) e Ivan Ribeiro Filho (residente na Itália). A redação de *Voz Operária* era constituída por Armênio Guedes (diretor), Milton Temer e Mauro Malin (redatores). Cf. Prestes, 2012a, p. 43-44.

⁵² Para apresentá-las, será necessário recorrer a diversas das categorias de análise desenvolvidas ou apreendidas por Coutinho e por

ele utilizadas em seu pensamento maduro, o que decidi não fazer na seção que se encerra, pois sua sistematização e localização já são, elas próprias, um resultado a ser exposto posteriormente e transcenderia largamente os limites deste artigo. Estas categorias serão apresentadas, portanto, no decorrer da apresentação das hipóteses e imbricadas com elas.

⁵³ A referida *interpretação do Brasil* estava em construção desde pelo menos 1969-1972, como apontado no item anterior. Marco decisivo é, sem sombra de dúvida, o ensaio sobre Lima Barreto, escrito na abertura da década de 1970, em que a categoria lenineana de *via prussiana* é aduzida como chave para compreender “o caminho do povo brasileiro para o progresso social” logo no item 1 (cf. Coutinho, 1974, p. 3).

Victor Neves de Souza

* Doutorando na Escola de Serviço Social da UFRJ e militante comunista. Correio eletrônico: victornsouza@gmail.com.



ARTIGO

Memórias do processo de renovação da Escola de Serviço Social da UFRJ e da contribuição de Carlos Nelson Coutinho

Maria Helena Rauta Ramos*

RESUMO: O texto tem como objetivo relacionar o processo de renovação do Serviço Social brasileiro e da Escola de Serviço Social da UFRJ, recuperando o papel de intelectuais na sua consecução e destacando o protagonismo de Carlos Nelson Coutinho.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; conservadorismo; marxismo.

Introdução

Para discorrer sobre este assunto estaria habilitado qualquer um dos professores que auxiliaram a construção de uma *nova* Escola de Serviço Social da UFRJ, na medida em que esta se constituiu num processo coletivo e do qual participaram diversos companheiros, dentre eles o professor Carlos Nelson Coutinho. Vivenciei nessa unidade acadêmica – renovada pela difusão do pensamento social crítico fundado na teoria social marxiana às novas gerações estudantis espalhadas por todo o Brasil e que, mais tarde, passariam a ocupar importantes espaços acadêmicos, especialmente na universidade pública brasileira – os anos mais produtivos da minha carreira docente, assumindo a direção de importantes processos administrativos.

Minha contribuição está dividida em duas partes. Inicialmente procuro retratar a conjuntura institucional dos anos anteriores (entre o final dos anos 1970 e a primeira metade da década de 1980) à chegada de um grupo notável de docentes e que foi decisivo para a construção de uma *nova Escola*: além de Carlos Nelson, o professor José Paulo Netto, a professora Nobuco Kameyama, o professor José Mara Gómez, a professora Marilda Iamamoto e o meu querido amigo e inesquecível professor Jean Robert Weisshaupt¹. O objetivo dessa primeira parte é mostrar o quadro em que vivíamos e que foi modificado com a participação desses nossos notáveis mestres. Relato também algumas pequenas conquistas na gestão de Maria Augusta Temponi². Na segunda parte conto, em linhas gerais, como se deu o processo de construção dessa *nova Escola*, ressaltando especialmente a participação do professor Carlos Nelson e procurando aquilatar sua influência para indicar a dívida que a Escola e o Serviço Social brasileiro têm com este querido e competente mestre e militante da construção de uma sociedade igualitária.

O enquadramento da velha Escola de Serviço Social nas décadas de 1970 e 1980

Para ilustrar a conjuntura autoritária e conservadora que existia na Escola de Serviço

Social da UFRJ antes da chegada de nosso grupo de professores, bastaria lembrar que, para que um convidado pudesse expor um assunto em qualquer sala de aula, era necessário solicitar autorização por escrito à congregação da unidade, indicando o tema abordado, a justificativa do convite e os dados do convidado. Esse protocolo exigido visava reduzir, ou mesmo impedir, a entrada de “gente estranha”, pois só eram bem-vindas pessoas referenciadas pelo grupo mais antigo da unidade de ensino.

Mas esse procedimento guardava correspondência com o regime de ditadura militar que ainda acometia o país, mesmo que estivéssemos ingressando num momento de “distensão política”, uma vez que os ventos da democracia ainda não sopravam na universidade em 1978, quando nela ingressei. Lembre-se de que parte do corpo docente era composta por assistentes sociais, muitos pertencentes a congregações religiosas (muito embora não usassem o hábito, como Maria Amália Arozo, madre superiora, e a professora Maria Aidil).

Abria-se uma conjuntura de redemocratização da sociedade em que a “linha dura” da ditadura militar perdia força política em face da resistência que crescia com os movimentos sociais. Os militares tiveram que passar, gradativamente, o poder para as mãos dos civis. As greves do ABC paulista mostravam que o movimento operário renascia das cinzas e em novos moldes, por isso era autointitulado como o “novo movimento sindical”. Tornavam-se possíveis a realização de atividades públicas e de reuniões coletivas sem a presença de representantes dos órgãos repressivos; novos partidos ensaiavam os passos para seu surgimento, assim como assistíamos, também, a articulação de partidos de esquerda que atuavam na clandestinidade, como era o caso do Partido Comunista; a periferia urbana se organizava através das Comunidades Eclesiais de Base; e, no cenário político, e com repercussão internacional, surgia o movimento pela anistia ampla, geral e irrestrita.

Na Escola de Serviço Social da UFRJ convivíamos com uma estrutura centralizada e

hierárquica. A professora Maria Amália, que entregara a direção da unidade à professora Ana Stella, havia assumido a Coordenação do Curso de Mestrado, mas tudo continuava passando pelo seu aval político. Na *Convenção Nacional da Abess*³, realizada em Natal, em 1979, elaboramos um documento atendendo ao pedido da diretoria da entidade (hoje conhecida como Abepps), como preparação para o evento, e que foi discutido e aprovado em reunião da congregação da ESS/UFRJ. Para nossa surpresa, o documento foi alterado substantivamente antes de ser enviado. Como estivera em viagem no momento da elaboração do texto do documento, a professora Maria Amália, ao retornar, promoveu “correções” no documento original antes de ser encaminhado à Abess, assumindo-se como a condutora da orientação política da instituição.

Nessa ocasião compúnhamos um quadro em torno de treze docentes, dentre os quais contávamos com o apoio das professoras Leila Bugalho e Gelba Cavalcante, ambas de absoluta confiança de Maria Amália Arozo. A intervenção destas docentes possibilitou a contratação das professoras Maria Durvalina Fernandes Bastos (para o Departamento de Métodos e Técnicas em Serviço Social) e Maria Helena Lima (para o Departamento de Fundamentos do Serviço Social).

Estas duas professoras, ambas com mestrado em Serviço Social na PUC-RJ – cuja orientação teórica era, reconhecidamente, crítica – foram admitidas como “professoras colaboradoras”, dispositivo que supria uma lacuna aberta pela proibição de concurso público. Em contrapartida, Maria Amália trouxe duas outras docentes, uma delas a professora Dulce Malheiros (para o Departamento de Fundamentos), conhecida estudiosa da Fenomenologia.

O grupo crescia: de apenas três docentes com idades similares (eu, Maria Augusta Temponi e Marilena Jamur) e com posições político-ideológicas diferenciadas passávamos a contar com mais duas que ajudariam a dar outra direção à Escola. Reuníamos-nos, sistematicamente – e a depender do grau de sigilo necessário

que influenciava nossas estratégias –, na maioria das vezes, na residência da professora Marilena Jamur, próxima à Escola. Aos poucos percebíamos que o poder institucional de nossa Escola estava centrado na pessoa de Maria Amália Arozo, uma vez que todos os professores antigos foram por ela indicados, inclusive a professora Maria Augusta Temponi, que havia sido sua aluna. De algum modo, quase todos se submetiam e tinham por ela uma verdadeira reverência, mesmo não estando Maria Amália no cargo de Direção da ESS, que já era ocupado por Anna Stella.

No interior do Serviço Social, uma organização ligada aos assistentes sociais começava a se expressar: a Anas⁴, uma pré-associação sindical, de âmbito nacional, cuja direção encontrava-se radicada no eixo Rio/São Paulo, mas com articulações em todo território brasileiro.

Na América Latina, havia uma instituição que apoiava as nossas lutas sindicais – o Centro Latino Americano de Trabalho Social (Celats)⁵, dirigida por Leila Lima Santos, assistente social brasileira e uma das autoras do “Método BH”⁶. Essa instituição, entre os anos de 1979 e 1980, deu apoio efetivo às mudanças que foram operadas no quadro de nossas organizações, quando estas foram hegemônicas por grupos de esquerda da categoria de assistentes sociais; estou me referindo ao ano de 1979, com o *III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)*, na cidade de São Paulo (chamado de *Congresso da Virada*), e a já lembrada *Convenção Nacional da Abess*, em Natal.

Nesse ano, o Celats financiou a vinda para o Rio de Janeiro de militantes do movimento da categoria de assistentes sociais e de professores de todo o Brasil, ministrando um curso intitulado “Análise Institucional”. O convite, oficial, dirigia-se às instituições e designava o docente convidado. Da nossa Escola, fomos convidadas eu e Maria Durvalina Fernandes Bastos. Esse convite nos trouxe problemas políticos internos. Aqueles professores que, de algum modo, já “desconfiavam” de nossas orientações políticas, agora tinham a certeza: éramos, de fato, as “comunistas”, tão temidas por setores

majoritários da Igreja Católica. Neste mesmo contexto, no interior do Serviço Social, emergia uma corrente que lutava por uma prática vinculada aos movimentos sociais na esteira da luta pela democratização da sociedade.

Em 1980, o Celats ministrou um curso intitulado “Política Social”, na cidade de São Paulo, financiando a participação de diversos assistentes sociais e professores do país. Fui contemplada com uma bolsa que custeou minhas despesas, obtida por meio de uma seleção feita pela Abess a partir de um concurso de monografias. Na verdade, nesse curso tivemos pela primeira vez acesso a uma discussão sobre teoria política, estudando textos marxistas sobre o Estado capitalista⁷. Quando o grupo de professores da “velha guarda” retornou do *Congresso da Virada* (1979) reuniu-se por horas seguidas (sendo proibida a presença dos “novos”). Discutiam como lidar com a nova situação no interior da Escola, a fim de impedir a repercussão entre nós desse processo⁸.

Logo depois do *Congresso da Virada*, o Celats programou uma reunião na UFRJ, creio que no primeiro semestre de 1980, com o objetivo de propor um convênio. Esse evento causou alvoroço interno, de tal forma que não sabíamos se ele ia mesmo acontecer. Se por um lado, Maria Amália Arozo, por suas vinculações internacionais, sabia que não se podia recusar a vinda de representantes de uma instituição tão representativa na América Latina, por outro lado, rondava o perigo iminente do “comunismo” dominar nossa Escola. O ambiente entre os professores era de tensão. De toda maneira, apesar dos receios do grupo conservador, chegou-se a um momento que não se podia mais postergar a visita. A representação do Celats veio à Escola, mas poucos professores compareceram e nenhum acordo foi firmado, contrariando as intenções da entidade.

A luta de transformação da Escola de Serviço Social da UFRJ começou, então, com o grupo dos professores mais novos, dentre os quais eu era a que despertava mais desconfiança política das antigas. A professora Maria Durvalina Fernandes Bastos (apesar de bem mais nova,

vinha de uma experiência de vinculação a um Centro Acadêmico estudantil combativo de sua escola em Mato Grosso) se destacava entre nós e assumia a orientação política de nosso grupo. Devemos a ela as vitórias que obtivemos nesse primeiro momento de construção da nova Escola⁹. E com ela aprendi não apenas táticas de luta institucional, como também alguns conceitos marxistas, especialmente aqueles referentes à discussão da relação teoria/prática. Havíamos constituído um grupo de estudos que tratava dessa relação. Dizia que, quando fosse descoberto como se concebia a relação teoria/prática em Marx, seriam proibidos os encontros daquele grupo de estudos.

Uma das expressões do conservadorismo na Escola de Serviço Social transparecia na inexistência de uma política de extensão universitária, consequência da absoluta ausência de qualquer relacionamento mais estreito com movimentos sociais ou mesmo com qualquer trabalho em favelas, o que, aliás, era muito comum naquela conjuntura. Para preencher essa lacuna, tão denunciada por mim, a então diretora Anna Stela manteve contato com o “Projeto Rondon”, firmando um convênio no qual participaria atuando em comunidades. Surgia assim uma experiência de extensão (em 1981), pela primeira vez em comunidade de periferia, especificamente nas favelas Praia da Rosa e Sapucaia, na Ilha do Governador/RJ. A partir de uma articulação com o movimento dos assistentes sociais do Rio de Janeiro, foi indicada para integrar o projeto de extensão a professora Maria Inês S. Bravo, pela Faculdade de Medicina.

Assumiram a coordenação desse projeto de extensão as professoras Maria Durvalina e Maria de Fátima Cabral, uma vez que muitos, eu inclusive, em 1985, saíram para cursar o doutorado. Na prática cotidiana, estávamos elaborando um projeto da nova Escola de Serviço Social para o qual contamos, muitas vezes, com o apoio da Associação dos Docentes da UFRJ, sobretudo quando sofriamos pressão da ala mais conservadora (e, porque não dizer, de direita) como era o caso da professora Maria da Glória Anin Ferreira que, invariavelmente,

acusava-nos de “comunistas”. Por outro lado, recebíamos apoio da professora Nair, sensível às lutas sociais, então presidente do Banco da Providência e integrante do Departamento de Política Social e Serviço Social da Escola.

Com a saída de Ana Stella da direção da Escola, criara-se um clima de conflito interno, de cunho ideológico, mas principalmente geracional, que levou o Reitor a recolocar Maria Amália Arozo para ocupar a antiga posição. No entanto, como ela viajava muito (era mãe superiora de sua congregação), e deixava a professora Aidil dirigindo a Escola, conseguimos, com o apoio do Centro Acadêmico dos estudantes, afastá-la e colocar Maria Augusta Temponi como diretora temporária. Mas sua posição política, aparentemente liberal, de fato autoritária, nada mudou, ao contrário, instituiu outros dispositivos inexistentes antes, como por exemplo, o uso de uma campanha para chamar a seu gabinete um de seus três funcionários.

Exercendo a direção excepcionalmente, indicada pelo Reitor, por um período de dois anos, Maria Augusta Temponi disputou um novo mandato com Tecla Machado Soeiro, esta última candidata dos professores da primeira geração. Através de escrutínio fechado na congregação obtivemos a maioria dos votos e, então, ela pôde dirigir a Escola por mais quatro anos. Durante os seis anos de Maria Augusta Temponi reunimos forças para que, mais à frente, ganhássemos a legitimidade necessária para promover as mudanças.

Nesse período, fizemos uma revisão curricular do curso de graduação, antes mesmo da orientação nacional da Abess. Nosso currículo, muito antigo, sofrera modificações pontuais (como a exclusão da disciplina *Canto Orfeônico*, dentre outras do gênero). Nessa reforma, a principal novidade consistiu na introdução da disciplina *Movimentos Sociais I* como obrigatória e, como optativa, a disciplina *Movimentos sociais II*, vitória que obtivemos derrotando a ferrenha oposição dos professores conservadores, tendo à sua frente à professora Maria da Glória Anin Ferreira.

Contraditoriamente, obtivemos apoio de Maria Augusta para promover algumas alterações no quadro docente. Em sua gestão realizou-se a transferência definitiva, de Aracaju para a UFRJ, de Gelba Cavalcante como professora titular, e o deslocamento da professora Maria Inês de Souza Bravo da Faculdade de Medicina para a Escola de Serviço Social. Na ocasião, tentou-se trazer também o professor Jean Robert Weissaupt da Universidade Federal de Sergipe, já que ele vinha colaborando na construção de nosso projeto de Escola por meio de uma assessoria direta ao nosso grupo, na condição de convidado do movimento da categoria de assistentes sociais do Rio de Janeiro. Sua transferência ficou impedida de se concretizar por uma nova legislação que a proibia.

Ainda sob a direção de Maria Augusta Temponi, convidamos o professor José Paulo Netto para analisar o projeto do curso de mestrado. Ou seja, ensaiávamos os primeiros passos para convidá-lo a se integrar ao quadro de professores da ESS/UFRJ não só pela trajetória e produção no campo do Serviço Social, mas, também, por sua vinculação orgânica ao Partido Comunista Brasileiro. Também convidamos Hilton Japiassu (do quadro do nosso mestrado, cedido pelo IFCS/UFRJ) a dar parecer sobre a nova proposta de currículo do mestrado. Seu parecer acabou gerando debates que acirraram as posições entre aqueles que buscavam a renovação e aqueles que procuravam manter seu “pedaço”. Tivemos neste momento a medida exata de nossas forças, certos de que a melhor conjuntura para iniciar a construção do novo mestrado seria aquela que se abriria com a aposentadoria do restante do grupo da primeira geração que ainda restava. E assim aconteceu¹⁰.

No bojo dessas lutas, a partir da criação da Associação de Docentes da UFRJ, um nome apareceu no cenário político acadêmico: o do professor Horácio Macedo¹¹, comunista histórico que representava naquele momento o que se tinha de melhor dentro da academia brasileira. Seu nome obteve legitimidade suficiente para que fosse designado, majoritariamente, por meio de eleição direta, cujo resultado foi

acatado pelo Ministro da Educação e pela Presidência da República, dando início na UFRJ ao que se convencionou chamar de “era Horácio Macedo”.

No quadro nacional, o processo de democratização avançava, oportunizando ao movimento da categoria de assistentes sociais alguns avanços. Registre-se a reforma da legislação profissional culminando numa nova reformulação do *Código de Ética do Assistente Social* (em 1986) da qual participei ativamente como assessora do Conselho Federal de Serviço Social, entre os anos de 1985-1986.

A nova Escola de Serviço Social da UFRJ

Com o transcurso do tempo, a geração mais velha de professores, classificada aqui como a primeira geração, foi se aposentando pouco a pouco. E os novos ventos vindos da conjuntura universitária e da democratização da sociedade brasileira provocaram efeitos benéficos sobre todos nós.

Quando Horácio Macedo assumiu a Reitoria da UFRJ encaminhamos um documento contendo nossas reivindicações e o perfil de Escola de Serviço Social que gostaríamos de construir. Este foi um marco, de fato, da grande transformação desta Unidade de Ensino, não apenas em termos quantitativos como qualitativos. Nosso quadro de docentes constituía-se de treze professores e, ao final da gestão da qual fui diretora (1986-1990), já contávamos com cerca de trinta docentes. O quadro de funcionários aumentou de três para quinze.

Assim, em 1986, a Escola de Serviço Social da UFRJ finalmente reuniria as condições objetivas e subjetivas para envidar todo esforço para efetivar o projeto de uma *nova Escola* – cuja concepção contou com a contribuição diferenciada de um grupo de professores, ao qual integrava Maria Durvalina Fernandes Bastos, Maria Inês de Souza Bravo, Gelba Cavalcante de Cerqueira e Jean Robert Weissaupt –, que se tornaria nos anos seguintes a proposta que representava os anseios da maioria dos professores e dos estudantes. Este projeto expressava

a necessidade de um ensino de qualidade orientado pelo pensamento crítico fortemente influenciado pela tradição marxista e ancorado numa direção social articulada à prática dos movimentos sociais (como se dizia à época) e vinculada numa orgânica relação entre ensino, pesquisa e extensão.

Com o quadro favorável de redemocratização da universidade e da sociedade brasileira iniciamos uma nova fase na Escola, aquela dirigida por este grupo de professores, cuja unidade foi constituída na luta em dias difíceis. Estava constituído de fato um grupo de professores que compartilhava um projeto de Escola de Serviço Social, que se erguia no compasso da dinâmica da conjuntura política da UFRJ e, também, do país que vivia o processo de democratização. No ano seguinte, em 1987, a professora Gelba acabou também deixando a Coordenação de Estágio, sendo ocupada pela professora Elizete Cardozo, recém-transferida da Ufes.

Além das reformas físicas em nossas instalações e de sua total incorporação à nossa Unidade, necessitávamos modificar as condições subjetivas para a instauração efetiva da *nova Escola*, ou seja, exigia-se a entrada em cena de outros novos sujeitos, professores convidados com formação marxista para executar o projeto que vínhamos elaborando.

O movimento estudantil cumpriu a sua parte, vigilante, denunciando qualquer desacerto de nossa parte e apoiando as iniciativas que seus dirigentes consideravam consequentes. E assim caminhamos. Conseguimos mais do que almejávamos, obtendo as seguintes conquistas, dentre tantas:

- A vinda para a Escola de Serviço Social da UFRJ do que havia de melhor na área (ou seja, os professores José Paulo Netto, Marilda Yamamoto e Nobuco Kameyama) e em outras áreas das ciências sociais (Carlos Nelson Coutinho, José Maria Gómez e Jean Robert Weissaupt), constituindo um corpo de professores afinado com nosso projeto que se pautava na crítica à sociedade burguesa. Desse modo, pudemos atrair

estudantes de todo o Brasil e da América Latina, formando quadros críticos capazes de intervir no Serviço Social e na sociedade, com preparo teórico e prático para introduzir mudanças significativas na formação de futuros assistentes sociais em articulação com as lutas da classe trabalhadora;

- A ampliação da base física da Escola de Serviço Social com instalações adequadas ao projeto de uma nova sede¹² e equipamentos necessários ao ensino de qualidade. Anteriormente funcionávamos no andar superior do então prédio da Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, além da incorporação do prédio *Anexo* conquistado por meio de uma greve dos estudantes que lembrei anteriormente;

No plano acadêmico, o que fizemos nessa gestão se resume a alguns processos que colocaram a nossa Escola no cenário nacional: as revisões curriculares do curso de graduação (em 1982 e, depois, em 1993, reafirmando e aperfeiçoando os avanços anteriores), a reformulação do currículo do mestrado e a criação do curso de graduação no turno noturno (pioneiro na UFRJ) em 1993, a elaboração da proposta do curso de doutorado criado em 1994-1995 e, ainda, a circulação de um periódico do nosso programa de pós-graduação – a Revista *Praia Vermelha* – cujo primeiro número saiu em 1997.

No que concerne à *participação do professor Carlos Nelson Coutinho* nesse processo de construção dessa *nova Escola* de Serviço Social, destacamos:

- a sua intervenção enquanto professor de disciplinas tanto na graduação (onde se dedicou, especialmente, às disciplinas de *Política Social*) quanto no mestrado e no doutorado, coordenando, como professor titular, as disciplinas da área de *Teoria Política* e, ainda, ministrando cursos voltados à formação social brasileira e ao estudo sistemático do pensamento de Marx, Lukács e Gramsci;

- o grande volume de dissertações de mestrado e teses de doutorados que orientou na Escola, assentados na tradição marxista, auxiliando no processo de formação de uma massa crítica que renovou os quadros docentes não apenas de nossa unidade, mas também de escolas e faculdades de Serviço Social em todo o Brasil;
- a sua vasta e rica produção científica que nos ajudou a garantir nossa ascensão no quadro da avaliação da Capes e nos auxiliou a conquistar no interior da UFRJ respeitabilidade acadêmica como unidade de elevado padrão de ensino e de pesquisa;
- a sua intensa e constante participação nas diversas atividades acadêmicas que promovemos, desde debates mais restritos à nossa unidade até eventos de caráter internacional que projetaram a ESS/UFRJ para além de nosso país;
- a sua responsabilidade e generosidade com as quais, em nossos fóruns e instâncias político-universitárias, sempre marcou sua contribuição ao participar dos espaços que exigiam a sua presença como professor titular da Unidade. Carlos Nelson integrou incontáveis bancas de concurso público para professores, de avaliação funcional docente, de seleção de mestrado e de doutorado etc.

Pois bem, na formulação e na efetivação do projeto da *nova Escola* e de sua política acadêmica, é importante lembrar ainda de quatro ocorrências em que há a manifestação da destacada intervenção de Carlos Nelson Coutinho.

Primeiramente, em torno do início de 1988, quando estávamos imersos nos debates para uma reforma curricular do curso de graduação, realizou-se um Seminário que expunha a ambiência de conflitos que caracterizava nossa Unidade marcada por divergências de natureza ideológica que empobreciam a necessária discussão teórica. Carlos Nelson, já envolvido em nossas atividades, encaminhou um debate sobre pluralismo na universidade pública resultando em um artigo

intitulado “Pluralismo: dimensões teóricas e políticas”¹³ que não só aperfeiçoou nossas propostas como também obteve enorme ressonância no Serviço Social brasileiro, tornando-se um texto muito influente na área.

Outra intervenção relevante de Carlos Nelson se deu no processo de criação do doutorado (em 1994) para o qual, assumindo uma posição favorável ao projeto que o idealizava, colaborou de forma decisiva para sua elaboração. Alguns professores eram contrários à existência de um doutorado em Serviço Social com o argumento de que a área não dispunha de acúmulo teórico suficiente para sustentá-lo e que não possuía competência para dispor de um curso de doutorado. Esses argumentos foram derrotados com o seguinte raciocínio: o Serviço Social não se explica a si mesmo, mas a partir de suas determinações sociais e históricas que precisam ser conhecidas e explicadas. Em um seminário que realizamos em Petrópolis, o professor Carlos Nelson participou de todos os três dias e, junto a outros docentes e representantes estudantis do mestrado, destacou-se na elaboração das linhas gerais do projeto, fornecendo os fundamentos teóricos mais decisivos para sustentar nossa argumentação favorável à criação do curso de doutorado.

O terceiro evento se desenrolou ainda na gestão da professora Maria Inês de Souza Bravo (1990-1994), provavelmente no início de 1991, a partir de um seminário específico para pensar a graduação, realizado em Santa Teresa (RJ). Carlos Nelson, mais uma vez, influenciou nos debates que culminaram numa nova proposta que renovou o Currículo Pleno do curso de graduação da Escola.

Finalmente, lembro-me de que, ao assumir a Coordenação da Pós-Graduação em 1994, encontrei o projeto de doutorado aprovado, dentro da UFRJ, na formatação feita fundamentalmente por Jean Robert Weisshaupt e por Nobuco Kameyama, a partir das contribuições de alguns membros do corpo docente do mestrado, dentre os quais, destaque-se o professor Carlos Nelson Coutinho que esteve presente nos momentos mais determinantes para a estruturação da proposta final do novo doutorado.

Aprovamos a proposta em agosto de 1994 e obtivemos a aprovação da Capes ainda nesse mesmo semestre.

Penso que a participação de Carlos Nelson Coutinho, juntamente com outros professores aqui citados, fez da Escola uma unidade de ensino e de pesquisa com enorme visibilidade na UFRJ e no Serviço Social do Brasil e da América Latina. Na verdade, ela é fruto de um incansável trabalho coletivo, mas, certamente, é também devedora da significativa produção intelectual deste que está entre os mais notáveis marxistas brasileiros. Deve-se também mencionar a relevância para nossa Escola das obras dos professores José Paulo Netto e Marilda Iamamoto. Também não posso deixar de ressaltar o exaustivo trabalho de Jean Robert Weisshaupt e de Nobuco Kameyama (que nos abandonaram muito cedo), além da valorosa contribuição de José Maria Gómez.

Notas

- ¹ Todos os citados são ou foram docentes da ESS/UFRJ. O professor Carlos Nelson Coutinho ingressou nela em 1986, aposentou-se em 2011, tornando-se emérito no mesmo ano. José Paulo Netto ingressou em 1987, aposentou-se em 2010 e, assim como Carlos Nelson, também foi condecorado com o título máximo da academia em 2010. A professora Nobuco Kameyama atuou na Escola de Serviço Social entre 1987 e 2008; faleceu em 2011. José Maria Gómez é professor da unidade desde 1988. Marilda Vilela Iamamoto foi docente da unidade entre 1987 e 1995, quando aposentou-se (hoje integra o quadro docente da Faculdade de Serviço Social da Uerj). E Jean Robert Weisshaupt atuou na Escola de 1987 a 2002, quando faleceu.
- ² Foi professora e diretora (1982-1986) da ESS/UFRJ.
- ³ Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social, criada em 1946, hoje Abepss

- (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social).
- 4 Associação Nacional de Assistentes Sociais, criada em 1983 a partir da Ceneas (Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais), de 1979.
 - 5 O Celats, sediado em Lima, e a Alaets (Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social) tiveram papel de destaque no movimento de reconceituação da profissão no continente.
 - 6 O famoso “Método Belo Horizonte” (conhecido como *Método BH*) foi uma das principais expressões do processo de renovação do Serviço Social brasileiro. Suas propostas, estruturadas por docentes da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, entre 1972 e 1975, traziam aproximações iniciais à tradição marxista.
 - 7 Com base nesse curso, a professora Maria Inês de Souza Bravo (ex-colega da turma do curso de Mestrado da PUC-RJ, militante do movimento ligado à saúde pública e que, na época, era professora colaboradora da Escola de Medicina da UFRJ) e eu elaboramos um artigo que foi publicado pelo Cbciss [Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais], por indicação da professora Leila Bugalho. Ver: Rauta Ramos, M. H. e Bravo, M. I. S. “Serviço Social e prática institucionalizada: algumas questões”, in: *Debates Sociais*, Cbciss, v. 1, n. 1, 1983, p. 27-36.
 - 8 Não compareci a esse evento histórico porque o “clima” na Escola estava muito pesado. Antevia o que poderia se passar naquele Congresso [*Congresso da Virada*], mas seu resultado superou as minhas expectativas.
 - 9 Mas não somente. O projeto arquitetônico da sede atual da Escola teve como base o *croqui* por ela elaborado com a minha participação. Discutimos nossas necessidades acadêmicas a partir do projeto de Escola que tínhamos e assim dispusemos
- 10 Vale destacar um movimento importante deste período, ainda com Maria Augusta Temponi na direção da Escola: uma greve encaminhada pelos alunos e apoiada, inicialmente, por parte dos professores, que exigia a liberação do prédio que hoje denominamos de *Anexo* para o uso como salas de aula. Após quase um mês, finalmente o CFCH/UFRJ obteve da reitoria a concessão para o Curso de Serviço Social da ESS/UFRJ.
 - 11 Horácio Macedo foi dirigente do PCB e reitor (o primeiro no Brasil a ser eleito pelo voto da comunidade na redemocratização) da UFRJ entre 1985-1989.
 - 12 Na inauguração de nossa nova sede, em 1988, dois anos depois de iniciadas as obras, comemoramos instalando na entrada uma placa em homenagem àquele que muito colaborou para a existência dessa *nova Escola*: Horácio Macedo. É bem verdade que tudo foi obtido contando com a força do movimento estudantil e com o apoio dos professores. E nesse ritmo construímos a *nova Escola*, equipando-a e formando-a com base no novo quadro de professores.
 - 13 Publicado em *Cadernos Abess* n. 4. São Paulo: Cortez/Abess, maio, 1991.

Maria Helena Rauta Ramos

- * Doutora em Serviço Social, foi professora, coordenadora do Programa de Pós-Graduação e diretora (1986-1990) da ESS/UFRJ. Publicou diversos artigos em revistas especializadas e organizou a coletânea *Metamorfoses sociais e políticas urbanas* (Rio de Janeiro: DP&A, 2002).



ENTREVISTA

Intelectuais, luta política e hegemonia cultural¹

Entrevista de Carlos Nelson Coutinho a Dênis de Moraes*

Numa tarde de verão em 2004, Carlos Nelson Coutinho recebeu-me com sorriso largo, um café e os cabelos ainda úmidos de quem acordara ao meio-dia, após trabalhar incansavelmente até o amanhecer. Ele se empolgara com a proposta de uma entrevista sobre os intelectuais, pauta livre e sem roteiro prévio de perguntas e temas. A cada tópico, respondia sem economia de minutos, alternava ênfases com breves goles de outros cafés e desculpas por fumar. E o tempo todo seu olhar movia-se pendularmente, ora em minha direção, como seta e alvo, ora para o lugar insubordinado do horizonte em que, provavelmente, buscava a interseção entre o pensamento crítico, a humanização da vida e a longa luta pelo socialismo. Pontos cardeais de uma trajetória iniciada na zona fronteira da pós-adolescência e da juventude em cidade da Bahia, e que se compunha de textos, ensaios, cartas, escritos íntimos, esboços de livros e a fruição das horas, que deveriam estar reservadas ao encantamento com a revelação do mundo, em leituras, estudos e militância política. E que outro perfil, senão este, o acompanharia em febris 69 anos? Depois de quatro horas de conversação, despedimo-nos com um forte abraço, e ele ainda me chamou, do fundo de seu gabinete de diretor da Editora da UFRJ, para dizer: “Não esquece, me manda o texto para revisar, para continuarmos, se necessário...”

Havia no acolhimento de Carlos Nelson uma ternura diferente, um desejo de

compartilhamento que o fazia querer prolongar e tornar indesmentíveis, como as sementes raras para uma fecunda colheita, os instantes vividos. Assinalava-os com doçura e, se preciso fosse, com artérias revigoradas de sangue. Essa característica da quentura pelo outro (e, por extensão, às causas coletivas mais justas) acabei descobrindo-a quando ele repetia, nas linhas finais dos *e-mails* que me enviava, a frase: “Precisamos nos ver, companheiro.” Saí do *campus* da Praia Vermelha consciente de que queimava em minhas mãos não apenas uma entrevista esclarecedora no plano das ideias, como também, sem carecer da algaravia do pássaros selvagens, uma sequência de pistas e sinais que, de alguma forma, ajudavam e ajudam a identificar fragmentos do luminoso itinerário intelectual de Carlos Nelson em sua passagem pela Terra.

Você faz parte de uma geração de intelectuais que testemunhou diversas mutações culturais e políticas nos últimos 40 anos. Do Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes à febre digital, nada parece ser como antes. Como se sente na condição de remanescente dos anos 60 vivendo neste conturbado começo de milênio?

Enormes mutações realmente ocorreram, mas ao mesmo tempo se pode perceber, por trás da descontinuidade entre os anos 1960 e o início do século XXI, algumas linhas de continuidade. A batalha pela hegemonia continuou a marcar

todo esse período, com momentos que, sobretudo no início do período, foram mais favoráveis à esquerda. Para resumir o que sinto, lembro que a Livraria Leonardo da Vinci, do Rio de Janeiro, organizou em 2002 uma série de debates sobre as décadas passadas. Coube a mim e a Leandro Konder falar sobre os anos 1960. Depois de preparar o texto da minha intervenção, pensei comigo mesmo: “Que saudades dos anos 1960!” Foi uma época em que tivemos grandes esperanças. Por paradoxal que pareça, era mais esperançoso viver sob a ditadura do que agora. Você tinha a ideia de que iria sair daquilo e construir alguma coisa realmente nova.

Se Eric Hobsbawm referiu-se ao “breve século XX”, poderíamos falar de uma longa década de 1960. Na verdade, a década iniciou-se em 1956 com o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, onde foram denunciados os crimes de Stalin; e, de certo modo, se encerrou com o colapso do eurocomunismo no início dos anos 1970. O eurocomunismo foi uma tentativa de retomada do núcleo democrático do comunismo e, ao mesmo tempo, de renovação do pensamento marxista. E, no meio de tudo isso, ocorreu 1968, com o Maio Francês, a Primavera de Praga e tantos outros movimentos libertários por todo o mundo, no Norte e no Sul, no Leste e no Oeste. Não é casual que, no início dessa longa década – numa declaração feita, se não me engano, em 1958 – Jean-Paul Sartre tenha afirmado que o marxismo era a filosofia insuperável do nosso tempo. Naquele momento, seguramente, o marxismo disputava hegemonia com muita força.

De lá para cá, assistimos a sucessivos triunfos do capital no terreno da luta de classes. A correlação de forças mudou contra nós. O avanço do capitalismo se refletiu também, evidentemente, no campo da cultura. O pós-modernismo – que Fredric Jameson chamou adequadamente de “lógica cultural do capitalismo tardio” –, com sua tentativa de desconstrução de visões totalizantes do mundo, indica uma perda de força do marxismo. Sabemos que o marxismo coloca a totalidade como critério básico de sua metodologia. Embora acredite que

ainda há forças que resistem a essa avalanche irracionalista, não posso deixar de reconhecer que este início do século XXI não parece muito favorável a um intelectual como eu, formado na década de 60 do século passado. Quarenta anos depois, contemplo o mundo com mais ceticismo e mais pessimismo. Mas quero dizer, enfaticamente, que não perdi as esperanças. Adoto e cito sempre aquele dístico de Gramsci: “pessimismo da inteligência e otimismo da vontade”. Não se trata de um pessimismo irracional, mas daquele que se alimenta da razão crítica. Quanto ao otimismo da vontade, que é uma indicação para que mantenhamos unidas teoria e prática, ele se apoia no fato de que quase tudo o que Marx disse a respeito do capitalismo se confirmou. A crítica ao capitalismo formulada por Marx é cada vez mais atual. O capitalismo de hoje – cuja natureza “globalizada” Marx e Engels já haviam ressaltado há mais de 150 anos no *Manifesto Comunista* – não eliminou, mas até aguçou, todas as suas contradições.

O que devemos repensar e discutir é a questão do sujeito revolucionário, o sujeito capaz de operar as transformações. A meu ver, esse sujeito situa-se ainda no mundo do trabalho, mas não é mais a classe operária fabril, como Marx pensava. Temos que estudar a nova morfologia do trabalho e também os vários movimentos sociais que, sem provirem do mundo do trabalho, colocam demandas que chamo de radicais, como são os casos dos movimentos feminista e ambientalista, para citar dois exemplos. São sintomas de que as coisas podem recomeçar para nós. Precisamos recomeçar de novo, com a modéstia de quem perdeu uma batalha, tanto no sentido político quanto no sentido cultural, mas com a convicção de que o resultado da guerra não está decidido.

Você diz, em Cultura e sociedade no Brasil, que o problema central da cultura brasileira reside nos processos de transformação pelo alto que marcaram a vida político-social no século XX. Que transformações foram essas?

Se nós observarmos a história do Brasil, veremos que o país se modificou, sofreu

importantes transformações ao longo do tempo, mas elas sempre foram feitas a partir de arranjos entre os setores das classes dominantes, com o claro objetivo de excluir uma participação popular mais intensa nesse processo de transformações. Podemos notar isso na Independência. Ela é resultado de uma manobra das elites, que fez com que nosso primeiro imperador fosse o herdeiro do trono português. Também aconteceu na proclamação da República, quando, como escreveu o jornalista republicano Aristides Lobo, o povo assistiu bestializado àquela passeata militar, sem saber do que estava se tratando. Isso ocorreu em 1930, que considero o mais importante ponto de inflexão da história brasileira moderna, e que é resultante de outro arranjo elitista. Gramsci chamou este tipo de transformação pelo alto de “revolução passiva”. É interessante observar que as revoluções passivas são sempre respostas a demandas das classes subalternas, embora estas não se manifestem ainda de forma organizada, capaz de torná-las efetivos protagonistas do processo de transformação.

Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes criaram importantes categorias de análise dos processos elitistas e antipopulares que caracterizaram as transformações sociais no Brasil. Eles demonstraram que o Brasil conservou traços coloniais e não conseguiu se configurar efetivamente como nação. O nosso déficit de cidadania é por demais conhecido. O problema agrário, por exemplo, nunca foi satisfatoriamente resolvido. Com a política neoliberal da última década, o país perdeu instrumentos de fixação de uma política nacional, autônoma e soberana; regrediu, de certo modo, à situação colonial denunciada por Caio Prado e Florestan.

Que consequências tudo isso tem no mundo da cultura e da intelectualidade? Eu diria que o meio privilegiado da cultura, particularmente da cultura moderna, é o que Gramsci chamou de “sociedade civil”, ou seja, o conjunto de aparelhos privados de hegemonia que organizam interesses e valores, e aos quais em geral se ligam os intelectuais, pelo menos nos países onde os processos de transformação foram de

tipo “jacobino”, ou seja, de baixo para cima. No Brasil, onde a sociedade civil foi sempre débil e, até recentemente, primitiva e gelatinosa, os intelectuais tiveram de enfrentar desafios importantes. Como eles não podiam se ligar organicamente às camadas populares, já que essas não tinham uma expressão política adequada, ocorreu uma tendência marcante em nossa história, ou seja, a da cooptação da intelectualidade pelos mecanismos de poder. Chamo atenção para o fato de que essa cooptação não implica, necessariamente, que o intelectual cooptado defenda posições políticas e ideológicas explícitas da classe dominante, mas “apenas” que sejam levados a um certo ascetismo cultural, adotando posições culturais e ideológicas “neutras”. Algo que eu, utilizando uma expressão de Thomas Mann, chamei de “intimismo à sombra do poder”. O intelectual tem certa liberdade para buscar seus caminhos, contanto que não conteste o poder, que não ponha em questão as relações de poder e a própria estrutura da sociedade.

Esse “intimismo à sombra do poder” permanece válido no cenário contemporâneo?

Não vejo alterações decisivas ao longo da década que separa a primeira e a segunda edição de *Cultura e sociedade no Brasil*, ocorridas respectivamente em 1990 e 2000. Creio que aumentou a presença da indústria cultural e da mídia na formação da cultura brasileira. Não percebo nenhum movimento expressivo, no sentido de uma literatura e de uma arte mais voltadas para os problemas do povo. Permanece uma relativa hegemonia da cultura intimista. Talvez alguma coisa nova esteja acontecendo no cinema.

As formas de cooptação de intelectuais vêm se alterando com o passar dos anos?

Eu diria que uma forma perigosa de cooptação dos intelectuais é exercida há já algum tempo, entre nós, pela indústria cultural e pela mídia. Nós poderíamos dizer que a mídia, de certo modo, opera como um intelectual coletivo. Nos anos 1970, a mídia recrutou intelectuais

já formados. Eram pessoas conhecidas e respeitadas, que provinham do campo da cultura de esquerda, como Dias Gomes, Oduvaldo Vianna Filho, Paulo Pontes, Armando Costa e outros. Claro que havia limites estéticos e políticos para a criação cultural nos meios de comunicação de massa. Porém, pressões da sociedade civil sobre a mídia abriram brechas que ajudaram esses intelectuais de esquerda a produzir coisas significativas na televisão. Seria um equívoco imaginar que a mídia é um espaço homogêneo, sem contradições, no qual vigora tão somente a manipulação sistemática da opinião pública.

A diferença é que, agora, a mídia está criando seu próprio intelectual orgânico – alguém que ela projeta como intelectual, com menos autonomia e menos criatividade. Na medida em que é controlada e hegemônica pela classe dominante, a mídia pode ser considerada como um intelectual orgânico coletivo da própria classe dominante, ainda que, em determinadas circunstâncias, essa situação possa sofrer abalos. As pessoas que agora estão escrevendo telenovelas, por exemplo, praticamente só fizeram isto na vida. Não me lembro de um grande escritor que, nos últimos tempos, tenha levado para a televisão o seu talento. Os novos autores fazem seu aprendizado já dentro da mídia. São organicamente constituídos como intelectuais da mídia, como produtores culturais da mídia. Isso empobrece o processo de criação. O potencial crítico diminui na medida em que o intelectual já não é mais aquele que, mesmo limitado pelo universo estético e político da mídia, mantinha um certo distanciamento crítico. A qualidade técnica da TV é alta, os atores e diretores são muito bons. Mas ela se tornou menos criativa, com menor espaço para a contestação.

Você cita Vianinha e Dias Gomes como intelectuais cooptados pela mídia que não renunciaram ao espírito crítico. Continuam sendo exceções à regra?

Como disse antes, a cooptação dificulta, mas não impossibilita a elaboração de um pensamento crítico. Um bom exemplo de independência intelectual é o de Lima Barreto.

Funcionário do Ministério da Guerra, escreveu dois devastadores romances antimilitaristas – *Policarpo Quaresma* e *Numa e a Ninfa*. Temos o caso de Graciliano Ramos, que, como inspetor federal de ensino, esteve ligado à máquina do Estado, inclusive escrevendo artigos na revista *Cultura Política*, editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Estado Novo. Não obstante, Graciliano tem uma obra de profundo caráter crítico, escrita neste mesmo período. Carlos Drummond de Andrade costumava dizer que existe uma diferença entre servir a uma ditadura e servir sob uma ditadura. Na mesma época em que era chefe de gabinete do Ministério da Educação no Estado Novo, Drummond escreveu *A rosa do povo*, o seu livro de poesia mais comprometido politicamente, onde dizia – entre outras belas coisas – que “este é tempo de partido, tempo de homens partidos”. Portanto, não existe uma relação mecânica e direta entre cooptação e ausência de pensamento crítico. Nos períodos democráticos, em que o espaço público é maior e os organismos da sociedade civil conquistam relativa autonomia, os intelectuais cooptados têm mais possibilidades de adotar posições políticas e estéticas de clara oposição. Na ditadura, isso é muito mais difícil, mas, mesmo assim, não é impossível, como vimos nos exemplos de Graciliano e de Drummond.

Você sempre defendeu uma cultura nacional-popular no Brasil. Em plena era da globalização, segue acreditando na pertinência dessa linha de pensamento?

O sociólogo Renato Ortiz, que trabalhou e ainda trabalha com Gramsci, já decretou o fim da cultura nacional-popular. Segundo ele, estaríamos na fase internacional-popular. Mas é preciso reler Gramsci e ver o que ele entendeu por “nacional-popular”. Gramsci disse claramente que são nacional-populares os clássicos gregos e Shakespeare, que estão evidentemente entre os autores mais universais de todos os tempos. Ou seja, nacional-popular nada tem a ver com nacionalismo, muito menos com populismo. Para Gramsci, o autor vinculado à

problemática do povo e da nação é capaz de oferecer uma representação mais ampla e concreta do real e, por isso mesmo, mais universal.

Faz parte da ideologia da globalização passiva e pelo alto a ideia de que o Estado nacional acabou, de que a nação deixou de ser um espaço de tomada de decisões. Ao contrário, penso que a nação ainda continua a ser uma referência obrigatória. Com as adequações ao período em que vivemos, a cultura nacional-popular segue expressando a ideia de que um escritor e um artista devem ter vínculos com o povo e responder aos problemas que aborda em sua obra de um ponto de vista que reflita os interesses da nação e do povo. Exatamente por isso, o escritor nacional-popular não é um populista, alguém que apenas relata de modo naturalista o que o povo está vivendo e aceita passivamente os seus preconceitos. Nacional-popular é Graciliano, não o Jorge Amado da última fase. O escritor nacional-popular se coloca do ângulo dos interesses populares para responder às grandes questões nacionais, as quais estão cada vez mais articuladas com as questões universais. Marx e Engels já diziam, no *Manifesto* de 1848, que o capitalismo estava criando uma “literatura universal”, o que evidentemente não anula o fato óbvio de que Balzac é francês, Tolstói é russo e Machado de Assis é brasileiro. Aliás, por falar em Machado, ele sabia que a “nacionalidade” de um escritor não se define pelo tema que aborda, mas pelo ponto de vista que adota.

Que movimentos e manifestações culturais dos últimos anos situaria na direção do nacional-popular?

Talvez seja difícil falar em movimento nacional-popular hoje. Não me parece haver, no Brasil de nossos dias, algo tão significativo neste sentido como o foi, no início dos anos 1960, o movimento que se organizou em torno das propostas dos Centros Populares de Cultura, os famosos CPCs. Este movimento teve repercussões, ainda que através de múltiplas mediações, em vários campos da arte, sobretudo no teatro, no cinema e na música popular. Mas também na literatura: diria que são nacional-populares

as obras mais expressivas criadas no tempo da ditadura, como os romances *Quarup*, de Antonio Callado, e *Incidente em Antares*, de Érico Veríssimo, mas também as poesias de Ferreira Gullar, de José Carlos Capinam, de Moacyr Félix. Veja bem: não digo que tudo isso provém diretamente do CPC, que, aliás, em suas formulações teóricas, dizia muitas tolices, era bastante sectário. Digo que o movimento que está na origem do CPC criou um solo cultural do qual brotaram, num movimento de superação dialética, algumas das mais expressivas criações artísticas das décadas de 60 e 70.

Hoje vejo apenas manifestações tópicas, e não movimentos daquele tipo. Infelizmente, não tenho lido muitos romances brasileiros recentes, mas diria que a última grande produção artística nacional-popular que me recorde de ter lido foi *Viva o povo brasileiro*, o notável romance de João Ubaldo Ribeiro, publicado nos anos 80. É um dos maiores romances da literatura brasileira, situado no mesmo nível de *Dom Casmurro*, de *Policarpo Quaresma*, de *São Bernardo*, de *Grande Sertão: Veredas* e de poucos outros. Em *Viva o povo brasileiro*, toda a formação histórica do Brasil é vista de um ponto de vista claramente nacional-popular, no sentido gramsciano do termo, ou seja, sem nenhuma concessão nem ao nacionalismo nem ao populismo.

Alienação e descompromisso político seriam traços constitutivos da cultura brasileira atual?

Nos anos 1990, ocorreu um refluxo daquele processo de forte ativação da sociedade civil que se verificou entre o final dos anos 70 e a eleição presidencial de 1989. Esse refluxo foi, em boa parte, motivado pela crescente hegemonia política e ideológico-cultural do neoliberalismo. O conjunto das propostas neoliberais operou no sentido de promover uma despolitização geral da sociedade e, conseqüentemente, também da cultura. Tivemos a tentativa, muitas vezes exitosa, de transformar a sociedade civil nessa coisa amorfa e despolitizada, hoje pomposamente chamada de “terceiro setor”. Gramsci entendia

a sociedade civil, ao contrário, como arena da luta de classes, como um espaço político por excelência, não como algo – na expressão que hoje se tornou habitual – “para além do Estado e do mercado”. A hegemonia neoliberal bloqueou a floração de uma arte nacional-popular, que se anunciou fortemente nos anos 1960, que se manteve surda mas latente durante a ditadura e reapareceu em fins dos anos 70 e parte dos anos 80. Volto a me perguntar: quem é o grande artista surgido na década de 1990? Temos bons autores em atividade – Ubaldo, Moacyr Félix, Moacyr Scliar, Ferreira Gullar. Apareceram nomes interessantes, como José Roberto Torero e Ana Miranda. Mas nenhuma grande figura surgiu nos últimos anos. Fora da “cultura” criada pela mídia, assistimos à permanência do predomínio de uma cultura ornamental e intimista, desligada dos problemas e aflições do povo brasileiro. Como disse antes, talvez o novíssimo cinema seja uma exceção. Vamos esperar para ver.

Ainda é possível se imaginar uma democratização cultural no Brasil?

Não só é possível, mas necessário. Porém, para que haja democratização da cultura, é preciso que haja simultaneamente uma democratização geral da sociedade brasileira. Quanto mais espaços democráticos forem conquistados no âmbito da sociedade civil, tanto mais rapidamente avançaremos – ainda que não se trate de uma relação mecânica – no terreno da democratização da cultura. E é preciso lembrar sempre: uma efetiva democratização da cultura no Brasil, que transcenda a alta cultura dos intelectuais e atinja as grandes massas, tem como ponto de partida uma democratização dos meios de comunicação, da mídia. Para isso, é preciso um maior controle da sociedade sobre esses poderosos instrumentos de criação, difusão e ação cultural. Precisamos fazer com que os meios de comunicação de massa sejam controlados pela sociedade, e não por grupos monopolistas privados. Estes grupos podem até levar em conta certas demandas da sociedade, mas operam sem um efetivo controle social.

É uma utopia factível, numa sociedade em que as transições se operam sob influência determinante das elites, imaginar um controle social sobre a mídia?

Não, não é factível imaginar que isso ocorra se persistir um modelo de sociedade elitista, em que as massas não participem da política nem tenham um peso determinante na criação e no consumo de uma cultura de alto nível. Enquanto persistir este modelo de sociedade, continuará a existir um abismo entre alta cultura e cultura popular, com esta última condenada a só muito raramente superar os limites de uma subcultura de tipo folclórico. Esta “utopia” só é factível, como disse, no bojo de um amplo processo de democratização geral da sociedade, de ativação da sociedade civil, de pressão proveniente de uma opinião pública constituída de baixo para cima. Acho que devemos lutar para que seja possível criar, até mesmo no plano legislativo, formas de controle social dos meios de comunicação, que impeçam aos proprietários privados destes meios – que, de resto, no caso dos canais de rádio e televisão, são concessionários do poder público – a completa liberdade, por exemplo, de veicular a informação que querem e de ocultar a informação que não lhes parece adequada a seus interesses.

Um dos desafios é chegarmos a uma legislação adequada. Mas veja bem: não estou pregando e sou contra a estatização dos meios de produção cultural. Não será desse modo que teremos uma efetiva democratização. O que defendo é uma gestão mais coletiva dos meios de produção cultural. Talvez isso possa se dar mediante a autogestão: os próprios produtores culturais definiriam as políticas de difusão. Por exemplo: um comitê formado por jornalistas e personalidades de diferentes grupos e organismos da sociedade civil controlaria efetivamente a informação que se veicula, já que este é o terreno mais sensível à manipulação ideológica. Por que não imaginar grandes cooperativas de intelectuais para controlar os meios de comunicação?

Gostaria de insistir que a solução não consiste em estatizar os meios de comunicação, pois isso levaria também a uma perda de capacidade crítica. Sou no mínimo cético quanto à

natureza democrática de uma política cultural implementada diretamente a partir do Estado. As políticas culturais se criam a partir da sociedade civil. A tarefa fundamental do Estado é assegurar as condições materiais para que as políticas culturais oriundas da sociedade civil possam ser realizadas. O Estado deve financiar aquelas atividades que, por não terem uma lucratividade imediata, não são interessantes para o mercado, como muitas vezes é o caso no teatro, no cinema, até mesmo na produção editorial. Mas cabe ao Estado, sobretudo, colocar ao alcance das amplas massas a grande cultura (uma sinfonia de Beethoven, uma representação teatral de Shakespeare), o que pode ser feito, inclusive, através da televisão. Sem falar na tarefa fundamental do Estado, que é assegurar a todos uma educação de bom nível, permitindo assim que a massa da população tenha acesso a produtos culturais de cunho mais elevado.

Em Marxismo e política, você aponta o caráter excessivamente individual que Lukács atribui ao sujeito político: “É como se a práxis política criadora, como a arte e a filosofia, fosse também ela, mesmo no caso da luta pelo socialismo, a expressão de personalidades excepcionais e não de sujeitos políticos coletivos”. O cenário atual de certo modo não reforça a sua advertência, dado que a criação cultural parece cada vez mais associada a performances individuais, em detrimento dos movimentos coletivos?

A grande criação artística, cultural ou filosófica, ainda que seja ligada a movimentos coletivos, se realiza plenamente através de personalidades individuais. Poderia citar Balzac, Goethe, Shakespeare, Hegel, Kant e tantos outros. Claro que esta minha convicção não me impede de reconhecer que a grande personalidade intelectual e artística expressa um movimento, uma concepção do mundo coletiva. Se você examinar o CPC como produtor coletivo de cultura, verá que ele, a rigor, não criou nada que tivesse um valor cultural para além da agitação e da propaganda imediatas. Mas um bom número das criações individuais de Vianinha, que foi um dos líderes do CPC, continua tendo

um indiscutível valor estético e cultural. Sua peça *Rasga coração*, por exemplo, não existiria sem o movimento coletivo do CPC, mas não poderia ser criada a dez mãos. Aquelas peças que o CPC encenava aqui e acolá tiveram em si o valor de criar um movimento cultural que, por sua vez, gerou uma figura singular como a do nosso querido Vianinha.

Não é que essa individualização não aconteça na política, até porque há fortes lideranças políticas individuais, como, entre tantos outros exemplos possíveis, Lenin. Mas a presença do sujeito coletivo, na política, é muito mais forte do que na criação artística ou filosófica, é até mesmo decisiva. Lenin é Lenin somente porque foi dirigente do Partido Bolchevique. De repente, ao formular esta pergunta, você me pôs a seguinte questão: voltamos a uma época em que o político individual substitui o líder político de um partido? Acho que, frequentemente, sim. A política hoje é em grande parte midiática. O primeiro-ministro Berlusconi, por exemplo, não é a expressão da Força Itália, o partido que ele criou; a Força Itália não passa de uma criação de Berlusconi para se legitimar *ex post*. O personalismo é uma coisa muito ruim em política, pois termina consagrando um tipo de “liderismo” que só serve à consagração do existente, ao embrutecimento das massas, não à transformação social e à tomada de consciência. Nesse sentido, creio que Lukács subestimou o papel dos sujeitos coletivos na esfera da política.

Já na arte e na filosofia, dificilmente se cria coletivamente uma boa obra. A visão do mundo que o artista ou o filósofo expressa é coletiva, mas a transformação desta visão do mundo em forma artística ou em construção filosófica é quase sempre individual. A questão é particularmente complicada no mundo contemporâneo, porque, de um lado, temos o intelectual coletivo encarnado pela mídia, que termina esmagando o talento individual e tendo assim um papel antiartístico. Ao mesmo tempo, falta a quem produz solitariamente aquele respaldo social que permitiu o surgimento de um Balzac, de um Mozart, de um Cézanne. De qualquer modo, acho que a coletivização do sujeito cultural pode ser um

problema sério para a criação artística. Na política, ocorre precisamente o inverso.

No livro O estruturalismo e a miséria da razão, de 1972, você atacou intelectuais de esquerda que, na década de 1970, aderiram acriticamente ao estruturalismo. Faria crítica semelhante a intelectuais de tradição marxista que, nos anos 90, aderiram ao chamado tucanato?

Continuo concordando com minha velha posição de 30 anos atrás: a de que, filosoficamente, o estruturalismo era reacionário, na medida em que esvaziava o pensamento social das grandes questões da dialética, do historicismo e do humanismo. Mas acho que fui injusto ao atacar duramente alguns estruturalistas que eram de esquerda e, no Brasil, se posicionavam contra a ditadura. György Lukács disse uma frase muito expressiva: “Existem intelectuais que têm uma epistemologia de direita e uma ética de esquerda.” A maioria dos estruturalistas talvez tivesse essa posição, mas eu ignorei o lado ético e bati forte no lado teórico.

Acho que os chamados “intelectuais do tucanato” merecem uma crítica mais dura. Eles têm uma epistemologia de direita e uma ética de direita. São casos de transformismo intelectual. Veja a produção teórica de Fernando Henrique Cardoso dos anos 1960 e 1970. Malgrado os vários pontos discutíveis de sua produção teórica – no meu livro *A democracia como valor universal*, de 1980, eu já criticava algumas posições de Fernando Henrique que me pareciam liberais –, ninguém poderia imaginar que aquele intelectual de esquerda, muito próximo do marxismo, que pregava uma alternativa socialista ao caráter necessariamente associado-dependente que ele lucidamente enxergava no capitalismo brasileiro, viesse a ser o presidente da República que aprofundou a associação da burguesia brasileira com o capital internacional. Gostaria de chamar a atenção para o fato de que não se trata de um fenômeno de traição individual. Uma parte significativa da intelectualidade brasileira, que resistiu durante a ditadura, assumiu, depois, posições mais à direita, ainda que no espectro da democracia. Trata-se

de um fenômeno coletivo, que resulta, ao que me parece, do caráter bem mais complexo e plural da nossa sociedade civil pós-ditadura.

Quem é o sucedâneo do estruturalismo na miséria da razão: a ideologia neoliberal ou a chamada terceira via? Ou ambos?

É uma boa pergunta. No meu velho livro, publicado em 1972, eu sustentava que a ideologia burguesa, a ideologia das classes dominantes, tinha duas vertentes: uma claramente irracionalista, segundo a qual a razão não capta o real, isso só pode ser feito pela intuição e pela sensibilidade; e outra que empobrecia a razão, até fazer dela uma razão instrumental, apenas formalista. Eu situava o estruturalismo como a versão *up to date* da miséria da razão. Hoje temos, no pós-modernismo, uma combinação de irracionalismo e de miséria da razão. A recusa, por exemplo, de compreender a universalidade tem um claro caráter irracionalista, mas temos também a continuidade de elementos de racionalismo formal, que eu percebo no fetichismo da técnica, hoje tão em moda. Ou seja, a razão posta a serviço só do particular, da instrumentalidade. O pós-modernismo tem tudo a ver com o neoliberalismo: ambos se voltam para a despolitização geral da sociedade e, conseqüentemente, da cultura.

Já a chamada “terceira via” me parece um sintoma de que o neoliberalismo começa a revelar seus limites. Os defensores da “terceira via” são pessoas que aplicam uma política neoliberal, como Massimo D’Alema, Tony Blair e Fernando Henrique Cardoso, mas que têm ou tiveram no passado um certo compromisso com valores de esquerda e tentam propor, como se isso fosse possível, um neoliberalismo com rosto humano. Isso, evidentemente, é ideologia no sentido ruim da palavra, ou seja, uma maneira de encobrir políticas que continuam a ser estritamente neoliberais. Não vejo qualquer perspectiva diferente na “terceira via”, que, aliás, praticamente já nasceu morta: agora se fala em “governança progressiva”. Lamento que um intelectual importante e comprometido no passado com causas progressistas, como Anthony

Giddens, tenha se tornado um dos teóricos desta bobagem que é a “terceira via”. A meu ver, trata-se de uma manifestação hipócrita do neoliberalismo. La Rochefoucauld, o grande moralista francês do século XVIII, dizia que a hipocrisia é a homenagem que o vício presta à virtude. A “terceira via” é isso: uma manifestação hipócrita do neoliberalismo, que sabe muito bem que a virtude está com outro tipo de política. É um fenômeno indicativo de que aquela hegemonia pura e simples do neoliberalismo, aberta e escancarada, está sofrendo abalos.

Em que medida a ideia pós-moderna, que se alastrou na década de 1990, é produto da simbiose entre a ascensão da ideologia neoliberal e a descrença no socialismo a partir da queda do Muro de Berlim?

Tenho um amigo, creio que ainda se considera marxista, que me disse outro dia: “A luta de classes acabou.” É claro que a luta de classes, o antagonismo entre capital e trabalho, não acabou. Mas a verdade é que a correlação de forças mudou, o que levou meu amigo a esta equivocada observação. A classe operária e o mundo do trabalho, depois de algumas conquistas significativas no período que vai do final da Segunda Guerra até a década de 1960, passou a sofrer derrotas significativas, sobretudo a partir de meados dos anos 70. O capitalismo empreendeu um intenso processo de contrarreformas, modificou o mundo do trabalho, conseguiu criar condições mais favoráveis para si com a fragmentação da consciência operária. Isso se reflete num refluxo da ideologia da esquerda em geral. Nos espaços que iam sendo perdidos pela esquerda, entraram a ideologia e a prática do neoliberalismo e, em consequência, sua expressão cultural, ou seja, o pós-modernismo. Afirma-se agora que o ponto de vista da totalidade está superado, que os “grandes relatos” não têm mais sentido e levam ao totalitarismo, que as lutas não devem ser travadas em favor de valores universais e, sim, da afirmação das identidades e das diferenças. É claro que, nesse quadro, vem a afirmação de que a luta de classes, a luta mais universal, perdeu o sentido,

não existe mais. Com maiores ou menores mediações, o pós-modernismo é a superestrutura ideológica da contrarreforma neoliberal.

Que papel público os intelectuais críticos podem almejar nestes tempos cinzentos de superpremação do mercado e de cooptação de homens de cultura pelas engrenagens de poder?

Já me referi a uma figura intelectual que marcou fortemente a cultura dos anos 1950 e 1960, ou seja, Jean-Paul Sartre. Sartre é um clássico exemplo de intelectual tradicional no sentido gramsciano da palavra, isto é, daquele intelectual que não é ligado diretamente a nenhum aparelho de hegemonia, mas que exerce um papel fundamental na formação da opinião pública; quando de esquerda, este tipo de intelectual denuncia o que lhe parece errado, defende valores de solidariedade e de dignidade, mantém vivo o espírito de rebeldia. Sartre foi um digno continuador de Voltaire. Ora, este tipo de intelectual ainda existe no mundo contemporâneo. Talvez o mais famoso deles seja hoje o norte-americano Noam Chomsky, mas há outros exemplos, como o recentemente falecido Pierre Bourdieu, na França. No Brasil, eu pensaria em figuras como Celso Furtado e Antonio Candido. O fato de existirem figuras assim demonstra que este tipo de intelectual continua a ter um papel relevante a desempenhar, de denúncia, de defesa de propostas transformadoras e, sobretudo, de mobilização da opinião pública. Talvez Chomsky influencie hoje menos do que Sartre influenciou em seu tempo, mas o importante é que esta função do intelectual tradicional continua posta na ordem do dia e vem sendo desempenhada satisfatoriamente por algumas grandes figuras do nosso tempo.

Zygmunt Bauman critica o descompasso entre a intelectualidade acadêmica e a sociedade: “Os intelectuais pararam, em grande parte, de se definir pela responsabilidade que têm para com o povo, a nação e a humanidade.” Como você encara o problema?

Bauman tem razão se tomarmos a média dos intelectuais. Muitos intelectuais continuam

a ter, do ponto de vista moral e ético, a ideia de que a transformação social é justa e necessária. Mas, na medida em que a mediação entre eles e a realidade social se tornou nebulosa e até difícil, há uma tendência de vários destes intelectuais a refluírem para o espaço acadêmico, despreocupando-se com sua responsabilidade social. Não se trata de uma traição; não é que esses intelectuais tenham necessariamente se acanhalado. Trata-se de uma condição objetiva: tais intelectuais, com frequência, não encontram meios de atuar de outra maneira e acabam renunciando a desempenhar um papel social mais direto. Porém, malgrado tudo, ainda há uma bom número de intelectuais que se colocam o problema da intervenção social e que tentam resolvê-lo, talvez um pouco caoticamente, cada um a seu modo, até mesmo porque se debilitaram os espaços comuns de outrora, ou seja, os partidos políticos, as organizações etc. Trata-se, às vezes, de um combate intelectual solitário, mas eu diria que os intelectuais que travam este combate têm tudo para se reagregar e voltar a desempenhar o papel muito bem definido por Gramsci: o intelectual deve se empenhar na organização da sociedade e lutar pela hegemonia política e ideológica do bloco de classes com o qual se identifica. Decerto, a forma na qual isso acontece hoje é bastante diversa daquela da época de Gramsci; o mundo intelectual mudou, assim como mudou o mundo do trabalho, e não apenas em relação ao tempo de Marx e de Gramsci, mas até mesmo em comparação com a época do *Welfare State*, iniciado após a Segunda Guerra.

Muitos dizem que Gramsci e Lukács estão superados porque ambos tinham muitas expectativas em relação ao papel dos intelectuais e estas expectativas não se cumpriram. Em grande parte, isso é verdade. Gramsci e Lukács, com efeito, apostaram pesadamente na função revolucionária dos intelectuais, uma função que está hoje bastante diluída. Creio, contudo, que é condição para a retomada de uma batalha pela hegemonia que os intelectuais – entendidos na ampla acepção que lhes atribuiu Gramsci – voltem a desempenhar suas funções públicas.

Não teria a intelectualidade de esquerda uma certa dificuldade de se comunicar com um público mais amplo, em função da linguagem elaborada que utiliza?

Gramsci tem uma teoria dos intelectuais muito rica, precisamente, nesse sentido. Segundo ele, há o grande intelectual, o produtor de ideologias, mas há também um sem-número de ramificações e mediações, através das quais os pequenos e médios intelectuais fazem com que as grandes ideologias e teorias cheguem ao que ele chama de “simples”, ou seja, ao povo. Para Gramsci, não há uma relação direta entre a grande filosofia, a grande cultura, e o que ele chama de “simples”; trata-se de uma relação que se dá através da mediação de uma grande massa de pequenos e médios intelectuais, aos quais devemos dedicar enorme atenção. Na batalha das ideias, na luta pela hegemonia, devemos estar atentos não só à produção dos grandes intelectuais, mas também temos de levar em conta o modo pelo qual os pequenos e médios intelectuais estabelecem uma relação entre esta produção e o senso comum dos “simples”.

Outro ponto interessante em Gramsci é a afirmação de que, entre os intelectuais e os subalternos, ou os “simples”, há sempre um diálogo. Lenin afirmava que o Partido revolucionário tinha como missão trazer “de fora” a consciência política, socialista, para o movimento operário. Esta afirmação, entre outros problemas, atribui aos intelectuais um peso que eles não têm. A função dos intelectuais, enquanto criadores e propagadores de ideologias é, sobretudo, dialogar com os “simples”. Gramsci dizia que o povo sente, mas não sabe, enquanto o intelectual frequentemente sabe, mas não sente. Desse modo, embora saibamos em teoria que a integração entre os intelectuais e o povo é extremamente importante, muitas vezes esquecemos disso na prática. Ficamos satisfeitos quando nosso departamento universitário tem dois ou três marxistas, quando na revista do departamento, que circula para cem pessoas, são publicados três ou quatro artigos de inspiração marxista. Isso é importante,

mas só terá um papel social quando as ideias do marxismo chegarem às grandes massas. Gramsci dizia que é mais importante difundir entre as massas uma ideia correta já conhecida pelos intelectuais do que um intelectual criar uma ideia nova que se torne monopólio de um grupo restrito. A socialização do conhecimento, sobretudo do conhecimento ligado ao pensamento social, é uma tarefa fundamental para os intelectuais – tarefa que, muitas vezes por vaidade, nem sempre fazemos bem.

Nessa tarefa de socialização do saber, há muitos exemplos positivos. Já falei em Noam Chomsky, que certamente tem um peso na opinião pública norte-americana e não só norte-americana. Nos Estados Unidos, boa parte da opinião pública contrária à direita e ao militarismo é inspirada por grandes intelectuais, como o próprio Chomsky, Edward Said, Susan Sontag, Gore Vidal, Michael Moore e outros. Isso acontece também no Brasil. Então, ao contrário da opinião pós-moderna de que o grande intelectual universalista perdeu sua função, diria que ele continua tendo as mesmas funções que Gramsci lhe atribuía, só que em condições morfológicas diferentes. Ou seja: mudou a morfologia dos intelectuais, assim como mudou a morfologia do mundo do trabalho, mas – em ambos os casos – permanecem as funções sociais destes grupos. Os intelectuais continuam a ser tão importantes hoje na produção de hegemonia e de contra-hegemonia quanto o eram na época de Gramsci e nos gloriosos anos 1960.

Diante da crise de identidade político-ideológica de partidos de esquerda contemporâneos, ainda podemos conceber o partido como intelectual coletivo, como agente da vontade coletiva transformadora?

Os partidos deveriam ser isto, ou seja, intelectuais coletivos, agentes da vontade coletiva, expressões do ético-político ou da universalidade. Enquanto os movimentos sociais colocam em jogo questões frequentemente decisivas, mas sempre particulares, a grande tarefa do partido político deveria ser a de universalizar

as demandas que provêm de diferentes setores sociais. Nesse sentido, um partido que se pretenda revolucionário tem de se colocar como criador de uma vontade coletiva transformadora, de uma vontade universal. Gramsci diria: de uma vontade coletiva nacional-popular.

Na prática, os partidos não têm cumprido essa função. Na Europa, por exemplo, os partidos de esquerda, que outrora tiveram uma posição revolucionária, tanto na vertente social-democrática quanto na comunista, assemelham-se cada vez mais ao Partido Democrata norte-americano, ou seja, tornam-se federações de *lobbies* agrupados em torno de figuras midiáticas. O mesmo ocorre com os partidos de direita, que perdem densidade ideológica e se convertem em meros administradores do existente. A velha forma partido – enquanto agrupamento que tinha como base uma concepção do mundo universalista – está cada vez menos presente até mesmo na Europa, onde teve durante mais de um século um peso decisivo. O que resta da oposição que existia, no Reino Unido, entre conservadores e trabalhistas? Ou, na Itália, entre democratas-cristãos e comunistas? Podemos falar, assim, num “americanalhamento” da política europeia.

Temo que o mesmo processo esteja ocorrendo na política brasileira. Assisto, com ansiedade e temor, à conversão do PT – de um partido que se criou na ideia da transformação social, com uma clara bandeira socialista e ligado aos movimentos sociais – num partido de governo, diluído numa frente absolutamente amorfa, num partido que parece abandonar completamente sua vocação originária de organismo de luta pela transformação social. Uma coisa é constatar esse movimento da realidade atual; outra coisa, muito diferente, é fazer da necessidade uma virtude. Acho que devemos continuar lutando para construir partidos capazes de desempenhar a função de agregadores de vontades coletivas e, portanto, portadores de hegemonia e contra-hegemonia.

Infelizmente, no momento, essa não é a marca dos partidos que se intitulam de esquerda. Uma das tarefas do intelectual hoje

é empenhar-se para construir partidos deste tipo, bem como movimentos sociais enraizados na sociedade civil. E, na medida em que haja partidos que possam ser instrumentos de mobilização popular, o intelectual deve dar sua contribuição para que tais partidos busquem efetivamente transformar a realidade. Se não houver uma opção partidária adequada, resta ao intelectual atuar de modo autônomo, como Jean-Paul Sartre e Noam Chomsky, mantendo assim sua capacidade crítica e seu papel na formação de novas relações de hegemonia.

Nos últimos anos, Gramsci voltou a ser referência nas ciências sociais. Não há o risco de leituras apressadas e até distorcidas contribuir para transformar Gramsci em um pensador cultural, reduzindo o potencial político e revolucionário de seu pensamento?

Num artigo sobre a recepção de Gramsci no Brasil, publicado em final dos anos 1980, chamei a atenção para o fato de que Gramsci chegou no Brasil nos anos 1960 e foi utilizado por muitos de nós, então jovens intelectuais comunistas, como instrumento de uma batalha essencialmente cultural. Naquele momento, subestimamos a dimensão indiscutivelmente política do pensamento de Gramsci. Continuamos delegando à direção do Partido Comunista a tarefa de elaborar a linha política; criamos uma falsa divisão do trabalho, na qual nos cabia apenas definir as linhas gerais da política cultural. Gramsci aparecia para nós, então, apenas como o defensor da filosofia da práxis, da literatura nacional-popular, mas ainda não como o teórico da revolução socialista no que ele chamou de “Ocidente”. Isso se revelou, no final dos anos 1970, uma divisão do trabalho impossível. Nós, gramscianos, começamos então a nos meter também na política, a questionar, com base em Gramsci, o que a direção do Partido continuava a defender. Terminamos todos saindo do Partido.

Hoje, a influência de Gramsci no Brasil continua muito forte. Em meio à chamada “crise do marxismo” – não falo de “crise” no sentido de que o marxismo não tenha respostas para o que

está acontecendo, mas no sentido de que ele é hoje uma posição cultural bem menos influente do que anos atrás –, Gramsci é um dos pensadores que mais resistiram e mantiveram sua influência. Resistiu aqui e no exterior. Tenho sido convidado para vários congressos gramscianos em diferentes países. Pude constatar, por exemplo, que é fortíssima a presença de Gramsci em Cuba, onde ele é hoje a bandeira dos intelectuais que querem democratizar o socialismo cubano, introduzindo a problemática da sociedade civil. Disseram-me que Gramsci desapareceu no período em que Cuba se aliou à União Soviética e reapareceu com força após o colapso da própria União Soviética. É um fenômeno mais ou menos generalizado na América Latina. Gramsci está muito presente na Argentina e no México, e voltou a estar presente na Itália, depois de uma fase em que praticamente sumiu. Mas eu não diria que ele está voltando só como teórico da cultura, como aconteceu no Brasil dos anos 1960: ele é agora cada vez mais, em Cuba e no Brasil, na Itália e nos Estados Unidos, um ponto de referência importante para se pensar uma nova política socialista e comunista.

Por que Gramsci tem sobrevivido às crises do marxismo?

Sobretudo porque Gramsci percebeu que era preciso renovar o marxismo, criando uma nova teoria do Estado e uma nova teoria da revolução. Foi assim capaz de tornar o marxismo contemporâneo do século XX e, acredito, do século XXI. Certamente, há outros pensadores marxistas que também contribuíram para isso, reconhecendo que muitas afirmações de Marx são datadas e que a atualidade do marxismo deriva não de suas afirmações tópicas, mas da justeza do seu método. Penso, por exemplo, em György Lukács, que nos ofereceu – com sua *Ontologia do ser social* – a mais lúcida leitura filosófica do legado de Marx e Engels. Algumas contribuições da chamada Escola de Frankfurt, sobretudo as de Marcuse e Benjamin, também são importantes para essa necessária renovação do marxismo.

Estão em voga nos meios intelectuais norte-americanos e europeus as teses do multiculturalismo e dos estudos culturais, cujas vertentes progressistas propõem teorias críticas em articulação com as ideias de Gramsci. O que você pensa a respeito?

Meu amigo Joseph A. Buttigieg, organizador da edição americana dos *Cadernos do cárcere*, tem uma posição muito crítica tanto em relação aos estudos culturais quanto ao multiculturalismo: “Não é o que Gramsci disse”, diz ele. Gramsci tinha uma visão claramente universalista. Ele certamente pensava o particular; era capaz de tomar como referência para suas reflexões tanto um artigo sobre os negros da Abissínia quanto as afirmações de uma revista católica italiana do século XIX. Sempre se mostrou muito preocupado com a diversidade cultural, com o enorme pluralismo cultural do mundo moderno, que ele valorizava, buscando sempre um elemento positivo em todas essas manifestações particulares. Mas nele há sempre, ao mesmo tempo, uma clara orientação universalista, que nem sempre vejo nos chamados estudos culturais e no multiculturalismo, ainda que estes se intitulem “críticos do presente”. Os estudos culturais e o multiculturalismo são importantes para chamar a atenção sobre as diferenças, sobre as identidades, para não deixar subsumir coisas diversas no mar de uma universalidade abstrata. Gramsci sabia, de resto, que a universalidade concreta se alimenta da diversidade e da pluralidade. Mas falta frequentemente nos chamados estudos culturais, no multiculturalismo e também nos estudos feministas e ecológicos uma visão universal, uma busca da totalidade, que me parecem estar presentes no marxismo e, particularmente, no marxismo de Gramsci. O reconhecimento das diferenças não pode se opor à afirmação da totalidade, dos valores universais.

Você tem dito que, mesmo correndo o risco de ser considerado um “animal em extinção”, reafirma a sua convicção no marxismo. É difícil ser um marxista assumido?

Talvez seja mais difícil agora do que nos anos 1960. Naquela época, ser marxista era uma

coisa quase natural. Pelo menos metade dos intelectuais brasileiros (e não só brasileiros) ou era marxista, ou simpatizava com o marxismo. De qualquer modo, em contraste com outros países, o marxismo brasileiro resistiu melhor nas últimas décadas. E resistiu por um fenômeno peculiar: o crescimento de um partido de esquerda, o PT, nesse período da história brasileira. Enquanto na Europa observa-se um refluxo dos partidos comunistas e social-democratas nos anos 1980 e 1990, no Brasil, ao contrário, tivemos o surgimento e a expansão de um partido de esquerda que, embora não se declare marxista, é certamente influenciado pelo marxismo e contém em seu interior vários marxistas. Pelo menos, foi assim até muito recentemente. Se nos anos 1960 a predominância do marxismo em nossa intelectualidade era bem mais forte, hoje as posições marxistas ocupam um espaço razoável na cultura brasileira.

De qualquer modo, é importante notar que ser marxista não é repetir o que Marx diz. Ele disse muita coisa que, evidentemente, está superada e outras que eram erradas já no tempo dele. Ser marxista é ser fiel ao método de Marx, ou seja, à capacidade que tal método revelou de entender a dinâmica contraditória do real e as linhas de tendência da sociedade moderna. Portanto, para ser marxista é preciso ser um animal em mutação. Tenho insistido – chocando inclusive alguns marxistas mais ortodoxos – que a essência do método de Marx é o revisionismo. Durante anos, o revisionismo foi considerado um dos inimigos principais do verdadeiro marxismo. O exemplo era Bernstein, que, realmente, propôs uma revisão que significava o abandono do marxismo. Por isso, todo revisionista tornou-se um traidor. Apesar disso, penso que faz parte da essência do marxismo se renovar e se revisar sempre. Não há verdadeiro marxista que não seja revisionista. É o caso, por exemplo, de Lenin, que revisou várias teses marxianas, como, entre outras, a de que a revolução socialista começaria nos países mais avançados. Uma das características do método marxista consiste precisamente em afirmar que a realidade é

histórica, que ela está sempre em mutação – e, por isso, quem é verdadeiramente marxista está sempre revisando os seus conceitos para dar conta deste real sempre mutável.

Ainda é possível escapar à barbárie capitalista?

Certamente ainda é possível. O quadro atual, como tenho dito, nos é bastante desfavorável. Desde que comecei a pensar a política, já lá se vão mais de 40 anos, nunca a conjuntura foi tão desfavorável à esquerda quanto nesse último período. Mas já houve outras épocas históricas, antes destes meus 40 anos de militância e reflexão, em que as coisas foram ainda piores. Imagine o que sentia uma pessoa de esquerda quando quase toda a Europa estava ocupada pelas tropas nazistas, as quais, entre outros avanços, chegaram a até 40 quilômetros de Moscou. Houve então momentos profundamente negativos, em que a barbárie (em sua forma cruamente nazista) parecia ter triunfado. Mas o fato é que o nazismo foi derrotado em pouco mais de cinco anos. Há esperanças, portanto, de superarmos mais uma vez a barbárie. Mas, para isso, é preciso que lutemos contra ela, tal como os povos lutaram contra o nazismo. A vitória contra a barbárie não será resultado de uma fatalidade histórica. Ao contrário: a barbárie é o que nos espera, ou o que já nos atinge, se cruzarmos passivamente os braços. A alternativa com que nos defrontamos continua a ser o dilema formulado por Rosa Luxemburgo: socialismo ou barbárie. Cabe-nos reinventar aquele socialismo que, adequado ao século XXI, nos livrará da barbárie na qual estamos cada vez mais envolvidos.

Nota

¹ A entrevista foi publicada originalmente em Moraes, Dênis de (org.). *Combates e utopias: os intelectuais num mundo em crise*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 315-337; e Coutinho, Carlos Nelson. *Intervenções: o marxismo na batalha das ideias*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 99-138.

Dênis de Moraes

- * Professor titular da Universidade Federal Fluminense, autor de larga bibliografia.

ENTREVISTA

A filosofia da práxis no Brasil

Entrevista de Carlos Nelson Coutinho a Néstor Kohan*

Morre um grande amigo e companheiro, o pensador marxista brasileiro Carlos Nelson Coutinho, introdutor de Gramsci no Brasil e interlocutor de György Lukács (com quem trocou uma série de cartas). Com um sorriso irônico costumava repetir que “eu não me desloquei à esquerda, sigo sendo o mesmo. Os demais é que caminharam para a direita...”.

Carlos Nelson era muito irônico. Lúcido, erudito, amável, fraternal, terno, divertido. Gostava de conversar e beber em companhia. Apesar de profundamente brasileiro, não gostava de dançar. Sentia-se comunista, e manteve a coerência em torno dos ideais comunistas, ainda que tenha ido mudando de organização na medida em que estas se “endireitavam”. Começou militando no PCB, depois se incorporou ao PT e finalmente ajudou a fundar o Psol. Apoiava com entusiasmo o MST.

É bem sabido que Coutinho introduziu os *Cadernos do cárcere* de Antonio Gramsci no Brasil. Menos conhecido é seu papel como introdutor de György Lukács. No Brasil, os primeiros livros de Lukács aparecem em português a partir de 1965: *Ensaio sobre literatura; Existencialismo ou marxismo?* [1967]; *Introdução a uma estética marxista e Marxismo e teoria da literatura* [1968] (Deve-se destacar que não se conta entre eles o melhor de todos: *História e consciência de classe*).

Dois dos principais introdutores de Lukács no Brasil são Carlos Nelson Coutinho e

Leandro Konder, então militantes da corrente cultural do Partido Comunista. Ambos jovens, mantinham naquela época fortíssimas simpatias por *História e consciência de classe*. Não obstante, sua correspondência com Lukács – na qual lhe iam propondo nomes de livros seus para serem traduzidos e publicados no Brasil – os foi apartando deste rumo.

O filósofo da Hungria tratava de convencê-los de que “este livro está inteiramente superado em seus problemas fundamentais” (Carta de G. Lukács a L. Konder, em 9 de junho de 1963). No mesmo sentido, o pensador húngaro insistia: “Gostaria, sobretudo, de advertir contra uma leitura acrítica de *‘História e consciência de classe’*” (Carta de G. Lukács a Carlos Nelson Coutinho, em 31 de agosto de 1963). Mais tarde, uma vez que o jovem Coutinho reconhece haver seguido seus conselhos e haver abandonado a concepção “historicista” do marxismo própria de Lucien Goldmann, J. P. Sartre, Antonio Gramsci e do jovem Lukács, o mesmo Lukács responde o seguinte: “Me alegro com o que você me conta, ou seja, que superou o historicismo abstrato-subjetivista sem cair na grande moda atual do estruturalismo” (Carta de G. Lukács a C. N. Coutinho, em 18 de outubro de 1967). As 34 cartas trocadas entre os dois jovens intelectuais brasileiros e o filósofo marxista da Hungria estão reproduzidas no volume coletivo *Lukács e a atualidade do marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 133-156).

Dali em diante, Coutinho irá tecendo uma síntese sutil entre a concepção política de Gramsci e a concepção filosófica do Lukács maduro. Ambos resignificados de acordo com a realidade social e política brasileira, na qual Coutinho militou durante toda a sua vida. Em sua memória e como maneira de homenagear o amigo, companheiro e querido comunista que tivemos a honra de conhecer, reproduzimos a seguir uma síntese de sua obra e uma entrevista que fizemos com ele no México, em 1999, para o livro *De Ingenieros al Che. Ensayos sobre el marxismo argentino y latinoamericano*.

“A filosofia da práxis no Brasil” – Entrevista com Carlos Nelson Coutinho

Carlos Nelson Coutinho é um dos principais especialistas e investigadores brasileiros sobre o pensamento de György Lukács e Antonio Gramsci, cujas obras introduziu no país. De Lukács, com quem manteve correspondência (junto com seu companheiro Leandro Konder) durante a última década de vida do filósofo húngaro, Coutinho traduziu *Marxismo e teoria da literatura; Introdução a uma estética marxista; Ontologia do ser social. A verdadeira e a falsa ontologia de Hegel; Ontologia do ser social. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*.

Não por acaso, seu primeiro livro de crítica literária, *Literatura e humanismo. Ensaio de crítica marxista* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967) é fortemente atravessado por um élan lukacsiano. Poucos anos depois, utilizando amplamente a conceituação lukacsiana madura da *Ontologia do ser social* acerca da “razão dialética e da riqueza humanista da práxis”, o pensador brasileiro publicou *O estruturalismo e a miséria da razão* (1972). Nesta obra, precursora de muitas críticas posteriores, Coutinho questionou duramente as distintas vertentes do pensamento estruturalista – principalmente francês – absolutamente em voga nesses anos, personificadas em Claude Lévi-Strauss, Louis Althusser, Michel Foucault, entre outros. Sua crítica foi uma das primeiras

desta tradição a ser sistematicamente realizada na América Latina. De todas estas críticas, sobressai a que dirigiu contra Althusser, cujo pensamento caracterizou como “uma posição de direita, burocrática e conservadora, expressão do racionalismo abstrato e da epistemologia neopositivista”. Cabe esclarecer que neste trabalho Coutinho também criticava, sempre desde a perspectiva do último Lukács, o “subjetivismo irracionalista do humanismo especulativo”. Ainda militando nessa época no PCB (organização com a qual rompeu no início da década de 1980, após a publicação de *A democracia como valor universal* [São Paulo: Ciências Humanas, 1980]), Coutinho arremeteu fortemente em *O estruturalismo e a miséria da razão* contra “a manipulação burocrática das consciências realizada pelo stalinismo e também pelo neostalinismo”. Também acusou estas correntes de haver convertido o marxismo em “uma ideologia da segurança e uma sociologia vulgar positivista”.

Junto com a obra de Lukács, Coutinho também recebeu a influência de Antonio Gramsci, de quem traduziu em 1966 *O materialismo histórico e a filosofia de Benedetto Croce* (publicado com o título de *Concepção dialética da história*, Civilização Brasileira, 1966); e em 1968 *Os intelectuais e a organização da cultura e Literatura e vida nacional* (também pela Civilização Brasileira). Se durante o período 1961-1965 as obras do jovem Lukács e de Antonio Gramsci foram o horizonte central no pensamento filosófico de Coutinho, desde aproximadamente 1965 até 1975 este lugar será ocupado pelo Lukács maduro (não o Lukács de *História e Consciência de Classe*, mas o da *Estética* e da *Ontologia do ser social*). Nesse período, sua leitura filosófica fortemente lukacsiana do marxismo remetia tangencialmente a discussão também a Antonio Gramsci, cuja filosofia era caracterizada, em *O estruturalismo e a miséria da razão*, como “um historicismo subjetivista cuja raiz remonta ao jovem Benedetto Croce”. Não obstante, Coutinho seguia marcando a propriedade do estreito vínculo político entre Gramsci e Lenin.

Mais tarde, provavelmente a partir de 1975, de maneira paralela à influência política que recebeu do Partido Comunista Italiano (PCI), principalmente de Palmiro Togliatti, mas não apenas dele, Coutinho reconsideraria estas posições sobre Gramsci. A partir de então, reavaliaria seu legado não só como filósofo, mas principalmente como teórico da política. Publicaria então a primeira versão de sua *Introdução a Gramsci* (1981, logo ampliada e reeditada em diversas ocasiões), onde destacaria no autor dos *Cadernos do cárcere* “sua ontologia marxista da práxis política” e sua operação de “conservação e superação dialética” das categorias leninistas. Nesta obra, absolutamente laudatória do pensamento gramsciano, ainda se ouviriam ecos do período lukacsiano, como por exemplo quando Coutinho insiste com a tese de que existiriam “resíduos idealistas nas reflexões especificamente filosóficas de Gramsci”.

Nos últimos anos, Coutinho buscou repensar o conjunto de sua obra anterior, explorando a fundo a possível articulação entre seus dois grandes amores filosóficos: a obra de Gramsci e a do Lukács maduro, entendendo ambas como duas modalidades diferentes, mas complementares de filosofia da práxis. Paralelamente, em termos políticos, tratou de fundamentar a consigna de Rosa Luxemburgo – “Não há democracia sem socialismo, nem socialismo sem democracia” – mas valendo-se centralmente das categorias gramscianas de “sociedade civil” e de “Estado ampliado”. Na Argentina, deram-se a conhecer alguns de seus trabalhos graças às traduções ao espanhol da editora mexicana ERA.

Entre seus últimos livros publicados no Brasil se destacam *Cultura e sociedade no Brasil. Ensaios sobre ideias e formas* (Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1990); *Marxismo e política. A dualidade de poderes e outros ensaios* (São Paulo: Cortez, 1994 e 1996); *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999) e *Contra a corrente. Ensaios sobre democracia e socialismo* (São Paulo: Cortez, 2000).

Entre suas traduções ao português, devem ser mencionadas, além das de Gramsci e Lukács, *As ideias estéticas de Marx* de Adolfo Sánchez Vázquez; *Lógica formal, lógica dialética*, de Henri Lefebvre; *Socialismo e democracia. Escritos 1944-1964*, uma antologia de Palmiro Togliatti e a *História do marxismo* organizada por Eric J. Hobsbawm (publicada originalmente na Itália pela Einaudi). A isto dever-se-ia agregar a edição dos *Cadernos do cárcere* – ainda em curso [referência ao ano de 2000, quando este texto foi escrito] de Gramsci (também pela Civilização Brasileira), com os quais Coutinho realizou uma espécie de síntese entre a edição temática de Togliatti e a última edição crítica de Valentino Gerratana.

Atualmente [referência ao ano 2000], Carlos Nelson Coutinho é militante do PT [foi membro-fundador do Psol a partir de 2004 – N. do T.] e professor e investigador do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro [da Escola de Serviço Social]. A entrevista foi realizada especialmente para este livro [*De Ingenieros al Che. Ensayos sobre el marxismo argentino y latinoamericano*, N. do T.].

Em sua obra teórica dois autores ocuparam o centro da cena: György Lukács e Antonio Gramsci. Por que os tomou como paradigmas e interlocutores privilegiados?

Creio que Lukács e Gramsci são os autores que melhor desenvolvem as indicações metodológicas de Marx, adequando-as ao século XX e garantindo sua perdurabilidade no século XXI. O último Lukács, ao interpretar o legado filosófico de Marx como uma “ontologia do ser social” – que, a partir da afirmação do trabalho como “modelo de toda a práxis social”, concebe o ser social, ao contrário do ser natural, como uma articulação orgânica entre causalidade e teleologia, entre determinação e liberdade –, me parece haver proposto a mais lúcida leitura filosófica do marxismo. Gramsci, por sua vez, não só compreendeu a essência da filosofia de Marx ao defini-la como “filosofia da práxis”, mas, sobretudo, promoveu a mais lúcida e

criativa renovação da teoria política marxiana, ao formular o conceito de “sociedade civil” e, deste modo, ao elaborar sua noção específica de “Estado ampliado”.

Além disso, penso que, não obstante algumas divergências não essenciais, é perfeitamente possível conjugar as reflexões destes dois grandes pensadores: por exemplo, é muito significativa a função essencial que, em ambos, desempenha o conceito de “catarse”, que em Lukács tem uma dimensão ética e estética e que adota, em Gramsci, uma dimensão especificamente política. Mas, em ambos, a “catarse” aparece como o movimento da práxis onde tem lugar a elevação da particularidade à universalidade, da necessidade à liberdade. Penso que seria um trabalho de inestimável valor para a história do marxismo – e trata-se de uma tarefa que me proponho a tentar – aprofundar este estudo das semelhanças e das diferenças entre as reflexões de Gramsci e de Lukács.

No Partido Comunista Brasileiro (PCB), no qual você militou durante vinte anos, os textos de Lukács e Gramsci circulavam livremente ou estavam de algum modo “proscritos” em função dos manuais soviéticos?

Ingressei no PCB em 1960, isto é, depois do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), ou seja, depois da denúncia dos crimes de Stalin. A atmosfera cultural já era, então, mais aberta. O PCB (que, diga-se de passagem, não foi jamais tão sectário e dogmático quanto o Partido Comunista Argentino) experimentava neste momento o desafio de outros agrupamentos de esquerda, sobretudo dos cristãos progressistas, e por isso aceitou que seus intelectuais mais jovens propusessem novos autores marxistas. Nos anos 60, publicamos no Brasil não somente Gramsci e Lukács, mas também importantes pensadores da Escola de Frankfurt, como T. Adorno, W. Benjamin e H. Marcuse. Já nos anos 60, no Brasil ninguém levava a sério os manuais soviéticos.

Entretanto, existia uma “divisão do trabalho” tácita: nós, os intelectuais do Partido, podíamos apresentar e defender Gramsci e Lukács

como “filósofos”, mas a definição da linha política era algo reservado à direção do Partido. Por isso, por exemplo, foi muito unilateral a primeira recepção de Gramsci no Brasil: ele era apresentado por nós como o mais brilhante filósofo e crítico literário marxista, mas ficou em silêncio a inegável dimensão política de sua obra. Isto é: o caminho estava aberto para defender Gramsci como o promotor de uma “filosofia da práxis”, mas não como teórico da “revolução no Ocidente”, quer dizer, como uma alternativa aos paradigmas etapistas e rupturistas da III Internacional, a Internacional Comunista.

Algo semelhante aconteceu na Argentina, quanto a esta “divisão do trabalho” que você menciona, no tocante à recepção gramsciana de Agosti. Você conhecia sua obra? Ela teve influência em sua primeira aproximação de Gramsci?

De Agosti, me lembro de haver lido *Defensa del realismo; Nación y cultura; Cuaderno de Bitácora; Para una política de la cultura* – todos em espanhol – e seu único livro publicado no Brasil: *Problemas atuais do humanismo*. Pelo que me lembro – pois li Agosti nos anos 1960, já faz tempo – eu estava, no geral, de acordo com suas posições, mas não diria que tenha me influenciado. Me interessei por ele por ter lido, em 1961, seu prefácio à velha edição argentina de *El materialismo histórico y la filosofía de Benedetto Croce*. Depois, o conheci brevemente quando ele veio ao Rio de Janeiro.

Você teve, junto com Leandro Konder, um intercâmbio epistolar com Lukács, talvez o único da América Latina. Como aconteceu? Quais foram os temas sobre os quais conversaram? De todas as cartas que Lukács te enviou, qual seria a que te resultou mais interessante?

Meu amigo Leandro Konder escreveu a Lukács (utilizando o endereço do Movimento dos Partidários da Paz), creio que pela primeira vez em 1961, e o filósofo lhe respondeu com muita simpatia e cordialidade. A partir de então, e até a morte de Lukács, em 1971, trocamos com ele, Konder e eu, umas vinte ou trinta cartas. Certamente, a maioria delas não tem grande interesse

teórico, tratando, por exemplo, de edições brasileiras de suas obras etc. Mas creio que algumas têm, sim. Por exemplo, respondendo a Konder em 1962, Lukács disse que conhecia a obra de Gramsci. Depois disto, tanto em entrevistas quanto no capítulo sobre ideologia na *Ontologia do ser social*, Lukács cita a Gramsci, sempre de modo crítico, mas com inegável simpatia. Chegou a dizer que ele, Korsch e Gramsci, nos anos 1920, haviam tentado, mas não tiveram êxito em encontrar soluções adequadas à questão do “renascimento do marxismo”. E concluía dizendo: “Gramsci era o melhor de nós”. Será que Konder chamou a atenção de Lukács sobre a importância de Gramsci? Eu, de minha parte, estava escrevendo nos anos 1960 um ensaio sobre F. Kafka, onde tentava – contra a letra de Lukács, mas, eu acreditava, fiel ao espírito de seu método – demonstrar que Kafka era um realista. Apresentei em uma carta a Lukács minhas ideias centrais sobre Kafka. Bem, ele me respondeu, em 1968, fazendo uma autocrítica explícita de seu livro *La significación presente del realismo crítico* [publicado no Brasil com o título *Realismo crítico hoje*, N. do T.], no qual, como se sabe, há um capítulo absurdamente intitulado “Franz Kafka ou Thomas Mann?”. Na carta me dizia com todas as letras que havia escrito este livro em condições desfavoráveis e que certamente era preciso reavaliar Kafka. Trata-se, sem dúvida, de uma carta importante, tanto que Nicolás Tertulían – um dos principais lukacsianos de hoje – já a citou algumas vezes, registrando o fato de que é a única carta onde Lukács procede a uma autocrítica explícita daquele livro e de suas posições negativas sobre Kafka.

Uma investigadora brasileira, Tania Tonezzer, publicou algumas destas cartas em uma revista italiana.

Em seu trabalho O estruturalismo e a miséria da razão (1972), você saiu bem cedo em ataque à corrente althusseriana, inclusive quando seus textos causavam furor e eram moda indiscutida na América Latina. A quem se deveu esta decisão? Foi uma resposta frente à proliferação dos manuais de Marta Harnecker?

Quando escrevi *O estruturalismo e a miséria da razão*, em 1972, não conhecia ainda o manual de Marta Harnecker, que certamente não foi um evento positivo na divulgação do marxismo na América Latina. Afortunadamente, este manual não teve no Brasil a mesma influência que teve em outros países latino-americanos. Quando meu livro foi publicado (simultaneamente no Brasil e no México), eu era um lukacsiano quase fanático e que, além disso, já conhecia Gramsci bastante bem: não me podia satisfazer a leitura althusseriana de Marx, que se contrapunha a uma linha de interpretação do marxismo – digamos, humanista e historicista – com a qual estava e estou de acordo até hoje.

Ademais, naquele momento, quando a ditadura militar havia assumido sua face mais repressiva no Brasil, Althusser paradoxalmente exercia influência entre nós no sentido de duas tendências díspares, mas a ambas das quais eu me opunha. Por um lado, por intermédio de Régis Debray, Althusser tinha forte presença nas correntes de ultrasquerda, que, em clara divergência com o PCB, propunham o caminho da luta armada; por outro, também tinha ascendência sobre setores da intelectualidade que, sobretudo na universidade, buscavam, em nome de uma superação da “ideologia” e do “humanismo”, reduzir o marxismo a uma pura metodologia das ciências, sem nenhuma dimensão prática. Meu livro tinha assim, não obstante sua dimensão teórico-filosófica, uma clara finalidade de política cultural. Era parte de uma batalha político-ideológica, feita (devido à censura ditatorial) de forma mais ou menos dissimulada.

Não sei se ainda estou de acordo com tudo o que escrevi ali há quase trinta anos. Mas me agrada muito que você, que mal havia nascido quando o livro foi publicado, ainda fale dele.

Você teve alguma relação com o grupo de marxistas ligados nos anos 1960 a José Arthur Giannotti? Que papel desempenhou este grupo no marxismo brasileiro?

Não, não tive nesta época relação alguma com este grupo. Muitos de seus integrantes são

hoje em dia meus amigos pessoais, mas havia então uma clara diferença (quase uma oposição!) entre os marxistas do Rio de Janeiro (quase todos vinculados ao PCB) e os marxistas de São Paulo (quase todos professores universitários e sem partido). O grupo que formou o “marxismo paulista” era já então muito diversificado, e as divergências entre eles cresceram ainda mais com o tempo. O grupo de São Paulo se estruturou em torno de um famoso seminário sobre *O Capital* do qual fizeram parte – para que seja possível avaliar as diferenças! – tanto meu amigo Michael Löwy, quanto o atual presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso [referência em 2000, ano da entrevista, N. do T.].

Agora, muitos dos integrantes deste grupo já não são marxistas hoje: este é o caso, para não falar de Cardoso, também de Giannotti. É certo que tiveram uma influência no marxismo brasileiro, inclusive positiva, sobretudo porque criticaram as formulações errôneas do PCB; por exemplo, a ideia de que existiria uma “burguesia nacional” progressista e anti-imperialista. Cardoso, por exemplo, em um brilhante livro de inícios dos anos 1970, mostrou muito bem que a burguesia brasileira queria a associação com o imperialismo. Sustentou então que a meta de nossa burguesia era um “desenvolvimento dependente-associado”. Mas quem poderia imaginar nessa época que ele mesmo se converteria mais tarde em executor desta política?

Em geral, creio que alguns dos expoentes do chamado “marxismo paulista” tiveram no Brasil o mesmo papel que tiveram os “marxistas legais” na Rússia: leram *O Capital* para sustentar que deveríamos nos “modernizar”, desenvolver as forças produtivas, mas na prática fizeram da burguesia o ator desta modernização. Portanto, o itinerário de Cardoso não é um raio em dia de céu azul.

Você escreveu um ensaio sobre Caio Prado Jr. Que repercussões teve na cultura de esquerda brasileira sua obra historiográfica questionadora do relato canonizado pelo stalinismo sobre o suposto “feudalismo” latino-americano?

Caio Prado Júnior foi o primeiro a tentar seriamente uma interpretação do Brasil a partir de categorias marxistas. Seu ensaio *Evolução política do Brasil*, de 1933, constitui um marco na cultura brasileira. Ainda mais decisivos são seus livros *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia*, de 1943 [o livro foi lançado, na verdade, em 1942, N. do T.], e sua *História econômica do Brasil*, de 1945.

Caio Prado Jr. – tal como Mariátegui – não conhecia muito bem o marxismo. Pode-se ver facilmente que era escassa sua familiaridade não apenas com as obras de Marx, mas também com as dos marxistas posteriores. Sem dúvida, tal como o Amauta [apelido de Mariátegui, derivado do nome dado pelos incas a seus educadores, posteriormente adotado por ele como nome para sua revista de política, socialismo, arte e cultura, N. do T.], intuiu muito bem os traços principais da evolução de nossos países para o capitalismo, isto é, o fato de que esta evolução seguiu uma via “não clássica”, caracterizada pela permanência de traços pré-capitalistas, fortemente autoritários e excludentes, baseados em formas de coerção extraeconômica sobre os produtores diretos.

Como Mariátegui, Caio Prado Jr. “inventou” categorias muito semelhantes às de “via prussiana” (Lenin) e de “revolução passiva” (Gramsci). Por isso, e neste caso também como o Amauta, Caio Prado – mesmo tendo sido militante do PCB – sempre se opôs abertamente à “leitura” terceiro-internacionalista do Brasil. Seu último livro significativo, de 1966, intitulado *A revolução brasileira*, é uma crítica muito dura aos paradigmas da III Internacional utilizados pelo PCB. É indiscutível a sua importância – ao lado de outros, como por exemplo Florestan Fernandes, que jamais militou no PCB – para a construção de uma “imagem marxista do Brasil”.

A publicação de seu ensaio Introdução a Gramsci (1981) ocorreu na mesma época do surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT), do qual agora [2000, N. do T.] você é militante. Houve alguma relação entre ambos os fatos?

Meu livro sobre Gramsci – que teve várias edições, incluindo a mexicana que você cita, a última das quais de 1999 com o título *Gramsci. Um estudo de seu pensamento político* – foi escrito no momento de minha ruptura com o PCB. Nessa época, era já mais ou menos consciente de que a proposta gramsciana, que leva à formulação de um vínculo orgânico entre socialismo e democracia, era incompatível com a herança teórica e política do PCB, ou, mais precisamente, com a herança política da III Internacional à qual o PCB se mantinha vinculado.

Mas, naquele momento, não me parecia também que o neonato PT fosse o legítimo herdeiro da lição gramsciana. O PT surgiu marcado por um forte e soreliano [o termo é referente à György Sorel, militante e teórico francês do “sindicalismo revolucionário” que exerceu grande influência na virada do século XIX para o XX, tendo tido ascendência inclusive sobre o jovem Lukács pré-marxista, N. do T.] “espírito de cisão”: não fazia alianças, parecia preferir, ao “frentismo” inconsequente do PCB, um completo isolamento político. Assim, fiquei sem partido até 1989, quando finalmente, depois de muitas dúvidas, ingressei no PT. Creio que, enquanto isso, mudamos os dois, eu e o PT. E continuamos mudando, talvez o PT mais que eu. Quando ingressei no PT, me diziam que eu estava “à direita”, sobretudo porque acreditava, como acredito ainda hoje, que sem democracia não há socialismo. Hoje, dez anos depois, no interior do partido, estou “à esquerda”. E sabe por quê? Porque também continuo convencido de que sem socialismo não há democracia. Não creio que esta seja uma situação confortável, mas me parece que meu destino é ser sempre heterodoxo nos partidos nos quais milito. Ainda assim, minha militância resulta do fato de que, em minha opinião, ainda não se inventou um modo melhor de fazer política do que os partidos.

Fazendo um balanço retrospectivo de sua obra e de sua atividade militante, o que te trouxe no plano da ética ao envolvimento desde tão jovem com o universo filosófico de Karl Marx?

Uma experiência inesquecível! Lembro-me de ter lido Marx aos 15 anos. Foi um acaso muito feliz para mim o fato de que meu pai tinha em sua biblioteca o *Manifesto Comunista*. Em minha geração, não creio que ninguém tenha lido o *Manifesto* sem consequências definitivas em sua formação. Com Marx, não aprendi somente a ver melhor o mundo, a compreendê-lo de modo mais adequado. Estou seguro de que também devo à leitura precoce de Marx o melhor de minha formação ética. Mais tarde, Gramsci me revelou qual é a mais lúcida norma de vida para um intelectual marxista: “pessimismo da inteligência, otimismo da vontade”. Nesta época difícil de refluxo dos objetivos pelos quais temos sempre lutado, não há modo melhor de nos mantermos fiéis à lição de Marx do que aquele sugerido nesta indicação de Gramsci: uma análise fria e serena da realidade, mas que deve ser complementada pela conservação dos motivos éticos e racionais que iluminaram e guiaram nossas vidas.

Néstor Kohan

* Ensaísta argentino, pesquisador vinculado ao Coniset, autor de diversos títulos. A entrevista foi traduzida por Victor Neves, doutorando da ESS/UFRJ.



RESENHA

Braz, Marcelo (org.). *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2012, 432 p.

Cristina Simões Bezerra*

A Editora Expressão Popular publicou, em outubro de 2012, o livro *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*, sob a responsabilidade de organização de Marcelo Braz, reunindo dezesseis autores em torno da tarefa de apresentar, comentar e analisar a obra de Carlos Nelson Coutinho e sua importância no contexto do difícil desenvolvimento das ideias marxistas no Brasil. Tarefa cumprida com maestria, o livro representa muito mais que uma justa e bela homenagem a Carlos Nelson, recentemente falecido, e, como disse Francisco de Oliveira, “é uma lástima que o livro somente venha à luz depois de sua morte”.

O livro se divide em cinco momentos, os quais, em seu conjunto, representam a possibilidade de se conhecer parte significativa do pensamento social brasileiro na contemporaneidade e de se analisar questões polêmicas de nosso tempo, problematizadas desde os anos de 1960.

A primeira parte reúne testemunhos de Leandro Konder, Michael Löwy, Aloísio Teixeira e Milton Temer, companheiros de Carlos Nelson Coutinho em mais de quatro décadas, nas trincheiras do que Gramsci denominaria de “grande política”. Escritos em momentos históricos diferentes, os testemunhos, além de evidenciarem traços pessoais de Carlos Nelson, dentre eles suas extremas seriedade e generosidade, primam pelo reconhecimento da grandiosidade da atuação política, da reflexão teórica

de sua obra e de sua capacidade de incorporar as questões significativas da vida cultural e política brasileira desde suas primeiras produções. Os quatro autores destacam como Carlos Nelson foi capaz de, atento as questões de seu tempo, problematizar a realidade brasileira pelas categorias marxistas, buscando as particularidades de nossa formação social, mas não deixando de relacioná-las com o contexto do desenvolvimento capitalista mais amplo. Assim, Carlos Nelson consegue, com extremo vigor intelectual e militante, problematizar as potencialidades, mas, principalmente, os limites de nosso Estado, sociedade civil, democracia, disputas políticas e lutas pela hegemonia. Pelas palavras carinhosas e sinceras de seus companheiros de vida, temos clareza de que Carlos Nelson Coutinho foi um intelectual que nunca temeu se comprometer com o que julgava coerente e isso faz dele um nome necessário para se compreender a formação social brasileira e suas particularidades.

A segunda seção, intitulada “As ideias marxistas”, foi organizada por meio de cinco artigos cujo fio condutor é a certeza de que estamos diante da obra de um “marxista convicto e confesso”, como Carlos Nelson insistia em se autodenominar. Temos acesso, então, não só a uma importante análise do conjunto da produção deste autor, que já constitui o que poderíamos denominar de uma “obra”, mas também a formulações que demonstram a grandeza deste

pensamento no processo de incorporação das ideias marxistas no pensamento social brasileiro ao longo dos últimos cinquenta anos. É unânime, entre os autores, a convicção de que devemos a Carlos Nelson a adoção, em terras brasileiras, do pensamento dos dois grandes nomes da tradição marxista no século XX: György Lukács e Antonio Gramsci. Não apenas por meio das traduções realizadas, mas principalmente pela interpretação destas elaborações e pela incorporação destas análises às questões teóricas e políticas de toda uma geração, nosso autor renova, significativamente, o marxismo no Brasil no momento de ruptura com a ortodoxia da tradição soviética sob o legado stalinista. Além disso, os artigos constroem também, no pensamento coutiniano, sua significação para o diálogo com o pensamento social universal, demonstrando como este autor brasileiro consegue dialogar com um complexo arsenal de categorias marxistas elaboradas durante todo o século XX. Assim, fica evidente, nesta seção, a capacidade de Carlos Nelson de, fiel ao método de Marx, atualizar, renovar e complexificar as elaborações do próprio marxismo, contribuindo para que hoje possamos analisar e criticar as relações capitalistas de produção em outros termos e, a partir disso, melhor nos prepararmos para os embates que se colocam nesta sociedade.

Todo este reconhecimento da importância das contribuições de Coutinho se amplia e se dinamiza com os ensaios presentes da seção seguinte, composta também de cinco artigos que pretendem demonstrar a capacidade deste autor para se apropriar deste conjunto complexo de categorias marxistas como forma de analisar a realidade brasileira. Os trabalhos demonstram que, com suas elaborações sobre a realidade brasileira, Coutinho se une aos mais significativos nomes de nosso pensamento social na elaboração do que ele mesmo denominava de uma “imagem marxista do Brasil” e passa a contribuir fundamentalmente para aquilo que se denomina como uma “batalha de ideias” neste pensamento, marcadamente hegemônico pela perspectiva conservadora. Como um

“intérprete do Brasil”, Carlos Nelson contribui para reconhecermos, numa perspectiva nacional-popular, as diferentes manifestações de nossa vida social, desde a economia e os traços de capitalismo dependente que nos marcam, até a cultura e nosso histórico distanciamento entre intelectuais e povo, passando pelo elemento fundamental da política, onde se desafiou a problematizar a configuração de nossa sociedade civil, do Estado, nossas lutas políticas e projetos societários em disputa.

Os artigos reafirmam enfaticamente como a história de nossa formação social ficou mais rica e mais desvelada a partir das contribuições deste autor e demonstram que sua produção passa a ser parada obrigatória para aqueles que têm por inquietação pensar o Brasil contemporâneo, sobretudo no contexto neoliberal, no qual os embates entre as categorias de revolução passiva e contrarreforma se fazem destacar. É importante destacar o quanto tal debate sobre a democracia, enquanto categoria indissociável do socialismo, deve às elaborações de Carlos Nelson suas principais referências, realçando o já clássico *A democracia como valor universal* como um divisor de águas no pensamento social brasileiro sobre esta temática. Em síntese, os autores responsáveis por esta seção nos dão elementos para termos a certeza de que, para as gerações presentes e futuras, o pensamento social brasileiro terá mais um grande nome a ser lembrado e estudado entre os que fizeram história não só por suas posições teóricas, mas também políticas e militantes.

A quarta parte do livro aborda a influência das elaborações de Carlos Nelson Coutinho na produção teórica e profissional da Educação e do Serviço Social. Em dois artigos fica clara a importância destas elaborações para se pensar, primeiramente, os processos contra-hegemônicos que precisam ser gestados no interior da área da educação, para fazer dela uma dimensão da luta de classes e dos enfrentamentos que se constroem em uma perspectiva para além do capital. Assim, evidencia-se que Coutinho contribui para se entender e enfrentar as formulações políticas tão conservadoras na educação e

como este elemento carece de enfrentamentos nos tempos contemporâneos, onde a educação se configura como um processo de adestramento para as necessidades prementes do capital. Coutinho demonstra, ainda, como esta necessidade de uma educação que não questiona as relações de poder na realidade brasileira sempre foi conveniente aos setores dominantes e como se evitou, a partir deste processo, a centralidade do elemento popular na construção de nossa formação social.

O segundo artigo, na mesma direção, destaca a importância do pensamento de Carlos Nelson, sobretudo no que se refere à democracia e à cidadania, para os profissionais de Serviço social, que se valeram e se valem até os dias de hoje deste debate para compreender as diferentes manifestações da questão social no contexto do capitalismo contemporâneo e para viabilizar novas perspectivas técnico-operativas na realidade brasileira. O artigo explicita como tais elaborações se tornaram referências para o Serviço Social em um novo momento no qual, buscando romper com o conservadorismo originário da profissão, os assistentes sociais se aproximam da perspectiva marxista e encontram, no referencial gramsciano incorporado por Coutinho, as possibilidades de um marxismo renovado, que propõe uma relação dialética entre as diferentes dimensões da vida social nas quais o assistente social atua. Assim, foi pelas palavras de Coutinho que nos enriquecemos, enquanto profissão, com os debates sobre o Estado e a sociedade civil na realidade brasileira, compreendendo a relação do Serviço Social no conjunto destas relações sociais. É inegável que suas formulações contribuíram significativamente para que, entendendo a sociedade brasileira, o Serviço Social pudesse pensar sua atuação ética, política e metodológica com o rigor necessário aos desafios do século XXI.

Além da riqueza de todos estes vários artigos, que representam, sem dúvida, muito mais que uma merecida homenagem, o livro nos brinda ainda com mais dois momentos especiais. Primeiramente, a entrevista “Conversa com um marxista convicto e confesso”, realizada em

1999 para o livro *Conversas com filósofos brasileiros*. Nela, o próprio Carlos Nelson faz um balanço de sua vida intelectual e política, destacando sua definição pelo referencial marxista ainda em sua juventude, suas opções político-partidárias no Brasil e suas críticas e propostas para a vida política no Brasil contemporâneo. Definindo-se como um “animal em mutação”, Carlos Nelson revela, nesta entrevista, toda sua resistência aos dogmatismos tão presentes em algumas correntes da tradição marxista e defende, claramente, que é preciso estar atento ao “movimento constante do real” para que a teoria se afirme como capacidade interpretativa e propositiva na realidade em que vivemos. Além desta entrevista, o livro nos presentearia com uma seção de fotos de Carlos Nelson ao longo de sua vida, registrando seus afetos, suas amizades e suas opções políticas.

Como pudemos perceber, o livro em questão é uma rica referência não só para aqueles que, conhecendo Carlos Nelson, podem encontrar ali registros de seu pensamento e de suas principais elaborações, mas também para as gerações vindouras, desafiadas permanentemente à compreensão da sociedade em que vivemos e à sua transformação. A riqueza da obra de Carlos Nelson se faz agora herança e referência para aqueles que, aprendendo com Antonio Gramsci, defendem que “a vida é sempre revolucionária”.

Cristina Simões Bezerra

* Professora adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutora em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da UFRJ.



RESENHA

Curriculum vitae de Carlos Nelson Coutinho¹**1. Dados pessoais**

- 1.1. *Nome*: Carlos Nelson Coutinho
- 1.2. *Filiação*: Nathan Coutinho do Rosário e Elza de Souza Coutinho
- 1.3. *Nacionalidade*: brasileira
- 1.4. *Naturalidade*: Itabuna, Bahia.
- 1.5. *Data de nascimento*: 28 de junho de 1943
- 1.6. *Estado civil*: divorciado

2. Titulação mais elevada

Livre-docente em Política Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1986.

3. Formação acadêmica

Graduado em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia, 1965.

4. Principais atividades profissionais

- 4.1. Tradutor das editoras Civilização Brasileira e Paz e Terra (RJ), 1966-1974 e ainda, em 1980/2000, das editoras Graal (RJ), Brasiliense (SP), Unesp (SP) e Campus (RJ).
- 4.2. Professor das Faculdades Bennett (RJ), 1984-1986.
- 4.3. Professor titular da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1986-2012.
- 4.4. Diretor da Editora UFRJ, 2004-2011.

5. Participação (como orientador ou não) em bancas de teses e dissertações

- 5.1. Membro da banca de avaliação da tese de doutorado de Odária Battini, *As categorias dialéticas na teoria do Serviço Social*. Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.
- 5.2. Presidente (na condição de orientador) da banca de avaliação da dissertação de mestrado de Elaine Marlova Francisco, *As comissões de fábrica no Brasil e sua relação com os sindicatos*, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.
- 5.3. Presidente (na condição de orientador) da banca de avaliação da dissertação de mestrado de Mione Apolinário Sales, *Marxismo, ética e socialismo*, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.
- 5.4. Presidente (na condição de orientador) da banca de avaliação da dissertação de mestrado de Haroldo Baptista de Abreu, *A cidadania na sociedade capitalista*, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.
- 5.5. Membro da banca de avaliação da dissertação de mestrado de Marildo Menegat, *O olho da barbárie*, Departamento de Filosofia

do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

5.6. Membro da banca de avaliação da dissertação de mestrado de Isabel Cristina Cardoso, *Mudanças no processo de trabalho*, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

5.7. Membro da banca de avaliação da tese de doutorado de Afonso de Albuquerque, *A batalha pela Presidência: o horário gratuito de propaganda eleitoral na campanha de 1989*, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

5.8. Membro da banca de avaliação da dissertação de mestrado de Sara Granemann, *Tradição marxista e Serviço Social: uma leitura da obra de José Paulo Netto*, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

5.9. Presidente (na condição de orientador) da banca de avaliação da dissertação de mestrado de Kátia de Araújo Lima, *As especificidades do desenvolvimento capitalista na Amazônia e suas consequências políticas*, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

5.10. Presidente (na condição de orientador) da banca de avaliação da dissertação de mestrado de Adriana Fonseca de Azevedo, *Serviço Social e marxismo: uma discussão da problemática do indivíduo*, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

5.11. Presidente (na condição de orientador) da banca de avaliação da dissertação de mestrado de Rodrigo de Souza Filho, *Rumo à democracia participativa? A travessia do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente*, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

5.12. Membro da banca de avaliação da dissertação de mestrado de Alejandra Pastorini Corleto, *O teatro das políticas sociais: autores,*

atores e espectadores no cenário neoliberal, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

5.13. Membro da banca de avaliação da tese de doutorado de Fernando Haddad, *De Marx a Habermas. O materialismo histórico e seu paradigma adequado*, Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996.

5.14. Membro da banca de avaliação da tese de doutorado de Sulamita M. Barbosa de Assis, *Superestruturas em crise: a transição desgobernada para o século XXI*, Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996.

5.15. Presidente (na condição de orientador) da banca de avaliação da dissertação de mestrado de Maria Lúcia Durighetto, *A temática dos movimentos sociais e sua incorporação no Serviço Social*, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

5.16. Membro da banca de avaliação da tese de doutorado de Renato José de Oliveira, *Utopia e razão: pensando a formação ético-política do homem contemporâneo*, Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1996.

5.17. Membro da banca de avaliação da dissertação de mestrado de Isabel Cristina Cardoso, *Mudanças no processo de trabalho*, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

5.18. Membro da banca de avaliação da dissertação de mestrado de Mário Henrique Heckscher, *Os homens da terra*, Departamento de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.

5.19. Presidente (na condição de orientador) da banca de avaliação da dissertação de mestrado de Leila Escorsim Machado, *O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica*, Programa de Pós-Graduação em Serviço

Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

5.20. Membro da banca de avaliação da tese de doutorado de Marcos Nobre, *A dialética negativa de Th. W. Adorno*, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 1997.

5.21. Membro da banca de avaliação da tese de doutorado de Maria Helena Tenório de Almeida, *O pensamento político de Hannah Arendt*, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.

5.22. Presidente (na condição de orientador) de avaliação da dissertação de mestrado de Hugo Ignácio Castro Rojas, *A reforma do Estado: o caso argentino*, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

5.23. Membro da banca de avaliação da dissertação de mestrado de José Pedro Simões, *Serviço Social e ethos religioso*, Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 1997.

5.24. Presidente (na condição de orientador) da banca de avaliação da dissertação de mestrado de Cristina Simões Bezerra, *Cultura e democracia no Brasil*, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.

5.25. Presidente (na condição de orientador) da banca de avaliação da tese de doutorado de Giovanni Semeraro, *O conceito de sociedade civil em Gramsci*, na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.

5.26. Membro da banca de avaliação da dissertação de mestrado de Ana Livia Soares, *Educação profissional e neoliberalismo*, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.

5.27. Membro da banca de avaliação da tese de doutorado de Ricardo Musse, *Do socialismo científico à teoria crítica*, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1998.

5.28. Presidente (na condição de orientador) da banca de avaliação da tese de doutorado de Ivete Simionato, *Gramsci e o Serviço Social no Brasil*, no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.

5.29. Presidente (na condição de orientador) da banca de avaliação da tese de doutorado de Marco A. Mondaini de Souza, *Togliatti e a democracia progressiva*, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

5.30. Presidente (na condição de orientador) da banca de avaliação da tese de doutorado de Haroldo Baptista de Abreu, *Cidadania, capitalismo e modernidade*, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

5.31. Presidente (na condição de orientador) da banca de avaliação da dissertação de mestrado de Érica Terezinha Vieira de Almeida, *Revolução “pelo alto” e cidadania no Brasil: uma análise histórica*, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

5.32. Presidente (na condição de orientador) da banca de avaliação da dissertação de mestrado de Vanessa Bezerra de Souza, *Gênero e marxismo: um estudo sobre suas aproximações*, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

5.33. Presidente (na condição de orientador) da banca de avaliação da tese de doutorado de Jalder Reis Meneses, *Gramsci e a revolução passiva: racionalidade, historiografia e história*, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

5.34. Presidente (na condição de orientador) da banca de avaliação da tese de doutorado de Leila Escorsim Machado, *O Amauta revolucionário. Uma introdução ao pensamento de J. C. Mariátegui*, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

5.35. Presidente (na condição de orientador) da banca de avaliação da tese de doutorado de Cristina Paniago, *A incontabilidade ontológica do capital*, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

5.36. Presidente (na condição de orientador) da banca de avaliação da tese de doutorado de Maria Magdala V. de Araujo Silva, *Astúcia do capital e corrosão da forma de trabalho: o complexo sucroalcooleiro alagoano*, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

5.37. Presidente (na condição de orientador) da banca de avaliação da tese de doutorado de Mário Henrique Hecksher, *Guerreiro Ramos: sociólogo da sociologia nacional*, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

5.38. Presidente (na condição de orientador) da banca de avaliação da tese de doutorado de Maria Norma A. B. Holanda, *Alienação e ser social*, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

5.39. Presidente (na condição de orientador) da banca de avaliação da tese de doutorado de Érica Terezinha Vieira de Almeida, *A sociedade civil e seus múltiplos significados no debate contemporâneo: uma leitura gramsciana*, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

5.40. Presidente (na condição de orientador) da banca de avaliação da tese de doutorado de Cristina Simões Bezerra, *Globalização e cultura: caminhos e descaminhos para o nacional-popular na era da globalização*, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

5.41. Presidente (na condição de orientador) da banca de avaliação da dissertação de mestrado de Alejandro Pablo Casas Gorgal, *Marxismo e pensamento crítico na América Latina:*

dependência, integração e crítica das utopias, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

5.42. Presidente (na condição de orientador) da banca de avaliação da tese de doutorado de Vania Cardoso da Motta, *Da ideologia do capital à ideologia do capital social: as políticas de desenvolvimento do milênio e os novos mecanismos hegemônicos da educação para o conformismo*, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

5.43. Presidente (na condição de orientador) da banca de avaliação da tese de doutorado de Larissa Dahmer Pereira, *Política educacional brasileira e Serviço Social: da profissionalidade ao empresariamento da formação profissional*, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

5.44. Presidente (na condição de orientador) da banca de avaliação da tese de doutorado de Rodrigo Castelo Branco, *O social-liberalismo: uma ideologia para a “questão social” no século XXI*, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

6. Principais participações em seminários, congressos e colóquios internacionais

6.1. Seminário Gramsci e il Novecento, sob o patrocínio da Fondazione Istituto Gramsci, Cagliari, Itália, 15-18 de abril de 1997.

6.2. Seminário Antonio Gramsci da un secolo all'altro, sob o patrocínio da International Gramsci Society-IGS, do Istituto Italiano per gli Studi Filosofici e da Università di Napoli Federico II, Nápoles, Itália, 16-18 de outubro de 1997.

6.3. Seminário Mondializzazione e Stato sociale. A 150 anni dal Manifesto di Marx e Engels, sob o patrocínio da Università di Palermo, Palermo, Itália, 27-29 de novembro de 1998.

6.4. II Conferencia Internacional de Estudios Gramscianos, patrocinada pela Benemerita

Universidad Autónoma de Puebla, México, 7-11 de fevereiro de 2000.

6.5. Seminário Gramsci e il suo tempo, patrocinado pelo Istituto Gramsci dell'Emilia-Romagna, Bolonha, Itália, 6-7 de março de 2001.

6.6. Seminário *Ler Gramsci, entender a realidade*, patrocinado pela International Gramsci Society-IGS e pela Escola de Serviço Social-UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil, 17-20 de setembro de 2001.

7. Principais participações em congressos, seminários e mesas-redondas nacionais

7.1. Conferencista na *II Jornada de Ciências Sociais/Caio Prado Jr.* da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, São Paulo, 26-28 de maio de 1988.

7.2. Expositor na mesa-redonda “O projeto das frentes populares e sua atualidade no Brasil”, no seminário *A guerra civil espanhola e os projetos políticos das frentes populares*, sob o patrocínio do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 27 de junho de 1996.

7.3. Expositor na mesa-redonda “Trabalho/Lazer”, no ciclo *Debates civis*, sob o patrocínio do Jornal do Brasil e do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro, RJ, 8 de julho de 1996.

7.4. Expositor no painel “Desigualdades regionais e sociais no Brasil: implicações políticas”, sob o patrocínio da Escola Superior de Guerra, Estado-Maior das Forças Armadas, Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1996.

7.5. Debatedor na mesa-redonda “As raízes da ontologia de Lukács”, no Seminário Internacional *Lukács e os desafios teóricos contemporâneos*, sob o patrocínio do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 28 e 29 de agosto de 1996.

7.6. Expositor na mesa-redonda “Liberdade”, no Ciclo de Debates *Os princípios da democracia*, sob o patrocínio do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e do Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1996.

7.7. Conferencista no ciclo de debates “O marxismo no pós-guerra fria”, sob o patrocínio do Departamento de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1996.

7.8. Expositor na mesa-redonda “O projeto das frentes populares e sua atualidade no Brasil”, no seminário *A guerra civil espanhola e os projetos políticos das frentes populares*, sob o patrocínio do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 27 de junho de 1996.

7.9. Expositor na mesa-redonda “O pensamento dos comunistas no Brasil”, sob o patrocínio do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no estado do Rio de Janeiro, RJ, 25 de março de 1997.

7.10. Conferencista no colóquio *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*, sob o patrocínio da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual de São Paulo, Franca, 19-22 de maio de 1997.

7.11. Conferencista no *III Encontro de Seguridade Social – A seguridade social como instrumento de cidadania*, sob o patrocínio do Departamento de Política Social e Serviço Social Aplicado da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 5 de junho de 1997.

7.12. Expositor na mesa-redonda “Crise e reconstrução do projeto socialista”, no *Seminário de Estratégia*, sob o patrocínio da Secretaria Nacional de Formação Política do Partido dos Trabalhadores, São Paulo, 6 de junho de 1997.

7.13. Conferencista convidado a ministrar o tema “Hegel e a democracia”, sob o patrocínio do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo, 13 de junho de 1997.

7.14. Expositor na mesa-redonda “As teses atuais do socialismo”, no ciclo de debates *Socialismo e democracia*, sob o patrocínio da Fundação Perseu Abramo, Rio de Janeiro, 17 de julho de 1997.

7.15. Conferencista no *IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*, Goiânia, 20-24 de julho de 1998.

7.16. Conferencista na “Jornada de Estudos Leandro Konder”/VI *Jornada de Ciências Sociais*, patrocinada Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Marília, S. Paulo, 6-8 de outubro de 1998.

8. Participação como membro titular em bancas de concurso para o magistério superior

8.1. Participação na banca de concurso para professor assistente, Departamento de Ciência Política, Universidade Federal da Bahia, Salvador (BA), 1996.

8.2 Participação na banca de concurso para professor auxiliar, Departamento de Fundamentos da Comunicação, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

8.3. Participação na banca de concurso para professor titular, Departamento de Métodos e Técnicas, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

8.4. Participação na banca de concurso para professor titular, Departamento de Fundamentos da Comunicação, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

8.5. Participação na banca de concurso para professor adjunto, Departamento de Fundamentos do Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

8.6. Participação na banca de concurso para professor titular, Departamento de Política Social e Serviço Social Aplicado, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

9. Principais organizações de eventos acadêmicos

9.1. Coordenador-geral do Fórum de Debates “Estratégias em face da globalização”, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro e patrocinado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (CNPq), Rio de Janeiro, 24-26 de junho de 1997.

9.2. Coordenador-geral (com Andréa de Paula Teixeira) do seminário internacional “Ler Gramsci, entender a realidade”, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, patrocinado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (CNPq), Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e pela *International Gramsci Society* (IGS, Itália), Rio de Janeiro, 19-21 de setembro de 2001.

10. Produção bibliográfica

a) Livros

No Brasil

10 a.1. *Literatura e humanismo. Ensaios de crítica marxista*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967, 258 p.

10 a.2. *O estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972, 224 p. [2ª ed., com um posfácio de José Paulo Netto. São Paulo, Expressão Popular, 2010, 286 p.].

10 a.3. *A democracia como valor universal. Notas sobre a questão democrática no Brasil*. São Paulo, Ciências Humanas, 1980, 116 p. [2ª ed. ampliada, com o título *A democracia como valor universal e outros ensaios*. Rio de Janeiro, Salamandra, 1984, 203 p.].

10 a.4. *Gramsci*. Porto Alegre, L&PM Editores, 1981, 232 p. [contém “Textos selecionados de Gramsci”, p. 131-232].

10 a.5. *A dualidade de poderes. Introdução à teoria marxista de Estado e revolução*. São Paulo, Brasiliense, 1985, 80 p. [2ª ed. Ampliada, 1987, 112 p.].

10 a.6. *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro, Campus, 1989 (2ª. ed., 1992), 146 p.

10 a.7. *Cultura e sociedade no Brasil. Ensaios sobre ideias e formas*. Belo Horizonte, Oficina do Livro, 1990, 215 p. [2ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro, DP&A, 2000, 267 p; 3ª ed., *ibid.*, 2005; 4ª edição revista e ampliada. São Paulo, Expressão Popular, 2011, 263 p.].

10 a.8. *Democracia e socialismo. Questões de princípio & contexto brasileiro.* São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1992, 88 p.

10 a.9. *Marxismo e política. A dualidade de poderes e outros ensaios.* São Paulo, Cortez, 1994 (2ª ed., 1996; 3ª ed., 2008; 1ª reimpressão, 2011), 160 p.

10 a.10. *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político,* nova edição revista e ampliada. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999 (2ª ed. 2003; 3ª ed., 2007; 4ª ed., 2012), 318 p.

10 a.11. *Contra a corrente. Ensaio sobre socialismo e democracia.* São Paulo, Cortez, 2000, 176 p. [2ª ed. revista e atualizada, Cortez, 2008, 200 p.; 1ª reimpressão, 2011].

10 a.12. *Lukács, Proust e Kafka. Literatura e sociedade no século XX.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005, 254 p.

10 a.13. *Intervenções. O marxismo na batalha das ideias.* São Paulo, Cortez, 2006, 190 p.

10 a.14. *De Rousseau a Gramsci. Ensaio de teoria política.* São Paulo, Boitempo, 2011, 182 p.

No exterior

10 a.15. *El estructuralismo y la miseria de la razón,* trad. de Jaime Labastida. Ciudad de México, Era, 1973, 184 p.

10 a.16. *Introducción a Gramsci,* trad. de Ana María Palos. Ciudad de México, Era, 1986, 174 p.

10 a.17. *Literatura e ideologia en Brasil. Tres ensayos de crítica marxista,* trad. de Julia Calzadilla. Havana, Casa de las Américas, 1987, 119 p.

10 a.18. *Il pensiero politico di Gramsci,* trad. di Ambra Pelliccia. Milão, Edizioni Unicopli, 2006, 170 p.

10 a.19. *Marxismo y política. La dualidad de poderes y otros ensayos,* trad. de Paula Vidal Molina. Santiago do Chile, Lom Ediciones, 2011, 138 p.

10 a.20. *Gramsci's Political Thought,* trad. Sette Câmara. Leiden/Boston, Brill/HM Book Series, 2012.

b) Intervenções editoriais (organização de volumes, seleção e tradução de textos)

10 b.1. Antonio Gramsci, *Literatura e vida nacional.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968 [seleção, orelhas e tradução].

10 b.2. György Lukács, *Marxismo e teoria da literatura.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968 [seleção, orelhas e tradução]; 2ª ed. Ampliada. São Paulo, Expressão Popular, 2010 [seleção, apresentação e tradução].

10 b.3. Palmiro Togliatti, *Socialismo e democracia. Obras escolhidas (1944-1964).* Rio de Janeiro, Muro, 1980 [seleção, introdução e tradução].

10 b.4. Vários autores, *História do marxismo,* org. de Eric J. Hobsbawm et al. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 12 vols., 1980-1989 [organização da edição brasileira, apresentações e (em colaboração com N. Sales, L. Konder, F. Murad, L. A. Obojes, L. S. N. Henriques e A. R. Coutinho) tradução].

10 b.5. Vários autores, *Gramsci e a América Latina.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988 [organização e tradução (com M. A. Nogueira)].

10 b.6. Antonio Gramsci, *Cadernos do cárcere.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 6 vols., 1999-2002 [introdução geral, notas prévias e (em colaboração com L. S. Henriques e M. A. Nogueira) organização, tradução do italiano e aparato crítico].

10 b.7. Vários Autores, *Ler Gramsci, entender a realidade.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003 [organização e apresentação (com A.P. Teixeira) e tradução (com A.P. Teixeira, L.S. Henriques e M.A. Nogueira)].

10 b.8. Antonio Gramsci, *Escritos políticos.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2 vols., 2004 [introdução, organização e tradução].

10 b.9. György Lukács, *O jovem Marx e outros escritos de filosofia.* Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2007 [organização, apresentação e tradução (com J. P. Netto)].

10 b.10. György Lukács, *Socialismo e democratização. Escritos políticos (1956-1971).* Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2008 [organização, apresentação e tradução (com J. P. Netto)].

10 b.11. György Lukács, *Arte e sociedade. Escritos estéticos (1932-1967)*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2009 [organização, apresentação e tradução (com J. P. Netto)].

10 b.12. *O leitor de Gramsci. Escritos escolhidos: (1916-1935)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011 [organização e introdução].

c) Capítulos de livros

No Brasil

10 c.1. “O significado de Lima Barreto na literatura brasileira”, in: C. N. Coutinho et al. *Realismo e Anti-realismo na literatura brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974, p. 1-56.

10 c.2. “Sobre a questão democrática em Marx e em alguns marxistas”, in: L. Konder, G. Cerqueira Filho e E. L. Figueiredo (orgs.), *Por que Marx*. Rio de Janeiro, Graal, 1983, p. 63-78.

10 c.3. “A estratégia da revolução brasileira” (debate com F. Weffort, J. Machado e T. dos Santos), in: Perry Anderson et al. *Crítica marxista. A estratégia revolucionária na atualidade*. São Paulo, Joruês, 1986, p. 131-156.

10 c.4. “Exposição” e “Debates”, in: Marco Aurélio Garcia (org.), *As esquerdas e a democracia*. São Paulo, Paz e Terra/Cedec, 1986, p. 59-66 e 97-101.

10 c.5. “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira”, in: C. N. Coutinho e M. A. Nogueira (orgs.), *Gramsci e a América Latina*. São Paulo, Paz e Terra, 1988, p. 103-127.

10 c.6. “Representação de interesses, formulação de políticas e hegemonia”, in: Sonia Fleury Teixeira (org.), *Reforma sanitária: em busca de uma teoria*. São Paulo, Cortez/Abrasco, 1989, p. 47-60.

10 c.7. “Democracia e socialismo”, in: Francisco C. Weffort (org.), *PT: um projeto para o Brasil. Política*. São Paulo, Brasiliense, 1989, p. 9-31.

10 c.8. “Uma via ‘não clássica’ para o capitalismo”, in: Maria Ângela d’Incao (org.), *História e ideal. Ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo, Brasiliense/Unesp, 1989, p. 115-132.

10 c.9. “Marxismo, democracia e revolução”, in: Augusto de Franco et al. *O PT e o marxismo*. São Paulo, Teoria & Debate, 1991, p. 95-101.

10 c.10. “Democracia e socialismo no Brasil de hoje”, in: Francisco Weffort et al., *A democracia como proposta*. Rio de Janeiro, Ibase, 1991, p. 93-112.

10 c.11. “Marx”, in: C.S. Clímaco, J.A. de L. Esteves e L.M. Coutinho (orgs.), *O pensamento inquieto*. Brasília, Editora da UnB, 1993, p. 27-52.

10 c.12. “O Estado neoliberal brasileiro” e “O novo ordenamento mundial e as possibilidades de transformação”, in: *Anais do seminário sobre “Políticas sociais e modernidade: crise e perspectivas”*. Fortaleza, Cras, 1993, p. 113-124 e 159-171.

10 c.13. “Crise e redefinição do Estado brasileiro”, in: Atílio M. Peppe e Ivo Lesbaupin (orgs.), *Revisão constitucional e Estado democrático*, Rio de Janeiro/São Paulo, Centro João XIII-Loyola, 1993, p. 77-99.

10 c.14. “Democracia e cidadania: sujeitos sociais, representação política e apartação social”, in: Universidade Federal do Rio de Janeiro (org.), *Projetos estratégicos alternativos para o Brasil*. Rio de Janeiro, Fase-FUJB, 1995, p. 181-189 e 192-198.

10 c.15. “Lukács, a ontologia e a política”, in: Ricardo Antunes e Walquíria L. Rêgo (orgs.), *Lukács. Um Galileu no século XX*. São Paulo, Boitempo, 1996, p. 16-26.

10 c.16. “Gramsci e a construção institucional da democracia”, in: Katie Argüello (org.), *Democracia e direito*. Florianópolis, Letras Contemporâneas, 1996, p. 61-74.

10 c.17. “O lugar do Manifesto na evolução da teoria política marxista”, in: Daniel Aarão Reis Filho (org.), *O Manifesto Comunista 150 anos depois*, Rio de Janeiro/São Paulo, Contraponto/Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 43-66.

10 c.18. “Crise e reconstrução do projeto socialista”, in: J. Almeida e V. Cancelli (orgs.), *Estratégia. A luta política além do horizonte visível*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 52-59.

10 c.19. “O socialismo hoje: entre crise e reconstrução”, in: Vários Autores, *O significado da Revolução Socialista de 1917*. São Paulo, Centro de Estudos Sindicais, 1998, p. 98-109.

- 10 c.20.** “Socialismo e democracia: a atualidade de Gramsci”, in: Alberto Aggio (org.), *Gramsci. A vitalidade de um pensamento*. São Paulo, Unesp, 1998, p. 17-36.
- 10 c.21.** “Gramsci no Brasil: recepção e usos”, in: João Quartim de Moraes (org.), *História do marxismo no Brasil*. Campinas, Ed. da Unicamp, v. 3, 1998, p. 123-157.
- 10 c.22.** “Democratização como valor universal”, in: P. C. C. Bocayuva e S. M. Veiga (orgs.), *Afinal, que país é este?*. Rio de Janeiro, DP&A Editores, 1999, p. 59-86.
- 10 c.23.** “Representación de intereses, formulación de políticas y hegemonía”, in: E. Borgiani e C. Montañó (orgs.), *La política social hoy*. São Paulo, Cortez, 1999, p. 103-118.
- 10 c.24.** “Gramsci, el marxismo y las ciencias sociales”, in: E. Borgiani e C. Montañó (orgs.), *Metodología y servicio social. Hoy en debate*. São Paulo, Cortez, 2000, p. 171-198.
- 10 c.25.** “O povo na obra de Jorge Amado”, in: Vários Autores, *Um grapiúna no país do Carnaval*. Salvador, FJCA/EDUFBA, 2000, p. 57-62.
- 10 c.26.** “Um filósofo democrático”, in: M. O. Pinassi (org.), *Leandro Konder. A revanche da dialética*. São Paulo, Unesp-Boitempo, 2002, p. 15-28.
- 10 c.27.** “Correspondência com György Lukács”, in: M. O. Pinassi e S. Lessa (orgs.), *Lukács e a atualidade do marxismo*. São Paulo, Boitempo, 2002, p. 133-156 [com L. Konder].
- 10 c.28.** “Presença de Lukács no Brasil”, in: M. O. Pinassi e S. Lessa (orgs.), *Lukács e a atualidade do marxismo*, São Paulo, Boitempo, 2002, p. 157-184 [com L. Konder].
- 10 c.29.** “A democracia na batalha das ideias e nas lutas políticas no Brasil de hoje”, in: O. Fávero e G. Semeraro (orgs.), *Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro*. Petrópolis, Vozes, 2002, p. 11-39.
- 10 c.30.** “O conceito de política nos *Cadernos do cárcere*”, in: C. N. Coutinho e A. P. Teixeira (orgs.), *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 67-82.
- 10 c.31.** “Intelectuais, luta política e hegemonia cultural”, in: Dênis de Moraes (org.), *Combates e utopias. Os intelectuais num mundo em crise*. Rio de Janeiro, Record, 2004, p. 315-337.
- 10 c.32.** “Os ‘longos anos 60’: marxismo e estruturalismo”, in: Severino Cabral (org.), *Cinco décadas em questão*. Rio de Janeiro, Mauad, 2004, p. 53-64.
- 10 c.33.** “O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas”, in: J. C. França Lima e L. M. W. Neves (ors.), *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2006, p. 173-200.
- 10 c.34.** “O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas”, in: L. M. W. Neves, M. A. Pronko e M. A. C. Santos (orgs.), *Debates e síntese do seminário Fundamentos da educação escolar do Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz-Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2007, p. 115-129.
- 10 c.35.** “O marxismo no Brasil”, in: I. Jinkings e J. A. Peshanski (orgs.), *As utopias de Michael Löwy. Reflexões sobre um marxista insubordinado*. São Paulo, Boitempo, 2007, p. 129-135.
- 10 c.36.** “Cultura, império, imperialismo”, in: M. Menegat, E. R. Behring e V. Fontes (orgs.), *Dilemas da humanidade. Diálogos entre civilizações*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2008, p. 228-234, 236-237, 247-250
- 10 c.37.** “Uma imagem marxista do Brasil”, in: M. V. Iamamoto e E. R. Behring (orgs.), *Pensamento de Octávio Ianni. Um balanço de sua contribuição à interpretação do Brasil*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2009, p. 55-65.
- 10 c.38.** “Crise e perspectivas do socialismo”, in: V. Iorio (org.), *Conversas na Biblioteca*. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, 2009, p. 178-184.
- 10 c.39.** “A hegemonia da pequena política”, in: F. de Oliveira, R. Braga e C. Rizek (orgs.), *Hegemonia às avessas. Economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo, Boitempo, 2010, p. 29-43.
- 10 c.40.** “O conceito gramsciano de ‘vontade coletiva’”, in: G. Semeraro, M. M. de Oliveira, P. T. da Silva e S. N. Leitão (orgs.), *Gramsci e os movimentos sociais*. Niterói, Ed. da UFF, 2011, p. 45-52.

10 c.41. “A gênese do *Capital* segundo Rosdolski”, in: R. Robaina e S. Granja (orgs), *Economia & dialética. Seleção de textos marxistas*. Rio de Janeiro, Fundação Lauro Campos, p. 101-107.

No exterior

10 c.42. “La questione democratica e il movimento operaio. Note sul caso brasiliano”, in: G. Alberti, P. Capone, F. Carinci e F. Delich (a cura di), *Ordine internazionale, società e politica in America Latina*. Casale Monferrato, Marietti, 1985, p. 263-280.

10 c.43. “Representación de intereses, formulación de políticas y hegemonía”, in: Sonia Fleury Teixeira (org.), *La reforma sanitaria: en busca de una teoría*. Guadalajara, Editorial Universidad de Guadalajara, 1990, p. 55-74.

10 c.44. “In Brasile”, in: Antonio A. Santucci (a cura di), *Gramsci in Europa e in America*. Roma-Bari, Laterza, 1995, p. 123-140.

10 c.45. “La recezione di Gramsci in Brasile”, in: M. L. Righi (a cura di), *Gramsci nel mondo. Atti del convegno internazionale di studi gramsciani (Formia, 25-28 ottobre 1989)*. Roma, Fondazione Istituto Gramsci, 1995, p. 157-163.

10 c.46. “Democrazia e socialismo in Gramsci”, in: G. Baratta e G. Liguori (a cura di), *Gramsci da un secolo all'altro*. Roma, Riuniti, 1999, p. 39-56.

10 c.47. “Volontà generale e democrazia in Rousseau, Hegel e Gramsci”, in: G. Vacca (a cura di), *Gramsci e il Novecento*. Roma, Carocci, 1999, v. 2, p. 291-312.

10 c.48. “El concepto de sociedad civil en Gramsci y la lucha ideológica en Brasil de hoy”, in: Dora Kanoussi (org.), *Gramsci en América. II Conferencia Internacional de Estudios Gramscianos*. México, Plaza y Valdés, 2000, p. 17-46.

10 c.49. “El concepto de política en los Cuadernos de la cárcel”, in: Dora Kanoussi (org.), *Gramsci en Río de Janeiro*. México, Plaza y Valdés, 2004, p. 71-89.

10 c.50. “Gramsci y el ‘Sur’ del mundo: entre Oriente y Occidente”, in: Dora Kanoussi (org.),

Poder y hegemonía. Gramsci en la era global. México, Plaza y Valdés, 2004, p. 199-205.

10 c.51. “Il concetto di politica nei *Quaderni del carcere*”, in: Rita Medici (org.), *Gramsci, il suo il nostro tempo*. Annali Istituto Gramsci Emilia-Romagna, 8/2004. Bolonha, 2005, p. 67-79.

10 c.52. [Karuroso Neruson Koutynyo], “Shinjyuuushugi no jidai: judohteki kakumeika, so-retano ham-kaikakuka”, in: *Guramuschi botsugo nanajusshuunen kinen shinpojiumu Bunsho Hokkoku-shuu. Ima, naze, Guramuschi ka? Gendaino sekai henkaku to kirimusubo*. Tóquio, Irisu, 2007, p. 18-22.

10 c.53. “Gramsci e i sud del mondo: tra oriente e occidente”, in: V. Manolache (org), *Centru si margine la marea mediteranã. Filosofie politica si realitate internationala*. Bucareste, Editura Institutului de Stinte Politice si relatii internationale, 2009, p. 165-172.

10 c.54. “La presenza di Gramsci in Brasile”, in: F. Lussana e G. Pissarello (orgs), *La lingua/le lingue di Gramsci e delle sue opere. Scrittura, riscritture, letture in Italia e nel mondo*. Soveria Mannelli (Catanzaro), Rubbettino, 2009, p. 229-236.

10 c.55. “Catarsi”, “Diritto naturale”, “Grande politica, piccola politica”, “Lukács, György”, “Rapporti di forza”, “Rousseau, Jean-Jacques”, “Scienza della politica”, “Volontà collettiva”, in: G. Liguori e P. Voza (orgs.), *Dizionario gramsciano 1926-1937*. Roma, Carocci, 2009, rispettivamente p. 105-107, 226-227, 490-491, 687-690, 735, 750-752 e 900-902.

10 c.56. “Il pensiero gramsciano in America Latina”, in: E. Orrù e N. Rudas (orgs.), *Identità e universalità. Il mondo di Antonio Gramsci*. Cagliari, Tema, 2010, p. 185-189.

10 c.57. “General Will and democracy in Rousseau, Hegel, and Gramsci”, in: M. E. Green (ed.), *Rethinking Gramsci*, Londres/Nova York, Routledge, 2011, p. 190-204.

10 c.58. “Le categorie politiche di Gramsci”, in: E. Forenza e G. Liguori (orgs.), *Valentino Gerratana “filosofo democratico”*. Roma, Carocci, 2011, p. 127-134.

10 c.59. “L’epoca neolibérale e l’egemonia della piccola politica”, in: S. G. Azzarrà, P. Ercolani e E. Susca (orgs.), *Dialettica, storia e conflitto. Il proprio tempo appreso nel pensiero. Festschrift in onore di Domenico Losurdo*. Nápoles, La Scuola di Pitagora Editrice, 2011, p. 271-285.

10 c.60. “La era neoliberal y la hegemonía de la pequeña política”, in: C. Drago, T. Moulian e P. Vidal (orgs.), *Marx en el siglo XXI. La vigencia del(os) marxismo(s) para comprender y superar el capitalismo actual*, Santiago do Chile, Lom Ediciones, 2011, p. 183-196.

10 c.61. “Gramsci e noi”, in: D. Kanoussi, G. Schirru e G. Vacca, *Studi gramsciani nel mondo. Gramsci in America Latina*. Bologna, Il Mulino, 2011, p. 157-173.

d) Ensaios publicados em revistas e periódicos, acadêmicos ou não, de ciências sociais e humanas e de cultura

No Brasil

10 d.1. “O processo das contradições e a revolução brasileira”, in: *Ângulos*, Salvador, ano X, n. 16, s.d. [mas 1960], p. 29-39.

10 d.2. “Irracionalismo: metafísica em pânico”, in: *Afirmção*. Salvador, n. 10, maio de 1961, p. 39-42.

10 d.3. “Problemática atual da dialética”, in: *Ângulos*. Salvador, ano XI, n. 17, novembro-dezembro de 1961, p. 25-47.

10 d.4. “A inflação e a contra-inflação”, in: *Movimento. Revista da UNE*, s.l. [mas Rio de Janeiro], n. 5, setembro de 1962, p. 23-25.

10 d.5. “Do existencialismo à dialética: a trajetória de Sartre”, in: *Estudos Sociais*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 18, novembro de 1963, p. 148-176.

10 d.6. “Uma análise estrutural dos romances de Graciliano Ramos”, in: *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, ano I, n. 5-6, março de 1966, p. 107-150 [reproduzido em 1.1.1, em 1.1.7 e em Sonia Brayner (org.), *Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, p. 73-122].

10 d.7. “Humanismo e irracionalismo na cultura contemporânea”, in: *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, ano II, n. 8, julho de 1966, p. 165-197.

10 d.8. “Jorge Semprún: ‘A longa viagem’”, in: *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, ano II, n. 9-10, setembro-novembro de 1966, p. 163-169.

10 d.9. “Problemas da literatura soviética”, in: *Ângulos*. Salvador, n. 18, 1965-1966, p. 76-85.

10 d.10. “O realismo contemporâneo na perspectiva de Lukács”, in: *Hora & Vez*. Juiz de Fora, ano I, n. 0, janeiro de 1971, p. 45-63.

10 d.11. “As ambiguidades do último Sartre”, in: *Hora*. Juiz de Fora, ano I, n. 1, 1971, p. 39-45.

10 d.12. “Kafka: pressupostos históricos e repositição estética”, in: *Temas de ciências humanas*. São Paulo, n. 2, 1977, p. 15-56.

10 d.13. “Notas sobre a questão cultural no Brasil”, in: *Escrita/Ensaio*. São Paulo, ano I, n. 1, 1977, p. 6-15.

10 d.14. “A democracia como valor universal”, in: *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 9, março de 1979, p. 33-47.

10 d.15. “Cultura e democracia no Brasil”, in: *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, n. 17, novembro de 1979, p. 19-48.

10 d.16. “Os intelectuais e a organização da cultura no Brasil”, in: *Temas de ciências humanas*, São Paulo, nº 10, 1981, p. 93-110.

10 d.17. “O capital e a filosofia marxista”, in: *Presença. Revista de política e cultura*. Rio de Janeiro, n. 1, novembro de 1993, p. 131-136.

10 d.18. “Alternativas da transição”, in: *Presença. Revista de política e cultura*. n. 3, maio de 1984, p. 12-16.

10 d.19. “A Escola de Frankfurt e a cultura brasileira”, in: *Presença. Revista de política e cultura*. Rio de Janeiro, n. 7, março de 1986, p. 100-112.

10 d.20. “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira”, in: *Presença. Revista de política e cultura*. Rio de Janeiro, n. 8, setembro de 1986, p. 141-162.

10 d.21. “Do ângulo do marxismo: comentários ao artigo ‘O novo movimento teórico’, de

Jeffrey C. Alexander”, in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, Anpocs, n. 4, v. 2, julho de 1987, p. 39-42.

10 d.22. “A ‘cidadania brasileira’ do marxista Antonio Gramsci”, in: *Teoria & Debate*, São Paulo, n. 9, janeiro-março de 1990, p. 54-63.

10 d.23. “Gramsci e as ciências sociais”, in: *Serviço Social e Sociedade*, ano XI, n. 34, dezembro de 1990, p. 21-40.

10 d.24. “Pluralismo: dimensões teóricas e políticas”, in: *Cadernos Abess*, São Paulo, n. 4, maio de 1991, p. 5-17.

10 d.25. “Graciliano Ramos”, in: *Cadernos Porto & Vírgula*. Porto Alegre, n. 1, 1993, p. 6-15.

10 d.26. “Crítica e utopia em Rousseau”, in: *Lua Nova. Revista de política e cultura*. São Paulo, n. 37, 1996, p. 5-30.

10 d.27. “Notas sobre cidadania e modernidade”, in: *Praia Vermelha. Estudos de política e teoria social*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1997, p. 145-165.

10 d.28. “Europa: uma virada à esquerda?”, in: *Democracia viva*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, novembro de 1997, p. 100.

10 d.29. *Hegel e a democracia*, Instituto de Estudos Avançados, Universidade de São Paulo, Coleção Documentos, Série Especial 1.6., julho de 1997, 14 p.

10 d.30. “Grandezas e limites do *Manifesto comunista*”, in: *Teoria & Debate*. São Paulo, ano 10, n. 36, out/nov/dez-1997, p. 38-41.

10 d.31. “Crise e reconstrução do projeto socialista”, in: *Caderno de Textos*, Secretaria Nacional de Formação Política do PT. São Paulo, 1997, p. 32-36.

10 d.32. “A dimensão objetiva da vontade geral em Hegel”, in: *Lua Nova. Revista de Cultura e Política*, São Paulo/Cedec, n. 43, 1998, p. 59-76.

10 d.33. “Por que Gramsci?”, in: *Teoria & Debate*, São Paulo, n. 43, jan./fev./março de 2000, p. 57-59.

10 d.34. “O desafio dos que pensaram bem o Brasil”, in: *Lua Nova. Revista de cultura e política*, São Paulo/Cedec, n. 54, 2001, p. 100-113 e 123-126.

10 d.35. “O estreito fio da navalha”, in: *Teoria & Debate*. São Paulo, ano 15, n. 52, dez 2002-jan/fev 2003, p. 10-13.

10 d.36. “Gramsci e o Sul do mundo: entre Oriente e Ocidente”, in: *Margem esquerda*, São Paulo, n. 5, 2005, p. 122-130.

10 d.37. “O triunfo da pequena política”, Vários autores, *A esquerda e a crise política no governo*, Debates UFRJ, 27 de julho de 2005, p. 22-27.

10 d.38. “O povo na obra de Jorge Amado”, in: *O Escritor*, n. 115, abril de 2007, s.l., p. 40-43.

10 d.39. “A presença de Gramsci no Brasil”, in: *Em Pauta*. Rio de Janeiro, n. 22, 2008, p. 37-44.

10 d.40. “Sociedade civil e democracia no pensamento liberal e marxista”, in: *Libertas*, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, dezembro de 2008, p. 69-81.

10 d.41. “Il concetto di volontà collettiva in Gramsci/O conceito de vontade coletiva em Gramsci”, in: *Katálisis*, v. 12, n. 1, janeiro-junho de 2009, p. 32-40.

10 d.42. “Democracia: um conceito em disputa”, in: *Socialismo e Liberdade*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 0, janeiro de 2009, p. 15-22 [extraído de 1.1.13].

No exterior

10 d.43. “Jorge Semprún e o realismo hoje”, in: *Península*. Lisboa, n. 5, dezembro de 1970, p. 42-48.

10 d.44. “Le categorie di Gramsci e la realtà brasiliana”, in: *Critica marxista*, ano 23, n. 5, 1985, p. 35-55.

10 d.45. “Gramsci en Brasil”, in: *Cuadernos Políticos*. México, n. 46, 1986, p. 24-35.

10 d. 46. “Nueva lectura del populismo brasileño”, in: *La ciudad futura*. Buenos Aires, n. 6, agosto de 1967, p. 15-16.

10 d. 47. “A recepção de Gramsci no Brasil”, in: *Vértice*. Lisboa, n. 37, abril de 1991, p. 75-83.

10 d.48. “Brasil y Gramsci. Variadas lecturas de un pensamiento”, in: *Nueva Sociedad*. Caracas, n. 115, septiembre-octubre 1991, p. 104-113.

10 d.49. “Socialismo e democracia in Gramsci”, in: *Critica Marxista*. Roma, n. 5-6, setembro-dicembre 1997, p. 37-47.

- 10 d.50.** “Attualità e limiti del ‘Manifesto’”, in: *Critica Marxista*. Roma, n. 5, settembre-ottobre 1998, p. 20-24.
- 10 d.51.** “Grandeurs et limites du Manifeste”, in: *Le Manifeste Communiste 150 ans après. Contributions au Rencontre Internationale*, 3e. dossier, Paris, 1968, p. 21-25.
- 10 d.52.** “La società civile in Gramsci e il Brasile di oggi”, in: *Critica Marxista*. Roma, n. 3-4, maggio-agosto 2000, p. 67-80.
- 10 d.53.** “General Will and Democracy in Rousseau, Hegel, and Gramsci”, in: *Rethinking Marxism*. New York, v. 12, number 2, Summer 2000, p. 1-17.
- 10 d.54.** “Voluntad general y democracia en Rousseau, Hegel e Gramsci”, in: *Marx ahora*. Havana, n. 9, 2000, p. 115-140.
- 10 d.55.** “Metamorfosi di un concetto. La società civile in Gramsci e il dibattito contemporaneo”, in: *Bolletino filosofico*, Dipartimento di Filosofia dell’Università di Calabria, Cosenza, n. 16, 2000, p. 330-344 [com Guido Liguori].
- 10 d.56.** “Il concetto di politica nei ‘Quaderni del carcere’”, in: *Critica Marxista*. Roma, n. 2-3, marzo-giugno 2001, p. 69-78 [reproduzido em *Romanian Review of Political Sciences and International Relations*. Bucareste, v. IV, nº 2, 2007, p. 99-110].
- 10 d.57.** “El gobierno Cardoso y la ‘contrareforma’ del Estado brasileño”, in: *Actuel Marx*, edição argentina. Buenos Aires, n. 1, 2001, p. 169-172.
- 10 d.58.** “Metamorfosis de un concepto. La sociedad civil en Gramsci y el debate contemporáneo”, in: *Marx ahora*. Havana, n. 14, 2002, p. 68-81 [com Guido Liguori].
- 10 d.59.** “Cultura e società in Brasile”, in: *Rivista di studi portoghesi e brasiliani*, III-2001, Pisa-Roma, Istituti Editoriali e Poligrafici Internazionali, 2002, p. 177-200.
- 10 d.60.** “La sinistra al governo in Brasile, o il filo sottile del rasoio”, in: *Critica Marxista*. Roma, n. 5-6, settembre-dicembre 2002, p. 13-19.
- 10 d.61.** “El gobierno Lula o el estrecho filo de la navaja”, in: *America Libre*, n. 20, enero de 2003, p. 34-37.
- 10 d.62.** “Gramsci e i Sud del mondo: tra Oriente e Occidente”, in: *Critica Marxista*, Roma, n. 6, novembre-dicembre 2003, p. 19-23 [reproduzido em *Romanian Review of Political Sciences and International Relations*, Bucareste, v. V, n. 2, 2008, p. 73-78].
- 10 d.63.** “L’epoca neolibérale: rivoluzione passiva o controriforma?”, in: *Critica Marxista*, Roma, n. 2, marzo-aprile 2007, p. 21-26 [reproduzido em *Romanian Review of Political Sciences and International Relations*. Bucareste, v. V, n. 1, 2008, p. 61-68].
- 10 d.64.** “Partito, attualità e universalità di Gramsci”, in: *Utopía y praxis latinoamericana*, ano 12, n. 37. Maracaibo-Venezuela, abril-junio de 2007, p. 11-33.
- 10 d.65.** “Il concetto di volontà collettiva in Gramsci”, in: *Critica Marxista*. Roma, n. 2-3, marzo-giugno 2008, p. 33-36.
- 10 d.66.** “Lukács et la littérature du XXe siècle”, in: *Actuel Marx*. Paris, n. 45, premier semestre 2009, p. 36-51.
- 10 d.67.** “Lukács e Gramsci: una analisi comparativa”, in: *Critica Marxista*. Roma, n. 1, gennaio-febbraio 2012, p. 45-56.

e) Artigos e resenhas

- 10 e.1.** “O erro fundamental da candidatura nortista”, in: *A Palavra*. Salvador, outubro de 1959, p. 5.
- 10 e.2.** “História econômica da Revolução de 1798”, in: *Jornal da Bahia*. Salvador, 27-28.11.1959, 2º Caderno, p. 1.
- 10 e.3.** “Marxismo contra existencialismo”, in: *Diário de Notícias*. Salvador, 23-24.10.1960, 2º Caderno, p. 2.
- 10 e.4.** “A cultura baiana: esboço de sua problemática”, in: *Diário de Notícias*. Salvador, 26-27.03.1961, 2º Caderno, p. 1-2.
- 10 e.5.** “Novos rumos para a política estudantil”, in: *A Tarde*. Salvador, 21.8.1961, Suplemento “Unidade”, p. 2.
- 10 e.6.** “A dialética marxista e o futuro da arte”, in: *Jornal da Bahia*. Salvador, 20.4.1962, 3º Caderno, p. 1.
- 10 e.7.** “Humanismo e irracionalismo na cultura contemporânea”, in: *Jornal da Bahia*, 29.4-6.5.1963, 3º Caderno, p. 2 e 3.

- 10 e.8.** “Ideologia e estética: Platão e Aristóteles”, in: *Jornal da Bahia*. Salvador, 20-21.12.1964, 3º Caderno, p. 2-3.
- 10 e.9.** “Cholokhov: Prêmio Nobel de 65”, in: *Folha da Semana*, Rio de Janeiro, 21-27.05.1965, p. 12.
- 10 e.10.** “J.G. Merquior: Razão do poema”, in: *Folha da Semana*, Rio de Janeiro, 9-15.12.1965, p. 12.
- 10 e.11.** “Marxismo e arte” [sobre L. Konder, *Os marxistas e a arte*], in: *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 29.09.1966, 2º Caderno, p. 2.
- 10 e.12.** “G. Lukács: Existencialismo ou marxismo?”, in: *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, ano III, n. 16, novembro-dezembro de 1967, p. 254-257.
- 10 e.13.** “Tchecoslováquia: a crise de agosto”, in: *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 08.12.1968, 2º Caderno, p. 2 [com Leandro Konder].
- 10 e.14.** “Em Drummond e Graciliano, as sementes de nosso futuro”, in: *Realidade*. São Paulo, dezembro de 1969, p. 7-8.
- 10 e.15.** “Lukács, história de uma consciência”, in: *O Jornal*. Rio de Janeiro, 23.6.1971, p. 7.
- 10 e.16.** “O itinerário de György Lukács”, in: *Revista de Cultura Vozes*. Petrópolis, ano 65, n. 7, setembro de 1971, p. 566-567.
- 10 e.17.** “A viagem do exilado Semprún”, in: *Visão*. São Paulo, 23.3.1973, p. 88.
- 10 e.18.** “Uma questão de coragem” [sobre Antonio Torres, Moacyr Scliar e outros], in: *Visão*. São Paulo, 14.5.1973, p. 79-81.
- 10 e.19.** “Não apenas um testemunho” [resenha de Manuel Scorza, *Bom dia para os defuntos*], in: *Visão*. São Paulo, 11.6.1973, p. 92.
- 10 e.20.** “A lei da força” [resenha de Mário Vargas Llosa, *Batismo de fogo*], in: *Visão*. São Paulo, 23.7.1973, p. 79-81.
- 10 e.21.** “Lúcida confusão” [resenha de Luiz Carlos Maciel, *Nova consciência*], in: *Visão*, São Paulo, 27.08.1973, p. 70.
- 10 e.22.** “Método fecundo” [resenha de Vanilda P. Paiva, *Educação popular e educação de adultos*], in: *Visão*. São Paulo, 24.09.1973, p. 114-117.
- 10 e.23.** “A Rússia de Solzhenitzyn” [resenha de *Agosto 1917*], in: *Visão*. São Paulo, 15.10.1973, p. 110-113.
- 10 e.24.** “A volta de Antonio Torres” [resenha de *O homem dos pés redondos*], in: *Opinião*. Rio de Janeiro, 09.11.1973, p. 21.
- 10 e.25.** “Análise desnorçada” [resenha de G. Lichtheim, *As ideias de Lukács*], in: *Opinião*. Rio de Janeiro, 3.6.1974, p. 18.
- 10 e.26.** “Uma realidade sem ilusões” [resenha de J.C. Mariátegui, *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*], in: *Visão*. São Paulo, 7.10.1974, p. 98-101.
- 10 e.27.** “Um novo Lima Barreto” [resenha de F. A. Barbosa, *A vida de Lima Barreto*], in: *Movimento*. São Paulo, 8.9.1975, p. 21.
- 10 e.28.** “Há alguma teoria com medo da prática?” [polêmica com Luis Costa Lima], in: *Opinião*. Rio de Janeiro, 28.11.1975, p. 19.
- 10 e.29.** “Um certo senhor Gramsci”, in: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 29.2.1976, Caderno Especial, p. 3.
- 10 e.30.** “No caminho de uma dramaturgia nacional-popular”, in: *Movimento*. São Paulo, 13.11.1976, p. 16 [reproduzido em *Arte em Revista*, São Paulo, ano 3, n. 6, outubro de 1981, p. 60-61].
- 10 e.31.** “Jorge Amado, o povo e a literatura”, in: *O Diário*. Lisboa, 13.8.1977, p. 3.
- 10 e.32.** “A democracia e as forças populares”, in: *O Constituinte*. Salvador, ano 3, n. 3, março de 1979, p. 3.
- 10 e.33.** “Socialismo e democracia em Rosa Luxemburg”, in: *Leia Livros*. São Paulo, agosto de 1979, p. 19.
- 10 e.34.** “Democracia de massa”, in: *Jornal da República*. São Paulo, 24.8.1979, p. 3.
- 10 e.35.** “Existencialismo ou marxismo?”, in: *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, n. 13, julho de 1979, p. 237-240.
- 10 e.36.** “O pensamento político dos comunistas”, in: *Voz da Unidade*. São Paulo, 18-23.03.1980, p. 14.
- 10 e.37.** “Sartre, com quem todos temos o que aprender”, in: *Voz da Unidade*. São Paulo, 24-30.04.1980, p. 14.
- 10 e.38.** “No rastro da ontologia política” [resenha de G. Lukács, *Os princípios fundamentais*

da ontologia de Marx], in: *Leia Livros*. São Paulo, maio de 1980, p. 15.

10 e.39. “A renovação leninista do marxismo italiano” [resenha de L. Gruppi, *Tudo começou com Maquiavel*], in: *Voz da Unidade*. São Paulo, 29.9-2.10.1980, p. 15.

10 e.40. “Os novos partidos e a democracia”, in: *Voz da Unidade*. São Paulo, 31.12.1980-8.1.1981, p. 4.

10 e.41. “Os italianos e a renovação do marxismo”, in: *Leia Livros*. São Paulo, abril de 1981, p. 22.

10 e.42. “A democracia como regime que avança” [resposta a J.G. Merquior], in: *Isto É*. São Paulo, 21.1.1981, p. 45.

10 e.43. “Crises e contradições do PCB”, in: *Folha de São Paulo*. São Paulo, 20.12.1981, p. B-8.

10 e.44. “A Polônia e o futuro do comunismo”, in: *Folha de São Paulo*. São Paulo, 14.1.1982, p. 3.

10 e.45. “Uma introdução ao eurocomunismo” [resenha de L. Lombardo Radice, *Um socialismo a inventar*], in: *Leia Livros*. São Paulo, setembro de 1982, p. 10-11.

10 e.46. “Socialismo e democracia são compatíveis?”, in: *Folha de São Paulo*. São Paulo, 11.12.1983, p. 3.

10 e.47. “O escritor a realidade nacional: a missão de construir o futuro”, in: *O Escritor*. São Paulo, n. 33, março de 1985, p. 3.

10 e.48. “E caímos na legalidade”, in: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 14.4.1985, Revista de Domingo, p. 46.

10 e.49. “A reforma necessária: ampliar a autonomia”, in: *Informativo UFRJ*. Rio de Janeiro, ano I, n. 1, janeiro de 1986, p. 5.

10 e.50. “O resgate do pluralismo”, in: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 15.11.1986, Caderno “Ideias”, p. 10.

10 e.51. “Gramsci: universalidade que se amplia geograficamente”, in: *Folha de São Paulo*. São Paulo, 25.4.1987, p. A-37.

10 e.52. “Liberal vê a obra do comunista” [resenha de Oliveiros S. Ferreira, *Os 45 cavaleiros húngaros. Uma leitura dos Cadernos de Gramsci*], in: *Folha de São Paulo*. São Paulo, 25.4.1987, p. A-37.

10 e.53. “Dicionário de marxismo é bom instrumento de trabalho” [resenha de Tom Bottomore (ed.), *Dicionário do pensamento marxista*], in: *Folha de São Paulo*. São Paulo, 7.5.1988, p. D-3.

10 e.54. “A esquerda revê Moscou”, in: *Jornal do PT*. São Paulo, n. 3, agosto de 1988, p. 9.

10 e.55. “Tempo de luzes e de sombras” [resenha de Eric J. Hobsbawm (org.), *História do marxismo*], in: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 18.2.1989, Caderno Ideias, p. 4-5.

10 e.56. “Momento de clareza” [sobre o 2º turno da eleição presidencial de 1989], in: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 26.11.1989, Caderno Ideias/Ensaio, p. 7-8.

10 e.57. “Iraque e Estados Unidos estão violando o direito internacional”, in: *Linha Direta*. São Paulo, n. 23, 28.9-5.10.1990, p. 6-7.

10 e.58. “Contra a ‘senhora’ dialética” [necrológio de José Guilherme Merquior], in: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13.1.1991, Caderno Ideias, p. 7.

10 e.59. “Uma perversa reforma”, in: *O Globo*. Rio de Janeiro, 29.1.1996, Primeiro Caderno, p. 7.

10 e.60. “Os intelectuais e o governo”, in: *O Globo*, Rio de Janeiro, 9.4.1996, Primeiro Caderno, p. 7.

10 e.61. “Globalização, modernidade e miséria”, in: *Público*. Rio de Janeiro, n. 3, novembro/1996, p. 5.

10 e.62. “Europa: uma virada à esquerda?”, in: *Público*. Rio de Janeiro, n. 10, junho/1997, p. 9.

10 e.63. “L’universalità di Gramsci” [resenha de G. Baratta, *Le rose e i quaderni*], in: *Critica marxista*. Roma, n. 6, novembro-dicembre 2000, p. 74-75.

10 e.64. “Livro refaz processo de criação de Karl Marx” [resenha de R. Rosdolsky, *Gênese e estrutura do capital de Marx*], in: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, Cadernos Ideias, 4.11.2001, p. 3.

10 e.65. “Sorvete quente” [resenha de Valquíria L. M. Rêgo, *Em busca do socialismo democrático*], in: *Folha de São Paulo*, suplemento Jornal de Resenhas, 13.4.2002, p. 6.

10 e.66. “Lessico gramsciano” [resenha de F. Frosini e G. Liguori (orgs.), *Le parole di*

Gramsci], in: *Critica marxista*. Roma, n. 2-3, março-giugno 2004, p. 113-114.

10 e.67. “A hora de refundar a esquerda”, in: *Jornal dos economistas*. Rio de Janeiro, n. 193, agosto 2005, p. 10-11.

10 e.68. “America Latina, l’Occidente nascosto”, in: AA. VV., *Gramsci now*, Liberazione della domenica, 29 aprile 2007, p. 15.

10 e.69. “La politica per Gramsci? Volontà collettiva che cambia il mondo”, in: *Liberazione*, 27 ottobre 2007, p. 3.

10 e.70. “Democracia e socialismo”, in: *O Globo*, Rio de Janeiro, 30/12/2008, p. 7.

f) Prefácios e apresentações

10 f.1. “Nota sobre Antonio Gramsci”, in: A. Gramsci, *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966, p. 1-7 [com Leandro Konder].

10 f.2. “Lukács e a estética marxista”, in: G. Lukács, *Introdução a uma estética marxista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, orelhas.

10 f.3. “Marxismo e literatura”, in: G. Lukács, *Marxismo e teoria da literatura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, orelhas.

10 f.4. “Função do intelectual”, in: A. Gramsci, *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, orelhas.

10 f.5. “Literatura e vida nacional”, in: A. Gramsci, *Literatura e vida nacional*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, orelhas.

10 f.6. “Introdução”, in: G. Lukács, *Realismo crítico hoje*. Brasília, Coordenada, 1969, p. 7-20.

10 f.7. “O exemplo de Marx”, in: K. Marx, *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969, orelhas.

10 f.8. “Apresentação”, in: Petrônio, *Satiricon*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970, p. VII-IX.

10 f.9. “Apresentação”, in: G. de Maupassant, *Bola de sebo e outros contos e novelas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970, p. 1-3.

10 f.10. “Economia e filosofia”, in: K. Marx, *O Capital*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, v. 2, 1970, orelhas.

10 f.11. “Brecht ou Lukács?”, in: F. Posada, *Lukács, Brecht e a situação atual do realismo socialista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970, orelhas.

10 f.12. “Prefácio”, in: G. Márkus, *Teoria do conhecimento no jovem Marx*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974, p. 9-15.

10 f.13. “Contra o positivismo”, in: M. Löwy, *Método dialético e teoria política*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974, orelhas.

10 f.14. “Lógica formal, lógica dialética”, in: H. Lefebvre, *Lógica formal. Lógica dialética*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, orelhas.

10 f.15. “Apresentação”, in: P. Togliatti, *Socialismo e democracia*. Rio de Janeiro, Muro, 1980, p. 11-18.

10 f.16. “História do marxismo”, in: E.J. Hobsbawm (org.), *História do marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, v. 1, 1980, orelhas.

10 f.17. “Gramsci e os conselhos de fábrica”, in: A. Gramsci-A. Bordiga, *Conselhos de fábrica*. São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 7-12.

10 f.18. “Capitalismo e reificação”, in: J. P. Netto, *Capitalismo e reificação*. São Paulo, Ciências Humanas, 1981, orelhas.

10 f.19. “As desventuras do liberalismo”, in: M. A. Nogueira, *As desventuras do liberalismo. Joaquim Nabuco, o Império, a República*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, orelhas.

10 f.20. “Nota à edição brasileira”, in: A. Gramsci, *A questão meridional*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 9-11.

10 f.21. “Ensaio racionalistas”, in: Ciro Flamarion Cardoso, *Ensaio racionalistas*. Rio de Janeiro, Campus, 1988, orelhas.

10 f.22. “Thomas Hobbes”, in: N. Bobbio, *Thomas Hobbes*. Rio de Janeiro, Campus, 1991, orelhas.

10 f.23. “Apresentação”, in: M. V. Yamamoto, *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1992, orelhas.

10 f.24. “Prefácio”, in: D. de Moraes, *O velho Graça. Uma biografia de Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1992, p. XV-XVIII.

10 f.25. “Sistema eleitoral e reforma política”, in: J. M. Nicolau, *Sistema eleitoral e reforma política*, Rio de Janeiro, Foglio, 1993, orelhas.

- 10 f.26.** “Apresentação”, in: T. Genro, *Utopia possível*. Porto Alegre, Artes e Ofícios, 1994, p. 9-11.
- 10 f.27.** “Apresentação”, in: Lúcia M. W. Neves, *Educação e política no Brasil de hoje*. São Paulo, Cortez, 1994, p. 9-10.
- 10 f.28.** “Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil”, in: A. A. Canelas Rubim, *Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil*. Salvador, UFBA, 1995, orelhas.
- 10 f.29.** “Prefácio”, in: I. Simionatto, *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. Florianópolis/São Paulo, Editora da UFSC/Cortez, 1995, p. 11-12.
- 10 f.30.** “O capital”, in: K. Marx, *O capital*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Livros 1, 2 e 3, 1998-2006, orelhas.
- 10 f.31.** “Introdução”, in: A. Gramsci, *CADERNOS DO CÁRCERE*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999-2002, v. 1, 1999, p. 7-48.
- 10 f.32.** “Prefácio”, in: G. Semeraro, *Gramsci e a sociedade civil*. Petrópolis, Vozes, 1999, p. 9-12.
- 10 f.33.** “Enigmas da modernidade-mundo”, in: O. Ianni, *Enigmas da modernidade-mundo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, orelhas.
- 10 f.34.** “Lukács e os limites da reificação”, in: M. Nobre, *Lukács e os limites da reificação*. São Paulo, Editora 34, 2001, orelhas.
- 10 f.35.** “Prefácio”, in: Lúcia M. W. Neves (org.), *A nova pedagogia da hegemonia*. São Paulo, 2005, Xamã, p. 11-13.
- 10 f.36.** “A revolução de Outubro foi um dos eventos...”, in: Isaac Deutscher, *Trotsky*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 3 vols., 2005-2006, orelhas.
- 10 f.37.** “Prefácio”, in: Maria Lúcia Duriguetto, *Sociedade civil e democracia. Um debate necessário*. São Paulo, Cortez, 2007, p. 11-14.
- 10 f.38.** “Prefácio”, in: Larissa Dahmer Pereira, *Educação e Serviço Social. Do profissionalismo ao empresariamento da formação profissional*, São Paulo, Xamã, 2008, 13-15.
- 10 f.39.** “Derrota e revanche da dialética”, in: Leandro Konder, *A derrota da dialética*. São Paulo, Expressão Popular, 2009, p. 7-16.
- 10 f.40.** “Prefácio”, in: Thamy Pogrebinski, *O enigma do político. Marx contra a política moderna*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009, p. 7-10.
- 10 f.41.** “Quem viveu o pré-1964...”, in: Maria de Lourdes A. Fávero, *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2009, orelhas.
- 10 f.42.** “Prefácio”, in: Leila Escorsim Netto, *Conservadorismo clássico. Elementos de caracterização e crítica*. São Paulo, Cortez, 2011, p. 9-11;
- 10 f.43.** “José Carlos Mariátegui...”, in: José Carlos Mariátegui, *Defesa do marxismo*. São Paulo, Boitempo, 2011, orelhas.
- 10 f.44.** “Apresentação”, in: Fernando da Rocha Peres, *Bula pro nobis*, Salvador, Solisluna, 2011, p. 10-11.
- g) Principais entrevistas concedidas*
- No Brasil
- 10 g.1.** “Sobre o realismo”, in: *Revista da Bahia*. Salvador, ano 5, n. 5, maio de 1966, s.n.p. [mas 23-25].
- 10 g.2.** “Entrevista com Carlos Nelson Coutinho”, in: *Diário Mercantil*. Juiz de Fora, 19-20.4.1970, 2º Caderno, p. 2.
- 10 g.3.** “Um itabirano sob diagnóstico poético” [sobre Carlos Drummond de Andrade], in: *O Estado de São Paulo*, 29.10.1972, Suplemento Literário, p. 4-5.
- 10 g.4.** “Cultura brasileira: um intimismo deslocado à sombra do poder”, in: *Movimento*, São Paulo, 29.12.1975, p. 14 [reproduzido, sem os cortes feitos pela censura, in: *CADERNOS DE DEBATE*. São Paulo, Brasiliense, n. 1, 1976, p. 65-67].
- 10 g.5.** “Gramsci virou moda. Isso é bom ou isso é mau?”, in: *Isto É*. São Paulo, 5.7.1978, p. 44-45.
- 10 g.6.** “Intelectual também é povo”, in: *Coo-journal*. Porto Alegre, março de 1980, p. 29.
- 10 g.7.** “A autogestão, uma saída com liberdade”, in: *Folha de São Paulo*, 25.5.1980, Folhetim, p. 4.

- 10 g.8.** “Democracia: velho tema, novo debate”, in: *Movimento*. São Paulo, 14-20.9.1981, p. 21-23.
- 10 g.9.** “Nada mais legítimo do que o povo pressionar o Colégio Eleitoral nos comícios”, in: *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 26.9.1984, p. 12.
- 10 g.10.** “Socialismo com democracia”, in: *Tribuna da Bahia*. Salvador, 29.8.1986, p. 18.
- 10 g.11.** “Universidade e cultura”, in: *Tribuna da Bahia*. Salvador, 30.08.1986, p. 19.
- 10 g.12.** “Sobre a aliança das esquerdas”, in: *Socialismo & Democracia*. São Paulo, ano III, n. 11, julho-setembro de 1986, p. 7-12.
- 10 g.13.** “Cientista político acredita que as reformas fortalecem o socialismo”, in: *Folha de São Paulo*. São Paulo, 26.6.1988, p. 8.
- 10 g.14.** “Carlos Nelson Coutinho: as palavras de um herege muito sensato”, in: *Zero Hora*. Porto Alegre, 12.4.1990, 2º Caderno, p. 4.
- 10 g.15.** “Essa coisa velha de fazer política no país”, in: *Pessoal*. Rio de Janeiro, n. 3, março de 1990, p. 8-11.
- 10 g.16.** “Socialismo e renovação”, in: *Novos Rumos*. São Paulo, ano 5, n. 18/19, 1990, p. 4-9.
- 10 g.17.** “A crise do marxismo é de interpretação”, in: *O Povo*. Fortaleza, 9.3.1991, Caderno B, p. 4.
- 10 g.18.** “Socialismo: descaminhos e perspectivas”, in: *Cadernos do Ceas*. Salvador, n. 132, março-abril de 1991, p. 20-28.
- 10 g.19.** “Democracia ou barbárie?”, in: *Mutações Sociais*. Rio de Janeiro, ano 2, n. 5, outubro-dezembro de 1993, p. 15-19.
- 10 g.20.** “Democracia ou barbárie”, in: *Algo a dizer*. Rio de Janeiro, n. 21, janeiro de 1994, p. 10-11.
- 10 g.21.** “Democratização como valor universal”, in: *Proposta*. Rio de Janeiro, ano 22, n. 61, junho de 1994, p. 49-57.
- 10 g.22.** “Bate papo”, in: *Vertente*, s.l. [mas Rio de Janeiro], ano 1, n.1, novembro de 1995, p. 4-5.
- 10 g.23.** “Entrevista”, in: M. Nobre e J. M. Rego (orgs.), *Conversas com filósofos brasileiros*. São Paulo, Editora 34, 2000, p. 373-399.
- 10 g.24.** “Entrevista”, por Emiliano José e J. Corrêa, in: *Teoria & Debate*. São Paulo, n. 51, jun-/jul/ago de 2002, p. 52-59.
- 10 g.25.** “Paixão por Gramsci”, in: *O Globo*, Caderno Prosa&Verso, Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2003, p. 1-3.
- 10 g.26.** “No PT, Genoíno é bedel do governo”, in: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2003, p. A4.
- 10 g.27.** “Gramsci na cabeça”, in: *Reportagem*. São Paulo, novembro de 2003, p. 35-38.
- 10 g.28.** “O PT está perdendo a identidade”, in: *A Tarde*, Salvador, 8 de fevereiro de 2004, p. 16.
- 10 g.29.** “É indispensável construir um novo partido de esquerda”, in: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, caderno “Ideias”, 29 de maio de 2004, p. 3.
- 10 g.30.** “Falar em golpe é mistificação”, in: *Jornal da UFRJ*, ano 2, n. 7, agosto de 2005, p. 10-11 [reproduzida em *Jornal da UFRJ: Entrevistas*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2006, p. 47-53].
- 10 g.31.** “O poder pelo poder”, in: *Movimento*. Porto Alegre, n. 4, agosto-setembro de 2005, p. 26-28.
- 10 g.32.** “Coutinho denuncia a consagração da ‘pequena política’”, in: *Revista Sem Terra*. São Paulo, n. 33, nov./dez. 2005, p. 6-11.
- 10 g.33.** “O segundo mandato de Lula, pelo prisma da luta de classes”, in: *Brasil De Fato*, 4 a 10 de janeiro de 2007, p. 5.
- 10 g.34.** “Reformas geram revolução?”, in: *Socialismo e Liberdade*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, maio de 2009, p. 3-10.
- 10 g.34.** “Gramsci e o Brasil”, in: *Cult*, São Paulo, ano 12, n. 141, novembro de 2009, p. 63-64.
- 10 g.35.** “Sem socialismo não há democracia”, in: *Caros Amigos*, São Paulo, ano XIII, n. 153, dezembro de 2009, p. 32-35.
- 10 g.36.** “Revelações do WikiLeaks têm inegável papel positivo”, in: *Tribuna do advogado*. Rio de Janeiro, ano XXXIX, n. 500, fevereiro de 2011.

No exterior

- 10 g.37.** “La principal producción cultural brasileña ha sido de oposición”, in: *Trabajadores*. Havana, 30.01.1985, p. 5.

- 10 g.38.** “No hay divorcio alguno entre arte y política”, in: *5 de septiembre*. Cienfuegos (Cuba), 09.02.1985, p. 6.
- 10 g.39.** “Il compromesso brasiliano”, in: *Rinascita*, Roma, 16.11.1985, p. 38-39.
- 10 g.40.** “Gramsci, il profeta delle due Americhe”, in: *La Nuova Sardegna*. Cagliari, 19.04.1997, p. 39.
- 10 g.41.** “[Gramsci] oggi sta nel PT di Lula”, in: *Cominform 71*. Roma, 13-20.5.1997, p. 12.
- 10 g.42.** “Com’è vicina quella guerra. Il Terzo mondo guarda l’Europa”, in: *Aprile. La settimana della sinistra*. Roma, 12-19.5.1999, p. 4-5.
- 10 g.43.** “Gramsci e i sud del mondo”, in: *Liberaçione*, Roma, 11.05.2003, p. 25.
- 10 g.44.** “Il cammino di Lula”, in: *Alternative*, Milão, n. 1, novembro 2003, p. 108-112.
- 10 g.45.** “Socialism and Workers Party in Brazil: An Interview with Carlos Nelson Coutinho”, in: *Rethinking Marxism*, v. 16, n. 4, October 2004, p. 401-405.
- 10 g.46.** “Marxismo sin ataduras”, in: *Punto final*. Santiago do Chile, novembro de 2011, p. 16-17.

h) traduções

- 10 h.1.** Antonio Gramsci, *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966 [tradução do italiano, prefácio (em colaboração com L. Konder) e notas].
- 10 h.2.** Antonio Gramsci, *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968 [tradução do italiano e orelhas].
- 10 h.3.** Lucien Goldmann, *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968 [tradução do francês (em colaboração com L. F. Cardoso e G. V. Konder)].
- 10 h.4.** György Lukács, *Introdução a uma estética marxista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968 [tradução do italiano (em colaboração com L. Konder) e orelhas].
- 10 h.5.** Adolfo Sánchez Vázquez, *As ideias estéticas de Marx*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968 [tradução do espanhol].
- 10 h.6.** Herbert Marcuse, *O fim da utopia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969 [tradução do italiano].
- 10 h.7.** Daniel Cornu, *Karl Barth, teólogo da liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1971 [tradução do francês].
- 10 h.8.** Edgar Morin et al., *Cultura e comunicação de massa*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1972 [tradução do francês].
- 10 h.9.** Agnes Heller, *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972 [tradução do espanhol e prefácio (em colaboração com L. Konder)].
- 10 h.10.** György Márkus, *A teoria do conhecimento no jovem Marx*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974 [tradução do italiano (em colaboração com R. di Piero) e prefácio].
- 10 h.11.** Malcolm S. Adiseshiah, *O papel do homem no desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1974 [tradução do francês].
- 10 h.12.** Janko Lavrin, *Nietzsche. Uma introdução biográfica*. Rio de Janeiro, Bloch, 1974 [tradução do inglês].
- 10 h.13.** Norman Mackenzie et al., *Arte de ensinar e arte de aprender*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1974 [tradução do inglês].
- 10 h.14.** Oscar Cornblit et al., *Organização e política da pesquisa social*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1975 [tradução do espanhol].
- 10 h.15.** Henri Lefebvre, *Lógica formal, lógica dialética*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975 [tradução do francês e orelhas].
- 10 h.16.** Simon Wiesenthal, *A missão secreta de Cristóvão Colombo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975 [tradução do francês].
- 10 h.17.** Tulio Halperin Donghi, *História da América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975 [tradução do italiano].
- 10 h.18.** Pierre Salama e Jacques Valier, *Uma introdução à economia política*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975 [tradução do francês].
- 10 h.19.** Pierre Dockès, *A internacional do capital*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976 [tradução do francês].

- 10 h.20.** Andre Gunder Frank, *Acumulação mundial 1492-1789*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977 [tradução do inglês (em colaboração com H. Pólvora)].
- 10 h.21.** Stanley Hilton, *O Brasil e as grandes potências mundiais*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977 [tradução do inglês (em colaboração com S. Hilton)].
- 10 h.22.** Luciano Gruppi, *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro, Graal, 1978 [tradução do italiano].
- 10 h.23.** Luciano Gruppi, *O pensamento de Lenin*, Rio de Janeiro. Graal, 1979 [tradução do italiano].
- 10 h.24.** György Lukács, *Ontologia do ser social. A verdadeira e a falsa ontologia de Hegel*, São Paulo, Ciências Humanas, 1979 [tradução do italiano e apresentação].
- 10 h.25.** György Lukács, *Ontologia do ser social. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*, São Paulo, Ciências Humanas, 1979 [tradução do italiano e apresentação].
- 10 h.26.** Pietro Ingrao, *Crise e terceira via*. São Paulo, Ciências Humanas, 1980 [tradução do italiano].
- 10 h.27.** José Paulo Netto (org.), *Lukács*. São Paulo, Ática, 1981 [tradução do italiano (em colaboração com J. P. Netto)].
- 10 h.28.** Massimo Canevacci (org.), *Dialética da família*. São Paulo, Brasiliense, 1981 [tradução do italiano].
- 10 h.29.** Massimo Canevacci (org.), *Dialética do indivíduo*. São Paulo, Brasiliense, 1981 [tradução do italiano].
- 10 h.30.** Claudio Napoleoni, *Lições sobre o capítulo VI (inédito) de Marx*. São Paulo, Ciências Humanas, 1981 [tradução do italiano].
- 10 h.31.** Claudio Napoleoni (org.), *O futuro do capitalismo*. Rio de Janeiro, Graal, 1982 [tradução do italiano].
- 10 h.32.** Pierre Grimal, *A mitologia grega*. São Paulo, Brasiliense, 1982 [tradução do francês].
- 10 h.33.** Catherine Sallès, *Nos submundos da Antiguidade*. São Paulo, Brasiliense, 1982 [tradução do francês].
- 10 h.34.** Norberto Bobbio, *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro, Graal, 1982 [tradução do italiano].
- 10 h.35.** Pier Paolo Pasolini, *Caos. Crônicas políticas*. São Paulo, Brasiliense, 1982 [tradução do italiano].
- 10 h.36.** Agnes Heller, *Para mudar a vida*. São Paulo, Brasiliense, 1982 [tradução do italiano].
- 10 h.37.** Agnes Heller, *A filosofia radical*, São Paulo, Brasiliense, 1983 [tradução do italiano].
- 10 h.38.** François Châtelet e Evelyne Pisier-Kouchner, *As concepções políticas do século XX*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983 [tradução do francês (em colaboração com L. Konder)].
- 10 h.39.** Jürgen Habermas, *Para a reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo, Brasiliense, 1983 [tradução do italiano].
- 10 h.40.** Gilberto Mathias e Pierre Salama, *O Estado superdesenvolvido*. São Paulo, Brasiliense, 1983 [tradução do francês].
- 10 h.41.** Cornelius Castoriadis, *Diante da guerra*. São Paulo, Brasiliense, 1983 [tradução do francês].
- 10 h.42.** Héctor Alimonda, *Mariátegui: redescobrir a América*. São Paulo, Brasiliense, 1983 [tradução do espanhol].
- 10 h.43.** Fernando Alegria, *Allende: a paz pelo socialismo*. São Paulo, Brasiliense, 1983 [tradução do espanhol].
- 10 h.44.** Max Ferro, *O Ocidente diante da revolução soviética*. São Paulo, Brasiliense, 1983 [tradução do francês].
- 10 h.45.** Aline Rousselle, *Pornéia: sexualidade e amor no mundo antigo*. São Paulo, Brasiliense, 1984 [tradução do francês].
- 10 h.46.** Massimo Canevacci, *Antropologia do cinema*. São Paulo, Brasiliense, 1984 [tradução do italiano].
- 10 h.47.** François Châtelet, Evelyne Pisier-Kouchner e Olivier Duhamel, *História das ideias políticas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985 [tradução do francês].
- 10 h.48.** Cornelius Castoriadis, *A experiência do movimento operário*. São Paulo, Brasiliense, 1985 [tradução do francês].
- 10 h.49.** Kamata Satoshi, *Japão: a outra face do milagre*, São Paulo, Brasiliense, 1985 [tradução do francês].
- 10 h.50.** Gabriele Invernizzi *et al.*, *Sandinistas*, São Paulo, Brasiliense, 1985 [tradução do italiano].

10 h.51. Albert O. Hirshmann, *A economia como ciência moral e política*, São Paulo, Brasiliense, 1986 [tradução do francês].

10 h.52. Claude Lévi-Strauss, *Minhas palavras*. São Paulo, Brasiliense, 1986 [tradução do francês].

10 h.53. Frédéric Mauro, *Origens das desigualdades entre os povos da América*. São Paulo, Brasiliense, 1986 [tradução do francês].

10 h.54. Norberto Bobbio e Michelangelo Bovero, *Sociedade e Estado na filosofia política moderna*. São Paulo, Brasiliense, 1986 [tradução do italiano].

10 h.55. *Novas cartas de Gramsci (e algumas cartas de Piero Sraffa)*. São Paulo, Paz e Terra, 1987 [tradução do italiano (em colaboração com M. A. Nogueira)].

10 h.56. Antonio Gramsci, *A questão meridional*. São Paulo, Paz e Terra, 1987 [tradução do italiano (em colaboração com M. A. Nogueira) e prefácio].

10 h.57. Norberto Bobbio, *Estudos sobre Hegel*. São Paulo, Brasiliense/Unesp, 1989 [tradução do italiano (em colaboração com L. S. Henriques)].

10 h.58. Norberto Bobbio, *Thomas Hobbes*. Rio de Janeiro, Campus, 1991 [tradução do italiano e orelhas].

10 h.59. Norberto Bobbio, *A era dos direitos*. Rio de Janeiro, Campus, 1992 [tradução do italiano].

10 h.60. Norberto Bobbio, *Igualdade e liberdade*. Rio de Janeiro, Ediouro, 1996 [tradução do italiano].

i.) Principais ensaios publicados sob pseudônimo, firmados com iniciais (CNC) ou sem assinatura

No Brasil

10 i.1. “A reforma da Universidade e a revolução brasileira”, *in: Ângulos*. Salvador, ano XI, n. 17, novembro-dezembro de 1961, p. 99-112 [sem assinatura].

10 i.2. “Cultura e ideologia. O problema da cultura brasileira: ‘nacionalismo cultural’ ou assimilação criadora da cultura universal”, *in: Estudos*, s.l., ano 1, n. 1, novembro de 1970, p. 7-14 [sob o pseudônimo de Guilherme Marques].

10 i.3. “A intelectualidade contra a ditadura”, *in: Estudos*, s.l., ano IV, n. 5, abril de 1974, p. 56-70 [sob o pseudônimo de Guilherme Marques].

No exterior

10 i.4. “Culture et idéologie. Le problème de la culture brésilienne: ‘nationalisme culturel’ ou assimilation créatrice de la culture universelle?”, *in: Etudes Brésiliennes*, s.l., ano 1, n. 1, janeiro de 1975, p. 33-40 [sob o pseudônimo de Guilherme Marques].

10 i.5. “Economie et politique au Brésil aujourd’hui. A propos de *Autoritarismo e democratização*, de F. H. Cardoso”, *in: Etudes Brésiliennes*, Leuven, ano 3, n. 4, agosto de 1977, p. 3-29 [sob o pseudônimo de Guilherme Marques].

j) Principais artigos e resenhas publicados sob pseudônimo, firmados com iniciais (CNC) ou sem assinatura

10 j.1. “O abstrato engajado” [sobre Julio Cortázar], *in: Visão*. São Paulo, 28.2.1971, p. 55-57 [sem assinatura].

10 j.2. “A defesa do maldito” [sobre G. Lukács, *Soljénitzyne*], *in: Visão*. São Paulo, 15.03.1971, p. 72-74 [sem assinatura].

10 j.3. “Anatomia da desumanização” [sobre J. Semprún, *La deuxième mort de Ramon Mercader*], *in: Visão*. São Paulo, 24.5.1971, p. 81-82 [sem assinatura].

10 j.4. “Crítico hesitante” [sobre F. Lucas, *Fronteiras imaginárias*], *in: Visão*. São Paulo, 22.11.1971, p. 122 [com as iniciais CNC].

10 j.5. “Hegel redivivo” [sobre J. Hyppolite, *Introdução à filosofia da história de Hegel*], *in: Visão*. São Paulo, 5.12.1971, p. 84-86 [sem assinatura].

10 j.6. “Um fantástico Veríssimo” [sobre E. Veríssimo, *Incidente em Antares*], *in: Visão*. São Paulo, 31.12.1971, p. 89-90 [com as iniciais CNC].

10 j.7. “Análise simplista” [sobre P. A. Robinson, *A esquerda freudiana*], *in: Visão*, São Paulo, 31.1.1972, p. 73 [sem assinatura].

10 j.8. “Vanguarda estéril” [sobre A. e H. de Campos, *Panorama de Finnegans Wake*], in: *Visão*. São Paulo, 27.3.1972, p. 87-88 [com as iniciais CNC].

10 j.9. “Legado de um humanista” [sobre a *Autobiografia de Bertrand Russell*], in: *Visão*. São Paulo, 5.6.1972, p. 72-73 [com as iniciais CNC].

10 j.10. “Os bons filhos de Eça” [sobre o moderno romance português], in: *Visão*. São Paulo, 20.11.1972, p. 121-123 [sem assinatura].

10 j.11. “História morta” [sobre M. Foucault, *Arqueologia do saber*], in: *Visão*. São Paulo, 4.12.1972, p. 114 [sem assinatura].

10 j.12. “Jorge, descansado de guerra” [sobre J. Amado, *Tereza Batista*], in: *Visão*. São Paulo, 15.1.1973, p. 69-70 [sem assinatura].

10 j.13. “Nel samba, il veleno popolare contro il regime”, in: *Realidade Brasileira. Notiziario della lotta antifascista in Brasile*. Milão, n. 4, luglio 1976, p. 15 [sob o pseudônimo de Jorge Gonçalves].

10 j.14. “Il popolo nella letteratura” [sobre Jorge Amado], in: *Realidade Brasileira. Notiziario della lotta antifascista in Brasile*, n. 6, novembre 1976, p. 15 [sob o pseudônimo de Jorge Gonçalves].

10 j.15. “Interesses a que serve determinam regime brasileiro: ditadura fascista”, in: *Voz Operária*. Órgão Central do Partido Comunista Brasileiro, s.l. [mas Paris-Roma], n. 129, dezembro de 1976, p. 7 [sob o pseudônimo de G. Marques].

10 j.16. “Oposição popular deve impor sua participação legal no debate político nacional”, in: *Voz Operária*, n. 132, março de 1977, p. 3 [sob o pseudônimo de Josimar Teixeira].

10 j.17. “Democracia e anti-imperialismo são bases do autêntico nacionalismo”, in: *Voz Operária*, n. 133, abril de 1977, p. 5 [sob o pseudônimo de Josimar Teixeira].

10 j.18. “Unidade para a democracia: a chave de leitura dos documentos do PCB”, in: *Voz Operária*, n. 134, maio de 1977 p. 2 [sob o pseudônimo de Josimar Teixeira].

10 j.19. “Os novos milagres de um falso bruxo: o professor Delfim subverte a ciência”, in: *Voz*

Operária, n. 136, julho de 1977, p. 7 [sob o pseudônimo de Norberto Teles].

10 j.20. “A questão democrática”, in: *Voz Operária*, n. 141, dezembro de 1977, p. 3 [sob o pseudônimo de Josimar Teixeira].

10 j.21. “Frente democrática: instrumento do pacto em torno do novo regime”, in: *Voz Operária*, n. 147, junho de 1978, p. 8 [sob o pseudônimo de Josimar Teixeira].

10 j.22. “O equilíbrio, o bom-senso e nossa visão democrática”, in: *Voz Operária*, n. 150, setembro de 1978, p. 8 [sob o pseudônimo de Josimar Teixeira].

l) Traduções publicadas sob pseudônimo ou sem assinatura

10 l.1. Raymond Aron, *De uma sagrada família a outra. Ensaio sobre os marxismos imaginários*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970 [tradução do francês e apresentação, sob o pseudônimo de Luís Augusto do Rosário].

10 l.2. Rosaria Micela, *Antropologia e psicanálise*. São Paulo, Brasiliense, 1984 [tradução do italiano, sem assinatura].

Nota

¹ Este *curriculum* foi preparado por José Paulo Netto, com base em registros cedidos pelo próprio Carlos Nelson Coutinho, ainda em vida.